

EGIPTOLOGIAS LUSO-BRASILEIRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA DISCUSSÃO GLOBAL VOLUME II



LUIZA OSORIO G. SILVA, GUILHERME BORGES PIRES, INÊS TORRES, RENNAN LEMOS
COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

FICHA TÉCNICA

Título

Egiptologias Luso-Brasileiras: Contribuições para uma
Discussão Global - Volume II

Coordenação Científica

Luiza Osorio G. Silva, Guilherme Borges Pires, Inês Torres,
Rennan Lemos

Colecção

CHAM eBooks // Estudos #5

Directora científica da colecção

Carla Vieira

Edição

CHAM — Centro de Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade
NOVA de Lisboa
Universidade dos Açores

Av. de Berna, 26-C

1069 061

Lisboa Portugal

www.cham.fcsh.unl.pt | cham@fcsh.unl.pt

Director

João Luís Lisboa

Sub Director (Pelouro Editorial)

João de Figueirôa-Rêgo

Coordenadora Editorial

Inês Cristóvão

Arbitragem científica externa

Maria de Fátima Rosa (CH-ULisboa)

Katia Maria Paim Pozzer (Universidade Federal do Rio
Grande do Sul)

Foi aceite para publicação em Janeiro de 2026.

Imagem da capa

Fotografia do tecto pintado da tumba de Menna (TT 69),
em Tebas. © Rennan Lemos

ISBN: 978-989-9250-05-5

Projecto gráfico

José Domingues | UNDO

Paginação

André Luz | www.andreluzdesign.com

Data de publicação

Maio de 2026

Apoio



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSh,
Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado
pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia –
UIDB4666/2025 - <https://doi.org/10.54499/UIDB4666/2025>.

COPYRIGHT:

Esta é uma obra em acesso aberto, distribuída sob a Licença Internacional Creative Commons
Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).



Por decisão editorial, o presente volume não segue o A090, tendo sido
respeitadas as grafias portuguesa e brasileira anteriores ao Acordo. As
afirmações proferidas em cada capítulo e os direitos de utilização das
imagens são da inteira responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES EGÍPTOLÓGICAS NO BRASIL

4 DAS DUAS TERRAS À *TERRA BRASILIS*: O ENSINO DO EGITO ANTIGO DENTRO E FORA DAS SALAS DE AULA

Fábio Frizzo, Victor Gurgel

27 FORMAÇÕES EGÍPTOLÓGICAS NO BRASIL: OS CAMINHOS, OS CONTEXTOS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS

Marcia Vasques, Pedro Hugo Canto Núñez

54 SOBRE A POÉTICA DOS ENCONTROS: AFETOS, DIFRAÇÕES E RELACIONALIDADES NA TUMBA TEBANA 123, LUXOR, EGITO

José Roberto Pellini

78 ENTRE O ALVORECER E O CREPÚSCULO DO IMPÉRIO DO BRASIL (1822–1889): A FORMAÇÃO DAS COLEÇÕES EGÍPCIAS DO MUSEU NACIONAL (UFRJ) E DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO (MINAS GERAIS)

André Onofre Limírio Chaves

102 AS PRINCIPAIS COLEÇÕES EGÍPCIAS NO BRASIL

Victoria Arroyo, André Onofre Limírio Chaves, Cintia Gama-Rolland, Rennan Lemos,
Jéssica Mendes, Moacir Elias Santos, Luiza Osorio G. Silva, Pedro von Seehausen

136 O RESGATE DA COLEÇÃO EGÍPCIA DO MUSEU NACIONAL

Pedro von Seehausen, Tamires Machado, Marina Buffa César,
Ana Luiza Castro do Amaral, Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho

CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES EGÍPTOLÓGICAS EM PORTUGAL

154 FORMAÇÕES EGÍPTOLÓGICAS EM PORTUGAL: PERCURSOS, OFERTA E TENDÊNCIAS

Guilherme Borges Pires, Inês Torres

190 O PALÁCIO DE APRIÉS, MÊNFI/KÔM TUMÂN: REFLEXÕES SOBRE A PRIMEIRA MISSÃO PORTUGUESA NO EGITO (2000–2010)

Maria Helena Trindade Lopes

210 ACERVOS EGÍPTOLÓGICOS EM PORTUGAL

Luís Manuel de Araújo

228 O LOTE VIII DE BAB EL-GASSUS NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A INVESTIGAÇÃO

Rogério de Sousa

246 TUTANKHAMON EM PORTUGAL. RELATOS NA IMPRENSA PORTUGUESA (1922–1939): O IMPACTO DA DESCOBERTA DO TÚMULO DE TUTANKHAMON EM PORTUGAL

José das Candeias Sales, Susana Mota

APÊNDICE

270 RESUMOS/ABSTRACTS

CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES EGIPTOLÓGICAS NO BRASIL



DAS DUAS TERRAS À *TERRA BRASILIS*: O ENSINO DO EGITO ANTIGO DENTRO E FORA DAS SALAS DE AULA

FÁBIO FRIZZO*, VICTOR GURGEL**

O senso comum costuma tratar o ensino como uma atividade hegemonicamente associada à esfera escolar. Como campo, todavia, a Egptologia sempre demonstrou que os conhecimentos acerca do passado também são produzidos em outras instituições, como museus ou centros de pesquisa e — talvez majoritariamente — nas formas populares de recepção da antiguidade faraônica (muitas vezes compreendidas pelo campo como Egptomania). Consequentemente, a maioria das pessoas acaba construindo as suas concepções sobre o Egito antigo antes mesmo de ter acesso ao conteúdo escolar. Por este motivo, ao falar do ensino, não podemos de maneira alguma nos restringir aos bancos das instituições de educação formal.

Abordagens recentes do campo do Ensino de História corroboram esta visão mais ampla da aprendizagem ao compreenderem que quaisquer informações sobre o passado são mobilizadas para a construção das nossas consciências históricas e, consequentemente, para a orientação de quem somos, como entendemos o mundo e como agimos no cotidiano (Rüsen 2007, 85–133). As análises que partem deste ponto de vista definem seu

* Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5523-5884>. E-mail: fabio.frizzo@uftm.edu.br.

** Universidade de Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-5846-1712>. E-mail: victor.gurgel@edu.ulisboa.pt.



objeto de estudo a partir do olhar mais amplo da Didática da História, que se interessa por estudar qualquer representação não científica sobre o passado, incluindo, portanto, as histórias escolares e outras expressões da cultura histórica (Cardoso 2008, 153–70).

O esforço por introduzir o Egito antigo na cultura histórica brasileira está presente desde os princípios da formação nacional do Brasil e teve, na maioria das vezes, o objetivo de inserir as e os brasileiros na grande narrativa do progresso que orienta a identidade ocidental. Este processo foi iniciado pela própria casa real europeia, que, em 1822, declarou a independência desta, até então, colônia ultramarina portuguesa. Poucos anos depois, seguindo os interesses e modismos das elites europeias, D. Pedro I adquiriu a primeira coleção egípcia das Américas e a doou ao Museu Real, aproximadamente na mesma época em que era inaugurada a sala egípcia do Museu do Louvre.

O interesse por construir a identidade ocidental nos brasileiros apareceu na definição das diretrizes para a educação escolar da recém-criada nação. O currículo escolar nacional foi elaborado a partir do exemplo do Imperial Colégio Pedro II, criado para educar as elites da capital brasileira nos moldes das suas contrapartes europeias e, conseqüentemente, para servir como base para a instrução de todas e todos os cidadãos. O idealizador do Imperial Colégio Pedro II declarava que o seu objetivo era “trazer o que havia de mais moderno dos colégios de Paris” (Barnabé 2019, 107).

Visando alcançar o objetivo de modernizar (ocidentalizar ou até mesmo civilizar) o Brasil, o ensino de História passou a seguir o regulamento dos *collèges royaux* franceses, que, desde 1826, incluía conteúdos sobre a história dos egípcios na *classe de sixième*, junto com a História Sagrada e as histórias dos assírios, persas e gregos até a morte de Alexandre. O ensino escolar era orientado pelo *Précis de L'Histoire Ancienne*, escrito por Auguste Poirson e Remy Cayx, que teve sua 4ª Edição traduzida para o português e publicada no Brasil para ser utilizada como material didático do Imperial Colégio Pedro II em 1838. Desde sua terceira edição, em 1831, o *Précis de L'Histoire Ancienne* já expunha claramente em sua organização a narrativa da civilização que segue grosso modo a mesma ensinada nos bancos escolares brasileiros atualmente

(Poirson e Cayx 1831). A maior diferença é que esta obra era iniciada com o relato do Éden e do dilúvio, para em seguida destacar o berço da civilização do Oriente e sua maturidade na Grécia e na Roma antigas.

Mesmo livre dos laços formais do colonialismo, a recém-nascida nação brasileira aprofundou sua conexão com a cultura europeia (ou ocidental) e, conseqüentemente, intensificou a colonialidade, marcada pela relação de colonização do imaginário dos colonizados (Quijano 1992). A repressão e o apagamento de histórias, crenças, símbolos e conhecimentos diversos das diferentes culturas que constituíam o Brasil agiu em conjunto com a imposição sistemática dos padrões de uma cultura histórica colonizada, que gravita em torno da Europa e do conceito de civilização.

A constatação de que elementos centrais para a ideia de civilização (sedentarização, urbanização, Estado, monumentalidade, escrita, etc.) existiram no Egito muitos séculos antes da Europa tornou impossível excluir o passado faraônico da grande narrativa do progresso histórico. Somava-se a isso o fascínio das elites europeias pelas maravilhas do Egito Eterno (Moreno García 2015), que o orientalismo projetou como passado real do vale do Nilo. Desta forma, o mesmo processo que levou os egípcios do passado distante a um papel relevante na narrativa histórica do Ocidente foi o que os trouxe ao Brasil, num esforço de associar os brasileiros como também ocidentais.

A presença do Egito antigo na cultura histórica eurocentrada dos brasileiros é marcante. Assim como na Europa, a sociedade faraônica é um tema que desperta muito interesse e fascínio em brasileiros e brasileiras, como se pode constatar através das experiências escolares.¹ Tanto a presença quanto o fascínio são frutos do que Uiran Silva chamou de “passado fora do lugar”, uma concepção sobre o passado criada alhures, imposta pela violência da colonização e que acaba servindo como parte do arcabouço que organiza toda a nossa percepção do passado (Silva 2017).

A organização do nosso passado é feita através de vitórias no campo de batalha da memória coletiva, matéria-prima da nossa cultura histórica.

¹ Sobre a Europa, ver Lee 2006, 141. Para o caso brasileiro, ver Funari e Funari 2010, 49.

Ao estar presente no campo mais amplo analisado pela Didática da História, ou seja, nos currículos escolares, materiais didáticos, ações de extensão de instituições de pesquisa, movimentos sociais, coleções de museus e produtos da indústria cultural, o Egito faraônico toma um papel significativo nas nossas consciências históricas individuais. Ou seja, faz parte do nosso repertório de experiências do passado mobilizadas para orientar as ações e identidades no nosso cotidiano.

É neste cenário que propomos apresentar e analisar as formas de mobilização dos conhecimentos sobre o passado egípcio antigo no Brasil atual, especialmente no campo da Didática da História. Visando este objetivo, iniciaremos com a educação escolar formal, alicerçada em iniciativas institucionais expressas nos documentos curriculares e livros didáticos, para depois apresentar as ações desenvolvidas por instituições de pesquisa e movimentos sociais mais amplos, que também constituem o ensino de História do Egito antigo no país.

O Egito antigo na sala de aula – materiais, propostas, intervenções e questões

O currículo formal é a principal forma de intervenção estatal no sentido da formação ideológica da população nacional. A partir da segunda metade da década de 2010, a educação escolar brasileira passou a ser orientada por um currículo nacional unificado à despeito das várias críticas, que apontavam, entre outros problemas, a incongruência entre a diversidade de um país de proporções continentais e a imposição de um currículo único (Süssekind 2014). O documento curricular único foi chamado de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e conta com edições voltadas para o Ensino Fundamental (constituído pelo período entre o 1º e o 9º ano, frequentado por crianças e jovens entre os 6 e os 14 anos de idade) e o Ensino Médio (constituído pelo período entre o 1º e o 3º ano, frequentado por jovens de 15 a 17 anos de idade).

A versão prévia do documento, lançada para uma consulta pública no ano de 2015, eliminava todos os assuntos referentes à Antiguidade, sob o pretexto de construir uma história crítica à narrativa eurocêntrica e criar

outra, “brasileira”, iniciada pouco antes da colonização portuguesa. Após um intenso debate e uma forte mobilização dos pesquisadores das áreas de História Antiga e Medieval,² novas versões foram elaboradas e a versão final foi promulgada no ano de 2016, mantendo a narrativa tradicional da história ocidental e abandonando as contribuições críticas feitas por especialistas.

Na atual estrutura curricular brasileira, a história do Egito antigo é objeto de estudo no 6º ano do Ensino Fundamental e no 1º ano do Ensino Médio. A BNCC do Ensino Fundamental indica como objetivo para o período entre o 6º e o 9º anos do Ensino Fundamental a “identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico” (Brasil 2018, 416). A construção do Brasil como parte da narrativa histórica do Ocidente, portanto, é citada literalmente.

É neste contexto que o Egito antigo aparece como elemento a ser ensinado nas salas de aula, numa unidade temática chamada “A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades” (Brasil 2018, 418). Os objetos do conhecimento desta unidade temática relatam como contraponto do mundo clássico a Antiguidade africana (egípcios), médio-oriental (mesopotâmios), americana (pré-colombianos) e os povos nativos do território brasileiro. Então, se, por um lado, o Egito aparece no currículo como parte desta trajetória do Ocidente, por outro, ele é, contraditoriamente, o contraponto a este mundo, encarnando as características do Oriente antigo, que apenas serviu como berço da civilização até que foi abandonado no momento em que esta encontrou sua maturidade na Antiguidade clássica.

O reforço da perspectiva orientalista na manutenção da dicotomia Ocidente/Oriente também aparece na BNCC do Ensino Médio, que identifica esta dicotomia e outras (civilização/barbárie, sedentarismo/nomadismo) como objetos de uma competência específica a ser desenvolvida pelas Ciências Humanas (Brasil 2018, 571). O Egito antigo pode servir para o

² Para uma discussão sobre a BNCC e a História Antiga, ver Frizzo 2016; Leite 2017; Leite 2020; Moerbeck 2017; Moerbeck 2020; Moerbeck 2021; Santos, Kolv e Nazário 2017; D. Santos 2019; D. Santos 2020.

desenvolvimento desta ou de outras competências específicas das Ciências Humanas, como as discussões sobre território e fronteiras, sobre a relação entre a humanidade e o meio ambiente, o papel das relações de trabalho ou mesmo discussões sobre desigualdade e violência. Não há, todavia, exemplos concretos de como mobilizar essa civilização para desenvolver tais competências.

Embora o currículo formal institucionalizado identifique o Egito como parte da Antiguidade africana, isto não se apresenta de maneira muito eficaz nos textos publicados para uso nas salas de aula. Os livros didáticos são um objeto complexo. Primeiro, porque, sendo regulados por políticas nacionais, são as principais ferramentas estatais de construção da memória social e, conseqüentemente, da cultura histórica. Por outro lado, são também, antes de tudo, mercadorias produzidas por editoras privadas para gerar um lucro extraordinário, sustentado pelas gigantescas compras estatais voltadas para abastecer as escolas públicas (Munakata 2012). Isto faz com que grandes conglomerados editoriais façam escolhas para os textos e imagens dos materiais didáticos orientadas principalmente pelo mercado. Uma das principais consequências disto é a manutenção de uma certa tradição (Rocha 2017) que dificulta grandes inovações na narrativa histórica e acaba mantendo a perspectiva eurocêntrica. Tal perspectiva se baseia em uma linha do tempo quadripartite e apresenta referências bibliográficas que, especialmente no caso do Egito antigo, mantém de maneira quase exclusiva autores e autoras brancos (europeus e brasileiros), sem valorizar referências africanas (Oliva 2017).³

³ Cabe ressaltar que a desvalorização de referências africanas e afrodescendentes não é um problema exclusivo da literatura escolar sobre o Egito antigo. A própria Egiptologia invisibilizou as contribuições de autores e autoras negros e negras desde a sua fundação. O racismo reproduzido pela disciplina não foi apenas epistemológico, com a adoção de teorias racialistas para explicar a composição da população egípcia antiga. Houve também uma marginalização das contribuições feitas por intelectuais associados aos movimentos negros, que entenderam o Egito antigo como parte de uma história africana. Neste sentido, ver os trabalhos de Vanessa Davies analisando a relação de intelectuais destacados do movimento negro e a Egiptologia institucional, como no caso do debate epistolar entre W.E.B. Du Bois e Flinders Petrie (Davies 2020) ou a produção de Amy Jacques Garvey e Marcus Garvey, com a menção, no Brasil, ao trabalho de Abdias do Nascimento (Davies 2022).

Os vários trabalhos de análise da presença do Egito antigo nos livros didáticos brasileiros (Borges 2009; Paiva 2016; Oliva 2017; Gurgel 2020; Vasconcelos 2020) destacam que os temas abordados variam muito pouco, girando sempre em torno das características geográficas, dos processos que levam ao surgimento do Estado ou da civilização, da organização social hierarquizada, da agricultura, das formas de trabalho, da escrita hieroglífica e, invariavelmente, das expressões da religiosidade.

Especialmente após a aprovação, em 2003, da lei 10.639, que obrigou o ensino de História da África, dos africanos, da luta dos negros e negras no Brasil e da cultura afro-brasileira em todo o currículo escolar brasileiro, o ensino da sociedade faraônica passou a figurar como um elemento importante para contextualizar estas demandas no ensino de História Antiga no país. Logo, o fato de que o Egito está localizado no continente africano passou a ser destacado nos materiais didáticos brasileiros, seja no material textual ou iconográfico/cartográfico.

Para além da localização continental, a ênfase nas características geográficas do Egito antigo nos livros didáticos tem suas raízes na famosa citação de Heródoto de que a sociedade faraônica seria uma dádiva do Nilo.⁴ É possível afirmar sem medo que a centralidade do rio na vida egípcia é um elemento presente em 100% dos textos didáticos brasileiros que abordam a História Antiga. Tanto Borges quanto Vasconcelos notaram acertadamente que esta ênfase na centralidade do rio tem o resultado ambíguo de ocultar a identidade africana do Egito através do recurso à identidade nilótica (Borges 2009, 107; Vasconcelos 2020, 62-64).

A ideia de sociedade do regadio também auxilia na associação entre Egito e Mesopotâmia como parte do chamado Crescente Fértil. Associações como esta foram utilizadas para afastar o Egito de suas raízes africanas, inserindo-o em contextos e identidades mediterrâneas, próxi-

⁴ A frase, comumente repetida como “O Egito é uma dádiva do Nilo”, não é uma afirmação categórica de Heródoto, sendo apenas um comentário em sua argumentação.: “[...] la zona de Egipto a la que los griegos llegan con sus naves es, para los egipcios, una tierra ganada al mar y un don del río [...]” (Heródoto, II, 5, 21, tradução Schrader 2020, 284). A expressão é original de Hecateu.

mo-orientais ou asiáticas. Tais informações continuam a ser reproduzidas em materiais didáticos, reificando um racismo epistemológico hegemônico na literatura egiptológica até a primeira metade do século XX e atualmente refutado. Se os textos didáticos apresentam o Egito como uma sociedade que está na África, mas não é africana, parte da Egiptologia, por outro lado, já tratou de ressaltar a africanidade egípcia (ver Wengrow 2007; Smith 2022).

A geografia egípcia, que ressalta a excepcionalidade do Nilo em um contexto cercado por desertos e protegido por cataratas ao sul e pelo Mediterrâneo ao norte, também é retratada nos materiais didáticos como o elemento mais importante para o surgimento da civilização faraônica. Há uma tendência ao determinismo geográfico, reproduzindo as teses oitocentistas da hipótese causal hidráulica para o surgimento do Estado, criticadas há décadas na própria bibliografia brasileira sobre o assunto (Cardoso 1982, 14–28). O afastamento da ação humana no processo de surgimento da civilização faraônica é outra reminiscência do racismo epistemológico notada nos livros didáticos brasileiros (Vasconcelos 2020, 62).

Os efeitos do racismo epistemológico surgem também na forma como a temporalidade aparece nos capítulos didáticos sobre o Egito antigo. Na encruzilhada entre os preconceitos acerca da África e aqueles presentes no discurso orientalista, a sociedade faraônica aparece como imutável em todos os seus milênios de duração. Muitas vezes é possível inferir que estas permanências são decorrentes de um suposto isolamento egípcio, que seria fruto de suas características geográficas, mas que, na realidade, é só uma reprodução dos argumentos que buscaram identificar a África como um continente sem história até a chegada dos europeus, ou, na melhor das hipóteses, dos muçulmanos.

O discurso orientalista também é reproduzido em outras afirmações presentes nos livros didáticos, como a ênfase do Egito como uma sociedade exótica, essencialmente religiosa, marcada por uma monarquia teocrática, sem grande desenvolvimento comercial e com uma arte estagnada em seus vários séculos (Borges 2009, 113–20). Em síntese, é possível concordar com a afirmação de Gurgel de que o peso do exotismo nos textos didáticos

dá a eles um tom de “narrativas de Egiptomania travestidas de autoridade egiptológica” (Gurgel 2018, 11).

A ausência de debates relativos à cor da pele (Paiva 2016, 62), à questão do povoamento do vale do Nilo ou às identidades étnicas no Egito antigo é algo notável nos livros didáticos, especialmente se tratando de um país com a maior população negra fora da África. Este cenário torna-se ainda mais catastrófico se considerarmos o esforço de embranquecimento do Egito antigo perpetrado pelas mercadorias audiovisuais produzidas por emissoras de televisão de caráter neopentecostal e exibidas nacionalmente em horário nobre, nas salas de cinema e em aplicativos de *streaming* (Sagredo 2015).

Em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, os debates ao redor da cor da pele dos antigos egípcios e do seu embranquecimento em representações do mundo contemporâneo é uma oportunidade para mobilizar os conhecimentos acerca do passado distante de maneira a armar os e as estudantes escolares (muitos deles afrodescendentes) de ferramentas para compreender e agir criticamente no combate ao preconceito. Apresentar este debate nas salas de aula brasileiras é fundamental para evitar o silenciamento epistêmico (Sagredo 2017, 140; Oliva 2017, 59–60) e educar os e as estudantes nos jogos de poder existentes nesta discussão historiográfica.

Podemos observar a existência de algumas dificuldades para a abordagem do Egito antigo no ensino básico brasileiro. Dentre elas, a distância geográfica e temporal constitui um dos principais obstáculos, além do modo *exótico* como costuma ser encarado tudo aquilo proveniente do Egito, antigo ou contemporâneo. Ensinar o Egito antigo é um ato político, pelas razões já demonstradas.

Levando estes pontos em consideração, professores e pesquisadores brasileiros desenvolveram métodos de ensino e de intervenção em sala de aula tendo em vista facilitar, melhorar e até mesmo tornar mais lúdico o contato e a aprendizagem dos conteúdos do Egito antigo na educação básica. Além disso, pesquisaram temas que são pertinentes à realidade de ensino do povo do Nilo no Brasil. Apresentaremos algumas destas ferramentas e trabalhos, que podem ser facilmente empregues pelo/a professor/a de História, nas várias realidades em que o ensino se apresenta no país.

Marcelo Miguel de Souza e Thiago Eustáquio Araújo Mota trazem uma interessante proposta metodológica de ensino de História Antiga — Egito antigo através da tecnologia (Souza e Mota 2020). Esta, por envolver o uso do smartphone, deve ser utilizada com uma postura crítica pelo/a professor/a, perspectiva com a qual concordamos.

O projeto *Giza 3D* (Digital Giza 2022), desenvolvido pela Universidade de Harvard em parceria com o Museu de Belas Artes de Boston e a *Dassault Systèmes*, busca, através de animação gráfica e arte digital, reconstituir graficamente o sítio arqueológico do platô de Giza. Ademais, oferece um inventário de mais de 3480 túmulos, escaneamentos digitais e um banco de dados de mais de 20 mil fotografias, artigos e publicações de especialistas. Souza e Mota, então, pensaram em trazer para a sala de aula este valioso acervo arqueológico digital através de uma solução bastante prática: o *Google Cardboard* (Google 2022a). Consiste em um par de óculos 3D de custo muito baixo, feito pelo grupo Google com papelão, em que se insere o smartphone, possibilitando a interface de realidade virtual (VR, *virtual reality*, em inglês). A especificação do visor é de código aberto, portanto, pode ser fabricado por qualquer pessoa que compreenda o passo a passo, explicado no *site* (Google 2022b).

Considerando a grande popularização de smartphones e tablets com sistema operacional Android, desenvolvido pelo grupo Google, a utilização deste recurso se torna possível, inclusive em regiões mais carentes. As limitações são aquelas da própria estrutura escolar, como o fornecimento de um par de óculos 3D, ou mesmo a conexão de internet da escola. Souza e Mota destacam que a razão da pouca exploração destes recursos vai desde a pouca divulgação de aplicativos e modelos integrativos até a resistência de professores de História em utilizá-los, o que vai na contramão dos pesados investimentos utilizados para criá-los (Souza e Mota 2020, 155). Também salientam que não se trata de formar pequenos historiadores, enchendo-os de documentação escrita e cultura material, e sim de incutir neles a noção de como surge o questionamento histórico e de como os historiadores escrevem a história. A imersão do estudante em ruínas faz com que ele próprio atribua sentido a elas, perspectiva com a qual concordamos (Souza e Mota 2020, 155).

O ensino do Egito antigo, como podemos observar, é atravessado por desafios de diversas ordens. Para contorná-los, a visão crítica da realidade e a estreita relação entre pesquisa e ensino se fazem necessárias, tendo sempre em vista o aperfeiçoamento do ensino de História e dos conhecimentos sobre o Egito antigo. Deste modo, a formação do cidadão pela escola cumprirá cada vez melhor o seu papel e a história da sociedade faraônica tornar-se-á mais e mais uma ferramenta de humanização e uma arma da crítica, ao invés de um instrumento de alienação.

O Ensino a partir de instituições e centros de pesquisa brasileiros

Com a crescente consolidação da Egiptologia no Brasil, cada vez mais centros nevrálgicos de produção e divulgação de conhecimento sobre o Egito antigo se instalam em várias regiões do país. Abordaremos algumas destas instituições, descrevendo suas atuações frente à sociedade, mais particularmente na divulgação de conhecimentos sobre o Egito antigo.

O berço dos estudos sobre o Egito antigo no Brasil é o Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), proprietário da maior coleção egiptológica da América Latina (Museu Nacional 2022), mesmo após o incêndio⁵ ocorrido em setembro de 2018 (ver von Seehausen et al. neste volume).

O MNRJ é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui uma pós-graduação em Arqueologia, que produz trabalhos dedicados ao Egito antigo desde 2006, especialmente no âmbito do SESHAT

⁵ Em 2 de setembro de 2018, o Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, foi acometido por um incêndio de grandes proporções que atingiu todo o prédio, cuja causa apontada foi um curto-circuito em um ar-condicionado. As perdas foram enormes não apenas do ponto de vista da arqueologia egípcia (e da arqueologia em geral), mas da paleontologia, da geologia, da zoologia, da etnologia e da bioantropologia. No entanto, nem tudo foi perdido, graças ao esforço coletivo do Núcleo de Conservação do Resgate de Acervos do Museu Nacional, oficialmente criado em 9 de setembro de 2018. Dentre os milhares de itens encontrados, mais de 300 peças da coleção egípcia foram resgatadas, e o processo continua. Para mais informações acerca do resgate da coleção egípcia no Museu Nacional, ver Carvalho 2021; von Seehausen 2021; Amaral et al. 2021; “A Egiptologia do Museu Nacional após o fogo: o resgate da coleção e as perspectivas futuras”, [http:// https://www.youtube.com/watch?v=Z5kjrDjQC84&t=3556s](http://https://www.youtube.com/watch?v=Z5kjrDjQC84&t=3556s) (acesso em 2/12/24). Ver também o capítulo de von Seehausen et al. neste volume.

– Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional. Uma de suas principais ações, tanto no âmbito acadêmico quanto no sentido da história pública, é a promoção da *Semna – Semana de Egiptologia do Museu Nacional*, importante evento para a comunidade egiptológica latino-americana, realizado desde 2013 e que sempre conta com um grande público de leigos e especialistas.

Em 1999, o MNRJ iniciou a digitalização de seu acervo egípcio, sob responsabilidade de Antonio Brancaglioni Jr. O processo de digitalização foi fundamental não apenas para ações educativas levadas à cabo pela equipe do museu, como também para as ações após o incêndio (von Seehausen 2022). Atualmente o Núcleo de Conservação do Resgate de Acervos do Museu Nacional digitaliza peças transformadas pelo fogo, para melhor observar as diferenças. A VR (*virtual reality* ou “realidade virtual”) é uma das ferramentas que será utilizada para gerar interações entre o público e as peças já perdidas ou recuperadas e transformadas pelo fogo, o que funciona como uma maneira de preservar e perpetuar a memória do MNRJ e de seu acervo (ver von Seehausen et al. neste volume).

O MNRJ foi destino de inúmeras visitas escolares com o objetivo de estabelecer um contato pessoal das e dos estudantes com seu rico acervo, incluindo sua Coleção Egípcia. Uma interessante oficina foi realizada em 2013 pelas professoras Regina Bustamante e Valéria dos Santos Tavares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com a então graduanda do curso de História Beatriz Moreira da Costa. Tendo como público as e os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, a oficina consistia em estabelecer contato com a Coleção Egípcia e explicar noções básicas de Egípcio Médio. Após a exposição, era solicitado que as e os estudantes produzissem uma estela⁶ de cartolina e isopor sobre um artista, parente ou amigo falecidos, com uma oração em hieróglifos.

⁶ Estelas são blocos verticais, geralmente feitos de pedra e madeira, com propósito ritualístico. No caso das estelas funerárias do Egito antigo, eram inclinadas e arredondadas no topo ou retangulares e seu propósito fundamental consistia em providenciar ao falecido oferendas de alimentos doados pelo faraó e pela divindade — normalmente Anúbis ou Osíris, deuses conectados ao embalsamamento e ao além —, tornando-o partícipe dos ritos divinos e reais (Badawy 1948, 214, 243).

Tendo como base um questionário aplicado aos estudantes que participaram da oficina, as autoras demonstram o sucesso do projeto, uma vez que o contato com a cultura material historicizada estabeleceu uma conexão entre o passado egípcio antigo e as próprias vivências das e dos estudantes (Tavares, Costa e Bustamante 2018, 23).

Esta experiência demonstra a importância do Museu Nacional e de sua Coleção Egípcia para a formação de uma consciência histórica no estudante, bem como de uma intervenção na educação básica cientificamente baseada. Este exemplo mostra o potencial que o MNRJ tem para ações educacionais relacionadas ao Egito antigo.

Na Região Nordeste do país, o número de estudos especializados no Egito antigo tem crescido por conta de uma maior presença de especialistas no campo na região a partir do século XXI. Exemplos incluem José Roberto Pellini (que esteve no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe entre 2013 e 2017) e Marcia Vasques (desde 2009 no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Neste contexto surge o MAAT — *Grupo de Estudo de História Antiga*, criado por Marcia Vasques na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O grupo de estudos começou como um projeto de monitoria, a partir do qual se desenvolveu o *site* (Grupo Maat 2022) e o atual projeto de extensão.⁷ Além da extensão, os e as estudantes que fazem parte do MAAT atuam em pesquisas na graduação e pós-graduação.

Entre as ações voltadas para a difusão do conhecimento no âmbito da História Pública e da Extensão Universitária, o MAAT produz jogos didáticos⁸ voltados ao ensino básico e propostas didáticas destinadas a docentes do Ensino Fundamental e Médio. Uma vez por ano, também ocorre o *Cine-Maat*, em que um filme sobre a Antiguidade é exibido, seguido de um de-

⁷ O MAAT foi, por um tempo, projeto de monitoria e extensão concomitantemente (Vasques, entrevista).

⁸ Destacamos o Dominó Egípcio (Cabral et al. 2019), que, de forma lúdica, estimula professores e alunos a discutirem objetos da cultura material egípcia, assim como o conceito de patrimônio, a partir da localização das peças que aparecem no jogo.

bate público sobre o mesmo. Há também a publicação de textos relativos à Antiguidade no *site* do grupo, incluindo traduções para fins didáticos de autores como John Baines e Barry Kemp, fontes primárias para o estudo das sociedades antigas, resenhas de livros e filmes. O *site* contém, por fim, indicações de outras *webpages* acadêmicas e as propostas desenvolvidas pelo grupo para o Ensino Básico (Vasques 2020).

Atualmente, o MAAT produz material de divulgação científica no Instagram (@maatufnr) e no *MaatCast*, podcast no qual são realizadas periodicamente entrevistas com especialistas em Antiguidade e que está disponível nas principais plataformas de *streaming* de áudio (Spotify, Deezer, Apple Podcasts).

Na Região Sul do país, podemos destacar duas instituições promotoras e divulgadoras de conhecimento sobre o Egito antigo: o Museu Egípcio e Rosacruz e o Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso, ambos no estado do Paraná. As duas instituições são formadas majoritariamente por réplicas de peças egípcias (Santos 2010; Hecko 2013; ver o capítulo sobre coleções egípcias no Brasil neste volume) e possuem um papel educativo importante no contexto em que estão inseridas.

O Museu Egípcio e Rosacruz (MERC) foi inaugurado em 1990 na cidade de Curitiba e conta atualmente com um novo museu em anexo, o Museu “O Rei Menino de Ouro: Tutankhamon” (Museu Egípcio e Rosacruz 2022), aberto em 2019. Os dois museus são vinculados à Grande Loja da Jurisdição de Língua Portuguesa da A.M.O.R.C. (Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis).⁹

Além das réplicas de peças do Egito antigo, o MERC adquiriu, em 1995, a múmia de uma dama egípcia (datada provavelmente no final do Terceiro Período Intermediário, 1070–712 AEC, ou início do Período Tardio, 712–332 AEC), que foi batizada de Tothmea, por não conter nome em seus registros. Com o objetivo de melhor estudá-la, Moacir Elias Santos dirige,

⁹ Sob uma perspectiva êmica, “as origens tradicionais da Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis remontam às Escolas de Mistérios do Egito Antigo” (AMORC 2017, 4), o que justifica a criação de um museu dedicado à esta civilização. Para mais informações acerca da Egiptomania nos prédios da A.M.O.R.C., ver Santos, Moreira e Tedardi 2004.

desde 1997, o “Projeto Tothmea”, que já mobilizou a sociedade local para executar exames como a tomografia computadorizada para avaliar, entre outras coisas, o seu processo de mumificação (AMORC 2016). Em 2012, o artista 3D Cícero Moraes (Moraes 2022) realizou sua reconstituição facial forense, juntamente com Santos.

Um dos principais focos do MERC são as ações educativas voltadas principalmente para estudantes do Ensino Básico. O museu costuma receber em torno de quatro grupos de estudantes por dia, totalizando uma média mensal de duas mil pessoas, que vêm tanto do Paraná quanto de estados vizinhos (AMORC 2016). As visitas se dão através de narrativas temáticas, destacando as crenças religiosas egípcias sob vários prismas (Hecko 2013, 72). As cifras nos mostram a importância do MERC na difusão do conhecimento sobre o Egito antigo no Brasil, principalmente entre pessoas que não teriam condições de estabelecer um contato com a cultura material desta civilização.¹⁰ A partir de 2021, o MERC passou a produzir também uma série de vídeos contemplando temáticas variadas relativas ao Egito antigo, com ênfase em temas relacionados à múmia Tothmea.

O Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso está localizado na cidade de Ponta Grossa e é dirigido pelos egiptólogos Moacir Elias Santos e Liliane Cristina Coelho. O acervo é quase totalmente formado pelas réplicas produzidas pelo próprio Moacir Santos,¹¹ em um esforço que já dura cerca de três décadas (Costa 2013, 48) e que também abasteceu o MERC. A coleção é bastante variada, cobrindo um arco temporal extenso, da chamada Pré-História até a História das Civilizações Antigas. Ele é dividido em Evolução Humana e Pré-História Europeia; Mesopotâmia; Egito Antigo; Mediterrâneo; América Pré-Colombiana; Arqueologia Pré-Histórica Brasileira e Etnologia Brasileira (Costa 2013, 12). Além das exposições permanentes,

¹⁰ Para uma discussão acerca da validade de réplicas para um contato com o passado egípcio antigo, ver Costa 2013, 33–39.

¹¹ As peças originais constituem-se de três líticos pré-dinásticos, dois *ushabtis*, duas moedas ptolomaicas e uma máscara do mesmo período. No entanto, apenas a máscara e os líticos estão atualmente em exposição.

o Museu realiza exposições itinerantes e empréstimos de peças para outras instituições (Costa 2013, 13), como o próprio MERC.

O Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso também conta com um *website* (Santos e Coelho 2022) com vários textos acadêmicos e propostas de atividades educativas e lúdicas produzidos por Santos e Coelho, além de abundante bibliografia sobre a temática faraônica. A relação com o Ensino Básico escolar está explícita nos objetivos do museu, publicados na sua página *web*: “contribuir no aprimoramento da educação e da cultura da comunidade em geral e, principalmente, servir de apoio didático aos professores e alunos dos ensinos fundamental e médio da região dos Campos Gerais” (Santos e Coelho 2022).¹² Percebemos, pois, a evidente inclinação do Museu, desde sua gênese, para a educação, principalmente da comunidade local, porém não se limitando a ela.

As visitas para grupos ou estudantes são guiadas pelo próprio Santos e visam mostrar o Egito para além da mera curiosidade e entretenimento, ultrapassando lugares-comuns ligados ao tema. Com duração de aproximadamente uma hora, a visita guiada ocorre com um fundo musical gravado por um pesquisador que, com base em réplicas dos instrumentos musicais egípcios antigos, gravou as composições utilizadas pelo Museu (Carmo 2011, 30).

O impacto deste Museu na região de Campos Gerais é notável. Para melhor compreendê-lo já foram empreendidos estudos em âmbitos diferentes, como no Turismo, por Tamires Carmo (Carmo 2011), e na Museologia, por Karine Costa (Costa 2013). Tomando por base o livro de visitas do Museu, Carmo contabilizou 11.211 visitantes, em sua maioria estudantes, no intervalo de 2001 — ano de fundação do Museu — até 2011, ano em que realizou a pesquisa (Carmo 2011, 31).

Através destes registros, notamos como é fundamental a presença de especialistas não apenas na pesquisa, mas também na divulgação de conhecimentos sobre a antiguidade egípcia. Devido ao pouco investimen-

¹² Campos Gerais é o nome dado à região do centro-oeste do Paraná, onde a cidade do Museu, Ponta Grossa, está localizada.

to público nos conhecimentos históricos no Brasil, mais especificamente aqueles referentes aos períodos mais recuados, o esforço individual de pesquisadores tem sido ímpar para o desenvolvimento e a divulgação de saberes neste âmbito, no qual o Egito antigo se encontra inserido.

Em síntese, a partir desta análise de instituições e centros de pesquisa é possível perceber a importância de três frentes interdependentes: a pesquisa, o ensino e a divulgação científica. Por mais que o Brasil tenha muito a trilhar no que se refere à produção e difusão de conhecimento sobre Egito antigo, muito também já foi feito. É partindo destas bases que as próximas gerações colocarão as pedras para dar continuidade à construção dos pilonos da Egiptologia brasileira — utilizando uma simbologia egípcia.

Aprendendo sobre o Egito antigo nos movimentos sociais e festas populares

O passado não é monopólio de instituições escolares, acadêmicas e científicas. A memória social é palco de intensas disputas travadas pelos diversos grupos que agem na sociedade. Neste contexto, os conhecimentos e narrativas sobre o Egito antigo não são uma exceção. Pelo contrário, as representações da sociedade faraônica têm até certa centralidade frente a outros momentos da história da humanidade dentro das concepções sobre o passado desenvolvidas por movimentos sociais em outro campo da chamada História Pública (Liddington 2011).

Boa parte da história africana foi transmitida por milênios através de formas de difusão não escritas: cerimônias, rituais, danças, iconografias, músicas e diversas narrativas que se mantiveram através da tradição oral. A música popular de vários países marcados pela diáspora africana é testemunha de que as canções sempre foram uma forma de manter a memória dos povos afrodescendentes. Não por acaso, o rapper brasileiro Emicida diz em uma de suas letras, referindo-se ao povo negro, que “nossos livros de história foram discos”.

Neste contexto, torna-se relevante a questão do Egito antigo como uma civilização negra, reivindicada pelo afrocentrismo kemético. Este debate,

encabeçado por intelectuais africanos como Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga e Elikia M'Bokolo, teve sua importância no contexto de independência política de países africanos no século XX perante as potências europeias que os dominavam (Sagredo 2017, 65–76). Neste sentido, as teorias afrocêntricas foram fundamentais no sentido de gerar um contraponto à dominação a que estes grupos se encontravam submetidos. Isto foi usado pelos movimentos negros brasileiros nas músicas e festas populares desde pelo menos a década de 1970, mas ganhou força junto com o crescimento dos movimentos sociais no Brasil da década de 1980, no contexto do fim da ditadura empresarial-militar e da abertura política.

Em 1979, em Salvador, cidade com a maior comunidade negra fora do continente africano, foi fundado o bloco afro Olodum, que tinha entre seus objetivos a promoção da autoestima dos afro-brasileiros por meio da organização de ações culturais, com centralidade para a música. Um ano depois, Abdias do Nascimento, um dos maiores intelectuais negros do país, apontava para a necessidade de o povo preto brasileiro reconquistar a sua memória, atacada pelas estruturas de dominação ocidentais há 500 anos (Nascimento 1980). Esta memória tinha em sua base o Egito kemético.

O Olodum gravou seu primeiro disco no ano de 1987, com o título *Egito, Madagascar*, que contava com duas músicas narrando aspectos da cultura egípcia, *Reggae dos Faraós* e, a mais famosa, *Faraó, divindade do Egito*. A ideia do bloco era claramente instruir a população negra para a construção de uma memória social e racial. Segundo Ellen Oliveira, as letras tinham um visível caráter narrativo, contando a história da África e da diáspora, com o objetivo de promover o conhecimento da cultura africana no mundo (Oliveira 2015).

Em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão, as agremiações de Carnaval pelo Brasil tiveram enredos voltados para a exaltação da cultura negra. A Beija-Flor de Nilópolis, escola de samba do Rio de Janeiro, desfilou com o enredo *Sou Negro, do Egito à Liberdade*, mostrando claramente a construção de uma narrativa histórica voltada para o que Abdias do Nascimento havia chamado de “reconquista da memória”. O carnavalesco responsável declarou sua inspiração no Egito antigo, especialmente pela

proximidade de seus mitos com aqueles das religiões afro-brasileiras de origens iorubas. O texto de divulgação do enredo atestava literalmente que a “apropriação da cultura egípcia era seguir a tradição da Beija-Flor de trazer para a avenida o negro como um povo exuberante, cheio de belezas, riquezas e em busca da liberdade” (Germano e Bakos 2004, 112). Vinte e quatro anos depois, a Beija-Flor voltou a trazer o Egito para seu desfile, agora com o enredo *Empretecendo o Pensamento é Ouvir a Voz da Beija-Flor*, no qual os carnavalescos se propunham a dar uma aula sobre a história negra, começando por Kemet e misturando as referências ao Egito antigo àquelas de grandes intelectuais negros, como Frantz Fanon e Lélia Gonzales.

O ensino da história do Egito antigo, portanto, segue sendo feito para além das salas de aula. Valorizando a educação como processo integral e a importância da construção da memória como ação antirracista, os movimentos sociais negros brasileiros transformaram a difusão dos conhecimentos sobre a sociedade faraônica em armas na luta por justiça social.

Considerações finais

O Egito antigo está indiscutivelmente inserido na cultura histórica do Brasil. Análises voltadas para o campo da Didática da História, interessadas nas construções não científico-acadêmicas sobre o passado, desvelam os usos que a sociedade faraônica tem na memória social brasileira. Se entendemos a educação como um processo que está para além das estruturas escolares, somos capazes de perceber as ações de ensino da história egípcia e seus resultados empregados na orientação das ações de brasileiras e brasileiros.

A Egiptologia vem se expandindo e se consolidando no Brasil ao mesmo tempo em que, nos grandes centros, ganham força os ainda tímidos esforços de crítica às posturas colonialistas, que constituíram os alicerces dessa disciplina/área de estudos. Neste contexto, atividades de extensão e divulgação científica têm papel fundamental. Museus e centros de pesquisa brasileiros difundem conhecimentos, procurando aproximar a população em geral dos métodos, objetos, fontes e resultados das reflexões egiptológicas.

Por um lado, as orientações curriculares, estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular, empregam os conhecimentos sobre o Egito antigo para reforçar o papel do Brasil como parte de uma narrativa do progresso ocidental. A antiguidade egípcia aparece como parte do berço de uma civilização que vai encontrar o seu ápice no Ocidente contemporâneo, numa trajetória histórica eurocêntrica, que posiciona os brasileiros como periféricos, fortalecendo a supremacia branca e diminuindo o valor das contribuições dos povos originários e populações afro-diaspóricas. Em outras palavras, um ensino de História que acaba por reproduzir a violência da colonização através da reprodução acrítica de uma Antiguidade “fora do lugar”. No extremo oposto, aparecem os esforços educacionais perpetrados pelos movimentos negros na construção de uma identidade afroreferenciada, que mobiliza o passado egípcio como arma de empoderamento da população preta na luta contra o racismo.

O Egito antigo segue sendo relevante e tendo um papel de destaque nas batalhas pela memória social e sua função na construção das consciências históricas e ações individuais e coletivas, especialmente em um país tão marcado pelas feridas ainda abertas, deixadas pelos crimes da escravidão. Neste contexto, o ensino da história do passado faraônico, em seus mais diversos meios, pode dar à Egiptologia brasileira um papel de destaque em um cenário atual em que a disciplina/área de estudos parece à deriva na busca por novos caminhos, críticos das suas raízes coloniais e orientalistas.

BIBLIOGRAFIA

- AMORC – Grande Loja da Jurisdição de Língua Portuguesa. 2017. *O Domínio da Vida*. Curitiba: AMORC.
- AMORC – Grande Loja da Jurisdição de Língua Portuguesa. 2016. “História do Museu Egípcio e Rosacruz”, transmitido em julho de 2016 pelo YouTube por AMORC/GLP, Curitiba, acessado em 29 de novembro de 2022. http://https://www.youtube.com/watch?v=hXIKLIBEplI&list=PLpIN7QIfWU_ZcRitPra_9-VVJSshE8DLN&index=4&t=226s.
- Amaral, Ana Luiza do, Angela Rabelo, Cleide Martins, Neuvânia Ghetti, e Tamires Machado. 2021. “Conservação de estatuetas em bronze da coleção egípcia resgatada pós-incêndio no Museu Nacional.” In *SEMNA – Estudos*

- de *Egiptologia VII*, editado por Antonio Brancaglion Jr., Gisela Chapot e Deborah Soares Ribeiro, 29–48. Rio de Janeiro: Kline.
- Badawy, Alexandre. 1948. “La stèle funéraire sous l’Ancien Empire: son origine et son fonctionnement.” *Annales du Service des Antiquités de l’Égypte* 48 (1): 113–43.
- Barnabé, Luís Ernesto. 2019. “A História Antiga em compêndios franceses e brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o caso Justiniano José da Rocha: história, disciplina escolar e impressos (1820-1865).” Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista.
- Borges, Jorgeval. 2009. “Ambígua África, memórias e representações da África antiga no livro didático: Egito, reinos e impérios africanos.” Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
- Brasil. 2018. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: Ministério da Educação.
- Cardoso, Ciro Flamarion. 1982. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense.
- Cardoso, Oldimar. 2008. “Para uma definição de didática da História.” *Revista Brasileira de História* 28 (55): 153–70.
- Carmo, Tamires Dias Mendes. 2011. “Museu de Arqueologia de Ponta Grossa/PR: estratégias de divulgação.” Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- Cabral, Hannah, Jadson Pereira, Alaide Ribeiro, Elian Castro, e Pedro Hugo Canto. 2019. *Jogo Didático: dominó egípcio*.
- Carvalho, Claudia Rodrigues, ed. 2021. *500 Dias de Resgate: memória, coragem e imagem. 500 days of rescue – memory, courage and image*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Costa, Karine Lima da. 2013. “Acervo de réplicas e seu papel educativo no Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso (Ponta Grossa - PR).” Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Davies, Vanessa. 2020. “W.E.B. Du Bois, a New Voice in Egyptology’s Disciplinary History”. *ANKH* 28/29: 18–29.
- Davies, Vanessa. 2022. “Egypt and Egyptology in the Pan-African Discourse of Amy Jacques Garvey and Marcus Garvey.” *Mare Nostrum* 13 (1): 147–78.
- Frizzo, Fábio. 2016. “A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os Descaminhos do Ensino de Antiguidade Egípcia no Brasil.” In *Semna - Estudos de Egiptologia III*, editado por Antonio Brancaglion Jr. e Cintia Alfieri Gama-Rolland, 49–56. Rio de Janeiro: Kline.
- Funari, Pedro, e Raquel Funari. 2010. “Ancient Egypt in Brazil: A Theoretical Approach to Contemporary Uses of the Past.” *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress* 6 (1): 48–61.
- Germano, Iris, e Margaret Bakos. 2004. “Festas, carnavais e Egito Antigo.” In *Egiptomania: o Egito no Brasil*, editado por Margaret Bakos, 101–15. São Paulo: Paris Editorial.
- Google. 2022a. “Google Cardboard”, acesso em 22 de dezembro de 2022. <https://arvr.google.com/cardboard/>.
- Google. 2022b. “Fabricar o Google Cardboard”, Google Cardboard, acesso em 22 de dezembro de 2022. https://arvr.google.com/intl/pt-BR_pt/cardboard/manufacturers/.
- Grupo Maat. 2022. “MAAT - Grupo de Estudo de História Antiga”, acessado em 29 de novembro de 2022. <https://https://maatufn.home.blog/>.
- Gurgel, Victor Braga. 2020. “Ensino de História e visões do Egito Antigo: concepções docentes, egiptomania e livros didáticos.” In *Anais do XVIII Encontro Estadual de História. Direitos Humanos, Sensibilidades e Resistências*, editado por R. Rodrigues, S. Moretto e T. Coelho, 1–13. Criciúma: Unesc.
- Harvard University. 2022. “Digital Giza”, acessado em 22 de dezembro de 2022. <http://giza.fas.harvard.edu/gizaintro/>.
- Hecko, Leandro. 2013. “Egiptomania e usos do passado: o Museu Egípcio e Rosacruz de Curitiba (PR).” Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná.
- Heródoto. 2020. *História, livro II Euterpe*. Tradução de Carlos Schrader. Barcelona: Editorial Gredos.
- Lee, Peter. 2006. “Em direção a um conceito de literacia histórica.” *Educar* (v. especial): 131–50.
- Leite, Priscilla Gontijo. 2017. “Ensino de História, Reformas do Ensino e Percepções da Antiguidade: apontamentos a partir da atual conjuntura brasileira.” *Mare Nostrum* 8: 13–29.

- Leite, Priscilla Gontijo. 2020. "Ensino de História Antiga no Brasil: percepções a partir das propostas da BNCC." In *Antigas Leituras: ensino de História*, editado por José Maria Gomes de Souza Neto, Guilherme Moerbeck e Renan M. Birro, 93–113. Recife: EDUPE.
- Liddington, Jill. 2011. "O que é História Pública?" In *Introdução à História Pública*, editado por J. de Almeida e M. Rovai, 31–52. São Paulo: Letra e Voz.
- Moerbeck, Guilherme. 2017. "Campo acadêmico, História Antiga e Ensino: comentários em torno do presente e futuro de uma área." *Mare Nostrum* 8: 187–97.
- Moerbeck, Guilherme. 2020. "Consciência Histórica, diferenciações étnicas e clivagens sociais: um estudo a partir do 7º e 8º anos do Ensino Fundamental." In *Antigas Leituras: ensino de História*, editado por José Maria Gomes de Souza Neto, Guilherme Moerbeck e Renan M. Birro, 19–49. Recife: EDUPE.
- Moerbeck, Guilherme. 2021. "In defesa do ensino de História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial." *Brathair* 21 (1): 50–91.
- Moraes, Cícero. 2022. "Tothmea", acessado 13 de dezembro de 2022. http://www.ciceromoraes.com.br/doc/pt_br/Moraes/Tothmea.html.
- Moreno García, Juan Carlos. 2015. "The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the turn of the Twenty-First Century." In *History of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, editado por William Carruthers, 50–63. London: Routledge.
- Munakata, K. 2012. "O livro didático: alguns temas de pesquisa." *Revista Brasileira de História da Educação* 12: 179–97.
- Museu Egípcio e Rosacruz. 2022. "Museu Tutankhamon", acessado em 08 de dezembro de 2022. <https://museuegipcioerosacruz.org.br/museu-tutankhamon/>.
- Museu Nacional. 2022. "Resgate de Acervos", Museu Nacional Vive, acessado em 16 de outubro de 2022. <https://museunacionalvive.org.br/resgate-de-acervos/>.
- Nascimento, Abdias. 1980. "Quilombismo. An Afro-Brazilian Political Alternative." *Journal of Black Studies* 11 (2): 141–78.
- Oliva, Anderson Ribeiro. 2017. "Desafricanizar o Egito, embranquecer Cleópatra: silêncios epistêmicos nas leituras eurocêtricas sobre o Egito em manuais escolares de História no PNLD 2018." *Romanitas* 10: 26–63.
- Oliveira, Ellen. 2015. "A Poesia de Combate ao Racismo nas Canções do Olodum". In *A Poesia da Canção: estudos de letras da MPB*, editado por Christina Ramalho, 23–40. Aracaju: ArtNer.
- Paiva, Viviane Aparecida. 2016. "O Egito como componente curricular de História: desafios e possibilidades no ensino de História da África." Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás.
- Poirson, Auguste, e Remy Cayx. 1831. *Précis de L'Histoire Ancienne*. Paris: L. Colas.
- Quijano, Aníbal. 1992. "Colonialidad y Modernidad-Racionalidad." In *Los Conquistados*, editado por Heraclio Bonillo, 437–49. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones.
- Rocha, Helenice. 2017. "Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis." In *Livros Didáticos de História. Entre Políticas e Narrativas*, editado por H. Rocha, L. Reznik e M. Magalhães, 11–30. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rüsen, Jörn. 2007. "Didática – funções do saber histórico." In *História Viva, Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*, editado por Jörn Rüsen, traduzido por Estevão de Rezende Martins, 85–133. Brasília: Editora UnB.
- Sagredo, Raísa. 2015. "De José do Egito ao Os Dez Mandamentos: olhando o Egito Antigo através da TV brasileira." In *VI Semana Acadêmica de História – Visões de Mundo: história, representações e narrativas*. Florianópolis: FAED.
- Sagredo, Raísa. 2017. "Raça e etnicidade: questões e debates em torno da (des)africanização do Egito antigo." Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Santos, Dominique, Grazielle Kolv, e Juliano João Nazário. 2017. "O Ensino e a pesquisa em História Antiga no Brasil: reflexões a partir de dados da Plataforma Lattes." *Mare Nostrum* 8: 115–45.

- Santos, Dominique. 2019. “O Ensino de História Antiga no Brasil e o Debate da BNCC.” *Outros Tempos* 16 (28): 128–45.
- Santos, Dominique. 2020. “O ensino e a pesquisa de História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos planos de ensino-aprendizagem das Universidades Federais.” In *Antigas Leituras: ensino de História*, organizado por José Maria Gomes de Souza Neto, Guilherme Moerbeck e Renan M. Birro, 247–69. Recife: EDUPE.
- Santos, Moacir Elias. 2010. “Recriando e divulgando o Egito antigo no Brasil.” *Jornal O Lince*: 10–11.
- Santos, Moacir Elias, e Liliâne Cristina Coelho. s/d. “Museu de Arqueologia”, Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso, acessado em 16 de dezembro 2022. <http://museuarqueologico.blogspot.com/>.
- Santos, Moacir Elias, Thiago José Moreira, e Vivian Noite Valim Tedardi. 2004. “A Ordem Rosacruz e a Arquitetura Egípcia.” In *Egiptomania: o Egito no Brasil*, editado por Margaret Bakos, 119–31. São Paulo: Paris Editorial.
- Silva, Uiran. 2017. “Uma Antiguidade Fora do Lugar?” *Mare Nostrum* 8: 1–12.
- Smith, Stuart Tyson. 2022. “Uma Dádiva do Nilo? Mudanças climáticas, as origens da civilização egípcia e suas interações no nordeste africano.” *Mare Nostrum* 13 (1): 251–81.
- Souza, Marcelo Miguel de e Thiago Eustáquio Araújo Mota. 2020. “O uso de mídias digitais e novas tecnologias aplicadas ao ensino de História Antiga: possibilidades e perspectivas.” In *Antigas Leituras: ensino de História*, editado por José Maria Gomes de Souza Neto, Guilherme Moerbeck e Renan M. Birro, 149–67. Recife: EDUPE.
- Süssekind, Maria Luiza. 2014. “As (Im)possibilidades de uma Base Comum Nacional.” *Revista e-Curriculum* 12 (03): 1512–29.
- Tavares, Valéria Marques dos Santos, Beatriz Moreira da Costa, e Regina Maria da Cunha Bustamante. 2018. “A Cultura material egípcia do Museu Nacional: Ensino de História através de uma proposta pedagógica.” *Revista Educação em Questão* 56 (50): 163–89.
- Vasconcelos, P. 2020. “O Egito Antigo nos Livros Didáticos Brasileiros e Portugueses.” Dissertação de mestrado, Universidade do Porto.
- Vasques, Marcia S. 2020. “O Maat: antiguidade, origens e história”, entrevista por Hannah Cabral e Talita Cruz. *MaatCast*, Setembro 2020. Acessado em 29 de novembro de 2022. <http://https://open.spotify.com/episode/OTJsUmKW8WmBk4bLuHdBx0?si=7897f4ef11364adc>.
- von Seehausen, Pedro Luiz. 2021. “Um vislumbre sobre o resgate da coleção egípcia do Museu Nacional.” In *SEMNA – Estudos de Egiptologia VII*, editado por Antonio Brancaglion Jr., Gisela Chapot e Deborah Soares Ribeiro, 49–63. Rio de Janeiro: Klíne.
- von Seehausen, Pedro Luiz. 2022. “A Egiptologia do Museu Nacional após o fogo: o resgate da coleção e as perspectivas futuras”, transmitido em junho de 2022 pelo YouTube por LARP/MAE-USP, São Paulo. Acessado em 29 de novembro de 2022. <http://https://www.youtube.com/watch?v=Z5kjrDjQC84&t=3556s>.
- Wengrow, David. 2007. “Landscapes of Knowledge, Idioms of Power: The African Foundations of Ancient Egyptian Civilization Reconsidered.” In *Ancient Egypt in Africa*, editado por David O’Connor e Andrew Reid, 121–36. Walnut Creek: Left Coast Press.

FORMAÇÕES EGÍPTOLÓGICAS NO BRASIL: OS CAMINHOS, OS CONTEXTOS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS

MARCIA VASQUES*, PEDRO HUGO CANTO NÚÑEZ**

Os estudos sobre o Egito antigo apresentam características e temáticas de pesquisa diversificadas nos variados institutos e centros de pesquisa espalhados ao redor do mundo. O continente europeu, com destaque para os países da Europa Ocidental, e os Estados Unidos, pela primazia política, econômica e militar que tiveram, sobretudo no decorrer dos séculos XVIII e XIX, sempre ocuparam o foco dos olhares acadêmicos internacionais. No entanto, após a Virada Culturalista, no final da década de 1980 e sobretudo nos anos de 1990, houve uma projeção internacional de outros centros de pesquisa e mesmo uma reivindicação de países, até então academicamente subalternos, para ter voz também nesse meio. Na América Latina, no Brasil, um país multicultural, de raízes diversas, a questão também tem sido colocada em debate.

Esse capítulo é, de certa forma, um aperfeiçoamento e uma atualização do balanço sobre a Egíptologia no país, feito em 2019 (Vasques 2020). Naquela ocasião, as pesquisas foram separadas em polos de estudos, com

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3633-143X>. E-mail: marcia.vasques@ufrn.br.

** Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, USP, Brasil (Pós-doutorando - Bolsista Fapesp 2025/20920-4).

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4038-6206>. E-mail: canto_nunez@hotmail.com.



um histórico sobre os caminhos que foram percorridos em cada um desses centros. O presente texto adentra nas especificidades dessas pesquisas, compreendendo o Brasil como um país mais do que capaz de contribuir diretamente para o desenvolvimento da Egíptologia internacional. Para isso, seguiremos um tríptico foco: em um primeiro momento, comentaremos sobre as coleções egípcias no Brasil e o início das pesquisas em Egito antigo; após, contextualizaremos os núcleos de pesquisa dentro dos desdobramentos sócio-políticos que ocorreram no país a partir dos anos 1990; e, por fim, projetaremos alguns possíveis futuros para a Egíptologia no Brasil.

Egito antigo no Brasil: as coleções e os primórdios da pesquisa científica

Os estudos de Egíptologia no Brasil cresceram, nos últimos trinta anos, associados ao desenvolvimento das universidades públicas e à consolidação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mas é no decorrer do século XXI, com a implantação do REUNI (*Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*),¹ durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003–2006 e 2007–2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), que houve um aumento na quantidade de concursos públicos e de investimentos na área da pesquisa científica, os quais beneficiaram as ciências de uma maneira geral e, por conseguinte, os cursos de História e os estudos sobre o mundo antigo. Nesse período, a pós-graduação como um todo se aprimorou e foi ampliada para as regiões do país até então menos favorecidas, como a região Nordeste e Norte.²

No entanto, a presença do Egito antigo no Brasil é mais antiga, tendo sido marcada pelo acervo da família imperial brasileira que integrava a

¹ Para mais informações, conferir o “Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007”: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm (acesso em 8/4/2024).

² Conforme constatamos nas análises de Andrade 2022, a construção de novas universidades e institutos federais na região Nordeste e Norte do Brasil auxiliaram na geração de um melhor bem-estar social nas cidades favorecidas e seus arredores.

coleção do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Infelizmente, o Palácio São Cristóvão, sede do Museu, foi destruído por um incêndio de grandes proporções em setembro de 2018. Várias equipes de trabalho têm se dedicado, desde então, à recuperação das peças soterradas e à revitalização do Museu, marco histórico para a cidade do Rio de Janeiro e para o Brasil como um todo (ver von Seehausen et al. neste volume).³

O Palácio São Cristóvão, situado no bairro do mesmo nome, foi residência da família real portuguesa de 1808 a 1821 e, após a independência do Brasil, foi ocupado pela família imperial brasileira de 1822 até 1889. O Museu Real, instituição fundada pelo rei de Portugal D. João VI, em 1818, estava localizado inicialmente no Campo de Santana. Mas, com a Proclamação da República, em 1889, foi transferido para o Palácio da Quinta da Boa Vista, que se tornou museu em 1892. Em 1946, o Museu Nacional foi integrado à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os imperadores do Brasil, D. Pedro I e seu filho, D. Pedro II, foram os responsáveis pela aquisição das peças egípcias que compunham o acervo do Museu Nacional. Segundo Antonio Brancaglion Jr. (2013, 41), os primeiros artefatos e múmias foram comprados do comerciante de antiguidades Nicolau Fiengo, que aportou no Rio de Janeiro vindo da Argentina e colocou os objetos à venda em praça pública. Demais peças do acervo foram adquiridas por D. Pedro II, que viajou ao Egito duas vezes: a primeira em 1871 e a segunda, em 1876.⁴

A relação da família imperial com o Egito antigo é sintomática da Egíptomania que tomou conta dos círculos aristocráticos da Europa no decorrer dos séculos XVIII e XIX, sobretudo após a campanha de Napoleão Bonaparte

³ No dia 02 de setembro de 2022 foi inaugurada a reconstrução da fachada do Palácio e a previsão é que o Museu seja reaberto em 2027, como pode ser atestado em uma reportagem do Jornal Globo, intitulada “Museu Nacional Inaugura Fachada Restaurada Quatro Anos Após Incêndio” (2 de setembro de 2022). Mais informações sobre o trabalho de recuperação do acervo do Museu Nacional podem ser conferidas na apresentação de Pedro von Seehausen, por ocasião do IV CEL – *Colóquio de Egíptologia Latino-americana* (11 a 14 de abril de 2022), no vídeo disponível no YouTube (canal do MAAT-UFRN), intitulado “IV CEL – Mesa Redonda: Museus” (<https://www.youtube.com/watch?v=IVnVT8-39dM>, acesso em 2/12/2024). Ver também capítulo por von Seehausen et al. neste volume.

⁴ Sobre o papel da família imperial brasileira para o desenvolvimento da egiptologia no país e os desdobramentos da área na sociedade brasileira, consultar Rocha da Silva 2017.

no Egito, em 1798. Antes do advento da Egiptologia, a visão do Egito antigo, como uma terra mística derivava, em grande parte, da percepção que os gregos tinham do Egito ainda na Antiguidade. Para Jan Assmann (2017, 25), os sacerdotes egípcios do Período Ptolomaico teriam certa responsabilidade em moldar a aura de mistério que envolvia a religião egípcia, então percebida como tendo, de um lado, uma vertente popular, de uso comum, e, de outro, um saber esotérico restrito ao recôndito dos templos. Mas, embora este fenômeno que Assmann chamou de *religio duplex* tenha raízes na própria cultura egípcia antiga, esta construção deriva, sobretudo, de interpretações modernas, que remontam aos séculos XVII e XVIII (Assmann 2017, 21–25).

O Egito do saber esotérico que vemos, por exemplo, na ópera “A Flauta Mágica” de Mozart e nas obras maçônicas de uma maneira geral (Díaz-Andreu 2007, 50), coexiste com a Egiptologia como ciência, cujos estudos se desenvolveram, em grande parte, como decorrência da expedição de sábios que acompanharam Napoleão na invasão do Egito em 1798. Desta expedição resultaram os volumes da *Description de l'Égypte*, publicados entre 1809 e 1829. Em decorrência deste acontecimento temos outro marco da Egiptologia, a descoberta da Pedra de Rosetta e publicação de sua tradução por Jean-François Champollion, em 1822.

O colecionismo de objetos antigos foi uma prática que se iniciou na Itália no período Renascentista e recriou o passado clássico, cujos artefatos, esculturas, pinturas e objetos foram utilizados como elementos decorativos. O Antiquarianismo e a coleção de objetos de arte do mundo antigo, sobretudo gregos e romanos, de certa forma, influenciaram o surgimento de uma arqueologia neste momento mais dedicada à confecção de *corpora* de inscrições e de objetos considerados artísticos (Trigger 2004, 27–70). O interesse pelos objetos egípcios, incentivado pela Egiptomania e por uma Egiptologia ainda incipiente, fomentaram, mundialmente, as escavações exploratórias no Egito, cujas peças foram parar nos acervos de museus europeus ou de colecionadores particulares, muitos deles membros da aristocracia.⁵ No Brasil,

⁵ Para mais informações sobre a Egiptomania no Brasil, recomendamos a leitura do capítulo “Egiptologia, Egiptofilia e Egiptomania: um entendimento de três conceitos”, publicado no livro Egito

a prática colecionista também se fez presente na família imperial. A maior parte do acervo do Museu Nacional provinha da época imperial, que somava por volta de 700 objetos e seis múmias, contando com o acréscimo de doações de particulares e compras feitas posteriormente.⁶

Um primeiro estudo da coleção egípcia, em conjunto com o acervo clássico do Museu Nacional, foi feito por Alberto Childe, curador da coleção entre 1912 e 1938. Childe, russo de nascimento, tinha estudado hieróglifos com Gaston Maspero no *Collège de France*, em Paris. Em 1990, o egiptólogo britânico Kenneth Kitchen publicou um catálogo da coleção egípcia, com a colaboração de Maria da Conceição Beltrão, então curadora do acervo.⁷ Em 2002, Antonio Brancaglion Jr. ingressou no Museu Nacional e deu continuidade à pesquisa com o acervo criando o *Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional*, o SESHAT, que, após o seu falecimento, em 2021, continuou em atividade, sob a supervisão de Cláudia Rodrigues Carvalho.⁸

Brancaglion Jr. também foi responsável por uma publicação sobre o acervo egípcio da coleção particular da Fundação Eva Klabin Rapoport, localizada no Rio de Janeiro, na residência da própria colecionadora (Brancaglion Jr. 2001). São 37 objetos que fizeram parte de uma exposição em conjunto com o Museu do Louvre intitulada “Egito faraônico: Terra dos deuses”, com curadoria do próprio Antonio Brancaglion Jr. e de Elisabeth Délange e que ocorreu nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Antigo na América Latina [ITALICO], organizado por Marcia Vasques e Pedro Canto Núñez (2025) e assistir a palestra de Margaret Bakos conferida ao IV Colóquio de Egiptologia Latino-americana, intitulada “Egiptologia, Egiptofilia e Egiptomania: um entendimento de três conceitos”, vídeo disponível no YouTube (canal do MAAT-UFRN), intitulado “IV CEL - Conferência I” (https://www.youtube.com/watch?v=h2pjb_zsGdY, acesso em 2/12/2024). Aconselhamos ainda a leitura de Bakos e Funari 2008.

⁶ Um aprofundamento sobre as primeiras coleções egípcias no Brasil pode ser encontrado em Gama-Rolland 2023, que comenta sobre a família imperial, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e a coleção privada de Eva Klabin, refletindo sobre a importância dessas coleções no Brasil e em uma construção identitária brasileira. Além dela, Brancaglion Jr. 2004 apresenta um interessante panorama sobre o assunto.

⁷ A obra de Alberto Childe, publicada em 1912, intitula-se *Guia das Collecções de Archeologia Clássica* e o catálogo de Kenneth Kitchen *Catálogo da Coleção do Egito Antigo existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro/Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum, Rio de Janeiro* (Brancaglion Jr. 2005, 77).

⁸ Para mais informações sobre o SESHAT, *Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional*, conferir o site <https://seshat.museunacional.ufrj.br> (acesso em 2/12/2024).

Em São Paulo, temos a coleção do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP), formada a partir de coleções particulares (ver o capítulo sobre as coleções egípcias no Brasil neste volume). A maior parte do acervo egípcio proveio de doações da família de Franz Hermann Tapajós Hipp, que, por sua vez, a tinha herdado de um antiquário alemão. Estes artefatos chegaram ao MAE entre 1968 e 1978. Outras peças do acervo foram doadas por Vera Bezzi Guida, entre 1967 e 1977 e teriam pertencido ao seu avô, Tommaso Gaudencio Bezzi. Também da coleção de Tapajós Hipp é a tampa de um ataúde, doação do Centro de Estudos Históricos Aphonso d'E. Taunay (CEHAT). Outras peças egípcias chegaram ao MAE a partir de 2005, pois o museu ficou com a custódia do acervo arqueológico do Banco Santos, após a falência do mesmo.

Vários desafios são decorrentes do estudo de coleções, fruto de pilhagens e saques feitos no Egito, como foi o caso dos objetos coletados por Giovanni Belzoni e outros exploradores, ou a partir de coleções de particulares, cuja procedência também é desconhecida. Entretanto, esta dificuldade não é empecilho para o estudo desses artefatos, que muito contribuíram e continuam a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa em Egiptologia no Brasil. Brancaglion Jr. realizou a sua dissertação de mestrado a partir do acervo egípcio do MAE e demais pesquisas têm sido realizadas desde então.⁹ Da mesma forma, pesquisas continuam a ser realizadas com a coleção do Museu Nacional, com os artefatos que sobreviveram ao incêndio e, também, com aqueles que haviam sido digitalizados anteriormente. Portanto, embora o Brasil não tenha um grande acervo sobre o Egito antigo, as coleções de que dispomos serviram e ainda servem ao desenvolvimento da Egiptologia no Brasil. No entanto, isso só foi possível pela incrementação das universidades brasileiras e pelo investimento público na área da educação e da pesquisa científica, aspecto que abordaremos a seguir.

⁹ A dissertação de mestrado de Antonio Brancaglion Jr. denominada “Arqueologia e Religião Funerária: a propósito do acervo egípcio do MAE” foi defendida em 1993. Outras informações sobre o acervo egípcio do MAE podem ser conferidas na apresentação realizada por Vagner Carneiro Porto, por ocasião do IV CEL – *Colóquio de Egiptologia Latino-americana* (11 a 14 de abril de 2022), no vídeo do YouTube (canal do MAAT-UFRN) intitulado “IV CEL – Mesa Redonda: Museus” (<https://www.youtube.com/watch?v=IVnVT8-39dM>, acesso em 2/12/2024).

As universidades brasileiras e a Egiptologia

As pesquisas em Egiptologia no Brasil estão, majoritariamente, atreladas às instituições de Ensino Superior. Fator esse que pode nos indicar uma série de problemáticas que tocam no âmbito político e econômico do país, uma vez que as grandes universidades no Brasil são de cunho estatal. Não é nosso objetivo comparar os nossos números de pesquisas em Egito antigo com países que se utilizam de financiamentos oriundos de instituições privadas, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Pelo contrário, pretendemos mostrar como uma política de expansão do acesso ao Ensino Superior e seus respectivos investimentos financeiros pode auxiliar no crescimento e propagação da Egiptologia no país.

Partiremos, então, de um levantamento das pesquisas feitas no Brasil que tratam do Egito antigo. O que estamos chamando aqui de “pesquisas em Egito antigo” são, na verdade, os produtos de origem acadêmica que envolvem um vínculo institucional e uma orientação, como: Iniciações Científicas, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) ou Monografias,¹⁰ Mestrado, Doutorado e Outras Naturezas.¹¹ Portanto, estamos excluindo dessa análise quantitativa os livros, artigos e outros produtos, visto que demandaria um maior levantamento de dados e outras leituras específicas.¹² Cabe salientarmos que este capítulo não almeja qualificar essas pesquisas. Estamos baseando esse levantamento nas pesquisas que constam na *Plataforma Lattes*, incluindo as que estão concluídas ou em andamento,

¹⁰ Esses TCCs ou Monografias são trabalhos obrigatórios para muitos Cursos do Ensino Superior brasileiro como prerrogativa para a retirada do diploma, com uma defesa e banca julgadora. Em muitos casos, o aluno tem o livre-arbítrio para escolher o tema dentro da grande área. Geralmente, isso está atrelado à uma subjetividade do próprio aluno, mas pode existir um direcionamento dentro do próprio curso a partir da estrutura curricular, dos professores disponíveis para orientação, das bolsas ofertadas ao longo do período letivo daquele aluno e, portanto, das suas próprias experiências.

¹¹ Nome de “Orientações de Outras Naturezas” conforme o *Currículo Lattes* de cada orientador.

¹² Essa seleção, no entanto, não retira os créditos dessas produções. Por exemplo, Ciro Flamarion S. Cardoso tem uma série de livros publicados pela Brasiliense, que foi uma editora dedicada à propagação do conhecimento científico para a comunidade (um exemplo é a coleção “Tudo é História”), e seus textos foram influentes para a formação de muitos pesquisadores em Egito antigo.

retirando as que foram canceladas, averiguadas com acessos aos repositórios institucionais.¹³

Com isso, temos um claro início dessas pesquisas em Egito antigo no Brasil a partir da conclusão dos mestrados de Haydée Maria Luz Pereira de Oliveira (1992) e Antônio Brancaglione Jr. (1993), este orientado por Haiganuch Sarian (Universidade de São Paulo/USP) e a primeira orientada por Ciro Flamarion Santana Cardoso (Universidade Federal Fluminense/UFF).¹⁴ Diferentemente dos países onde a Egíptologia existe enquanto disciplina desde os séculos XIX e XX, a dissertação de Oliveira foi defendida na área de História, enquanto a dissertação de Brancaglione Jr. foi em Antropologia, uma vez que, à época, a professora Sarian estava vinculada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Podemos perceber, portanto, que desde os seus primórdios, a área de Egíptologia, no Brasil, esteve vinculada aos cursos de História ou de Arqueologia/Antropologia, já que ainda não temos em nosso país um Instituto de Antiguidade Oriental ou algo semelhante.

¹³ Datamos o fim desse levantamento no dia 30 de novembro de 2022.

¹⁴ A professora Dra. Haiganuch Sarian é uma arqueóloga classicista, responsável pela formação de diversos professores em atuação na área (muitos atualmente professores universitários), um dos membros fundadores da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) e sua primeira presidente (Cairus 2011, 10). No Brasil é comum que arqueólogos clássicos tenham a preocupação de orientar a respeito de temáticas outras que envolvam a Antiguidade de uma maneira geral, como é o caso dos estudos sobre o Egito antigo, a fim de formar especialistas em áreas carentes no país. No caso de Sarian, o seu interesse pela área adveio também do fato de ter sido responsável pelo Setor de Mediterrâneo e Médio-Oriente do MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), na década de 1980. Tal setor inclui a coleção egípcia e mesopotâmica do referido museu (Sarian 2017, 7). A orientação de Sarian foi essencial para a formação do professor Dr. Antônio Brancaglione Jr. e para o desenvolvimento tanto da sua Dissertação (1993) quanto de sua Tese (1999). Para tanto, também houve a colaboração de egíptólogos estrangeiros, respectivamente, Alan Zivie e Arpag Mekhitarian (Gouveia 2011, 15). O professor Dr. Ciro Flamarion S. Cardoso foi um importante brasilianista que, durante o seu doutorado em Paris (1967–1971), passou a frequentar a Escola do Louvre e seminários sobre língua e arqueologia egípcia, tendo aulas de hieróglifos com Paul Barguet. Com isso em mente, fundou, em 1988, o setor de História Antiga e Medieval no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, em 1989, iniciou a lecionar a disciplina de Língua Egípcia para os seus alunos de pós-graduação (Santos 2012b, 105–107; Vasques 2020, 117–118).

Sendo assim, são trinta anos desde a primeira defesa de uma pesquisa em Egito antigo desenvolvida no Brasil. Se analisarmos a figura abaixo (fig. 1), vemos os números de pesquisas em intervalos de cinco anos, considerando esse período como sendo o de uma geração acadêmica.¹⁵ São, ao todo, sete divisões: a primeira possui três pesquisas feitas; na segunda, o número dobrou (seis); na terceira, são vinte e três pesquisas; na quarta, quarenta e três; na quinta, setenta e três, na sexta, setenta e seis e, na última (inacabada), dezesseis. Enquanto na primeira década tivemos nove pesquisas desenvolvidas, só na primeira metade dos anos 2000 foram vinte e três.

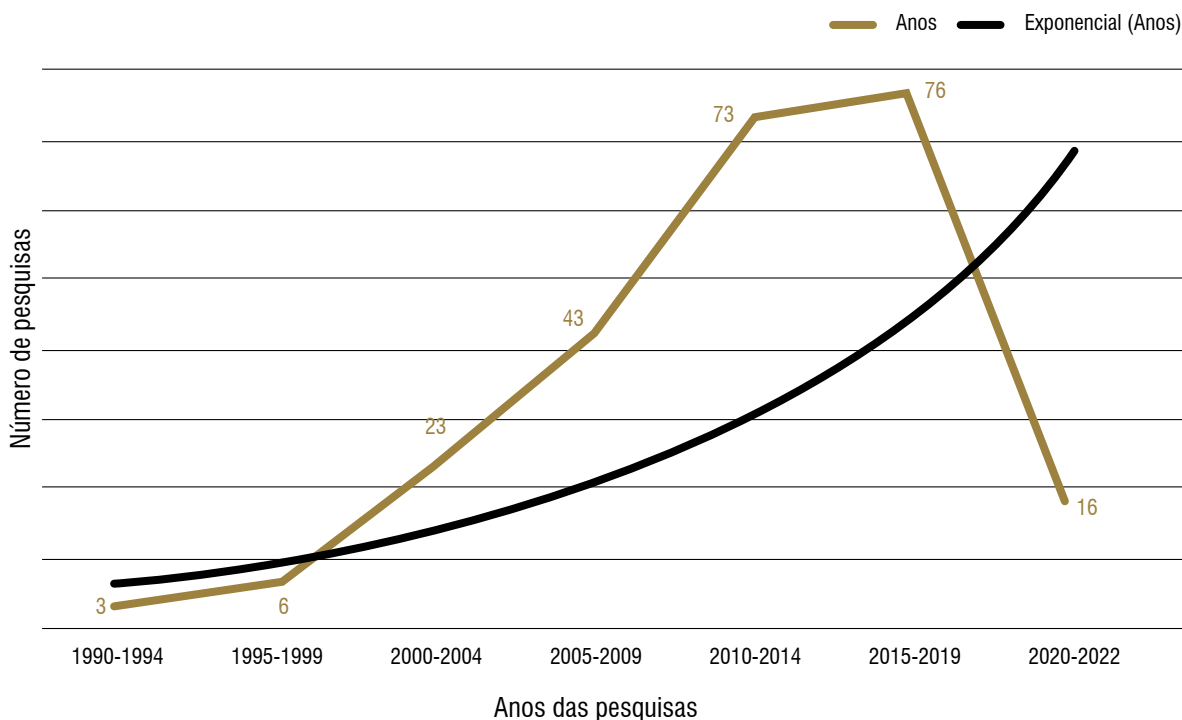


Fig. 1 Pesquisas em Egito antigo no Brasil em intervalos de cinco anos (gráfico elaborado pelos autores com base nos dados oficiais disponíveis na *Plataforma Lattes*).

¹⁵ No Brasil, a Graduação em História tem um tempo médio de cinco anos; um mestrado, dois anos; um doutorado, quatro anos. Além disso, essa organização em intervalo de cinco anos nos possibilita comparar os diferentes governos brasileiros e as suas influências no Ensino Superior: governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), governo Lula (2003–2010), governo Dilma (2011–2016), governo Temer (2016–2018), governo Bolsonaro (2019–2022) e, em prospecção, o terceiro mandato do presidente recém-eleito (no momento da escrita), Luís Inácio Lula da Silva.

Esse crescimento pode estar atrelado diretamente à formação dos primeiros especialistas em Antiguidade e os seus respectivos concursos para as universidades públicas brasileiras. Professores como Maria Isabel D'Agostinho Flemming, Antônio Brancaglioni Jr., Norberto Guarinello, Pedro Paulo Funari, Maria Beatriz Florenzano, que foram orientados por Haigamuch Sarian durante as décadas de 1980 e 1990 e fazem parte de uma primeira leva de especialistas estudiosos do mundo antigo, ao ingressarem nas universidades como docentes possibilitaram que mais alunos pudessem estudar o Egito antigo. Não temos como saber das subjetividades por trás das escolhas nessas pesquisas e não temos os números absolutos de orientandos que seguiram os mesmos temas de pesquisa desses professores (em sua maioria classicistas), mas, seja como for, constata-se que houve um aumento significativo de orientações sobre Egito antigo a partir dessa possibilidade aberta, inicialmente, no campo da Arqueologia Clássica, cujo termo mais em uso atualmente é “Arqueologia do Mediterrâneo Antigo”.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), houve um aumento significativo das instituições de Ensino Superior privadas em detrimento do setor público, algo antes não observado no país (Cunha 2003). Mesmo que esse governo tenha tentado ampliar o acesso às universidades a partir do aumento do número de vagas e da implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as vagas não eram completamente ocupadas, devido à falta de candidatos que preenchessem os requisitos mínimos para a admissão (Cunha 2003, 54–55), e o ENEM de nada adiantaria se a maioria do povo brasileiro sequer conseguia concluir o Ensino Médio. Se observarmos o quadro econômico brasileiro em 2002, percebemos um país com altos índices de miséria e desemprego, com baixas remunerações e condições de vida precárias. Essa situação atingia diretamente o acesso às universidades.

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva assumiu o governo do Brasil com uma perspectiva de melhorar a vida do povo, lema do programa de combate à fome denominado de *Fome Zero*. No primeiro ano de seu mandato, a criação do programa *Bolsa Família* auxiliou na redução dos números de famílias na extrema pobreza e, conseqüentemente, na condição socioeconômica de

boa parte da população. Além disso, o *Movimento Nacional de Mobilização para o Registro de Nascimento*, ao adequar os cidadãos dentro da Constituição Brasileira, garantiu o acesso ao ensino para todos os brasileiros. Em 2004, o aumento real do salário-mínimo e o lançamento do *Programa Universidade para Todos* (Prouni) foram cruciais para a geração de vagas em universidades e a manutenção do aluno dentro desse ambiente acadêmico.¹⁶

No intervalo de 2005 e 2009, tivemos um total de vinte pesquisas produzidas a mais que no início da década. É evidente que o aumento de 86% das pesquisas de 2000–2004 para 2005–2009 pode ser fruto desse bem-estar social que os brasileiros viviam. Essas produções, no entanto, estavam centradas no eixo Sudeste-Sul do país. Observamos uma mudança desse eixo a partir da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que revogou a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que, por sua vez, proibia a criação de novas unidades de ensino profissional federais. Assim, tivemos planos de expansão da rede federal de educação, entre eles, o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI), iniciado em 2007.

Foi nesse panorama inicial da expansão das universidades que a professora Marcia Severina Vasques foi aprovada em um concurso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para atuar no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), no campus de Caicó/RN, no interior do estado. Posteriormente, a aprovação na segunda metade da década de 2010 das professoras Joana Clímaco, para a Universidade Federal do Amazonas, e Priscilla Gontijo, para a Universidade Federal da Paraíba, também é significativa para a Egíptologia no Brasil, visto que elas orientam pesquisas na área, ampliando o eixo para o Norte-Nordeste do país.

Vemos, então, que a primeira metade da década de 2010 possui mais que o triplo de pesquisas em Egito antigo do que o intervalo de 2000–2004. E, mesmo que poucas, tivemos as primeiras produções da UFRN. Se acompanharmos a figura 1, vemos uma linha exponencial (em preto) que indica uma tendência de crescimento significativo, que ocorre até 2014.

¹⁶ Recomendamos a leitura do texto original do PT (2022), intitulado “O partido que mudou o Brasil”.

Os números de pesquisas do intervalo 2015–2019 não tiveram um grande aumento, se compararmos com os anteriores. Eles são indícios reais de um limite (e até diminuição) dos investimentos em educação oriundo do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (2011–2016). A Emenda Constitucional 95/2016, de 15 de dezembro de 2016, que tratava do novo regime fiscal da União, limitou os investimentos do governo afetando vários setores da sociedade, inclusos os da educação e da ciência. Em razão disso, os constantes cortes de bolsas do CNPq e da Capes, potencializados a partir de 2018, significaram uma queda brusca no crescimento de pesquisas em Egito antigo no Brasil, uma vez que, por questões financeiras, fazer um curso de mestrado ou doutorado se tornou cada vez mais difícil.

Em uma rápida comparação com a nossa realidade atual, podemos utilizar apenas os três anos iniciais das décadas para compreendermos melhor como o contexto socioeconômico do Brasil influenciou as quantidades de pesquisas em Egito antigo. Até 1992, tivemos apenas duas pesquisas produzidas. Esse era um período que as universidades estavam vivenciando um processo de redemocratização do país. No início dos anos 2000, foram treze pesquisas, todas produzidas no eixo Sul-Sudeste, devido à ampliação da quantidade de doutores especializados em Antiguidade no Brasil.

Com os frutos dos investimentos em educação e consequentes democratizações do acesso às Instituições de Ensino Superior, vimos, entre 2010 e 2012, quarenta e oito pesquisas produzidas sobre o Egito antigo. Para o início dessa década, 2020–2022, existem apenas dezesseis pesquisas, um retrocesso para o início da década de 2000. Nesse caso, o problema não é mais a questão de especialistas ou de quantidade de universidades. O estímulo financeiro não existe. O país apresenta atualmente um desemprego alto e um retorno à zona da miséria, problemas que tinham sido abrandados entre os pesquisadores do intervalo de 2010–2012. Somado a isso, o crescente índice de evasão escolar e analfabetismo, com o período pandêmico vivenciado a partir de 2020, podem ser problemas relevantes para essa queda dos números de pesquisa em Egito antigo no Brasil.

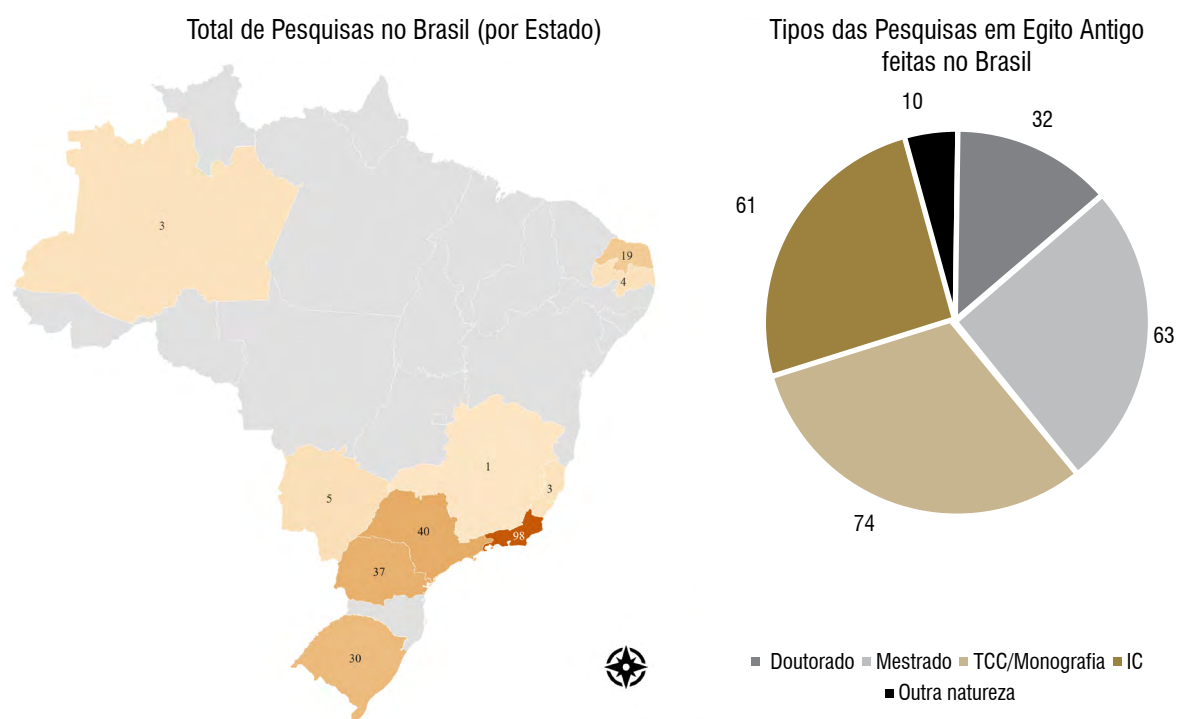


Fig. 2 Divisão de pesquisas em Egito antigo por título (gráfico elaborado pelos autores com base nos dados oficiais disponíveis na *Plataforma Lattes*). Créditos: Microsoft, OpenStreetMap.

Em todo esse contexto, temos um total de 240 pesquisas feitas no país. Acompanhando na figura acima (fig. 2), vemos que são trinta e dois doutorados, sessenta e três mestrados, setenta e quatro graduados que fizeram seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e Monografias sobre o Egito antigo, sessenta e uma Iniciações Científicas e dez orientações de outras naturezas. Dessas, apenas vinte e seis pesquisas foram feitas dentro do eixo Norte-Nordeste, com destaque para a UFRN, dezenove. A maior parte dessas pesquisas ainda está concentrada no eixo Sul-Sudeste, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

A Egíptologia no Brasil se desenvolveu associada aos programas de pós-graduação em Arqueologia, caso do Museu Nacional da UFRJ e do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP ou, então, aos cursos de História, vinculados aos Departamentos de História dos Centros e Institutos de Ciências Humanas. Portanto, enquanto em outros países, como França e Estados Unidos, os estudos egíptológicos se conectam a uma multidisciplinaridade de áreas como Arqueologia, Antropologia, Filologia e História, no Brasil existe uma

concentração das pesquisas nos departamentos de História, exceção dos dois museus supracitados. Na grande maioria das universidades públicas espalhadas pelo país, a formação é na área de História, inclusive porque são poucos os cursos de Arqueologia existentes. Por isso, enquanto quem cursa a pós-graduação em um museu com coleção egípcia tem a possibilidade de trabalhar diretamente com a cultura material, a grande maioria dos pesquisadores estuda a partir de publicações existentes e em acervos digitais de museus.

Segundo os dados por nós analisados (fig. 2), mais da metade das pesquisas foram feitas no período da graduação do orientando (cento e trinta e cinco). Além disso, o crescimento desse número se deu a partir da década de 2010, corroborando ainda mais as nossas hipóteses anteriores sobre os investimentos na educação. Como muitas dessas pesquisas estão atreladas aos departamentos de História, podemos pensar nas estruturas curriculares dessas universidades. Longe de discutirmos amplamente sobre os problemas e acertos das estruturas dos cursos de História, podemos citar alguns exemplos interessantes. Na maioria das universidades que possuem pesquisadores em Egito antigo, existe uma disciplina destinada para a Antiguidade Oriental (na qual o Egito está inserido). Geralmente, elas estão dispostas no primeiro semestre do curso. Talvez, o alto índice de pesquisas em Iniciações Científicas e TCCs/Monografias possa ser explicado a partir dessa aproximação do graduando no início de sua vida acadêmica com a Egíptologia. Mesmo assim, infelizmente, não existe um programa de Ensino Superior no Brasil que apresente uma carga curricular específica destinada à aprendizagem da língua egípcia antiga, por exemplo.¹⁷

¹⁷ O mais próximo a isso que tivemos foram os cursos de Egípcio Clássico (básico e avançado) oferecidos de modo remoto em 2021 pelos professores Dr. Ronaldo G. Pereira (CHAM, NOVA FCSH / UAc) e Dra. Thais Rocha da Silva (na época USP), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e com o Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH, disponível *online* (https://www.youtube.com/playlist?list=PLI8rGh6UbR_vOBaIrALDQwiSHSgQ2TleQ, acesso em 2/12/24). Recomendamos ainda Pereira e Rocha da Silva 2021, que faz um panorama sobre os cursos de hieróglifos no Brasil e a importância disso no contexto acadêmico brasileiro.

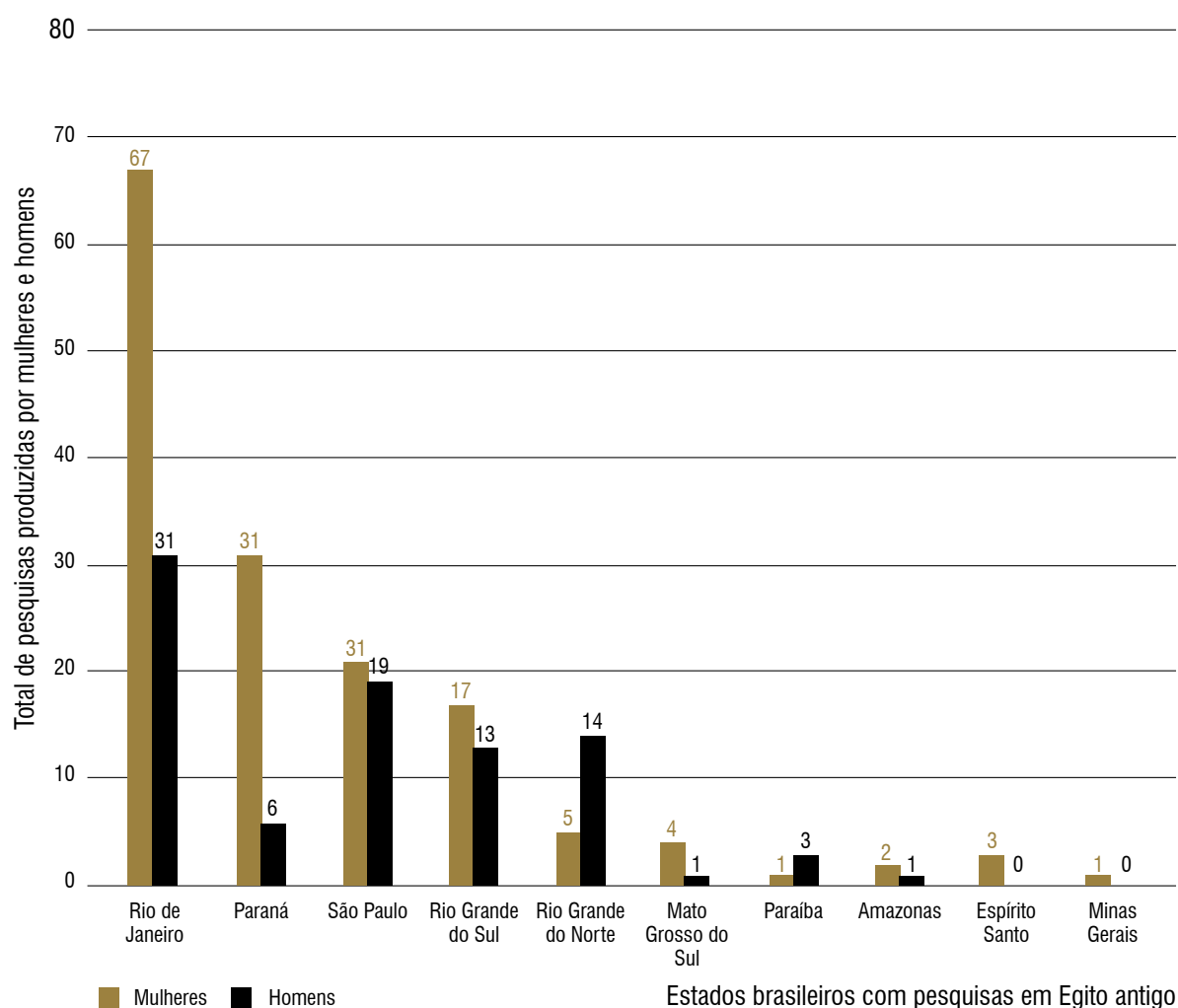


Fig. 3 Número de pesquisas em Egipto antigo no Brasil por mulheres e homens (por Estado) (gráfico elaborado pelos autores com base nos dados oficiais disponíveis na *Plataforma Lattes*).

As noventa e cinco pesquisas de pós-graduação são, em sua maioria, parte de Programas de Pós-Graduação em História.¹⁸ O eixo Norte-Nordeste do país apresenta uma particularidade. Fruto do Reuni, a recente abertura de Programas de Pós-graduações e suas ampliações para o doutorado (como é o caso da UFRN) geraram uma expectativa grande de aumento das pesquisas em Egipto antigo para essa região, que ainda são poucas.

¹⁸ Podemos destacar as outras áreas sendo a Arqueologia, Antropologia, Linguística e, inclusive, Engenharia Nuclear (esta utilizando alguns objetos do acervo do Museu Nacional).

Um dado relevante sobre a Egíptologia no Brasil é que, do total das 240 pesquisas (realizadas até o final deste levantamento), possuímos 175 pesquisadores (111 mulheres e 64 homens). Na figura acima (fig. 3) elencamos o total das pesquisas (240) expostas pelos estados brasileiros citados no levantamento anterior, divididas entre quantidade das pesquisas que foram feitas por mulheres e por homens (sem a preocupação com a repetição). A partir dele, vemos a clara concentração de pesquisas no estado do Rio de Janeiro. É importante expormos que, com exceção do Rio Grande do Norte e da Paraíba, os números das pesquisas feitas por mulheres são maiores que os dos homens. As razões disso podem ser pela própria taxa média de egresso dos cursos de História ser maior de mulheres, mas também pode ser algo mais subjetivo. Entretanto, se analisarmos os temas das pesquisas, percebemos, infelizmente, que essa diferença não faz aumentar significativamente o número de estudos sobre gênero no Egito antigo.

Podemos resumir os temas que mais aparecem nessas pesquisas em doze categorias: Akhenaton/Amarna; Cleópatra; cotidiano; crenças funerárias/religião; Egíptomania/usos do passado; ensino; gênero; identidade; literatura; museu/coleção; política; teoria. Essas categorias, por sua vez, não são isoladas, de modo que um trabalho que trate de máscaras funerárias no Egito Romano pode, por exemplo, integrar as categorias de Identidade e Crenças funerárias/Religião. Assim, temos um quadro claro de concentração de temas. O tema mais presente nas pesquisas brasileiras em Egito antigo é o de crenças funerárias e religião. Excluindo essa categoria, podemos ver um panorama no Brasil por regiões: a região Norte possui trabalhos realizados sobre Amarna; a Nordeste, sobre Identidade; o Centro-Oeste, sobre o cotidiano; e, no Sudeste, onde temos vários orientadores, existe um certo empate na margem de erro dos temas entre o cotidiano, gênero, política e museu/coleção. O Sul é a única região que não apresenta a temática de crenças funerárias e religião como destaque, e sim, a Egíptomania/Usos do Passado, sob a influência da professora Margaret Bakos.

Quanto à temporalidade que esses estudos permeiam na história do Egito, o Reino Novo é a maioria, seguido do Período Greco-romano. Essa delimitação temporal para ambos os períodos é resultado, provavelmente,

da formação dos pesquisadores brasileiros. Os professores que mais orientaram e orientam alunos foram Ciro Flamarion S. Cardoso, Antônio Brancaglion Jr., Moacir Elias Santos e Marcia Severina Vasques. Com exceção de Ciro Flamarion Cardoso, tanto Brancaglion Jr. (1999) quanto Moacir Santos (2012a) possuem como tema de pesquisa de doutorado as crenças funerárias. Além disso, existe uma quantidade maior de dados disponíveis em museus ou que são de fácil acesso *online* a respeito do Reino Novo. Portanto, mais acessíveis a pesquisadores brasileiros. O caso de Marcia Severina Vasques (2005) relaciona-se com a sua formação em arqueologia clássica e a ênfase de pesquisar a interação cultural no Mediterrâneo antigo entre egípcios, gregos e romanos.

Ao levantarmos esses dados, percebemos que, na verdade, temos um número considerável de pesquisas em Egito antigo no Brasil. Um problema evidente em muitos estudos sobre História Antiga é a falta de leitura das produções nacionais. Em nosso caso, a produção acadêmica da Egiptologia brasileira ainda está em seu estágio inicial. Mais recentemente, tivemos um freio no ritmo de crescimento, algo que, conforme defendemos aqui, foi ocasionado por uma conjuntura política que, entre outros cortes, diminuiu os recursos reais na educação. Esperamos que, futuramente, o investimento na área da educação e da pesquisa científica no Ensino Superior cresça novamente. Pensando, portanto, em um cenário político mais auspicioso, trilhamos nas próximas páginas perspectivas para o futuro da Egiptologia no Brasil.

Contribuições e perspectivas para o futuro da Egiptologia

O Brasil é um país estratégico para o futuro da academia internacional. Por sermos um povo multicultural, com distintos contextos sociais dentro de um só país com dimensões continentais, podemos contribuir academicamente de diversas formas para uma melhor compreensão do Egito antigo. Nesse capítulo, selecionamos três exemplos de como a pesquisa em Egiptologia no Brasil pode auxiliar nessa compreensão. O primeiro é o trato teórico, com um foco em duas vertentes: a Pós-Colonial e a

Decolonial. O segundo é a vinculação da Egptologia com os departamentos de História e Antropologia. Terceiro, o contexto histórico brasileiro e a preocupação e legalização de pesquisas e ensino sobre a História da África.

Somos um dos maiores países do Sul Global, com produções importantes para o desenvolvimento do que é chamado de teoria pós-colonial e decolonial. A primeira é muito utilizada, por exemplo, por romanistas ao tratar das relações do Império Romano e suas províncias. No contexto egípcio, vemos que muitas dessas pesquisas indicam o contato das culturas e as suas hibridizações. Entretanto, um dos eventuais problemas na utilização desse trato teórico é o desenvolvimento de uma visão dicotômica da sociedade, que tende a não compreender as diversidades culturais existentes a partir da presença de elementos terceiros. Essa problemática permeia, em geral, os estudos sobre Identidade (tanto a nível nacional quanto internacional). A utilização de termos como “romanização” ou “egipcianização” carrega uma série de preceitos que atingem uma ideia de imposição de uma cultura sobre a outra. Por isso, atualmente, prefere-se considerar a existência de uma via de mão dupla, onde as influências são recíprocas entre colonizador e colonizado.

Quando pensamos na realidade brasileira e na nossa própria vivência, de um país colonizado, temos condições de refletir melhor sobre a questão de como a pluralidade étnica se desenvolveu e a respeito dos “vários elementos terceiros” resultantes desse emaranhamento. Ao analisarmos o Egito antigo, portanto, podemos pensar nas possibilidades de estudo em três vertentes: o Egito Ptolomaico e Romano, a relação dos egípcios com os núbios e as trocas, sejam comerciais ou culturais, com o Mediterrâneo. Um primeiro passo para essas atualizações seria o descarte completo dos conceitos de “romanização” e “egipcianização” (ver Vasques 2019). A partir disso, podemos entender com mais propriedade as resistências locais, os emaranhamentos culturais, os fluxos de poder, e outras questões que nos auxiliarão na compreensão da antiga sociedade egípcia.

Em um outro viés, se pensarmos no contexto político que levantamos na segunda parte desse capítulo, percebemos que o Brasil tinha uma grande

influência na “des-ocidentalização” do Sul Global a partir do BRICS¹⁹ durante os governos Lula e Dilma. O argentino Walter Dignolo, um influente autor de temáticas sobre a decolonialidade, argumenta que, com o *impeachment* de 2016 e a eleição da ultradireita no país, esse processo foi dificultado, mas é algo a se almejar (Dignolo 2021, 295–96). Essa decolonialidade, no entanto, não é simplesmente uma teoria puramente acadêmica, que pode ser ensinada em universidades. Pelo contrário, é algo que existe dentro de uma sociedade que vivenciou um período colonial. Aqui talvez seja a maior distinção da teoria pós-colonial: a decolonialidade procede de uma mudança pessoal por parte do pesquisador. A ideia é que seja posto um fim na colonialidade. Mas, como Dignolo argumenta, não podemos nos abstrair da colonialidade e manter os princípios, os pressupostos e as crenças estabelecidos nas macronarrativas da modernidade, de modo que o “pensar sem a modernidade”, desvinculando-se de seus ideais, é um grande desafio decolonial (Dignolo 2018, 109).

Em uma comunicação feita no ano de 2022, durante a *IV Conferência de Egiptologia Latino-americana*, Fábio Frizzo apresentou a “Decolonialidade como método: questões sobre o Estado no Antigo Egito”.²⁰ Frizzo alega que, para começarmos uma atualização teórica da Egiptologia, é necessário entendermos que ela é uma disciplina colonialista. Dessa forma, o pesquisador aponta cinco opções de caminhos para trilharmos na Egiptologia: perceber o Estado como instituição e uma forma de organização social; analisar uma história vista de baixo, fazendo uma história dos grupos subalternos (ver Silva no Volume I desta obra); apresentar novas questões que rompam com as dicotomias da colonialidade; exibir modelos de relações políticas inspirados em experiências não-europeias; e, por fim, valorizar a diversidade das experiências humanas.²¹

¹⁹ Agrupamento dos países emergentes em termos de economia. No início, reunia: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

²⁰ A apresentação completa de Fábio Frizzo pode ser vista *online* no canal do YouTube do MAAT-UFRN, em um vídeo intitulado “IV CEL - Mesa-Redonda: Tendências Metodológicas I” (<https://www.youtube.com/watch?v=z78oyl6fKv0&t=2s>, acesso em 2/12/2024).

²¹ Lemos e Frizzo 2019 nos apontam algumas interessantes questões sobre esse assunto. Ao analisarem cerâmicas e objetos funerários dos antigos núbios, os autores identificam uma

Todos os caminhos são potencializados a partir da realidade brasileira, uma vez que as nossas experiências nos possibilitam uma compreensão de relações de poder no Egito antigo. O fato de que as pesquisas em Egito antigo no Brasil estejam vinculadas, prioritariamente, aos departamentos de História, Antropologia e Arqueologia, pode auxiliar no futuro da disciplina, sobretudo quando pensamos nas possibilidades de diversas abordagens teóricas. As áreas de concentrações dos programas de pós-graduação têm potencial para guiar o pesquisador a uma perspectiva inovadora para a Egíptologia. Por exemplo, o PPGH da UFRN possui uma área de concentração em História & Espaços, o que gerou as pesquisas em Espaço Funeário e Mnemônico para o Egito. O primeiro tipo tende a compreender a arquitetura, as imagens, os textos e os objetos de tumbas como partes indissociáveis, enquanto o segundo projeta uma Memória Cultural a partir das experiências egípcias na Paisagem e nos Templos de Milhões de Anos. Além disso, nos departamentos de Antropologia e Arqueologia, as outras pesquisas sobre o Brasil podem auxiliar no trato metodológico e teórico das pesquisas sobre o Egito, como a observação de comunidades indígenas e as suas organizações sociais e religiosas.

Além disso, o Brasil é um país onde mais de 54% da população é negra,²² mas os problemas de racismo e de desigualdade social ainda estão presentes. Com intuito de diminuir esses casos, temos a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, com a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, e a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, com a inserção também do ensino de História e cultura indígena no Ensino Básico. Por estar vinculado ao departamento de História, podemos partir dessa lei para

agência local que indica determinadas práticas nativas dos núbios que resistiram ao processo de “egípcianização” característico da realidade de “domínio imperial faraônico”, demonstrando-nos uma vertente teórica e metodológica contrária à Egíptologia dos séculos XIX e XX e que nos auxilia cada vez mais na compreensão dos grupos subalternos.

²² Esses dados e os aprofundamentos podem ser encontrados em um artigo do Jornal da USP, intitulado “Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra” (2022), <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/> (acesso em 2/12/2024).

o nosso terceiro ponto de futuro da Egiptologia no Brasil, uma vez que o Egito, por ser um país africano, está coberto por ela. Um caminho que podemos trilhar é o do ensino de Egito antigo, renovando as perspectivas e auxiliando na formação do cidadão, algo que pode, por exemplo, diminuir a intolerância religiosa e os casos de racismo e normatizar a igualdade de gênero. É válido ressaltar aqui que esse é um tema que ainda carece de mais pesquisas no Brasil, de modo que reverbera tanto em uma Egiptologia nacional quanto internacional.²³

Mesmo não sendo o nosso objetivo, vale mencionar que o trabalho de extensão feito por grupos brasileiros é uma perspectiva de futuro da Egiptologia. Como uma universidade possui uma frente destinada à extensão, esse retorno à comunidade é crucial para que possamos desenvolver as pesquisas em conjunto com as necessidades nacionais. Os eventos promovidos, por exemplo, são centrais para o debate e críticas para os trabalhos. Pela primeira vez, tivemos um grande evento latino-americano sediado no Brasil, o *IV Colóquio de Egiptologia Latino-americana*, em 2022. Além dele, os produtos do MAAT – Grupo de Estudos de História Antiga (UFRN), a SEMNA – *Semana de Egiptologia do Museu Nacional*, organizada pelo Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional (SESHAT – UFRJ), o *Colóquio Internacional do Antigo Egito e Oriente Próximo*, organizado pelo Laboratório do Antigo Oriente Próximo (LAOP/USP), o *Seminário Virtual de Estudos sobre Antigo Egito*, coordenado pela professora Maria Thereza David João, o amplo alcance que o Laboratório de Estudos da Antiguidade Oriental (LEAO) está conseguindo com suas postagens recorrentes no *Instagram*, entre outros, são frutos de conversas entre os egiptólogos brasileiros e exemplos concretos de futuros para a disciplina no país.

Além de propormos questões teóricas e abordagens próprias da condição de subalternos, também achamos que a Egiptologia pode nos auxiliar

²³ Os debates sobre uma Egiptologia decolonial e as novas possibilidades de abordagens ainda são incipientes (cf. Lemos 2023; Langer 2023). Sobre o assunto foi publicado recentemente um dossiê na Revista *Mare Nostrum*, intitulado “A Antiguidade do Nordeste Africano”, organizada por Fábio Frizzo, Maria Thereza David João, e Rennan Lemos (2022). Esses três nomes buscam em suas produções por um Egito cada vez mais inserido no contexto do nordeste africano, desconstruindo ideias de “egípcianização” e afins.

a promover um país mais justo, desde que tenhamos as políticas públicas adequadas. E, salientamos também, a utilidade da divulgação científica e de uma História Pública, que possa dialogar com as comunidades e com a população em geral. Dessa forma, conseguiremos unir, de forma mais eficaz, a pesquisa, o ensino e a extensão.

Considerações finais

Com o objetivo de discutir as formações egíptológicas no Brasil, dividimos nossa redação em três eixos básicos. São eles: o colecionismo e os primórdios de uma pesquisa científica, o papel das universidades no desenvolvimento da Egíptologia como ciência e, por fim, as perspectivas futuras para a área no contexto brasileiro.

A Egíptologia no Brasil está marcada, nas origens, pela instituição do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. O Museu Nacional, além de patrimônio histórico brasileiro, é referência para a Egíptologia pela coleção que pertenceu à família imperial do Brasil, adquirida respectivamente pelos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II. O interesse pelo Egito antigo foi inicialmente marcado pelo colecionismo, em uma onda de Egíptomania que perpassou pela Europa, sobretudo nos séculos XVIII e XIX.

Entretanto, a pesquisa científica na área de Egíptologia no Brasil somente se deu mais tarde, no âmbito das universidades públicas (federais e estaduais) do país, com foco na região Sudeste. Não por acaso, é onde se situam as universidades de maior prestígio no país, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade de São Paulo (USP). Também foram nessas universidades que lecionaram profissionais que atuaram na formação de pesquisadores na área de História Antiga e de Arqueologia Clássica, caso de Ciro Flamarion Cardoso na UFF e de Haiganuch Sarian na USP.

As análises de dados da *Plataforma Lattes* de professores e alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de monografias de graduação refletem essa concentração de estudos na região Sudeste, mas apontam a expansão que existiu e que ainda está em andamento da área de pesquisa

para outros lugares do país, como as regiões Nordeste e Norte, processo que resulta, em grande parte, do projeto REUNI, perpetrado nos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef. Com esse programa, houve expansão e criação de novas universidades federais e institutos federais de educação por todo o país. Os estados mais carentes, situados nas regiões Nordeste e Norte do país, foram particularmente beneficiados. A contratação de professores especializados nos cursos de História e a expansão das pós-graduações favoreceram, além da História Antiga em geral, os estudos na área de Egiptologia. Essa análise contextual é importante, pois nos indica como as ações de fomento à pesquisa, aliadas a políticas econômicas de desenvolvimento regional, são impactantes na qualidade de vida das pessoas e no seu nível educacional.

Quando observamos as produções na área de Egiptologia no Brasil, notamos que predominam as pesquisas a partir de publicações já existentes e de acervos digitais, exceção para os centros de pesquisa que possuem coleções, que são raros. Portanto, os desdobramentos teórico-metodológicos são centrais para a experiência brasileira. Para este capítulo, selecionamos alguns para discussão, embora a pesquisa feita no país seja mais ampla e diversificada, estando associada, na maior parte das vezes, ao campo de pesquisa do orientador. O primeiro foco é o da teoria pós-colonial e decolonial. Enquanto país subalterno, fruto de uma colonização, teorias voltadas para a observação da resistência e de hibridizações ou emaranhamentos culturais podem ser refletidas utilizando-se de autores brasileiros e com base na própria experiência histórica do Brasil. Pesquisas que tratem de contatos culturais, como com o Mediterrâneo, a Núbia e contextos de colonização e domínio como o do Egito no Período Ptolomaico e Romano, podem se beneficiar desta discussão. O mesmo podemos dizer da decolonialidade, no seu propósito acadêmico, mas também de atuação propriamente política, pois a formação da Egiptologia caminhou juntamente com o processo neocolonista europeu na África e na Ásia. O contexto brasileiro nos auxilia a pensar em alternativas para analisarmos outras sociedades no tempo e no espaço, estando, nós mesmos, em um espaço outro que não o centro de poder do mundo globalizado.

Os programas de pós-graduação no Brasil, na área de História ou Arqueologia, com suas variadas linhas de pesquisa, permitem, também, que novas reflexões possam ser feitas com as fontes disponíveis da Antiguidade egípcia. Portanto, embora não tenhamos um centro especializado em Egíptologia, as teorias arqueológicas e do campo da História desenvolvidas nos variados programas de pós-graduação podem produzir pesquisas inovadoras e diferenciadas. Dessa forma, podemos elencar aqui alguns pontos de vantagens e desvantagens da fase atual da Egíptologia brasileira. Entre as desvantagens, temos a falta de uma biblioteca especializada, de um curso recorrente de língua egípcia e a dificuldade do contato direto com a documentação material. Por sua vez, nossas vantagens estão em um olhar periférico, com outras preocupações e possibilidade de transitar em várias leituras e posturas teóricas.

Por fim, um elemento a ser destacado é o da presença africana na constituição da sociedade brasileira. Embora a maioria dos escravizados tenha vindo para o Brasil da África Ocidental e exista um significativo intervalo temporal entre as sociedades antigas e as modernas, verifica-se um grande interesse da sociedade brasileira e de africanistas no estudo sobre o Egito antigo. A atuação dos especialistas da área se faz de suma importância na desmistificação do Egito antigo para o público em geral. Mas também é salutar refletir sobre os elementos da cultura e religiosidade egípcia que possam ser melhor elucidados à luz de sua africanidade. Podemos citar como exemplo os conceitos de *ba*, *ka* e *akh*, cujas traduções em português como “alma”, “duplo” e “espírito” (respectivamente) não nos ajudam a compreender os egípcios antigos e nem nos auxiliam a esclarecer a complexidade desses conceitos. Uma comparação com as religiões de matriz africana pode ser efetuada nesse sentido (ver Vasques e Baptista 2022). Com isso, não aventamos a existência de uma ponte direta do Egito com o Brasil. E sim pensamos em possibilidades outras de reflexão sobre um passado distante, mas sempre revitalizado no tempo presente.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Rodrigo de Oliveira. 2022. “Os efeitos da expansão de universidades públicas fora dos centros urbanos.” *Pesquisa FAPESP* 320: 32–37.
- Assmann, Jan. 2017. *Religio duplex. Misterios egípcios e ilustración europea*. Madrid: Akal.
- Bakos, Margaret. 2025. “Egiptologia, Egiptofilia e Egiptomania: um entendimento de três conceitos.” In *Egito Antigo na América Latina: a IV Conferência de Egiptologia Latinoamericana*, editado por Marcia Severina Vasques e Pedro Hugo Canto Núñez, 11–44. Ananindeua-PA: Cabana.
- Bakos, Margaret, e Raquel dos S. Funari. 2008. “História da tradição clássica no Brasil dos séculos XIX e XX. Egito Antigo no Brasil: egiptologia e egiptomania.” In *A tradição clássica e o Brasil*, editado por André Leonardo Chevitaresh, Gabriele Cornelli, e Maria Aparecida de Oliveira Silva, 149–57. Brasília: Fortium Editora.
- Baptista, Lyvia Vasconcelos, e Marcia Severina Vasques. 2022. “História Antiga: revisão historiográfica.” In *O que se ensina e o que se aprende em História. A historiografia didática em debate*, editado por Juliana Teixeira Souza e Margarida Maria Dias de Oliveira, 49–75. Ananindeua: Editora Cabana.
- Brancaglion Jr., Antônio. 1993. “Arqueologia e Religião Funerária: a propósito do acervo egípcio do MAE.” Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- Brancaglion Jr., Antônio. 1999. “O Banquete Funerário no Egito Antigo, Tebas e Saqqara: tumbas privadas do Novo Império (1570–1293 a.C.).” Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Brancaglion Jr., Antônio. 2001. *Tempo, matéria e permanência. O Egito na coleção Eva Klabin Rapaport*. Florianópolis: Casa da Palavra.
- Brancaglion Jr., Antônio. 2004. “Coleções egípcias no país.” In *Egiptomania: o Egito no Brasil*, editado por Margaret Bakos, 29–41. São Paulo: Paris Editorial.
- Brancaglion Jr., Antônio. 2005. “Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional.” In *Memória & Festa*, editado por F. de S. Lessa e R. Bustamante, 75–80. Rio de Janeiro: Mauad Editora.
- Brancaglion Jr., Antônio. 2013. “Um Egito ainda desconhecido: coleções e colecionismo no Brasil.” *Revista Tempo Brasileiro* 193: 39–56.
- Cairus, Henrique. 2011. “Haiganuch Sarian, da matéria ao espírito.” In *Arqueologia do Mediterrâneo Antigo: estudos em homenagem a Haiganuch Sarian*, editado por Maria Cristina Oliveira Bruno, Fábio Vergara Cerqueira, e Pedro Paulo A. Funari, 9–10. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Cunha, Luiz Antônio. 2003. “O ensino superior no octênio FHC.” *Educ. Soc.* 24 (82): 37–61.
- Díaz-Andreu, Margarita. 2007. *A World History of Nineteenth-Century Archaeology. Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford University Press.
- Frizzo, Fábio, Maria Thereza David João, e Rennan Lemos. 2022. Introdução ao Dossiê “A Antiguidade no Nordeste Africano.” *Mare Nostrum* 13 (1): 1–7.
- Gama-Rolland, Cintia A. 2023. “Les collections égyptologiques au Brésil: une histoire, une identité et un pouvoir construits.” *CIPEG Journal* 7: 3–13.
- Gouveia, Eleuza. 2011. “Cronologia da trajetória acadêmica de Haiganuch Sarian.” In *Arqueologia do Mediterrâneo Antigo: estudos em homenagem a Haiganuch Sarian*, editado por Maria Cristina Oliveira Bruno, Fábio Vergara Cerqueira, e Pedro Paulo A. Funari, 13–21. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Jornal Globo. 2022. “Museu Nacional Inaugura Fachada Restaurada Quatro Anos Após Incêndio.” *Jornal Globo*, 2 de setembro de 2022. Acessado em 2 de dezembro de 2024. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/09/02/museu-nacional-inaugura-fachada-restaurada-quatro-anos-apos-incendio.ghtml>.

- Langer, Christian. 2023. "Egyptology: A decolonial investigation." *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress* 19: 39–59.
- Lemos, Rennan. 2023. "Can We Decolonize the Ancient Past? Bridging Postcolonial and Decolonial Theory in Sudanese and Nubian Archaeology." *Cambridge Archaeological Journal* 33 (1): 19–37.
- Lemos, Rennan, e Fábio Frizzo. 2019. "Potes, pratos e contatos culturais: práticas alimentares na Núbia durante o Reino Novo (c. 1.550-1.070 a.C.)." *Mare Nostrum* 10 (1): 93–114.
- MAAT-UFRN. 2022. "IV CEL – Conferência I." YouTube, 12 Abril de 2022. Acessado em 2 de dezembro de 2024. https://www.youtube.com/watch?v=hzipb_zsGdY&t.
- MAAT-UFRN. 2022. "IV CEL – Mesa Redonda: Museus." YouTube, 14 Abril de 2022. Acessado em 2 de dezembro de 2024. <https://www.youtube.com/watch?v=IVnVT8-39dM>.
- MAAT-UFRN. 2022. "IV CEL - Mesa-Redonda: Tendências Metodológicas I." YouTube, 13 Abril de 2022, Brasil. Acessado em 2 de dezembro de 2024. <https://www.youtube.com/watch?v=z78oyl6fKv0&t=2s>.
- Mignolo, Walter. 2021. *The Politics of Decolonial Investigations*. Durham: Duke University Press.
- Mignolo, Walter, e Catherine Walsh. 2018. *On Decoloniality*. Durham: Duke University Press.
- Oliveira, Haydée Maria Luz Pereira de. 1992. "As técnicas agrícolas egípcias no III milênio a.C.: um estudo iconográfico." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense.
- Partido dos Trabalhadores. S.d. "O partido que mudou o Brasil." Acessado em 29 de novembro de 2022. <https://drive.google.com/file/d/1SE0o0Bxh3U5i2pb8H-24hsHqH7V2avj1/view>.
- Pereira, Ronaldo Gurgel, e Thais Rocha da Silva. 2021. "O Ensino da língua egípcia clássica no Brasil: Desafios e Possibilidades Usando Recursos Digitais." *Linha D'Água* 34 (2): 65–82.
- Presidência da República. 2007. "Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007." Acessado em 08 de abril de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm.
- Presidência da República. 2016. "Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016." Acessado em 30 de novembro de 2022. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.
- Presidência da República. 2003. "Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003." Acessado em 30 de novembro de 2022. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.
- Presidência da República. 2005. "Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005." Acessado em 30 de novembro de 2022. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm.
- Presidência da República. 2008. "Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008." Acessado em 30 de novembro de 2022. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.
- Santos, Moacir E. 2012a. "Caminho para a Eternidade: as concepções de vida post-mortem real e privada nas tumbas tebanas do Reino Novo - 1550-1070 a.C." Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- Santos, Moacir E. 2012b. "Estelas, hieróglifos e Ciro Flamarion Cardoso: uma contribuição ao desenvolvimento da egiptologia no Brasil." In *Um combatente pela História: Professor Ciro Flamarion Cardoso*, editado por Sônia Regina Rebel de Araújo e Alexandre Carneiro Cerqueira Lima, 105–23. Rio de Janeiro: Vício de Leitura.
- Sarian, Haiganuch. 2017. "Entrevista com Haiganuch Sarian: reflexões sobre o mundo grego e o antigo oriente próximo." *Heródoto* 2 (1): 3–25.
- Silva, Thais Rocha da. 2017. "Tropical Egypt: The Development of Egyptology in Brazil and its Future Challenges." In *Global Egyptology: Negotiations in the Production of Knowledges on Ancient Egypt in Global Contexts*, editado por Christian Langer, 161–72. London: Golden House Publications.
- Trigger, Bruce. 2004. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odisseus.
- Vasques, Marcia Severina. 2005. "Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia." Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

Vasques, Marcia Severina. 2019. "Egito Romano: entre tradição, memória e renovação." *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 32: 120–30.

Vasques, Marcia Severina. 2020. "Investigación sobre el Antiguo Egipto en Brasil: balance, desafíos y perspectivas." *Arqueología* 26: 111–26.

SOBRE A POÉTICA DOS ENCONTROS: AFETOS, DIFRAÇÕES E RELACIONALIDADES NA TUMBA TEBANA 123, LUXOR, EGITO

JOSÉ ROBERTO PELLINI*

Neste capítulo, parto dos incômodos e das perguntas que emergem dos encontros reiterados com Amenemhet, Henutiri e com o espaço que a arqueologia convencionou chamar de TT123. A partir dessas fricções, proponho um deslocamento inicial: antes de entendê-lo como um lugar fixo, estável e pré-determinado, é preciso pensá-lo como um fenômeno em potência, que se atualiza a cada encontro, a cada fluxo afetivo que o atravessa. Diferentes encontros produzem diferentes realidades. Assim, a TT123 pode ser, ao mesmo tempo, a Casa da Eternidade de Amenemhet, o sítio arqueológico dos arqueólogos ou uma casa Qurnawi. Não se trata de representações concorrentes de um mesmo lugar, mas de realidades plenas, que coexistem e se sobrepõem, cada uma exigindo percepções, gestos e modos de habitar específicos. Ao mesmo tempo defendo que esse espaço integra as estratégias material-discursivas mobilizadas por Amenemhet no período faraônico para afetar aqueles que ali transitavam e, desse modo, tornar-se presente em sua forma transcendente.

* Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3012-5288>. E-mail: jrpellini@gmail.com.



Era por meio dessa presença — cuidadosamente construída — que se assegurava a continuidade da alimentação, da comunicação e do vínculo com o mundo dos vivos.

Encontros | Luxor, 25 de dezembro de 2015

Ontem, véspera de Natal, finalmente escolhemos a tumba onde pretendemos trabalhar. É a tumba TT123. Ela fica na encosta de Sheikh Abdel-Qurna no *West Bank* de Luxor. A tumba no período faraônico pertenceu a um escriba do templo de Karnak chamado Amenemhet, que viveu nos tempos do faraó Thutmose III. A tumba parece ter sido reutilizada no período faraônico por outras pessoas. Há também sinais de uma ocupação moderna, o que me deixou bastante animado, já que este é um dos meus temas de pesquisa. A tumba segue o tradicional formato em T das tumbas da XVIII Dinastia. Eu e Julian chegamos à tumba por volta das nove da manhã junto com Sameh Zaki, que trabalha no Ministério de Turismo e Antiguidades, e Ramadã e Mr. Hess, que trabalham no escritório do Serviço de Antiguidades do *West Bank*. Lá encontramos Silvia Cunha, conservadora brasileira que trabalha no Ramesseum e um colega francês de Silvia, também conservador. O dia estava bastante ensolarado e como de costume no mês de dezembro, uma brisa tímida e fria soprava calmamente. Ficamos no pátio da tumba conversando, aguardando o Sheikh Mahmoud romper o lacre e abrir o cadeado da porta de ferro, algo nem sempre fácil, ainda mais em uma tumba que não era aberta há anos. O Sheikh Mahmoud é o responsável pela segurança deste trecho da Necrópole e aquele que abre as tumbas em nome do governo. Demorou alguns minutos até podermos entrar. A tumba estava um pouco escura e a primeira impressão não foi das melhores. Logo na entrada se espalhavam pelo chão caixas de papel, sacos plásticos e embalagens de cigarro trazidos pelo vento. Em alguns nichos do teto, ninhos de passarinho. Um cheiro forte de madeira e restos orgânicos e areia, que para mim é o cheiro típico das tumbas tebanas, tomava conta do ambiente. Mas o que mais chamou minha atenção foram as rachaduras. Quantas rachaduras! Havia rachaduras por todos os lados. Em algumas era possível colocar

toda a mão dentro do vão. Nas extremidades do corredor transversal, alguns problemas. No lado direito um grande buraco tapado com cimento, já no lado esquerdo uma abertura que conectava a TT123 com outra tumba. O cenário parecia meio desolador. Fiquei parado, frustrado, pensando se valeria a pena trabalhar ali. O tempo foi passando e meu corpo e meu olhar foram se ajustando e, como que reagindo, a tumba foi aos poucos revelando suas belezas. Do lado direito do corredor transversal, era possível ver uma cena de uma procissão com lindos entalhes de bois com chifres adornados com guirlandas de lótus. Uma pequena maravilha. Os detalhes do entalhe eram espetaculares. Tudo muito minucioso, parecia até um boi real. Na frente desta cena, Amenemhet aparecia caçando no pântano com sua família. A representação do Nilo, das plantas, dos peixes eram arrebatadoras e faziam esquecer que parte da cena havia sido destruída por uma fratura na rocha. Mas o que mais me chamou a atenção neste setor foi uma imagem de Iri, a filha de Amenemhet. Era difícil ficar impassível diante daquele olhar. Seus olhos capturavam os meus e criavam uma sensação de proximidade, de intimidade que me dava a impressão de que já nos conhecíamos. Com uma mão repousando sobre sua própria perna e a outra segurando Amenemhet, ela trazia na cabeça uma flor de lótus. Uma imagem pequena, singela, mas forte. Fiquei um bom tempo ali, contemplando seu olhar. A tumba começava a falar ao coração e não apenas aos olhos. Do lado esquerdo do corredor transversal havia uma estela, onde era possível ver o nome de Thutmose III. Havia também uma cena de oferenda com a fórmula de oferenda completa, o que é algo raro, desde que são poucas as tumbas no *West Bank* de Luxor que contam com a versão completa da fórmula de oferendas. Amenemhet aparece jovem, sentado diante das oferendas e a despeito de seu olho, nariz e boca terem sido deliberadamente retirados, sua expressão era calma e serena. Continuei andando e fui para o corredor central. Neste trecho a iluminação era ainda menor e foi necessário usar lanternas para poder ver as imagens e as condições gerais da tumba. Mais rachaduras em meio a imagens fascinantes. Do lado direito Amenemhet guiando um carro de guerra, uma cena de abate de porcos, Amenemhet com traje cerimonial; do lado esquerdo as cenas da viagem ritual para Abidos e Sais, as cenas do Distrito Sa-

grado, os dançarinos Mu, o famoso *tekenu* e uma cena que remete ao Ritual da Abertura da Boca. Os rostos das figuras humanas tinham uma vivacidade impressionante, uma expressão marcante. Tudo parecia muito vivo. Seguimos todos até à Sala das Estátuas onde Amenemhet e sua esposa Henutiri apareciam sentados. Dada a absoluta falta de luz neste setor, pouco se via, mesmo com a ajuda das lanternas. Só era possível identificar que as estátuas estavam com o rosto dilapidado, que não havia decoração ou rachaduras nas paredes e que o teto estava coberto de fuligem, provavelmente associada às ocupações modernas. O mais interessante é que ninguém ficou muito tempo parado por ali. As pessoas entravam, passavam as lanternas rapidamente pelas paredes e ao perceberem que não havia decoração deixavam o local com um certo olhar de desinteresse. Para mim, a sala tinha outros atrativos, pois era o lugar mais tranquilo e calmo da tumba. Nos corredores a quantidade infindável de imagens somado ao som amplificado das diferentes vozes causava um desconforto que me deixava agitado. Eu não conseguia me concentrar. Ali, a sala pequena, a escuridão e a quase ausência de sons me acalmava e me permitia pensar tranquilamente. Fiquei pensativo olhando para fora da sala quando percebi que lentamente o sol caminhava pelo corredor central, o corredor que leva diretamente à Sala das Estátuas. Já eram quase dez da manhã e centímetro a centímetro as imagens nas paredes do corredor iam se iluminando. Primeiro as cenas da Caça no Deserto, onde Amenemhet aparece em um carro de guerra, depois as cenas em que ele e sua esposa recebem oferendas de seu filho mais velho. Fiquei ali acompanhando, curioso, o movimento do sol. De repente e de uma só vez, sem qualquer aviso ou antecipação, as estátuas de Amenemhet e Henutiri se iluminaram por completo. Fiquei paralisado. O efeito era intenso e hipnótico; toda a Sala das Estátuas permanecia escura e só as estátuas estavam iluminadas. Passei alguns minutos maravilhado com o que estava acontecendo. Fiquei observando o casal, e aquilo que mais parecia uma massa de rocha inerte ganhou contornos humanos. Estranhamente comecei a me sentir incomodado. Minutos antes, em meio à escuridão que me cercava, eu me sentia sozinho na sala, era como se só eu estivesse ali. Agora me sentia acompanhado e a presença deles era real, física, corporal e isso passou a me

incomodar cada vez mais, pois tinha a sensação de que estava invadindo o espaço deles, invadindo sua privacidade. Eles estavam ao meu lado e eu não podia negar sua presença. Era como se eles tivessem saído das sombras para ver quem eram aquelas pessoas com roupas estranhas que haviam invadido a casa deles. Sabe aquele incômodo que a gente sente quando está diante de pessoas que não conhecemos e todo mundo fica calado. Pois bem, é como eu me sentia. Minha reação neste instante foi quase instintiva, não pensei muito e disse simplesmente: Olá!

Inquietações | Belo Horizonte, 28 de novembro de 2022

Hoje sentado aqui na frente do computador, relendo meu diário de campo e refletindo sobre aquele primeiro encontro com Amenemhet e Henutiri, relembro os afetos e o incômodo causados pela sensação de presença que foi ativada quando as estátuas de Amenemhet e Henutiri foram iluminadas pelo sol (fig. 1).

Saber que aquelas estátuas eram supostamente inanimadas ao mesmo tempo em que sentia a sensação de presença era sem dúvida a principal fonte de incômodo. Meu corpo sentia uma coisa e minha educação como cientista me dizia outra coisa. Fico me perguntando até que ponto aquela sensação de estranheza e incômodo que senti não é fruto de um conflito ontológico, um conflito entre minha ontologia ocidental, racionalista, que pensa o mundo a partir da ideia de que há uma separação entre sujeitos e objetos, e a ontologia dos egípcios antigos que pensavam este espaço como um espaço de transcendência? O que os afetos entre corpos gerados naquele e em muitos outros encontros nestes últimos seis anos de pesquisa, dizem sobre como os egípcios antigos e os arqueólogos pensavam e pensam este espaço e as imagens? Os egípcios antigos seguiam a mesma ideia de uma divisão ontológica entre o representado e sua representação que tanto caracteriza o pensamento ocidental moderno?

Neste capítulo parto dos incômodos e questões gerados nos múltiplos encontros que tenho tido com Amenemhet e Henutiri e com este espaço que os arqueólogos chamam de TT123, para sugerir em primeiro lugar que antes

de pensarmos a TT123 e as imagens como elementos fixos e pré-determinados, deveríamos pensar neles como elementos potenciais que se atualizam a partir de encontros e fluxos afetivos. Diferentes encontros geram diferentes realidades e neste sentido a TT123 pode ser tanto a Casa da Eternidade de Amenemhet, quanto o sítio arqueológico dos arqueólogos ou uma casa Qurnawi. Estas realidades são realidades em si e não representações associadas a diferentes processos de apropriação do lugar. Em segundo lugar sugiro que este espaço é parte das estratégias material-discursivas que Amenemhet utilizou no período faraônico para afetar as pessoas e assim se fazer presente em sua forma transcendente, desde que isso lhe garantia a possibilidade de se alimentar e se comunicar com o mundo dos vivos.



Fig. 1 Amenemhet e Henutiri despertando ao amanhecer. Créditos: José Roberto Pellini.

Diferenças que importam

Em Arqueologia, pelo menos nas correntes hegemônicas, prevalece a ideia de que sujeito e objeto são elementos distintos e separados ontologicamente. Ou seja, sujeitos e objetos possuem características próprias, independentes e pré-existentes. Neste modelo de mundo, a TT123 é considerada como uma tumba faraônica antes mesmo de iniciado o processo de interpretação. Mesmo que diferentes pessoas ou grupos sociais tenham, ao longo do tempo, se apropriado de modos diferentes deste espaço, ele continua sendo em essência a tumba de um sacerdote chamado Amenemhet que viveu durante o governo de Thutmose III. Em um modelo como este, onde sujeito e objeto são elementos ontologicamente separados e independentes e a tumba preexiste enquanto categoria material, não existe espaço para que a TT123 seja qualquer outra coisa que não a tumba de Amenemhet, assim como não existe espaço para que as imagens de Amenemhet sejam algo mais que sua representação.

Em contraposição a este tipo de abordagem, Barad (2007, 30–33) têm nos mostrado que sujeito e objeto, humano e não-humano, matéria e discurso não são entidades independentes, separadas por limites claros, mas fenômenos relacionais. Neste modelo, os objetos não carregam consigo propriedades que preexistem ao fenômeno no qual eles se manifestam, desde que as propriedades dos objetos são propriedades dos fenômenos nos quais sujeito e objeto são partes constituintes. Se objetos cessam sua ação de relação, eles deixam de existir (Alberti et al. 2011; Dudley 2012). Este é um mundo onde as coisas existem somente em relação a outras coisas. A realidade neste modelo não é, como no modelo cartesiano de mundo, resultado da pré-existência de objetos e propriedades, mas é o resultado da existência de fenômenos que são em essência relacionais. Isso significa em primeiro lugar, que as características da matéria não existem à priori, pois elas se manifestam dentro de uma relação e sendo assim, partícula e onda, sujeito e objeto, matéria e significado, só existem dentro de uma relação. Em outras palavras, podemos dizer que não há coisas individuais e independentes no mundo, coisas com propriedades pré-de-

terminadas, características pré-estabelecidas, significados que antecedem os objetos, há somente coisas dentro do fenômeno. Em segundo lugar, significa que a pesquisa perturba e interfere no que está sendo estudado e que o conhecimento é um processo coletivo onde humanos, não-humanos e mais-que-humanos participam de maneira ativa e isso implica que o conhecimento só é possível de modo situado (Haraway 1997).

Intrínseco ao modelo de pensamento proposto por Barad é sua afirmação de que a indeterminação epistemológica é, ao mesmo tempo, uma indeterminação ontológica. Em vez de substâncias, são os padrões de difração, ou seja, os padrões de diferença que fazem a diferença. Haraway (1997) e Barad (2007) utilizam a ideia de difração para pensar nos encontros e em como os encontros produzem realidades materiais específicas. As autoras rejeitam a ideia de reflexão, pois reflexão é um reflexo do indivíduo, do pesquisador. Já a difração leva em conta como os encontros são produzidos. Como nos mostra Sayal-Bennett (2020), as metodologias de análise difrativas buscam entender, através de diferentes encontros, como os objetos e processos materiais podem ser entendidos através dos efeitos criados por suas diferenças. Por exemplo, quando duas pedras são jogadas em um lago, as ondulações radiantes de uma rocha se cruzam com as da outra formando novas ondas ou um padrão de interferência, como ele é conhecido na física. Em vez de nos concentrarmos nas naturezas essenciais das duas rochas e nas diferenças entre elas, as análises difrativas buscam analisar os resultados das diferenças que se cruzam, ou seja, a onda que surgiu após as duas ondas se cruzarem. A difração revela como as materialidades emergem como eventos diferenciados, à medida que se juntam. Assim, antes de pensar neste espaço e nas imagens como elementos essenciais e pré-existentes, deveríamos nos preocupar em como o espaço e as imagens são atualizadas como resultado de diferentes encontros. Neste sentido ao invés de pensar nas imagens, nos egípcios faraônicos, nos arqueólogos, nos Qurnawis, nos agentes do estado, nos turistas como elementos essenciais e independentes, deveríamos focar no resultado que estes diferentes encontros produzem, desde que é através das intra-ações, que as fronteiras que determinam o que é ou não um corpo, são criadas.

Fronteiras são criadas, segundo Barad (2007, 183), a partir de aparatos, isto é, um fazer que determina cortes agenciais. Cortes agenciais são intra-ções específicas e, portanto, práticas de criação de fronteiras, ou como diz a autora: “aparatos são práticas discursivas onde discursivo é entendido como uma reconfiguração material específica através da qual sujeitos e objetos são produzidos” (2007, 148). Aparatos promovem cortes agenciais que produzem limites e definem as propriedades das entidades dentro dos fenômenos. Aparatos são práticas material-discursivas através das quais a matéria é articulada diferencialmente, reconfigurando o campo de possibilidades e impossibilidades. Sendo assim, aparatos não são apenas máquinas que criam sentido, eles criam a própria realidade à nossa volta, eles são as práticas materiais específicas através das quais o mundo se articula diferencialmente, são as condições materiais de possibilidade e impossibilidade da materialização (Barad 2007, 30). É através de aparatos particulares que limites específicos são traçados e entidades separadas passam a existir.

Niels Bohr, ao comentar o paradoxo da dualidade, demonstrou que dualidade partícula/onda não existe, desde que as naturezas de onda e partícula do elétron não são dualísticas nem polaridades opostas e sim propriedades que são complementares e que se revelam de acordo com o tipo de medição. No momento da observação, ou da medição, elétrons previamente inobservados que são tanto partícula quanto onda, tornam-se exclusivamente partículas ou ondas. Ou seja, no momento que uma função de onda quântica indefinida e de múltiplas possibilidades é medida, algo a faz colapsar e assumir uma realidade fixa. Como diz Zohar (1990), o gato de Schrodinger não foi simplesmente encontrado morto, quando abrimos a caixa. De alguma forma estranha que ninguém ainda compreende, ele morreu quando olhamos para ele. A observação matou o gato. Assim como o ato de medir ou observar resulta no colapso da função de onda, permitindo a existência de uma realidade física, Bohr sugere que a maneira pela qual escolhemos fazer a observação ou a medição da realidade quântica determina o que veremos (Barad 2007, 35). Sendo assim, quando alteramos um parâmetro em uma configuração experimental, teremos novos padrões. Isso significa que não há um interior ou um exterior absoluto e

que o pesquisador faz parte do aparato que mede e cria conhecimento, e sendo assim ele participa e é responsável por (re)configurar o mundo material-discursivo (Lenz Taguchi 2021).

Nós, enquanto arqueólogos, somos aparatos criadores de fronteiras, ou seja, através de nossas práticas disciplinares criamos e recriamos constantemente a realidade daquilo que estudamos ao delimitar possibilidades e impossibilidades (Haraway 1997; Barad 2007). Neste sentido, quando nos encontramos e nos relacionamos com este espaço enquanto arqueólogos, estamos não apenas criando sua realidade enquanto sítio arqueológico, a TT123, como também estamos delimitando as possibilidades que este espaço terá para nós. Como resultado iremos silenciar outras possíveis realidades. Por isso é tão imperativo buscarmos novas formas de nos encontrarmos com espaços como este, pois se “medirmos” este espaço de modo não usual, iremos alterar os parâmetros da medição e com isso iremos atualizar a materialidade de maneiras alternativas, abrindo a possibilidade de que ela seja algo mais que a TT123 dos arqueólogos.

Potencialidades, diferenciação e devir

O problema é que na arqueologia egípcia há certa resistência em se pensar de modos alternativos, sobretudo em temas associados à alteridade. Como nos mostram Moreno García (2014, 51) e Nyord (2019, 152), essa resistência é fruto não somente da falta de comunicação entre a arqueologia egípcia e outras disciplinas científicas, mas também de um ciclo que envolve uma maior preocupação com novas descobertas do que com processos de interpretação, desde que novas descobertas atraem a mídia, o turismo e dinheiro para as pesquisas. Nyord (2019, 154) nos mostra que os resultados deste isolamento levaram em primeiro lugar à criação de um campo de pesquisas repleto de dogmatismos e em segundo lugar à utilização, por parte de arqueólogos e egiptólogos, de conceitos comparáveis ou familiares ao ocidente para explicar fenômenos cuja compreensão era próxima, mas incompleta. O problema como ressalta Viveiros de Castro (2004, 4), é que “a comparabilidade direta não necessariamente significa tradução imediata” desde

que por mais próximos que sejam os conceitos, eles operam em ontologias diferentes. Isso gera o que o autor chama de equívoco, ou seja, “uma falha em entender que os conhecimentos não são necessariamente os mesmos e que eles não são associados a uma maneira imaginária de ver o mundo, mas a mundos reais que são vistos e vividos” (Viveiros de Castro 2004, 15). É esse processo de tradução equivocada que transforma por exemplo, a Casa da Eternidade (*ḥwt n nh*) em tumba,¹ ou as imagens em representação.

Ao mesmo tempo há que se considerar que a ideia deste lugar enquanto um sítio arqueológico, ou seja, TT123, ou como uma Casa da Eternidade, é fruto dos processos difrativos resultantes de encontros e fluxos afetivos específicos. Assim a TT123 é o resultado do encontro deste lugar com arqueólogos, agentes do estado, turistas etc. Já a Casa da Eternidade é resultado do encontro entre este espaço com os egípcios do período faraônico. Não é apenas uma questão de contexto ou de semântica, mas de realidades diferentes que pressupõem encontros e relações senso-afetivas específicas. O sítio arqueológico TT123 envolve a ideia de um Egito antigo, a história da egiptologia, o conhecimento arqueológico, os arqueólogos, o estado, as políticas turísticas, a ideia de patrimônio e assim por diante. Não é a simples soma e relação de todos estes elementos que cria simplesmente a ideia de sítio arqueológico, porque é o sítio arqueológico que cria, de modo recíproco, a própria ideia do arqueólogo. Se considerarmos que a ideia de “tumba” não é necessariamente um fenômeno do passado, mas um dos resultados materiais das assembleias (Deleuze e Guattari 1987) e dos agenciamentos envolvendo arqueólogos, agentes estatais, a história da egiptologia etc., a discussão sobre as práticas religiosas do antigo Egito torna-se muito menos problemática, uma vez que seria explicitamente marcada como a construção intra-ativa do engajamento egiptológico moderno. Neste sentido ao invés de utilizarmos conceitos próximos ao ocidente deveríamos pensar nos conceitos egípcios como conceitos de fato, ou seja, conceitos com potencial filosófico (Nyord 2019, 171).

¹ Tumba é um conceito moderno associado com práticas funerárias específicas que partem da ideia da guarda de um corpo que já não possui vida e consciência.

Como nos mostra Nyord (2020, 32), os egípcios do período faraônico não pensavam as imagens, fossem elas bi ou tridimensionais, como elementos estáticos que estavam separados ontologicamente do que elas pretendiam supostamente representar. Ao contrário, os egípcios pensavam as imagens de maneiras múltiplas e variadas usando três conceitos diferentes. Primeiramente, eles usavam a palavra *twt*, que está associada à ideia de semelhança, que neste contexto denota essência. O uso da palavra *twt* para se referir a imagens não está associado à ideia de reprodução mimética do que é representado, mas sim à correspondência com sua essência ou características mais marcantes. Em segundo lugar, os antigos egípcios se referiam às imagens como *sšmw*. Ao relacionar as imagens com o conceito de *sšmw*, os egípcios enfatizavam que as imagens funcionavam como um elemento que deu origem, ou seja, ao se referirem às imagens como *sšmw*, os egípcios no período faraônico não se referiam à representação de algo que mudou, mas ao próprio ato de transformação e transcendência. Por fim, as imagens foram associadas à palavra *nfrw*, principalmente as imagens divinas. O conceito *nfrw* está associado a ideias sobre limite ou presença. Essa noção de presença é interessante porque tem uma associação direta com a capacidade das imagens de afetar e ser afetadas por outros corpos. Por esse motivo, como sugere Nyord (2020, 35), os discursos egípcios sobre imagens raramente se preocupam com o fato de uma imagem ser certa ou errada, mas sim com o que a imagem pode fazer onde é implantada. Isso destaca o poder da imagem como um elemento, entre outros, que permite a presença de uma entidade, uma vez que a imagem serve como a presença material da pessoa retratada.

Esta ideia da imagem como um elemento de presentificação está muito associada às ideias de potencialidade, diferenciação e devir que caracterizam o sistema de pensamento dos egípcios no período faraônico (Pellini 2022). Se tomarmos como exemplo as narrativas da Criação, veremos que na cosmologia egípcia, o princípio básico afirmava que no início não havia nada além do caos, que foi conceituado como as águas primordiais, Nun. Posteriormente, Atum, o deus criador, emergiu do caos sobre o monte primordial e tendo se originado de si mesmo, criou todos os outros deuses,

sendo assim chamado de “Senhor de Todos”. Como demonstra Grapow (1931), é nesse contexto que o Criador primeiro se conceitua e se atualiza no e como o mundo. O criador, diferenciando-se, traz o ser à existência. Segundo Karenga (2004), o criador se torna ativo e inicia um processo de diferenciação entre ele e as águas primordiais e dessa forma, a criação não pode ser vista como algo que acontece do nada, mas como um processo de diferenciação de tudo o que existe em estado latente e potencial. É assim que o ser se transforma de latente, potencial, em ser realizado. Como Allen (2004, 34) nos mostra, “a escuridão é a luz esperando para acontecer”, assim como “o caos não é o caos, mas potencialidades criativas não estruturadas” (Karenga 2004, 186). Dessa forma, a existência, na concepção egípcia antiga, alterna latência e realização e se dá a partir de um contínuo devir que se manifesta por meio de processos de diferenciação que ocorrem dentro de um oceano de potencialidades. Em outras palavras, a existência é um devir contínuo que assume a forma de um processo de diferenciação.

A própria morte é pensada como um potencial de vida que não se manifesta, que se oculta. Finnestad (1986) demonstrou que, no caso dos humanos, os processos de autotransformação e autotranscendência estão diretamente ligados aos conceitos de *ka*, *ba* e *akh*. Segundo o autor, o *ka*, o *ba* e o *akh* designam o humano como uma entidade que pode transcender seu corpo físico, biológico e transformar-se em outras formas de vida. Isso significa que a vida não termina com a morte, mas transcende através da morte para outros estados de vida na forma de *ka*, *ba* e *akh*.

Especificamente em relação ao *ka*, há muito debate sobre o que ele é exatamente. Alguns autores definem o *ka* como a imagem ou duplo de uma pessoa. Uma segunda linha de pensamento afirma que *ka* é a personalidade, o eu, de um indivíduo. Ainda há quem acredite que o *ka* é uma espécie de força vital que anima os seres humanos e principalmente os mortos. Uma proposta mais recente foi formulada por Nyord (2020). Em uma abordagem relacional e ontológica, o autor sugere que o “*ka* de uma pessoa é o potencial não diferenciado do qual a pessoa é uma manifestação não necessariamente como uma realização definitiva, mas através de um processo de atualização contínua” (Nyord 2020, 164). Em outras palavras,

ka seria um potencial indeterminado que poderia ser atualizado como um ser vivo, como a múmia de um morto, seu sarcófago, sua estátua ou qualquer outra imagem ou objeto. Ao mesmo tempo, como indica Harrington (2013), o *ka* poderia se atualizar em vários objetos simultaneamente sem perder sua força. Isso, segundo a autora, permitia, por exemplo, que o falecido aumentasse suas chances de receber oferendas e alimentos.

Um elemento importante no processo de diferenciação, ou seja, na transição entre a latência e a manifestação, é a fala. Segundo Karg (2024, 190), a fala é elemento fundamental no processo de criação e delineamento de potencialidades. Como vimos acima, foi dizendo que o criador iniciou sua própria criação. Foi através da fala que o criador deu origem a tudo que existe. Nesse contexto, a fala tem um papel ontológico, pois “proferida pelo demiurgo, a fala chama o mundo à existência” (Obenga 1989, 315). Assim, ao som das vozes dos escribas e familiares, que liam os encantamentos e fórmulas rituais retratados nas paredes dos túmulos e templos, o que era invocado se transformava em algo real (Meyer-Dietrich 2010, 4–5), ou seja, deixava seu estado de latência e se tornava manifesto. Talvez seja justamente por isso que os antigos egípcios insistiam tanto em seduzir o visitante a recitar as fórmulas de oferendas e dizer o nome do dono de uma Casa da Eternidade, como nos fica claro nos textos conhecidos como “Apelos aos Vivos”. Nestes textos os donos das Casas da Eternidade eram muitas vezes explícitos na tentativa de seduzir o visitante, como vemos, por exemplo, no caso da Casa da Eternidade de Khaemet (TT57), onde se pode ler: “Olhe esta parede e leia seus dizeres” (Doncker 2012, 24). Em geral a fórmula usada foi: “Oh, todo o vivo [...] que poderia entrar em minha tumba para ver o que eu tenho feito sobre a terra para o grande deus, louvor [Amun] [...], esqueça a morte e lembre a vida, ame o rei de seu tempo, possa você rejuvenescer através de oferendas (...) para o *ka* de [...] Iamunedjeh, o justificado (...)” (Hartwig 2007, 10). Alguns visitantes respondiam diretamente aos estímulos das imagens, deixando inscrições nas paredes. Em alguns casos, há apenas o nome e profissão do visitante, enquanto em outros, há comentários sobre a beleza do monumento, como no caso do grafite da Casa da Eternidade de Intefiker (TT60), onde se lê:

“Veio o escriba Djehuty com o escriba Luy e o escriba Qen para ver o lugar do príncipe Antefoquer” (Doncker 2012, 27).

Ao mesmo tempo, há que se considerar que os egípcios acreditavam que os mortos poderiam se comunicar com os vivos. As chamadas Cartas para o Morto mostram claramente que os egípcios pediam a intervenção do espírito dos mortos no mundo dos vivos. Cartas com pedidos específicos de auxílio eram colocadas junto às estátuas do morto. Os pedidos variavam entre ajuda para solucionar um caso amoroso, ajuda para resolver problemas financeiros, ou mesmo ajuda para punir algum inimigo. Ladrões de Casas da Eternidade temiam especialmente o espírito dos mortos. Como nos mostram Drieskens e Lucarelli (2002, 85), em algumas Casas da Eternidade há inscrições que mostram que o morto poderia matar ladrões e arruinar e assombrar as famílias dos envolvidos nos saques.

A ideia de que alguém poderia entrar em uma Casa da Eternidade, dizer o nome do proprietário, ler as fórmulas mágicas ou a lista de oferendas e assim animar magicamente o lugar tornando o morto manifesto, tem uma série de implicações. Por exemplo, quando Apophis, o monstro que tenta todas as noites derrotar Rá e impedir que o deus renasça, era representado nas paredes, uma parte de seu corpo aparecia cortado para que ao ser animado pela fala de algum sacerdote, ele não se fizesse presente ou causasse algum mal. Ao mesmo tempo quando se queria impedir que um desafeto morto voltasse ao convívio dos vivos, destruía-se a boca da imagem para impedir que ele pudesse se alimentar e sobretudo o nariz para que ele não pudesse respirar. Os nomes também eram destruídos, pois isso impedia que o *ka* pudesse encontrar a imagem correspondente (Harrington 2013, 63).

Mas penso que havia outra implicação. Desde que o morto necessitava deixar seu estado de latência e se fazer presente a fim de se alimentar, e que, para isso precisava que alguém dissesse seu nome, lesse as fórmulas mágicas ou a lista de oferendas, era necessário convencer o maior número de pessoas possível a realizar tais ações. Assim, creio que a Casa da Eternidade era montada e decorada estrategicamente, para induzir o visitante a cumprir sua parte no drama ritual que poderia resultar na animação das

estátuas e imagens e a consequente presentificação do morto em sua forma transcendida. Isso permitia que o morto pudesse se alimentar, entrar em contato com os vivos e permanecer no além. Penso que Amenemhet, assim como todos aqueles que possuíam e construíram Casas da Eternidade, sabiam disso e pensaram em estratégias que tinham por objetivo afetar as pessoas e assim fazer com que eles ativassem a potência do *ka* do morto, das oferendas e do espaço como um todo. Neste sentido, este espaço e o programa decorativo podem ser pensados de duas maneiras: 1) Como uma estratégia material-discursiva que Amenemhet criou para afetar os vivos e assim poder deixar o estado de latência e se tornar manifesto, o que aumentaria suas chances de receber as oferendas diárias, se alimentar e se manter no outro mundo; 2) As imagens não são representações, mas elementos potenciais que se atualizam dependendo de como se dá o encontro entre elas e outros corpos. Desta maneira as imagens podem ser tanto a representação de Amenemhet como no caso dos arqueólogos, quanto o próprio escriba em sua forma transcendida e presentificada no caso dos egípcios antigos.

Encontros, afetos e difrações

Se Amenemhet queria afetar os visitantes para que eles reagissem declamando seu nome em voz alta, permitindo assim que ele deixasse o estado de latência e se tornasse manifesto em sua forma transcendida, a maneira como este espaço e as imagens geram fluxos afetivos deveria ser um elemento central em nossa maneira de vivenciar e interpretar o lugar.

Afetar refere-se às capacidades recíprocas dos corpos para afetar e serem afetados (Clough 2008; Pellini 2018). Sendo assim, afeto é encontrado nas intensidades que passam de um corpo a outro, nas ressonâncias que circulam e nas próprias passagens ou variações entre essas intensidades e as próprias ressonâncias (Pellini 2020). Corpos aqui não são apenas os corpos humanos, mas abrangem todos os tipos de corpos que podem afetar e serem afetados, como, por exemplo, de um animal, de uma mesa, de um livro, de uma árvore, de um conhecimento ou das imagens da Casa da Eter-

nidade de Amenemhet. Desta maneira, afeto não é uma característica que pertence a um corpo individual, mas é uma qualidade dos diferentes tipos de relações através das quais os corpos inter-relacionados são constituídos, atualizados e constantemente transformados.

Se as cenas deste espaço agem como elemento que possibilita o morto se tornar manifesto ou se agem como um conhecimento acadêmico, depende dos corpos e das assembleias envolvidas na relação (Deleuze e Guattari 1987, 50). Para Henutiri, que acabara de ver seu marido transcender, que pensa as cenas a partir de uma ontologia que vê nas imagens não uma representação, mas a jornada do marido para a vida além-túmulo, as cenas disparam afetos que podem servir como um consolo, que a fazem agir para permitir que seu marido continue existindo no além, que a fazem realizar banquetes nas festas mortuárias ou performar a entrega das oferendas diárias diante do marido na forma transcendente. Para um arqueólogo, as cenas não têm vida, não possibilitam verdadeiramente a continuidade da existência de Amenemhet, talvez enquanto memória, mas não enquanto ser. Os afetos entre os corpos aqui são de outra ordem. Eles colocam em movimento o desejo de estudar a cena, de aprender sobre o significado das imagens, de construir conhecimento. Para entender a força dos afetos que as imagens geram em nós arqueólogos, basta pensar que passamos boa parte de nossas vidas tentando entender e analisar estas cenas. Como resultado destes afetos mudamos nossas vidas, nos tornamos pesquisadores, estamos à mercê de políticas de financiamento, temos que nos submeter a determinadas regras, seja dos governos, seja da academia. Esse é o resultado do encontro das ondas, esse é o resultado material do encontro entre as imagens e o pesquisador.

O fluxo afetivo, ou seja, as intensidades que passam entre os diferentes corpos, habilitam de maneiras diferentes ações que, por sua vez, irão disparar novos afetos e irão modificar novamente as assembleias e a capacidade dos corpos de agir. Afeto, como nos mostram Fox e Aldred (2013, 776), não é um fenômeno linear, afeto é uma estrutura que cresce de maneira ramificada, rizomática, aumentando, revertendo, coalescendo ou rompendo os fluxos afetivos. Afeto, assim, é devir, que representa a mudança de estado de uma entidade e de suas capacidades.

Pensemos, por exemplo, nas imagens sobrepostas. Tanto na cena da procissão funerária quanto em outros pontos, podemos ver uma série de imagens, normalmente de animais ou humanos sobrepostos (fig. 2).



Fig. 2 Imagens sobrepostas vistas sob a luz de velas. Créditos: José Roberto Pellini.

Este tipo de imagem em geral tem sido interpretado como sendo a representação de coisas plurais; em outras palavras, quando os egípcios antigos desenhavam um boi e sobrepunham o traço de outros usando os limites da mesma figura, os egípcios, em tese, queriam simbolizar que não havia um boi, mas vários. Pelo menos essa é a visão tradicional. Quando vistas sob a luz fria do dia, estas imagens realmente passam a impressão de um múltiplo, mas quando vistas à noite, sob a luz tremulante das velas, a sensação que temos é de puro movimento (Pellini 2022). Sendo assim, é possível que não só estas imagens tivessem o propósito de representar coisas múltiplas, mas também de gerar, sob certas condições, a sensação de movimento.

Consideremos as rachaduras nas paredes. Muitas rachaduras foram tapadas com adobe ainda no período faraônico (fig. 3). Se durante o dia, sob a luz do sol ou das lâmpadas elétricas, é possível experimentar nitidamente estas alterações, à noite sob a luz de velas, as rachaduras e remendos perdem destaque e o conjunto da cena passa a ser visível. Se pensarmos sob os conceitos da arqueologia e da estética moderna, isso nada mais é do que um remendo que polui a imagem. Mas talvez os egípcios soubessem que, sob certas condições de luz, a cena não pareceria remendada. Acredito que isso tem a ver com o propósito das cenas e imagens. Os antigos egípcios não criaram as imagens para alcançar uma suposta perfeição estética ou representacional, ou seja, para representar perfeitamente o representado, mas para permitir que as imagens tornassem Amenemhet presente. Neste sentido, o mais importante é ter noção do conjunto, sendo assim uma rachadura tapada com adobe completa a imagem e torna possível a imagem se presentificar.

Mas estas estratégias não se referem apenas às cenas, desde que o espaço também foi pensado para afetar o visitante. Nós pudemos observar ao longo dos anos que o som se propaga de maneira diferente de acordo com o lugar onde estamos. Na Sala das Estátuas, por exemplo, o som dos corredores ou da parte externa da Casa da Eternidade de Amenemhet não se faz presente. Em compensação, tanto nos corredores central e transversal, o som é mais intenso. Seria isso um reflexo do fato de que a Sala das Estátuas representa a entrada para o mundo subterrâneo enquanto os corredores representam o mundo terrestre? Ao mesmo tempo, a orientação geral da Casa da Eternidade de Amenemhet faz com que a luz ilumine seus espaços internos e as cenas de maneiras diferenciadas ao longo do ano. Como vimos acima, às dez horas da manhã, no inverno, as estátuas de Henutiri e Amenemhet se iluminam completamente, enquanto o resto da câmara das estátuas fica no escuro. A sensação que temos é das estátuas saindo da escuridão e se manifestando no local, como se elas tivessem saído do Outro Mundo. A Casa da Eternidade de Amenemhet tem também corredores com larguras e comprimentos diferentes. Enquanto as cenas da procissão funerária estão localizadas em um corredor estreito e comprido,

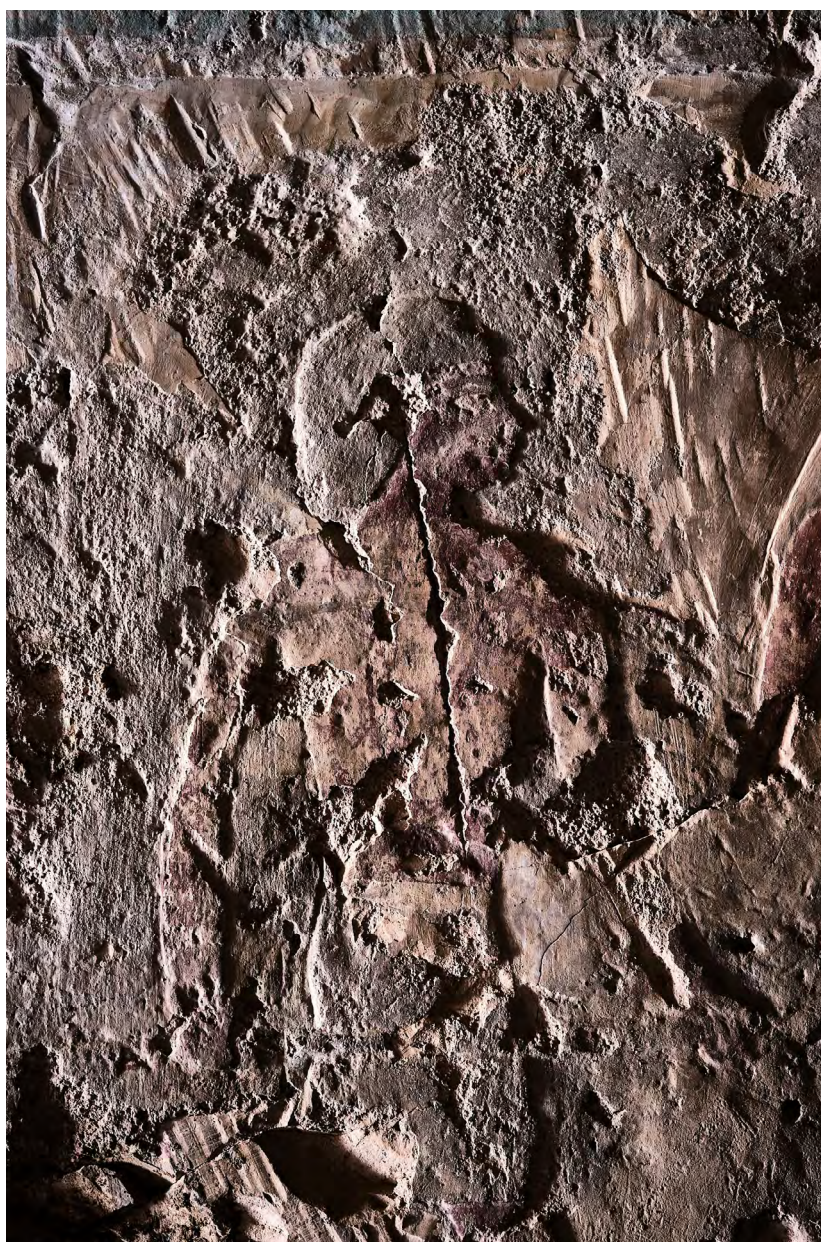


Fig. 3 Imagem esculpida na rocha e completa com adobe. Créditos: José Roberto Pellini.

nos forçando um movimento de caminhar em direção à Sala das Estátuas, seguindo assim a direção e o ritmo da procissão; a cena de oferenda se localiza em um corredor espaçoso e cômodo que nos convida a parar, ler e declamar a fórmula de oferendas. Ao mesmo tempo consideremos o direcionamento das cenas do corredor de passagem. Do lado esquerdo está a cena da procissão funerária e os personagens estão olhando na direção à

Sala das Estátuas. Do lado direito do corredor estão as cenas do deserto e os personagens estão olhando para a entrada, para o mundo exterior. Isso claramente faz pensarmos na cena funerária sendo direcionada ao mundo dos mortos e a cena do deserto sendo direcionada ao mundo dos vivos (Pellini 2022, 360). Assim, quando entramos no corredor em direção à Sala das Estátuas estamos seguindo a procissão para o mundo do além. Em contrapartida, quando saímos da Sala das Estátuas, acompanhamos Amenemhet caçando no deserto e caminhamos com ele em direção ao mundo dos vivos. De toda a Casa da Eternidade de Amenemhet, apenas a Sala das Estátuas não está decorada e talvez isso seja justamente para destacar as estátuas de Amenemhet e Henutiri e a sensação de presença que elas suscitam. A Sala das Estátuas é também o ponto mais escuro do espaço e isso não é apenas coincidência, desde que este é o local que funciona como elemento de intersecção com a câmara funerária, ou seja, o mundo do além. Em compensação, o corredor transversal é o setor mais iluminado e isso também não é coincidência desde que é a parte da Casa da Eternidade dedicada às chamadas cenas biográficas. Há que se destacar que, pelo menos no inverno, a cena do deserto é a que se ilumina mais intensamente que as cenas funerárias, assim como as cenas do pântano e da lista de oferendas se iluminam mais que as demais cenas.

Da mesma maneira que estas cenas afetam, elas são afetadas pelos fluxos afetivos e pelos encontros entre corpos que se dão neste lugar. Por exemplo, as cenas foram afetadas pelos artistas que criavam e modificavam os traços, que pintavam e repintavam as cenas a fim de conservá-las; pelos *graffiti* que foram adicionados às cenas ainda no período faraônico e que alteraram a estrutura dos desenhos; pelas fraturas, vazios, fuligem e detritos que foram se acumulando ao longo do tempo; pela perda de coloração; pelas velas e lamparinas modernas que criavam padrões de luz e sombra que eram diferentes daqueles do período faraônico; pelos traços dos arqueólogos que decalcaram a parede, que redesenharam o conjunto das cenas, dando-lhe novos significados incertos; pelas famílias que moravam no local nos séculos XIX e XX, que viam nas paredes os espíritos e gênios do passado (Pellini 2022, 365).

As imagens, neste sentido, não são representações, mas corpos que participam de relações e que afetam e são afetadas por uma série de outros corpos. Em cada relação, dentro de cada assembleia de corpos, afetos são gerados impulsionando ou não a capacidade dos corpos de serem afetados. Estes afetos constituem laços concretos, bem como posições relacionais que são baseadas em uma série de elementos que, juntos, atualizam uma dada realidade. Assim vivenciar, experimentar as cenas neste espaço potencial, pode ter desencadeado processos que fizeram visitantes dizerem o nome de Amenemhet e/ou copiarem temas e cenas no passado, pode ter atraído pessoas na modernidade a habitar o local, da mesma maneira que me afetou na escolha deste lugar para dar início ao Programa Brasileiro de Arqueologia no Egito. Ao mesmo tempo, estas cenas também foram afetadas por todos aqueles que estiveram aqui.

Em cada uma destas relações, o espaço mudou, as cenas mudaram, se tornaram outra coisa, pois é diferente pensarmos em um egípcio experimentando este espaço e vendo estas cenas no passado e em um arqueólogo vivenciando o local e as cenas no presente. Um egípcio, no período faraônico, entra na Casa da Eternidade de Amenemhet e o vê em sua forma transcendida. Um arqueólogo entra em um sítio arqueológico e vê a representação de Amenemhet. São realidades diferentes. Como eu disse acima, não estou falando de diferentes experiências vivenciadas em um espaço essencial e pré-existente, mas de realidades diferentes que são resultado de encontros entre corpos potenciais. Neste sentido, antes de pensar neste espaço como um elemento pré-existente e nas imagens como representações, podemos pensar neste espaço, chamado de TT123 pelos arqueólogos, como um espaço potencial que é atualizado a partir de afetos e práticas material-discursivas específicas e que resultam na atualização da matéria na forma de uma Casa da Eternidade ou de um sítio arqueológico chamado TT123.

BIBLIOGRAFIA

- Alberti, B., M. Holbraad, Y. Marshall, e C. Witmore. 2011. "Worlds Otherwise: Archaeology, Anthropology and Ontological Difference." *Current Anthropology* 52 (6): 896–912.
- Allen, J. 1988. *Genesis in Egypt: The Philosophy of Ancient Egyptian Creations Accounts*. New Haven: Yale University Press.
- Barad, K. 2007. *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham: Duke University Press.
- Clough, P. 2008. "(De)coding the subject-in-affect." *Subjectivity* 23: 141–60.
- Deleuze, G., e F. Guattari. 1987. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Doncker, A. 2012. "Theban Tomb Graffiti during the New Kingdom. Research on the Reception of Ancient Egyptian Images by Ancient Egyptians." In *Art and Society Ancient and Modern Contexts of Egyptian Art, Proceedings of the International Conference held at the Museum of Fine Arts, Budapest, 13–15 May 2010*, editado por K. Kóthay, 23–34. Budapest: Hungarian National Culture Fund.
- Drieskens, B., e R. Lucarelli. 2002. "Untying the magic of the Pharaoh." In *Egyptological Essays on State and Society*, editado por R. Pirelli, 79–93. Napoli: Università Degli Studi di Napoli L'Orientale.
- Dudley, S. 2012. "Encountering a Chinese Horse: Engaging with the Thingness of Things." In *Museum Objects Experiencing the Properties of Things*, editado por Sandra Dudley, 1–15. London: Routledge.
- Finnestad, R. 1985. *Image of the World and Symbol of the Creator. On the Cosmological and Iconological Values of the Temple of Edfu*. Wiesbaden: Harrasowitz.
- Finnestad, R. 1986. "On Transposing Soul and Body into a Monistic Conception of Being: An Example from Ancient Egypt." *Religion* 16: 359–73.
- Fox, N., e P. Aldred. 2013. "The sexuality-assemblage: Desire, affect, anti-humanism." *The Sociological Review* 61 (4): 770–90.
- Grapow, H. 1931. "Die Welt vor der Schöpfung." *Zeitschrift für ägyptische Sprache und Altertumskunde* 67: 34–38.
- Haraway, D. 1997. *Modest Witness@Second Millennium FemaleMan Meets OncoMouse™: Feminism and Technoscience*. London: Routledge.
- Harrington, N. 2013. *Living with the Dead: Ancestor Worship and Mortuary Ritual in Ancient Egypt*. Oxford: Oxbow Books.
- Hartwig, M. 2007. "Conservation and Documentation of the Tomb of Menna. Final Report." Cairo: American Research Center in Egypt.
- Karenga, M. 2004. *Maat, the Moral Ideal in Ancient Egypt: A Study in Classical African Ethics*. London: Routledge.
- LenzTaguchi, H. 2021. "A Diffractive and Deleuzian Approach to Analysing Interview Data." *Feminist Theory* 13: 265–81.
- Meyer-Dietrich, E. 2010. "Recitation, Speech Acts, and Declamation." In *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, editado por Elizabeth Froid e Willeke Wendrich, 1–10. Los Angeles: University of California.
- Moreno García, J. 2015. "The cursed discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the twenty-first century." In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, editado por W. Carruthers, 50–63. London: Routledge.
- Nyord, R. 2020. *Seeing Perfection. Ancient Egyptian Images beyond Representation, Elements in Ancient Egypt in Context*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nyord, R. 2019. "The Concept of ka between Egyptian and Egyptological Frameworks." In *Concepts in Middle Kingdom Funerary Culture: Proceedings of the Lady Wallis Budge Anniversary Symposium Held at Christ's College, Cambridge, 22 January 2016*, editado por Rune Nyord, 150–203. Leiden: Brill.
- Obenga, T. 1989. "African Philosophy of the Pharonic Period." In *Egypt Revisited*, editado por I. Van Sertima, 286–324. Piscataway: Transaction Publishers.
- Pellini, J. 2020. "Bitucas e a materialização do equívoco: Qurna e suas múltiplas paisagens." *Revista Mosaico* 13: 30–41.
- Pellini, J. 2021. "Dung on the Wall. Ontology and Relationality in Qurna: The Case of TT123." *Cambridge Archaeological Journal* 31 (4): 1–13.

- Pellini, J. 2022. "Encounters, Affects and Intra-actions. Diffracting the Theban Tomb 123, Luxor, Egypt." *Archaeologies* 18: 338–69.
- Pellini, J. 2018. *Senses, Affects and Archaeology: Changing the Heart, the Mind and the Pants*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars.
- Sayal-Bennett, A. 2020. "Diffractive Analysis: Embodied Encounters in Contemporary Artistic Video Practice." *Tate Papers* 29.
- Viveiros de Castro, E. 2004. "Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation." *Tipiti* 2 (1): 3–22.
- von Scheve, C. 2016. "A Social Relational Account of Affect." Working Paper SFB 1171 *Affective Societies* 03/16.
- Zohar, D. 1990. *O Ser Quântico*. Traduzido por Maria Antônia van Acker. Rio de Janeiro: Best Seller.

ENTRE O ALVORECER E O CREPÚSCULO DO IMPÉRIO DO BRASIL (1822-1889): A FORMAÇÃO DAS COLEÇÕES EGÍPCIAS DO MUSEU NACIONAL (UFRJ) E DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO (MINAS GERAIS)

ANDRÉ ONOFRE LIMÍRIO CHAVES*

“Objetos dignos da admiração dos amigos das antiguidades”: a coleção egípcia do Museu Nacional (UFRJ) nos oitocentos

Em julho de 1826¹ desembarcava na Alfândega do Rio de Janeiro, um comerciante de origem italiana munido de cargas “curiosas”, que movimentou,

* Doutor em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2010-9869>. E-mail: andreonofrelimirio@gmail.com.

¹ De acordo com o periódico Astrea: “Consta-nos que na Alfândega desta Capital estão alguns dos caixões contendo Múmias e outros muitos objetos de um Museu de Antiguidades Grega e Egípcia, que foram trazidas da Europa pelo Sr. Nicolau Fiengo, que de Marselha partira para o Rio da Prata, e que por motivo do bloqueio esteve alguns dias em Montevideo, donde voltou para esta Corte. Temos feito todas as diligências para obter uma relação circunstanciada dos objetos dignos da admiração dos amigos de antiguidades”. Astrea, 29 de julho de 1826, nº 16. 64.



além do esperado, o cotidiano do lugar. Tampouco eram tecidos manufaturados, gêneros alimentícios, ou objetos ordinários, mas, múmias humanas! Nicolau Fiengo era o seu nome e foi o responsável por trazer pela primeira vez, quiçá em toda a América, uma coleção de antiguidades egípcias. Tal atrativo fez parte dos burburinhos da Corte carioca, chegando aos ouvidos da imperatriz D. Leopoldina de Habsburgo, amante das ciências e também colecionadora. O interesse pelos itens milenares a motivou a vê-los pessoalmente, junto ao seu marido, o imperador D. Pedro I do Brasil (IV de Portugal).²

O lote de antiguidades egípcias chegou ao solo brasileiro acidentalmente. Naquele momento, o país vivenciava um conflito contra a província da Cisplatina (atual Uruguai), que almejava separar do Império do Brasil. Em consequência disso, Nicolau Fiengo, que rumava para a Argentina a fim de vender a sua preciosa carga, que faria parte do núcleo inicial do Museu de História Natural de Buenos Aires, foi impedido de continuar a viagem até o seu destino. Ciente que os portos ao sul do país continuariam bloqueados até que alguma decisão que pusesse fim ao conflito fosse tomada, e atento que o seu dinheiro acabaria nesse período, o comerciante tomou a decisão mais óbvia para aquela situação: vender os preciosos artefatos.

A coleção causou admiração, espanto e arrepios em muitos transeuntes da Alfândega. Além das estatuetas, sarcófagos, lápides, vasos e joias, as múmias humanas e de animais foram as grandes atrações. A visita da imperatriz e do imperador ao porto com certeza motivou a curiosidade de outros membros da Corte, assim como os veículos de imprensa. Um exemplo disso foi a presença do redator do jornal *Astrea*, que escreveu nesse periódico que o Sr. Nicolau Fiengo “as fará [as múmias] ver ao público, que não deixará de maravilhar-se podendo observar o extraordinário fenômeno da perfeita conservação em todas as suas partes de corpos que se hão conservado intactos e sem a menor alteração”, fato que chamava a sua atenção, pois em sua visão, a integridade dos corpos de tal forma era um “misterio-

² Em carta endereçada para a sua amante, D. Pedro I narrou que, no dia 21 de julho de 1826, tinha ido a “Alfândega mostrar as múmias à imperatriz”. Tal fato demonstra o interesse da soberana em conhecer a coleção. Carta de D. Pedro I para a sua filha, 21 de julho de 1826 (Rangel 1974, 104).

so segredo que até ao presente nem um sábio tem podido penetrar apesar das intempéries de mais de 25 séculos”. Ou seja, criava-se uma espécie de aura enigmática sobre como os antigos egípcios formularam um processo que ia contra o sopro do tempo, mantendo a degradação carnal em letargia. Evidentemente, essa condição seduziu o olhar dos curiosos. Não obstante que o redator destacou que “é de certo este Gabinete o mais rico em Múmias de que temos conhecimento; pois contém cinco e todas de mui remota antiguidade” (Astrea 1826a, 64). Ou seja, tal oportunidade de admirar os testemunhos seculares do antigo Egito era um fato único até aquele momento, de modo a acentuar o interesse pela aquisição, pois, em suas palavras, eram “objetos dignos da admiração dos amigos de antiguidades”.

Distante dos grandes centros urbanos europeus, em que a constância de museus e institutos se fazia presente, o jovial império ainda demandava pelo cultivo de instituições que fizessem culto às Belas Artes e à História Natural. Desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, em resposta às invasões napoleônicas que rumavam ao Reino de Portugal, a outrora colônia portuguesa viu as suas estruturas política, econômica e cultural passarem por grandes transformações. Principalmente, após a condição de Reino Unido do Brasil, mudando a sua posição de subalternidade e tornando-se assim, o centro administrativo do império português. Em virtude disso, era preciso apagar os traços “incivilizados” que maculavam a capital e residência de D. João VI e sua família. Assim, a cidade do Rio de Janeiro passou por um processo de polimento cultural, com a criação da Biblioteca Real (1810), o Jardim Botânico (1808), a Academia Imperial de Belas Artes (1816), e o Museu Real (1818).³ Entretanto, até a chegada das antiguidades em solo brasileiro, em 1826, esses espaços caminhavam a passos lentos na consolidação de suas coleções, e também, no seu funcionamento.

³ Atualmente conhecido como Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a instituição foi criada em 1818. Recentemente, no bicentenário de sua criação, o museu sofreu um terrível incêndio que culminou na destruição de grande parte de suas coleções, incluindo a coleção egípcia. Atualmente, ela encontra-se em processo de restauração e catalogação dos itens recuperados (ver von Seehausen et al. neste volume).

Dentre essas instituições supracitadas, o Museu Real (posteriormente, Museu Nacional) possui destaque para este estudo. Após o aval de D. Leopoldina e do seu marido, o extenso lote de antiguidades egípcias de Nicolau Fiengo foi transferido da Alfândega para o museu, em caráter provisório, por ser um lugar mais digno, longe do caos, da umidade e do bater das ondas. Assim, ao lado de minerais, animais empalhados, pinturas e objetos etnográficos, a coleção egípcia tornou-se mais um atrativo para a instituição, principalmente com a presença de múmias humanas, fato que até aquele momento não estava no cerne dos brasileiros. Principalmente para aqueles que nunca pisaram nos continentes africano e europeu, onde era possível apreciar os testemunhos de uma das principais civilizações do passado.

Engana-se achar que toda a população da Corte ficou maravilhada com as antiguidades egípcias. Alguns membros da sociedade enxergaram a aquisição e exposição dos objetos no Museu Nacional como uma afronta aos ideais das Belas Artes e da História Natural. Entre eles, está a figura de Basílio Ferreira Goulart que não poupou críticas com o teor de desprezo pela coleção egípcia. Sob o pseudônimo de B. F. G. — O carioca constitucionista —, Goulart proferiu inúmeros questionamentos sobre a autenticidade das antiguidades, em especial, as múmias humanas. Em sua visão, elas não passavam de “trapos e farrapos embrulhados em cadáveres esmirrados, e com a compostura de almofadas por músculos” (Astrea 1826b, 149).

O olhar crítico de Basílio Ferreira Goulart não parou por aí, a sua crítica foi extensa e cheia de pormenores sobre a qualidade da coleção e também a sua autenticidade. Ao seu ver:

Sr. Redator, parecia-me que a Loja do Museu se tinha convertido nas antigas Catacumbas dos Terceiros de São Francisco, onde se mostravam pedaços de Corpos mirrados e mesmo inteiros, que uns tinham por bons Católicos, e outros por Excomungados. Também, aí se falou em Gatos do Egito: por mais que, que acanhasse as pupilas dos olhos, não vi o que era, apenas umas capas, e uns embrulhos nojentos, vi uma porção

de um Lagarto [...]. Que de gente vai a ver! Não sei o que dirão muitos por Múmias; hão de haver galantes equívocos. Eu saí enfarado, e enjoado. Retirei-me deste Sítio da Morte, e destes corpos, ou Ossos, que deviam ter pago o seu tributo à terra, para não servirem ainda de horror: respirei à proporção. (Astrea 1826b, 150)

No intuito de criar dramaticidade ao que era visto, Goulart não poupou esforços para diminuir o valor do lote de antiguidades de Nicolau Fiengo. Em sua perspectiva, o Museu Nacional parecia catacumbas em abrigar corpos milenares que deveriam ter sido corrompidos pelo passar dos séculos, de modo que não entendia o porquê do apreço e alvoroço por eles. Tal desprezo refletia a emergência em garantir que as peças não fossem adquiridas pelo Estado Imperial, uma vez que no mesmo período, o prédio da Academia Imperial de Belas Artes, projetado pelo mestre da arquitetura neoclássica Grandjean de Montigny, estava em vias de conclusão, mas para isto, necessitava do aporte do governo. Goulart era um assíduo defensor do projeto da criação de um espaço dedicado ao culto das Belas Artes, como é visto em outros escritos (Astrea 1826b, 150), acreditando que uma nação só se livraria das máculas coloniais por meio da instrução artística, em suas palavras: “as Artes abririam o caminho aos conhecimentos humanos” (O Spectador Brasileiro, 8 de novembro de 1826, nº 132, 4). Assim, não admitia que valores tão exorbitantes fossem pagos por corpos humanos ressecados, uma vez que não traria nenhuma contribuição para o exercício das Belas Artes no Brasil, mesmo que fossem em virtude da curiosidade.

É interessante destacar no relato de Goulart o seguinte trecho: “Que de gente vai a ver!”. Isto é, a coleção egípcia em seu primeiro momento de exposição pública no Museu Nacional foi vista por muitos, demonstrando o interesse da sociedade por itens que mal ouviram falar. Naquela época, no senso comum, a imagem que se tinha do Egito era majoritariamente por via de passagens bíblicas, como o local para a fuga da família de Cristo, ou o lugar em que os hebreus foram escravizados pelos faraós.

Assim, criava-se uma contraposição entre o real e o imaginário, que fugia totalmente dos moldes representacionais. Neste momento, nos principais periódicos do Império constavam-se notícias que davam conta sobre a descoberta de tumbas egípcias, o método de leitura dos hieróglifos por Jean François Champollion, ou até mesmo o desenfaixar de múmias (Chaves 2019). Porém, o acesso à leitura era restrito a uma pequena parcela da população, fato que garantia que a circulação dessas informações se dava pela oralidade. Por isso, é possível imaginar os comentários que rolaram na Corte sobre a chegada de múmias humanas e de animais, e objetos com milhares de anos, de modo a atizar a curiosidade e que, apenas pelo olhar, seria possível sanar esse desejo.

As críticas do Carioca Constitucional não passaram despercebidas pelo público leitor, ao ponto que chegaram aos ouvidos de Nicolau Fiengo, o proprietário e comerciante das antiguidades. Naquela altura, Fiengo estava em um contínuo processo de enraizamento pelo circuito local de leilões, de modo a angariar fundos para a sua sobrevivência enquanto o moroso processo de aquisição da coleção egípcia aguardava a aprovação dos monarcas. Com o objetivo de defender a sua honra e retirar quaisquer máculas que fossem projetadas em sua imagem, Fiengo teve o seu direito de resposta às críticas de Goulart, expondo extensos argumentos, com o tom pomposo e respaldado pelo seu conhecimento pela Antiguidade:

Se a linguagem de todos os seus patrícios é igual à do Carioca Constitucional, que na sua folha se permitiu chincalhar, com toda a mordacidade de um Zoilo, a coleção instrutiva de antiguidades egípcias, que eu trouxe a este Porto, e que com a aprovação, e licença de S. M. I. depusitei no Imperial Museu desta Cidade. No caso, V. M. me responda que sim, então nada tenho mais a fazer se não carregar outra vez o que é meu, e procurar outras terras aonde o ouro tenha mais estimação do que a missanga; mas se, como eu creio, essa linguagem é particular somente a esse indivíduo, peço a V. M. que em abono da verdade, do Crédito Nacional, e desafronta dos insultos com

o Sr. Carioca me atacou, faça constar pela sua folha ao Público instruído deste Império, os sentimentos com que altamente estranho um procedimento pouco conforme ao caráter de quem afeta de sábio e cordato. (Astrea s.d. [1826], 1)

Unindo a sua lábia de bom vendedor e a de erudito bem-informado aos feitos da Antiguidade, Fiengo arguiu em prol de projetar que a sua sabedoria era superior a de Basílio Goulart. Para tal, fez uso de referências do passado, projetando a imagem do Carioca Constitucional com a do filósofo grego Zoilo (400–320 AEC), que ficou conhecido por suas diversas críticas ao poeta Homero, ganhando a fama de “chicoteador de Homero”. Ao identificar seu oponente com esse filósofo, Fiengo qualificava a si mesmo, e por extensão, a sua coleção com a figura de Homero, famoso pelos seus escritos como a *Ilíada* e a *Odisseia*, de caráter universal e que ultrapassaram os séculos. Assim, o comerciante deixava evidente o quão difícil era, mesmo para homens tão honrados, evitar críticas desafundadas e sem contribuição alguma para o desenvolvimento do intelecto.

Ambas as versões dos envolvidos nesse imbróglio de opiniões foram extensas, cada uma com as suas intencionalidades. A de Basílio Ferreira Goulart, evitar gastos supérfluos que não projetavam o seu ideal de bom gosto pelas Belas Artes. Já Nicolau Fiengo, que a sua preciosa carga fosse adquirida, e para isso, era preciso garantir que não houvesse qualquer dúvida sobre a autenticidade das peças, a fim de não prejudicar a transação com o Estado Imperial. Em todo o caso, é importante destacar que essa cobertura midiática em torno de uma coleção nos oitocentos é um fato muito raro em contexto brasileiro. Isto é, além de noticiar a chegada das antiguidades sob a perspectiva da curiosidade, também, observamos um debate público sobre a legitimidade da aquisição, trazendo as perspectivas contrárias e favoráveis. Neste caso, o próprio proprietário percorreu os seus argumentos no âmbito público, de modo a almejar tanta a proteção de sua imagem quanto a de sua coleção.

No final, as críticas do Carioca Constitucional não surtiram efeitos. A partir de 1827, depois de uma longa barganha entre o Estado Imperial e

Nicolau Fiengo,⁴ o Museu Nacional passou a ser o lar definitivo da primeira coleção egípcia da América Latina. Basílio Ferreira Goulart proferiu outros comentários afiados em um periódico diferente, mas desta vez, o seu alvo não foi o vendedor italiano. Neste momento, a sua ida ao Museu foi motivada pelo desejo de mostrar ao seu filho os “objetos” que motivaram tantos burburinhos na Corte. De todo modo, a sua opinião ácida continuou a mesma. Ao mencionar o catálogo⁵ que acompanha o lote de antiguidades, não deixou de proferir as seguintes alfinetadas:

[...] este impresso tem dezenove artigos que descrevem toda as maravilhas desta Coleção de mortos, com uma pompa, que não serve, senão de contrastar estes despejos da vida, embrulhados em velhos trapos, e que é uma fortuna ainda cobrirem o que a terra devia por piedade esconder; e que, se são verdadeiras múmias daqueles países, tem sido o terror dos séculos, e não a admiração das idades, e do bom gosto. Eu por isso renuncio o que tão graciosamente se diz de tais antiguidades. (O Spectador Brasileiro, 27 de outubro de 1826, 4)

A opinião de Goulart continuou a mesma. Para ele, a “coleção de mortos” não fazia jus em estar no Museu Nacional. Porém, ele se equivocara, na medida em que a instituição passou por transformações epistemológicas da ciência, novas camadas de sentidos e significados foram se aderindo na coleção egípcia. Num primeiro momento, como signo da cultura de curiosidade por antiguidades, no segundo, como agente auxiliar na busca pelo

⁴ Inicialmente, Nicolau Fiengo pediu a soma de treze contos de réis pelas antiguidades, mas, no final da negociação, o preço caíra para cinco contos de réis. Mesmo com essa queda no preço, ainda era um grande montante a ser gasto.

⁵ Tratava-se do “Catalogo de hum Museo de Antiguedad griega e egypcia encontrado en la escavacion mandada hacer por el famoso naturalista de Europa, el Sr. Belzoni, enviado por el Gobierno Inglez al sepulcro Real de Tebas, subterraneo del Palacio de Karnac, formando el toda parte del gabinete do D. Nicolas Fiengo”. Infelizmente, até o momento, não foi possível encontrar algum exemplar da publicação.

passado brasileiro. No período, a entrada das teorias difusionistas se tornou uma importante ferramenta para responder o enigma sobre a origem da sociedade brasileira, principalmente, se teria as suas bases em alguma “civilização avançada” que existiu em tempos remotos. Para solucionar tal mistério, os olhos dos cientistas e historiadores da época voltaram para os elementos materiais da cultura indígena, em especial, oriundos dos sítios arqueológicos que começaram a ser explorados no norte do país.

A ilha do Marajó, no estado do Pará, foi o berço de um dos povos originários mais importantes do Brasil: os Marajoaras. Eles se destacaram por sua produção ceramista, com motivos geométricos e antropomorfos com alto grau de elaboração estética. Consequentemente, por ser uma das sociedades que legou um vasto material arqueológico, ela esteve no horizonte de muitos pesquisadores que procuravam encontrar vestígios que atestassem o seu grau civilizacional (ver Linhares 2017). Isto é, aos olhos dos homens oitocentistas, uma nação só teria um futuro proeminente se possuísse as suas bases fundadas num terreno em que a arte, a escrita, a governança tivessem sido fomentadas desde a Antiguidade. Naquela altura, a contraposição “civilização versus barbárie” estava no cerne da mentalidade dos letrados, que enxergavam os indígenas contemporâneos como uma corruptela de uma grande sociedade que existira no passado. Assim, por meio de estudos sobre os povos originários, almejavam encontrar indícios que comprovariam que era possível “civilizá-los” novamente (Schwarcz 1993).

No plano simbólico da política, falhar na missão de detectar vestígios de um passado grandioso significava também colocar o país em uma situação de inferioridade em consonância com as nações latino-americanas. Nos países vizinhos ao Brasil destacava a existência de pirâmides, construções religiosas, ruínas de habitações e diversos outros vestígios da refinada cultura material das sociedades indígenas. De certa forma, tornava-se difícil contornar a contraposição entre os Estados Republicanos latino-americanos, com o passado glorioso de suas grandes civilizações ameríndias e a única monarquia das Américas, com sua patente carência de uma antiguidade “civilizada”, segundo os parâmetros oitocentistas. Logo, passa a ser constante o envio de relatos para o Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro (1838) (Guimarães 2001), principal órgão da escrita oficial da história brasileira, de ruínas de cidades, ou pedras no sertão brasileiro que induziam a presença de povos civilizados que legaram vestígios que precisavam ser explorados (Langer 2000). Porém, em sua maioria, tratavam de fabulações de mentes desesperadas em provar que a civilidade fazia parte do gênio brasileiro.

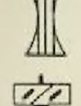
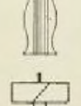
A grande questão que inquietava os indivíduos preocupados em escrever a história da antiguidade brasileira era a ausência de testemunhos que atestassem que os povos originários, em algum momento, dominaram a escrita. No século XIX, em consonância com a estruturação da produção do conhecimento histórico, o uso de documentos manuscritos ou impressos era imprescindível, pois concediam veracidade ao fato ocorrido. Por isso, encontrar os vestígios de um alfabeto indígena “perdido” esteve no cerne dos eruditos brasileiros. O grande historiador da época, Adolfo Varnhagen, por exemplo, defendeu a tese de que os indígenas descenderam dos antigos egípcios, uma vez que por meio de análises linguísticas teria encontrado evidências no Tupi que apontavam para um tronco linguístico comum com a escrita hieroglífica (Cezar 2006; Varnhagen 1876). Entretanto, era preciso ir além, no intuito de localizar algo concreto, feito pelos próprios indígenas, de modo a atestar a sapiência deles no exercício de narrar os acontecimentos em suas próprias perspectivas.

Ladislau Netto, botânico e estudioso da Antropologia, foi responsável pelo movimento de enraizamento desta última ciência no Museu Nacional (Schwarcz 1993), principalmente entre os anos de 1874 e 1893, quando atuou como diretor da instituição. Para além das transformações administrativas e científicas que mobilizou dentro do Museu, fato que trouxe prestígio para o principal órgão de pesquisa do país à época, Netto fez da questão supracitada, a de encontrar os traços de “civilidade” nos antepassados dos indígenas, uma de suas prioridades. Ele até defendeu a teoria da presença dos povos fenícios na costa do litoral brasileiro, tese que foi refutada, maculando a sua imagem. Porém, os esforços em busca da aurora da civilização brasileira não foram em vão, como um dos principais estudos sobre a antiguidade brasileira é de sua autoria (Netto 1885).

Por meio da análise dos grafismos presentes na cerâmica Marajoara, Ladislau Netto projetou a hipótese de que se tratava de uma escrita esquecida. Tal constatação foi reforçada por teorias que defendiam que civilizações no passado possuíam outras formas de registrar ideias e pensamentos para além da língua latina, como a escrita pictográfica. Assim, para Netto, os grafismos Marajoara possuíam outra função para além do estético, a de registrar acontecimentos importantes dessa sociedade (Chaves 2021). Nesse sentido, por meio da observação comparativa com outros modelos de mesmo teor, ele notou a semelhança dos caracteres Marajoaras com a de povos oriundos do México, China, Índia e Egito (Netto 1885, 267) (fig. 1). Desse modo, em seu entendimento, teria encontrado indícios de pictogramas que aparentemente correspondiam uns aos outros. Assim, intuiu que em um passado remoto, levas de migrações provenientes do Egito se direcionaram para o Oriente, tendo atravessado a Ásia e descido para as Américas. Tal hipótese era reforçada por outros estudiosos que apontavam a semelhança de construções ameríndias pelas Américas, que projetavam modelos urbanísticos próximos aos do Egito antigo, em especial, as pirâmides e os templos religiosos (Escalante Gonzalbo 2011).

Ao leitor pode parecer um pouco peculiar essas associações com povos de diferentes partes do globo, porém, “para o pensamento difusionista, o incessante intercâmbio era a única maneira de explicar a diversidade americana — o oceano e as montanhas nunca separavam os povos da antiguidade, apenas os teriam unidos” (Langer 2000, 86). Em virtude disso, a defesa de teses difusionistas que argumentavam a presença de povos do Nilo no Brasil não era algo tão absurdo para a mentalidade da época. Assim, a coleção egípcia no Museu Nacional ampliou a possibilidade de interpretação do passado histórico brasileiro, uma vez que foi disposta ao lado das “antiguidades brasileiras”, compostas por vasilhames oriundos da Ilha do Marajó. No plano visual e expositivo do Museu era importante que tais objetos fossem associados com outras civilizações, como a egípcia, de modo a confirmar a virtuosidade presente nos testemunhos dos primeiros habitantes, provando a sua civilidade, equiparando-a com outros povos. Ao mesmo tempo, os hieróglifos presentes nos sarcófagos, estelas e demais

ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL. 455

Collection do MUSEU	BRAZIL Marajó.	MEXICO	CHINA	EGYPTO	INDIA
Nº1 206 476					
Nº2 206 476					
Nº3 476					
Nº4 113. 1100					
Nº5 114. 1100					
Nº6 114. 98					
Nº7 P					
Nº8 27C					
Nº9 114. 98					
Nº10 114. 98					
Nº11 69600					
Nº12 150 240					
Nº13 150 240					
Nº14 EL					
Nº15 EL					

CARACTERES SYMBOLICOS COMPARADOS.

Fig. 1 Fragmento da tabela comparativa feita por Ladislau Netto e publicada na revista *Archivos do Museu Nacional*. Fonte: NETTO, Ladislau de Souza Mello. *Investigações sobre a Archeologia Brasileira*. Em *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 6, 1885. p. 455 (publicação original no domínio público).

objetos da coleção provinham um importante material para análises comparativas com as possíveis escritas dos povos originários brasileiros. Em outros casos, os crânios de indígenas foram comparados com as das múmias egípcias, em prol de encontrar elos que comprovassem a semelhança morfológica e assim, a possível origem comum (Lund 1950, 494).

Ao longo do século XIX, a coleção egípcia do Museu Nacional foi um dos principais atrativos da instituição, possuindo destaque em suas salas expositivas. No período da sua chegada ao Brasil, o mundo ocidental encontrava-se empolgado com as constantes descobertas oriundas da Terra dos Faraós, em sua maioria, de escavações depredadoras que resultaram no enriquecimento de museus europeus e americanos. A própria coleção do Museu Nacional fez parte desse processo, acredita-se que grande parte dos objetos foi coletada por Giovanni Battista Belzoni (Brancaglion 2005), sujeito envolvido na espoliação do patrimônio arqueológico egípcio. Mas, para além de ser um atrativo para a curiosidade, os cientistas do museu fizeram da coleção um importante aporte para o estudo do passado brasileiro, empregando análises a fim de provar algum elo comum entre as civilizações egípcia e ameríndia.

As múmias da coleção egípcia, desde o momento de sua chegada em terras brasileiras, despertaram a curiosidade da Corte e foram motivos de desavenças num periódico. Infelizmente, elas voltaram à atenção da mídia no momento do incêndio que destruiu grande parte da sede principal do Museu Nacional, em 2018. Inúmeras foram às manchetes anunciando a destruição dos corpos milenares, e hoje temos a informação que restaram apenas os ossos e alguns amuletos que estavam no interior deles. Grande parte da coleção passou por alterações significantes, em alguns casos, a destruição definitiva (Carvalho 2021). Não há dúvidas que o Brasil lamenta que tanto descaso e abandono do poder público tenham culminado na perda de outra “biblioteca de Alexandria”. Porém, a pior destruição que qualquer coleção ou museu possa ter, é a sua memória. Mesmo quando o meio físico não existe mais, é possível continuar perpetuando a sua existência por meio de estudos que traçam a vida dos objetos para além do seu significado usual. Por isso, é de grande urgência que novas investigações sobre a coleção egípcia do Museu Nacional sejam fomentadas, principalmente com objetivo de narrar os percursos nos séculos XX e XXI, pois a história dela não terminou.

Do olhar privado para o público: a coleção egípcia do Museu Mariano Procópio (Minas Gerais)

Se em uma instituição pública, as antiguidades egípcias do Museu Nacional possuíam maior visibilidade e pluralidade de interpretações para além de signos do passado egípcio, outra coleção de mesma tipologia não ficou tão aparente. Em 1885, um pequeno lote de antiguidades egípcias foi adquirido na Alemanha por um casal de nobres do Império do Brasil: D. Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, a Viscondessa e Visconde de Cavalcanti. Em suma, destacam-se as ações de D. Amélia, pois foi uma importante colecionadora. O seu interesse por práticas colecionistas não se restringia apenas ao universo de antiguidades, mas também da arte, numismática, antropologia, História Natural e *memorabilia*. A aquisição da coleção egípcia, que hoje se encontra no Museu Mariano Procópio (Minas Gerais), é testemunho de que a curiosidade pelo passado faraônico não se restringiu apenas ao mundo institucional, mas também à esfera privada.

Nos finais do regime monárquico brasileiro, a sede da Corte possuía um aspecto totalmente diferente daquele que Nicolau Fiengo presenciou. O enraizamento da monarquia, assim como da aristocracia, consolidou o polimento cultural da cidade do Rio de Janeiro, agora com salões de arte, saraus, concertos, peças de teatros, que movimentavam a vida social. Entretanto, a escravidão continuava sendo o fio condutor que unia esses dois períodos, uma vez que, ao falar de homens e mulheres abastados nesse período, em sua maioria, estamos falando de indivíduos que obtinham a sua riqueza por meio do trabalho escravo.

O palacete dos Cavalcanti localizado no bairro do Flamengo foi um importante ponto de encontro de artistas, intelectuais, escritores e membros da família imperial. Além disso, ambos foram grandes colecionadores que rechearam a residência deles com obras de arte, ampliando a aura do lugar, como um lugar dedicado ao culto das Belas Artes. Desse modo, o colecionismo mobilizado pela aristocracia foi um importante recurso de autoafirmação, principalmente, em projetar a imagem de “civilizados” perante os outros países. O microcosmo organizado pelo casal Cavalcanti

exercia essa função, em prol de demonstrar o grau de erudição deles, bem como a posição nobiliárquica. O papel da Viscondessa, enquanto colecionadora se destacou muito mais em relação ao do seu marido, dada a sua maestria em selecionar itens para as suas coleções, sendo reconhecida por aqueles que frequentavam a sua residência (Pinho 1942).

D. Amélia de Albuquerque (1853–1946) nasceu no Rio de Janeiro e desde pequena possuía forte atração pelo colecionismo, que se aperfeiçoou ao longo de sua formação ilustrada (Christo 2016). O momento em que ela viveu foi um período em que a agência de mulheres colecionistas muitas vezes dependia do capital financeiro de seus maridos ou de suas famílias. A Viscondessa de Cavalcanti, assim que se casou com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (1829–1899), envolveu-o em suas práticas colecionistas. Muitos dos recibos de compra de peças para a coleção do casal estavam no nome do Visconde, assim como as obras de arte encomendadas.⁶

Ao longo da vida de D. Amélia é visível a mudança do seu perfil colecionista. Inicialmente foi influenciada pela cultura naturalista, ainda recorrente entre os colecionadores brasileiros. Também se dedicou-se ao mundo da Numismática, prática recorrente na aristocracia e no universo letrado brasileiro, e que resultou na publicação *Catálogos de Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras* (1889), de sua autoria. Em um segundo momento, por volta de 1870–1890, é notável o interesse do casal pelo universo da Antropologia (Santos 2020), ciência que estava em alta nesse período, por causa das teorias raciais propagadas pelo Museu Nacional. Em virtude disso, atenta-se que eram um casal atento aos gostos colecionistas e as tendências científicas da época, fato importante para moldar o pensamento colecionista de cada um, ora voltado para o mundo das artes, ora para as áreas das ciências.

Composta por 51 peças,⁷ a coleção egípcia dos Cavalcanti é hoje uma das mais importantes de Minas Gerais e também do Brasil. Outro aspecto

⁶ A coleção egípcia do Casal Cavalcanti também possui o recibo de compra no nome do marido da Viscondessa.

⁷ Ressalta-se três falsificações do século XIX, fato recorrente no período, principalmente pela escassez de antiguidades egípcias após o empenho do governo egípcio em proteger o patrimônio cultural das constantes espoliações. Destaca-se a importância desses objetos para a história da

que reforça a sua peculiaridade é que parte dela teve a sua aquisição documentada. Em virtude disso, por meio dos registros de compra é possível rastrear a sua procedência, contribuindo para ampliar a história desses objetos.

A primeira parte da coleção foi adquirida em 25 de julho de 1884, no antiquário de David Kugelmann, localizado na cidade de Kissingen, Alemanha. Por causa da posição política que possuía no Estado Imperial, como senador e Conselheiro do imperador D. Pedro II, o marido da Viscondessa de Cavalcanti vivia em constantes viagens à Europa, fato que proporcionou visitas aos antiquários e casas de leilões fomentando a coleção do casal. Na época da aquisição das peças, a ida para o Velho Continente não estava ligada a questões políticas, tampouco era um simples deleite, mas era para o tratamento médico de algum membro familiar, como é possível ver nos registros de saída do país. Tal indício demonstra que mesmo em momentos que requeriam maior atenção ao âmbito íntimo do casal, as viagens para o exterior eram importantes oportunidades para a aquisição de objetos para compor as diversas coleções que possuíam.

No exercício de entender a procedência da coleção egípcia notou-se que uma folha contendo descrições de antiguidades acompanhava o recibo de compra, indicando que se tratava do fragmento de um catálogo de leilão. No documento, consta a seguinte frase manuscrita “Vente Cavaliere Carlo Morbio à Milan” (Venda Cavaleiro Carlo Morbio em Milão), constando que os objetos adquiridos pertenceram à outra coleção. A folha compunha a publicação *Katalog der Kunst-Sammlungen des Cavaliere Carlo Morbio im Jahre 1881 in Mailand verstorbenen Herm* (Catálogo da Coleção de Arte do cavaleiro Carlo Morbio que morreu em Milão, em 1881) (Heberle 1883). Tal obra traz a relação de mais de mil peças que compunham a coleção desse cavaleiro e que foram vendidas em um leilão ocorrido em Munique, no ano de 1883. O vasto microcosmo de Morbio abrangia o mundo das antiguidades egípcias, gregas, etruscas, bem como arte medieval e dos Grandes Mestres, demonstrando assim o seu apreço por objetos de arte de variados períodos históricos.

coleção. Mesmo não sendo antiguidades, elas são testemunhos de uma época em que esse tipo de artimanha passou a ser recorrente como via de alimentar o mercado de antiguidades.

Carlo Morbio foi um importante aristocrata italiano, nascido em Novara, a 1º de abril de 1811. De família nobre, logo se mudou para Milão, onde se dedicou, em particular, aos estudos históricos e numismáticos. De acordo com J. Naue, leiloeiro responsável por organizar o catálogo de Morbio, parte dos objetos reunidos eram procedentes de outra coleção, a do nobre milanês Visconde de Arcliinti. O amplo microcosmo era resultado de longos anos de coleta de obras de arte, livros e documentos, que outrora enfeitavam os palácios de seus ancestrais. Quando reorganizada como museu e biblioteca, o primeiro era composto por “antiguidades egípcias, etruscas, gregas e romanas, antiguidades cristãs e bizantinas, peças de arte da Idade Média e do Renascimento e uma vasta coleção de antiguidades”, e a última “foi distribuída em cinco classes: documentos diplomáticos, cartas autografadas, códices manuscritos e desenhos antigos, panfletos e estampas raras” (Gatta 2014, 218). Ou seja, o colecionismo, seja em suas múltiplas vertentes, por muito tempo foi um recurso de autoafirmação da aristocracia, que projetava a sua imagem como forma de se diferenciar dos demais. Carlos Morbio esteve envolvido na criação de arquivos e bibliotecas na Itália. De tal forma que parte de sua coleção de manuscritos e de livros foi, posteriormente, doada para a Biblioteca Ambrosiana, uma das mais antigas e importantes da Europa.

O catálogo organizado por J. Naue não menciona a procedência anterior da coleção egípcia de Carlo Morbio, tampouco como chegou na residência do aristocrata. Um dos caminhos mais favoráveis para a chegada das antiguidades é por meio das viagens de *Grand Tour*, um exercício de formação intelectual obrigatório para qualquer membro da nobreza. No alvorecer do século XIX, o Egito passou a ser um dos roteiros principais para ser visitado. Assim, é provável que Morbio tenha adquirido as peças de algum vendedor que fazia das tumbas dos antigos egípcios a sua fonte de riqueza, uma vez que grande parte dos objetos que compunham a coleção era de origem funerária. Além dessa hipótese, outro meio que possa justificar a aquisição é a compra em lojas de antiguidades que se estabeleceram na Itália, provendo objetos da Terra dos Faraós para as coleções europeias.

O leilão de Carlo Morbio ocorreu em 1883. Ou seja, um ano antes da viagem do casal Cavalcanti para a Europa. Isto é, o antiquário de David Kugelmann atuou como intermediário antes das antiguidades egípcias estarem nas mãos de D. Amélia e D. Diogo, uma vez que era por meio desses eventos de dispersão de coleções que era possível garantirem grandes levas de peças para serem vendidas em lojas de antiguidades. Ao mesmo tempo, vale ressaltar a importância de encontrar bens que outrora pertenceram a dignitários. Tal associação que conecta o objeto com alguém importante da sociedade era um recurso que garantiria a venda. Nesse sentido, adquirir itens que fizeram parte do cosmo de um importante colecionador italiano agregava mais uma camada de sentidos para além do significado usual. Principalmente, para uma jovial aristocracia brasileira que precisava se polir, trazendo peças, que em outros momentos foram tocadas, selecionadas e admiradas por nobres, cujas raízes já estavam bem firmadas, como era o caso de Morbio.

A coleção de antiguidades egípcias de Carlo Morbio não possuía o seu volume tão generoso, contando com cerca de sessenta objetos; em sua maioria, amuletos, pequenas estatuetas de bronze, terracota e calcário. Em contrapartida, no que se referia às antiguidades gregas e romanas, o cenário era completamente diferente, provavelmente pelo acesso que se tinha a elas. Principalmente porque Morbio morava em uma região que foi palco dessas civilizações, que legaram uma vastidão de vestígios de suas existências. A pluralidade de exemplares de diferentes tempos históricos presente na coleção de Morbio é um claro sinal da sua agência como antiquário (Momiigliano 2002), não no sentido moderno do termo, mas daqueles homens e mulheres que se dedicavam a construir narrativas sobre o passado por meio dos objetos. Isto fica evidente quando se observa que ele colecionava não apenas uma tipologia de objetos ou de algum povo, mas de vários. Sua coleção abarcava uma ampla linha do tempo, que decorria da Antiguidade até o Primeiro Período Moderno. O próprio leiloeiro admitiu que “era raro que uma seleção tão notável de obras de arte históricas de todos os tempos tenha sido vendida na Alemanha” (Heberle 1883, VIII).

Ao analisar a documentação da procedência da coleção egípcia do casal Cavalcanti com as peças presentes nela, é possível confirmar que pelo

menos trinta e cinco artefatos são oriundos do acervo que compunha o microcosmo de Carlo Morbio, tais como: uma estatueta em bronze de Hárpocrates, alguns *shabti* de faiança, assim como estatuetas de divindades feitas do mesmo material, e amuletos.

A origem da outra parte da coleção ainda se encontra em estado nebuloso, uma vez que não há outros comprovantes informando o local de compra, apenas um trecho de catálogo em alemão, a inscrição manuscrita “collection Minutoli, à Liegnitz” (coleção Minutoli, de Liegnitz). Porém, diferente da coleção de Morbio, não foi possível localizar a publicação em sua totalidade, e assim, entender a real dimensão dela enquanto estava nos cuidados de Minutoli.

Alexander von Minutoli (1806–1887) foi um advogado e economista que ao longo de sua vida montou uma extensa coleção de arte, com aproximadamente vinte e oito mil objetos. Também esteve envolvido em escavações arqueológicas na região da Silésia (atual Polônia). O seu olhar aprimorado e seletivo proporcionou o surgimento de coleções de alto nível estético e cultural, ao ponto que o rei prussiano Friedrich Wilhelm IV cedeu algumas alas do castelo de Liegnitz para que parte da coleção Minutoli fosse exposta. Além disso, com o surgimento da fotografia e o aprimoramento dela, o colecionador como forma de postergar e divulgar as suas ações colecionistas, selecionou as principais peças e as retratou, resultando em mais de quatro mil e quinhentas fotos. Ao longo de sua vida, Minutoli vendeu para o Estado prussiano parte de suas coleções, como meio de prover novos acervos para os museus locais.

A coleção de antiguidades egípcias de Minutoli possui origem em tempos anteriores, resultado das ações de seu pai, Heinrich Menu von Minutoli (1772–1846) (Karig e Minkels 2018). No começo do século XIX, ele coordenou campanhas arqueológicas no Egito, a fim de prover peças para a sua coleção (Plantureux 2018). A dimensão e importância histórica dela foi tamanha que destinou parte para compor o acervo dos museus prussianos. A fama de possuir o olhar aguçado para encontrar artefatos singulares resultou na sua nomeação para a criação da seção de antiguidades egípcias do Museu Real, localizado no castelo de Monjibou. Tempo depois, o acervo reunido por Mi-

nutoli deu origem ao Museu Egípcio de Berlim. É interessante observar que esse movimento de transferência de coleções privadas para o bem público começou a ser recorrente no século XIX, principalmente como parte do dever cívico das elites, que se apegaram a missão de destinar as suas coleções aos museus públicos, ou de criar instituições que permitissem a fruição pela população. Tal intuito almejava instruir a sociedade por meio das artes, uma vez que se acreditava ser este o melhor caminho para alcançar a erudição e a superioridade intelectual em relação às outras nações.

Em 1820, Heinrich von Minutoli comandou a campanha prussiana no Egito, com o intuito de explorar e conhecer a dimensão do país, tal como fora a expedição científica comandada por Napoleão Bonaparte, no momento da invasão do território egípcio. Assim, com a presença de artistas, naturalistas, arquitetos e estudiosos, a Prússia também realizou uma espécie de “Descrição do Egito”, esmiuçando o passado e a natureza do lugar em prol de prover meios para a promoção do conhecimento sobre uma terra que ainda era um mistério no mundo Ocidental (Stamm 2017). Nesse processo, como parte do *modus operandi* científico europeu, grande parte dos objetos que foram escavados foram usurpados e destinados aos museus prussianos. De tal modo, uma porcentagem dos bens encontrados nos sítios arqueológicos, com os seus séculos de poeiras, teve um fim trágico, indo parar no fundo do oceano, por causa do naufrágio da embarcação que os levava, em 1821.

O momento em que Heinrich von Minutoli comandou a expedição ao Egito foi o mesmo em que os principais coletores de antiguidades do século XIX, como Henry Salt e Bernardino Drovetti, entre outros, espoliaram o patrimônio cultural do Egito. Tal época ficou conhecida como “guerra dos Cônsules” (Siliotti 2007), uma vez que almejavam agradar os soberanos de seus respectivos países por meio do envio de extensos lotes de antiguidades egípcias, com o intuito de vendê-los para o Estado. Dessa forma, é intrigante observar como um processo que começou com as invasões napoleônicas foi se desdobrando em ações de outros sujeitos responsáveis pela criação de coleções e museus na Europa; coleções que, com o passar do tempo, seriam incorporadas a outras, como a do casal Cavalcanti. Assim, é interessante pensarmos como uma coleção que hoje se encontra em um museu

mineiro, outrora pertencera ao fundador do Museu Egípcio de Berlim. Ou seja, além de ser signo do passado egípcio, esta coleção também carrega um importante momento da Egiptologia. Ao chegar a território brasileiro, uma nova camada de significado foi agregada a ela, como fruto de práticas colecionistas, sendo assim possível escrever a história do colecionismo privado durante os finais do século XIX.

Ainda não há documentos suficientes que ajudem a deduzir os usos que foram dados à coleção egípcia pelos Cavalcanti. É muito provável que o apreço por objetos milenares foi movido pela curiosidade, uma vez que na Corte encontrava-se uma importante coleção egípcia. Além disso, o próprio imperador D. Pedro II dispunha em seu gabinete (Dantas 2007) um vasto mundo de objetos de diferentes partes do mundo, como o sarcófago e a múmia de Sha-Amun-En-Su⁸, antiguidades greco-romanas e incas. Assim, dada a proximidade do casal com a família imperial, esse interesse mútuo por coisas do passado influenciou o olhar de D. Diogo e D. Amélia. Isto é, além das antiguidades egípcias havia também no microcosmo do casal peças do mesmo gênero. Tal fato induz a pensar que havia o desejo dos colecionadores em criar coleções que abarcassem várias tipologias artísticas, de diferentes lugares e tempos históricos, como parte de um exercício antiquário sobre o estudo do passado.

Por fim, com a morte de seu marido e posteriormente de seus filhos, a Viscondessa de Cavalcanti iniciou um movimento importante: o processo de dispersão de suas coleções. A partir dos anos de 1920, diversas instituições brasileiras foram agraciadas com os objetos que compunham o seu microcosmo, incluindo o Museu Mariano Procópio, um dos primeiros museus de Minas Gerais, criado em 1921, por Alfredo Ferreira Lage. A coleção egípcia foi incluída nesse processo, passando a fazer parte do museu e ganhando novos usos, como elemento do discurso enciclopédico da instituição. Ao mesmo tempo, a coleção é o testemunho do ato de colecionar

⁸ Posteriormente, após o fim da monarquia, algumas coleções de D. Pedro II foram doadas ao Museu Nacional, como é o caso da Sha-Amun-En-Su, cuja múmia e o sarcófago foram destruídos no incêndio de 2018, restando os ossos e amuletos.

de D. Amélia, referenciada pelos jornais da época, como o “último sorriso da monarquia” (O Paiz 1926, 1).

Considerações finais

No começo do século XIX, as explorações arqueológicas e os saques sistematizados realizados por europeus permitiram não apenas a formação de coleções egípcias em museus públicos, mas também no âmbito privado. Tal movimento não se restringiu apenas a Europa, mas também as Américas, em especial, o Brasil. Grande parte dessas coleções privadas foi dispersa, fazendo parte de outros universos colecionistas. Isso é visível nas coleções de Carlo Morbio e Heinrich von Minutoli. Graças à dissolução delas, alguns objetos de origem egípcia atravessaram o Atlântico, integrando uma nova coleção, sob um novo olhar.

O interessante é notar que cada coleção teve um tratamento diferente, principalmente por estarem condicionadas em situações distintas, uma na esfera pública e a outra na privada. A pertencente ao Museu Nacional ganhou novos signos e usos para além da cultura da curiosidade, fazendo parte do processo de construção de narrativas sobre o passado brasileiro. Já a do Museu Mariano Procópio, quando compunha o cosmo privado de D. Amélia e D. Diogo, atuou como um aparato de distinção social, quando o eruditismo da nobreza brasileira era uma exigência para a honra do título e a representação que se dava a ele. Ao mesmo tempo, é uma ponte importante para a compreensão do colecionismo privado brasileiro, que ainda demanda estudos aprofundados. Em ambos os casos, é evidente que os estudos de procedências de coleções são um caminho essencial para compreender as camadas de sentidos que vão se aderindo aos objetos, proporcionando outras narrativas.

BIBLIOGRAFIA

- Astrea. 1826a. “Consta-nos que na alfândega d’esta Capital...”, nº 16, 29 de julho de 1826, 64. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749700&pagfis=64v>.
- Astrea. 1826b. “Notícias”, nº 37, 19 de setembro de 1826, 149-150. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749700&pasta=ano%20182&pesq=1826&pagfis=148>.
- Astrea. S.d. [1826]. “Notícias”, 1. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749700&pasta=ano%20182&pesq=1826&pagfis=3427>.
- Brancaglion Jr., Antônio. 2005. “Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional.” In *Memoria & Festa*, editado por Fábio Lessa e Regina Bustamante. Rio de Janeiro: Mauad Editora.
- “Carta de D. Pedro I para a sua filha, 21 de julho de 1826”. 1974. In *Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila*, editado por Alberto Rangel, 104. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Cezar, Temístocles. 2006. “A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o Mundo Antigo: o caso da origem dos Tupis.” In *A Escrita da História*, editado por M. L. S. Guimarães, 29–41. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- Chaves, André Onofre Limório. 2019. “Do Kemet para o Novo Mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889).” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Christo, M. C. V. 2016. “Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio.” In *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*, editado por M. Malta et al., 57–70. Rio de Janeiro: Rio Books.
- Dantas, Regina M., e M. Costa Dantas. 2007. “A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Escalante Gonzalbo, Pablo. 2011. *La idea de nuestro patrimonio histórico y cultural*. Madrid: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- Gatta, Claudia. 2014. “Signacula ex aere e collezionismo. Carlo Morbio e le sue raccotte.” In *Instrumenta Inscripta V, Signacula ex aere Aspetti epigrafici, archeologici, giuridici, prosopografici, collezionistici*, editado por Alfredo Buonopane e Silvia Braitto, 267–78. Roma: Scienze e Lettere.
- Guimarães, Manoel Luiz Salgado. 2001. “Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte.” In *Ciência, civilização e Império nos trópicos*, editado por Alda Heizer e Antonio A. P. Videira. Rio de Janeiro: Access Editora.
- Heberle, J. M. 1883. *Katalog der Kunst-Sammlung des Cavaliere Carlo Morbio*. München: München: In Kommission bei Theodor Ackermann.
- Karig, Joachim S., e Dorothea Minkels. 2018. *Heinrich Menu von Minutoli und seine herausragende familie*. Norderstedt: Books on Demand.
- Kitchen, Kenneth. 1990. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Langer, Johni. 2000. “Ruínas e mitos: a arqueologia no Brasil Império.” Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná.
- Linhares, Anna Maria Alves. 2017. *Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira*. Curitiba: CRV.
- Lund, Peter W. 1950. “Novas observações sobre a antiguidade do Homem em Lagoa Santa.” In *Memórias sobre a paleontologia Brasileira*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais.
- Netto, Ladislau de Souza Mello. 1885. “Investigações sobre a Archeologia Brasileira.” In *Archivos do MNRJ*, volume 6. Rio de Janeiro: Typ. e lith. Economica, de Machado & Cia.

- Momigliano, A. 2002. “O surgimento da pesquisa antiquária.” In *As raízes clássicas da historiografia moderna*, 85–117. Caxias do Sul: EDUSC.
- O Paiz. 1926. “Uma doação que enriquece a Escola Nacional de Bellas Artes; A oferta da Viscondessa de Cavalcanti.” Ano XLII, 13 de maio de 1926, n.º 15.180, 1.
- O Spectador Brasileiro – Jornal Político, Literário e Commercial. 8 de novembro de 1826. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, nº 132, 4.
- Pinho, Wanderley. 1942. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins.
- Plantureux, Serge. 2018. *Virtual Museum of Count Minutoli*. Paris: [s.n.].
- Santos, Rita de Cássia Melo. 2020. “Objetos em trânsito - Amélia Cavalcanti e o colecionismo do século XIX.” *História Unisinos* (setembro/dezembro): 351–64.
- Schwarcz, Lília Moritz. 1993. *O Espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Siliotti, Alberto. 2007. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Rio de Janeiro: Folio.
- Stamm, Ulrike. 2017. “A German Expedition to Egypt in 1821: Between Scientific Endeavor and Literary Vivification.” *European Romantic Review* 28 (1): 65–80.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de. 1876. *L'origine touranienne des américains Tupis-Caribes et des anciens Egyptiens: indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les Tupis, etc.* Vienne: I. et R. de Faesy & Frick.

AS PRINCIPAIS COLEÇÕES EGÍPCIAS NO BRASIL

VICTORIA ARROYO*, ANDRÉ ONOFRE LIMÍRIO CHAVES**,
CINTIA GAMA-ROLLAND***, RENNAN LEMOS****, JÉSSICA MENDES*****,
MOACIR ELIAS SANTOS*****, LUIZA OSORIO G. SILVA*****,
PEDRO VON SEEHAUSEN*****

Este capítulo reúne subcapítulos sobre as origens e formações das principais coleções egípcias no Brasil. As coleções discutidas estão atualmente no Museu Nacional (UFRJ), no Museu de Arqueologia e Etnologia (USP), no Museu de Arte de São Paulo (MASP), no Museu Mariano Procópio e no Museu Egípcio e Rosacruz. Os resumos de cada coleção discutem algumas de suas peças principais, assim como suas potencialidades para estudos futuros.

* Universidade de Münster, Alemanha.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6283-5378>. E-mail: victoria.arroyo@uni-muenster.de.

** Doutor em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2010-9869>. E-mail: andreonofrelimirio@gmail.com.

*** Musée des Confluences, França.

E-mail: gamacintia@hotmail.com.

**** Universidade de Durham.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1803-7173>. E-mail: rennan.lemos@durham.ac.uk.

***** Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9459-6340>. E-mail: jessica.silva.mendes@alumni.usp.br.

***** Centro Universitário Campos de Andrade, Brasil.

E-mail: moacirsadowski@hotmail.com.

***** Universidade da Califórnia, Irvine, EUA.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1848-3445>. E-mail: luiza.ogsilva@uci.edu.

***** Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2105-7877>. E-mail: pedrovonseehausen@mn.ufrj.br.



O acervo egípcio do Museu Nacional/UFRJ antes do incêndio de 2018

Rennan Lemos, Luiza Osorio G. Silva e Pedro von Seehausen

A história da coleção egípcia começa em 1826, quando um mercador italiano, Nicolau Fiengo, chegou no Brasil vindo de Marselha, França. Ele trazia consigo um conjunto de antiguidades egípcias que despertou interesse e controvérsia na corte imperial. Esses objetos foram retirados de seus contextos originais no Egito pelo famoso explorador italiano Giovanni Battista Belzoni, tal como noticiado na época (Brancaglion 2002, 155). Ao chegarem no Brasil, foram comprados por D. Pedro I e doados para o então Museu Real — o embrião do que posteriormente tornara-se o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brancaglion 2002; Brancaglion 2004; Brancaglion 2005; Brancaglion 2013; Lemos 2014; Chaves 2019).

É possível reconstruir a história inicial da coleção egípcia do Museu Nacional com base em documentos textuais da época. O primeiro desses documentos é uma carta de D. Pedro I endereçada à Viscondessa de Santos em 21 de julho de 1826 (Rangel 1984, 135). Nesta carta, o Imperador relata ter visitado a Alfândega com a Imperatriz Leopoldina para ver os corpos mumificados que foram trazidos por Fiengo. Em 29 de julho do mesmo ano, o jornal *Astrea* noticiou a exibição das antiguidades egípcias e gregas que trouxera Fiengo.¹ Nesta edição do jornal, alguns artefatos na coleção do mercador italiano foram descritos e, com base nessas descrições, pode-se seguramente determinar de que itens se tratavam (ver Kitchen 1990). Entre os objetos egípcios trazidos por Fiengo, encontravam-se cinco corpos mumificados (Hori, Petsjef, Harsiese, mulher do período Romano e uma criança); partes de corpos mumificados, incluindo a cabeça de uma criança com o típico chumaço de cabelo representado na arte egípcia; o caixão, a rede de contas tubulares de faiança e o escaravelho com asas destacáveis de Pestjef; o caixão de Hori; dois caixões contendo múmias de íbis; um caixão contendo uma múmia de gato; e os quatro vasos canópicos da coleção. Vários escarave-

¹ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/749700/63> (acesso em 15/7/2024).

lhos e estelas também são mencionados na notícia. Alguns dos objetos descritos permanecem mais obscuros. Por exemplo, “um grande quadro com a representação de uma múmia” e uma cesta contendo “lenços e tiras”.

A exibição das antiguidades de Fiengo no Rio de Janeiro causou polêmica na mídia local da época (para mais detalhes, ver Chaves neste volume). No mesmo jornal *Astrea*, em sua edição de 19 de setembro de 1826, um autor anônimo fez duras críticas à coleção de Fiengo e sua venda no Brasil. O próprio Fiengo rebateu as críticas do autor anônimo, exaltando a importância de sua coleção (*Astrea* s.d. [1826], 1). Após negociações (Rangel 1984, 137–38), a compra da coleção egípcia de Fiengo foi finalizada em 1829, quando foi aprovada pela Câmara dos Deputados.² É difícil estimar o número exato de objetos adquiridos nesta ocasião, mas o inventário de 1844 lista 271 peças. Várias peças tinham sido adicionadas à coleção já no final do século XIX, sendo os itens mais significativos aqueles oriundos das viagens de D. Pedro II ao Egito, especialmente o caixão selado com o corpo mumificado de Sha-Amun-em-su (Chaves 2019).

Antes do incêndio de 2018, a coleção egípcia do Museu Nacional possuía cerca de 700 itens (Kitchen 1990). Objetos confeccionados em madeira e outros materiais frágeis foram completamente perdidos. Isso inclui os vários caixões decorados e a estatueta da “Dama Takushit”. Cerca de 400 itens foram recuperados em escavações de regaste (Rodrigues-Carvalho 2021; von Seehausen et al. neste volume). Essas escavações recuperaram, igualmente, restos humanos fragmentários que mesmo tendo sofrido o efeito do incêndio, forneceram importantes informações acerca dos indivíduos representados na coleção do Museu Nacional (Freitas 2024). Objetos de faiança, como *shabtis*, sofreram diversas alterações morfológicas, mas igualmente nos permitem investigar temas como processos de manufatura e tecnologia no Egito antigo.

² Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749419&pagfis=4746> (acesso em 15/7/2024).

Colecionismo e representatividade da coleção

Categorias

Antes do incêndio, a coleção egípcia era efetivamente ilustrativa da arqueologia de Tebas, atual Luxor. Vários objetos de Abidos, sobretudo estelas, também faziam parte da coleção. Essas estelas, muitas das quais foram recuperadas pelo Resgate de Acervos (Rodrigues-Carvalho 2021), nos fornecem dados relevantes, com por exemplo nomes e títulos raros. A coleção egípcia do Museu Nacional era também composta por estatuária de grande importância histórica, caixões finamente decorados e centenas de *shabtis*, assim como papiros, estatuetas de bronze, ferramentas líticas, amuletos e adornos de faiança. Muitos desses objetos sobreviveram ao incêndio. Além de objetos do Egito, é possível que um friso decorado com um disco solar alado tenha origem na Núbia. É incerto quando esse objeto, que também sobreviveu ao incêndio, foi incorporado à coleção. A maioria dos objetos data dos períodos mais tardios da história egípcia, principalmente o Reino Novo e o Terceiro Período Intermediário, embora a coleção também incluía muitos artefatos do Reino Médio.

A coleção egípcia do Museu Nacional, como a maior parte das coleções de museus do norte global, é parcial: não representa as vidas de todas os grupos que compunham a sociedade egípcia antiga.³ Isso significa que a maioria desses objetos vêm de contextos de elite. Esta parcialidade é consequência de práticas colecionistas coloniais comuns no período no qual a coleção foi formada, quando exploradores e arqueólogos se interessavam principalmente por monumentos reais e tumbas ricas (Brancaglion 2013; Chaves 2019).

Alguns exemplos

O principal catálogo da coleção egípcia do Museu Nacional foi publicado pelo egiptólogo britânico Kenneth Kitchen em 1990, após ter visitado

³ Há exceções, como por exemplo a coleção do Museu Gustavianum, da Universidade de Uppsala que, além de objetos pertencentes às elites, comuns em outras coleções (e.g., Lemos et al. 2023), comporta muitíssimos fragmentos e objetos provenientes de tumbas simples escavadas na Baixa Núbia sudanesa (Säve-Söderbergh e Troy 1991).

o Museu Nacional por um curto período de tempo. Em seu catálogo, encontram-se todos os objetos da coleção egípcia do Museu Nacional antes do incêndio, incluindo itens dados como desaparecidos. Neste capítulo, destacamos alguns dos principais objetos da coleção.

Entre o corpus de estatuetas de bronze do Museu Nacional, está um dos mais icônicos objetos da coleção. Trata-se de uma estatueta do sumo-sacerdote Menkheperre (**fig. 1**), datada da XXI Dinastia, durante o Terceiro Período Intermediário (c. 1000 AEC). Documentos textuais do Terceiro Período Intermediário relatam o grande poder acumulado por Menkheperre, que agia como governante em Tebas em um momento de descentralização do Estado egípcio (ver Kitchen 1996). A estatueta do Museu Nacional é o único objeto conhecido que retrata Menkheperre como rei (Facuri 2014).



Fig. 1 Estatueta em bronze do sumo-sacerdote Menkheperre representado como rei, o que é indicado pelo saiote onde seu nome se encontra inscrito em um cartucho, uma prerrogativa real. Créditos: A. Brancaglioni, cortesia do Museu Nacional/UFRJ.

Outra peça de destaque da coleção foi obtida por D. Pedro II durante a sua segunda viagem ao Egito em 1876. No Egito, o Imperador recebeu do Quediva Ismail Pasha o caixão da cantora do templo de Amon, Sha-Amun-em-su, datado da XXII Dinastia (fig. 2). Sha-Amun-em-su foi uma cantora-sacerdotisa *shemayt* no templo de Karnak. Várias cantoras-sacerdotisas do Terceiro Período Intermediário, tanto cantoras *shemayt*, quanto *hesyt*, foram recuperadas por toda a necrópole tebana (Onstine 2005; Teeter and Johnson 2009). Além do esquife de Sha-Amun-em-su, a coleção possuía outros três caixões decorados: o elaboradíssimo caixão de Hori, datado da XXI Dinastia, e os caixões de Pestjef e Harsiese, que datam da XXV ou XXVI Dinastias (Kitchen 1990).



Fig. 2 Esquife de Sha-Amun-em-su. A decoração deste caixão é tipicamente tebana, com muitos exemplos ocorrendo por toda a necrópole de Tebas. Créditos: P. von Seehausen, cortesia do Museu Nacional/UFRJ.

A estatuária (em rocha e madeira) da coleção egípcia do Museu Nacional incluía alguns objetos únicos. O principal objeto era a estatueta em madeira da “Dama Takushit”, mencionada acima e hoje perdida (fig. 3). Em 1916, Alberto Childe, o primeiro curador da coleção egípcia do Museu Nacional, atuante entre 1912 e 1918, comparou a estatueta do Rio com uma estátua em metal da divina adoradora Takushit, mantida no Museu Nacional de Atenas (Childe 1916). As dimensões da estátua em Atenas são muito maiores, porém a proporção da representação corporal, tal como destacou Childe, apresentava semelhanças. Isso o levou a sugerir que a estatueta em madeira do Museu Nacional consistia numa representação de Takushit. Porém, a estatueta do Rio não apresentava nenhuma inscrição que pudesse comprovar a hipótese de Childe e, tendo em vista outras representações de divinas adoradoras do mesmo período, especialmente a estátua de Karomama (Gombert-Meurice 2021; Morkot 2016), é difícil determinar exatamente quem a estatueta do Museu Nacional representava.



Fig. 3 Estatueta em madeira da “Dama Takushit”, altura: 34.4 cm. Créditos: A. Brancaglion Jr., cortesia do Museu Nacional/UFRJ.

Havia 52 estelas, em rocha e madeira, na coleção egípcia do Museu Nacional, várias das quais foram recuperadas, em estado fragmentário, pelo Resgate de Acervos. Haunefer, o dono de uma dessas estelas, possuía o título de “chefe dos fabricantes de colchas listradas” (Kitchen 1990). A palavra para “colchas listradas” identificada na estela (*haruru*) não se trata de uma palavra egípcia, mas deriva de um termo que foi encontrado em tabletes cuneiformes descobertos em Mari no norte da Síria (Kitchen 1991). Isto pode sugerir que Haunefer fora um fabricante de um produto exótico para o faraó.

O que foi feito com a coleção antes do incêndio?

Existem dois catálogos da coleção egípcia. O primeiro, de autoria de Childe, foi publicado em 1919 e consiste, basicamente, em uma listagem de objetos sem maiores informações. Hoje, o catálogo de Childe permanece uma referência somente do ponto de vista histórico. O segundo catálogo da coleção, publicado em 1990 por Kitchen, permanece a única referência completa a respeito da coleção egípcia do Museu Nacional antes do incêndio de 2018.

Mais recentemente, mas ainda antes do incêndio, diversos estudos focaram em categorias de objetos específicos dessa coleção, o que resultou em catálogos e melhores contextualizações dessas peças. Nesse contexto, produziu-se um catálogo dos *shabtis* (Gama 2008), das estátuas em madeira de Ptah-Sokar-Osiris (Bieleš 2010) e das estatuetas divinas em bronze do Museu Nacional (Facuri 2014).

Um grande programa de estudo da coleção egípcia do Museu Nacional dirigido por Antonio Brancaglione Jr. resultou em diversas pesquisas sobre os remanescentes humanos da coleção, especialmente Hori (Reis 2014), Sha-Amun-em-su (Brancaglione 2009; Souza 2009; Belmonte et al. 2014), o corpo mumificado de uma mulher do período romano (Souza 2009) e uma cabeça mumificada (Souza 2009). Esses estudos, que envolveram o emprego de tomografia computadorizada, contribuíram para um significativo esforço de digitalização da coleção egípcia, também capitaneado por Brancaglione em colaboração com outros colegas (Werner e Lopes 2009; Lopes et al. 2013; Lopes et al. 2019).

O que ainda se pode fazer?

Hoje, após o incêndio de 2018, esse programa de digitalização da coleção egípcia do Museu Nacional serve de base para iniciativas que promovem a reconexão da comunidade local com seu patrimônio perdido, permitindo a cura do trauma do incêndio (Lennhoff et al. 2020). Além disso, a digitalização de várias peças da coleção egípcia também está servindo de base para a preparação de uma exposição virtual no Metaverso (fig. 4). Isto fornecerá uma importante fonte de informação sobre os objetos perdidos no incêndio, complementando a visita virtual à antiga sala egípcia do Museu Nacional, disponibilizada pelo *Google Arts and Culture*.⁴



Fig. 4 Vista da exposição em realidade virtual no Metaverso, utilizando a plataforma Spatial (cortesia do Museu Nacional/UFRJ).

Além destas alternativas, a memória da coleção egípcia antes das transformações causadas pelo incêndio está preservada nos catálogos,

⁴ Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/RAVxwQA_-ABfJw?hl=pt-BR. Acesso em 17 de julho de 2024.

trabalhos publicados, fotos da exposição, e na memória do público que frequentava o Museu Nacional na Quinta da Boa Vista (e.g., Souza 1999). Estas informações, além de permitirem a continuidade dos estudos sobre a coleção antes do incêndio, contribuem para os processos de restauração dos objetos resgatados.

O acervo egípcio do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP

Victoria Arroyo e Jéssica Mendes

O acervo egípcio do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) é representado por 168 peças. Entre elas, há diferentes tipos de objetos: relevos, caixões, cartonagens, *shabtis*, amuletos (ver Arroyo 2017; Arroyo 2018), escaravelhos, bronzes, figuras votivas, vasos, adornos, uma mão de múmia e uma cuba de caixão (ver Duarte 2013). Essas peças provêm de diferentes coleções que foram adquiridas ou doadas pelo Museu ao longo de sua história. Entre essas coleções se destacam três. Na coleção, 36 peças pertenciam a Vera Guida Bezzi herdadas de seu avô, um engenheiro italiano chamado Tommaso Gaudenzio Bezzi que as adquiriu no final do século XIX. O MAE-USP comprou as peças em 1976, depois de 10 anos com sua guarda, como essas também tinham o interesse do Museu Britânico (Brancaglion Jr. 2004, 35). A coleção de Tapajós Hipp, composta por 27 objetos, foi herdada de um colecionador chamado Hahn em Berlim, o qual tinha um cunhado que era conservador no Museu Arqueológico de Berlim (Sarian 2017, 13). Outras peças também foram adquiridas de outras coleções particulares com a ajuda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), assim como doações de terceiros (Fleming e Florenzano 2011, 218). Outra coleção importante é a do Banco Santos, transferida para a guarda do MAE-USP em 2005 aquando da falência da instituição financeira.

A seguir destacamos algumas peças de grande relevância que se encontram no acervo do MAE-USP. Devido à descontextualização que ocorreu a muitas peças vindas do Egito no final do século XIX e começo do século XX, uma parte da história das peças do museu foi perdida. No entanto,

salientamos que o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo contém diferentes peças do Egito antigo que podem e devem ser estudadas tanto em sua materialidade, quanto em sua história de chegada ao Brasil e descontextualização de seu lugar de origem.



Fig. 5 Relevô de Amarna (inv. 68/2.1). Créditos: Ader Gotardo Santos / MAE-USP.

Relevô do período de Amarna (inv. 68/2.1) (**fig. 5**) proveniente da Tumba Real retratando uma servidora em uma cerimônia real (Lemos 2020, 250–51). O fragmento foi coletado pelo Professor Walter Wreszinski, da Albertus University of Königsberg e, depois, foi adquirido por Franz Hermann Edgar Tapajós Hipp em 1919. A peça, segundo Lemos, teria sido coletada antes da primeira expedição que trabalhou na tumba, ou seja, antes de 1890 (Lemos 2020, 252).

Porta falsa de Ptahchepses Impy (inv. 05168) (**fig. 6**), provavelmente da VI Dinastia (Duarte 2018). Pertencente à coleção do Banco Santos, ela é um bloco de calcário de 180 cm de altura e 102 cm de largura com dese-

nhos e inscrições incisas, com resquícios de coloração.⁵ A peça foi retirada de uma estrutura maior que, de acordo com Duarte (2018), possivelmente era composta por mais um par de pilares com duas colunas de inscrições, além da arquitrave, da cornija e do toro.



Fig. 6 Porta falsa de Ptahchepes Impy (inv. 05168). Créditos: Ader Gotardo Santos / MAE-USP.

Tampa de caixão antropomórfica (inv. 67.3) (fig. 7), serrada nos tornozelos. Adquirida com a doação de professores e alunos do Departamento de História da USP (Brancaglion Jr. 2004, 36). Na coluna central da peça lê-se “Ofereendas que o rei faz para Osíris para que ele dê Vida, Prosperidade, Saúde, para o *ka* de Osíris O Porteiro do Templo de Amun [...]” (Brancaglion Jr. 2017, 15).

⁵ As duas linhas horizontais e seis verticais de hieróglifos foram traduzidas por Duarte 2018.



Fig. 7 Tapa de caixão antropomórfica (inv. 67.3). Créditos: Ader Gotardo Santos / MAE-USP.



Fig. 8 Paleta em forma de peixe (inv. 74/d.18). Créditos: Ader Gotardo Santos / MAE-USP.

Paleta em forma de peixe (inv. 74/d.18) (fig. 8) do Período Pré-Dinástico, Naqada II. Peça feita em ardósia, com um orifício para sustentação. Possui marcas de abrasão em ambos os lados (Brancaglion Jr. 2017, 125).



Fig. 9 Vaso em estilo *black-topped* (inv. 64/4). Créditos: Ader Gotardo Santos / MAE-USP.

Vaso em estilo *black-topped* (inv. 64/4) (fig. 9) do Período Pré-Dinástico, Naqada I. A peça de 20 centímetros possui uma intensificação da perda de engobo próxima a sua base. Brancaglion Jr. (2017, 119) associa esse fenômeno a um possível uso funerário do objeto, o qual teria sido enterrado de forma a que apenas a parcela com marcas ficasse abaixo da superfície.

Shabti de Seti I (inv. 83/6) (fig. 10). Um dos *shabtis* pertencentes ao rei Seti I do Reino Novo (c. 1550–1069 AEC), havendo inúmeros exemplares espalhados por museus ao redor do mundo. Os *shabtis* foram retirados de seu contexto por Giovanni Belzoni, em 1817. Os exemplos diferem em composição, havendo os de faiança azul e detalhes pintados em preto, e o de madeira com resina vegetal (Brancaglion Jr. 1993, 19; Brancaglion Jr. 2017, 33).



Fig. 10 *Shabti* de Seti I (inv. 83/6). Créditos; Ader Gotardo Santos / MAE-USP.



Fig. 11 *Shabti* de Taharqa (inv. 1597/4-00132). Créditos: Ader Gotardo Santos / MAE-USP.

Shabti de Taharqa (inv. 1597/4-00132) (fig. 11). Um dos *shabtis* pertencentes ao rei Taharqa do Terceiro Período Intermediário (ca. 1069–664 AEC). Taharqa foi um dos reis kushitas que governaram o Egito antigo durante a XXV Dinastia. Peça pertencente à coleção do Banco Santos. Faz parte de um conjunto original de 1070 peças, as quais possuem nove linhas de hieróglifos com uma fórmula do capítulo VI do Livro dos Mortos (Brancaglion Jr. 2017, 43–44).



Fig. 12 Caixa com mão humana mumificada (inv. 0412). Crédito: Ader Gotardo Santos / MAE-USP.

Mão humana mumificada (inv. 0412) (fig. 12) lacrada em caixa de madeira e vidro. Encontra-se em um estado de conservação crítico, no qual algumas falanges distais já se desprenderam e as que permaneceram no lugar anatômico estão sem a cobertura do tratamento de mumificação, assim como os carpos centrais (Brancaglion Jr. 2017, 128).

A coleção egípcia do Museu de Arte de São Paulo

Cintia Gama-Rolland

A coleção de antiguidades egípcias do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand constitui-se de vinte e um objetos reunidos por Pietro Maria Bardi, doados ao museu em 1976 em seu nome e de sua esposa Lina Bo Bardi.

O histórico da constituição dessa coleção é desconhecido: não se sabe exatamente quando e como foi efetuada a compra desses artefatos, bem como o porquê da doação desses artefatos ao Museu, já que a instituição paulistana conhecida como Casa de Vidro ainda possui artefatos egípcios antigos da coleção de Lina e Pietro Bardi. A única menção de entrada da coleção egípcia no acervo do MASP acontece na carta de 28 de janeiro de 1976,⁶ onde explica-se que a doação dessa coleção foi “feita com o objetivo de comemorar os 30 anos de permanência do casal Bardi no Brasil. Essa doação foi constituída pela biblioteca, fototeca, arquivos e a coleção de objetos de arte que trouxeram da Itália, em 1946, visando a criação do Instituto de História da Arte do Museu, a ser instalado às totais despesas do casal Bardi, ao lado do Hall Cívico”.

Pietro Bardi voltou-se, no caso da coleção egípcia, para a aquisição de pequenos objetos, notadamente bronzes, que constituem mais da metade dessa coleção, doze objetos. Os artefatos em bronze possuem entre 4,5 e 15 cm, e pertencem a diversos grupos tipológicos. Há duas estatuetas de Ísis lactante (9250 e 9260); três estatuetas do deus Osíris (9200, 9210 e 9220); uma estatueta do touro Ápis (9160); uma do deus Harpócrates (9270); uma representação zoomórfica da deusa Bastet (9290); uma estatueta zoomórfica do deus Thot como íbis (9280); um relicário com representação do deus Hórus zoomórfico na parte superior (9230); um cabo de sistro (9540) e uma sítula decorada (9120).

O acervo do MASP possui três artefatos em faiança egípcia: dois *ushabtis* (9170 e 9180) e um exemplar de amuleto em forma de Harpócrates (9240),

⁶ Localizada na biblioteca do Museu de Arte de São Paulo, pasta 63, caixa 9, Correspondência geral B – 1976.

ambos da Baixa Época. Convém destacar, pela sua originalidade, dois objetos. O primeiro, um fragmento de pintura parietal (914 O), por corresponder ao estilo e às dimensões das pinturas encontradas nas necrópoles civis tebanas do Novo Império (H: 18 cm, L. 15,5 cm) (fig. 13) (ver Dorman 1987, pl. 34; Hayes 1990, pl. 154). Esse fragmento é interessante por possuir restos de matéria orgânica usados para a fabricação do mesmo, bem como as cores e tema tradicional da XVIII Dinastia (provavelmente do reinado de Thutmose IV, c. 1401–1391 AEC). Pode-se reconhecer no fragmento o estilo de pinturas tumulares característico do início da XVIII Dinastia: um estilo de transição de uma pintura mais rígida do período anterior para um estilo mais livre e vivo das tumbas civis tebanas, o que será característico da dinastia seguinte, a XIX. A pintura foi feita em têmpera sobre estuque, fixada em adobe e representa uma figura masculina trazendo dois vasos *nemset* para libação. A faixa branca cruzando o peito do personagem pode indicar que se trata de um sacerdote. Acima e em frente estão quatro colunas verticais de hieróglifos, delimitadas por linhas pretas.



Fig. 13 Pintura tumular (914 O), datada do Reino Novo. Créditos: imagem cortesia do MASP.

Este ofertante faria parte de uma das cenas de oferendas alimentares. Os vasos representados eram em cobre e usados para verter uma solução

de água e natrão que serviria para a purificação das oferendas. Originalmente a cena completa deveria ter aproximadamente 50 cm.

O estilo desta pintura, a utilização das cores nos hieróglifos e a falta de contorno no corpo do homem tornam este fragmento muito semelhante a outro, maior, que se encontra no Metropolitan Museum of Art de Nova Iorque, proveniente da tumba de Sobekhotep, TT 63.

O segundo é a escultura em diorito representando o deus Thot zoomórfico sob a forma de um babuíno (9150), um exemplo da arte animalista egípcia (XXVI Dinastia, Período Saíta, c. 664–525 AEC) (fig. 14) (ver Leclant et al. 1991, 82; Gallo 1991). Todas estas qualidades somadas às dimensões deste objeto (H.: 19,7 cm, L.: 10 cm), indicam que foi uma obra oriunda das grandes oficinas de escultura que trabalhavam para o palácio e para os templos. O animal está sobre uma base retangular cuja parte inferior está mal conservada e apresenta marcas de destruição com ferramentas. O nome e os títulos de seu ofertante estariam certamente gravados na base da estátua, mas estão perdidos.



Fig. 14 Deus Thot cinocéfalo (915 0), datado do Período Saíta. Crédito: imagem cortesia do MASP.

Essa coleção apresenta ainda uma estatueta do deus Osíris da Baixa Época em xisto polido (9190), um *alabastron* em rocha muito provavelmente do Antigo Império (9100), bem como outro *alabastron* (H. 9 cm, 2 cm) (fig. 15) em pasta vítrea característico do Novo Império, XVIII Dinastia (9110) (ver Nicholson 1993, 42; Lucas 1989, 179).



Fig. 15 *Alabastron* (9110), datado da XVIII Dinastia. Créditos: imagem cortesia MASP.

O único artefato mais enigmático dessa coleção é uma cabeça humana, muito provavelmente inacabada, que apresenta traços estranhos à arte tradicional egípcia, podendo ser um exemplar moderno.

Se a coleção egípcia do MASP é pobre em certos aspectos da história egípcia, como os períodos Pré-Dinásticos e Médio Império, ou em determinadas categorias de objetos, como os de uso diário ou em amuletos, ela possui, todavia, um interesse como fonte de informação sobre a vida religiosa e as crenças dos antigos egípcios, pois centra-se principalmente em artefatos funerários ou cultuais. Cabe salientar que os objetos aqui estudados não são provenientes de escavações arqueológicas e que, portanto, desconhecemos em que contexto estavam originariamente inseridos.

Concebemos, assim, esse breve artigo como uma forma de apresentar os objetos da presente coleção e para que seja aberta a possibilidade para que outros pesquisadores possam analisar as informações aqui citadas.

A coleção egípcia do Museu Mariano Procópio

André Onofre Limírio Chaves e Moacir Elias Santos

Inicialmente, a coleção egípcia do Museu Mariano Procópio (MAPRO, Minas Gerais, Brasil) fazia parte do universo colecionista do casal de aristocratas, a Viscondessa D. Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque e o Visconde Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, no Brasil Imperial (1822–1889). Em uma de suas constantes idas ao Velho Mundo, no ano de 1884, eles adquiriram um lote de antiguidades egípcias no antiquário de David Kugelmann, na Alemanha. Posteriormente, outras peças foram sendo incorporadas, totalizando 51 itens, que abarcam diferentes épocas do Reino Novo até a Época Romana. Há também falsificações do século XIX.

Embora a coleção egípcia do MAPRO seja fruto do colecionismo privado, ela passou a fazer parte do discurso enciclopedista da instituição de Juiz de Fora nos anos de 1920. Ao longo de sua história institucional, os objetos foram expostos sob o olhar da curiosidade, não havendo estudos aprofundados sobre os seus significados em contexto original.

No passado, os pesquisadores Ciro Flamarion Cardoso, Cláudio Prado de Mello e Antônio Brancaglion Jr. atestaram a autenticidade das peças, propuseram projetos e divulgaram alguns itens, mas não houve um estudo sistemático. Por isso, é intuito deste trabalho divulgar essa importante coleção. Para tanto, optamos por empregar uma divisão tipológica, orientada a partir da classificação dos itens que a compõe: artefatos funerários (estela, face de ataúde, *ushabtis* e amuletos), votivo (estatueta de Harpocrates em bronze), artefatos do cotidiano (escaravelho e adornos) e itens falsificados (estatuetas do final do século XIX).

Artefatos funerários

Estela de Per-a-Iset - Terceiro Período Intermediário (XXII Dinastia)

A estela funerária (**fig. 16**) apresenta o morto Per-a-Iset com as mãos em sinal de oração, perante o deus hieracocéfalo Rá-Osíris sentado em um trono, portando os cetros *heka* e *nekhakha*. Entre as figuras, há uma

mesa de oferendas com um vaso de libação e uma flor de lótus. Abaixo, estão dois pés de alface. No topo foi representado o hieróglifo do céu, com o disco solar alado, Ra de Behedet. As duas extremidades possuem representações do símbolo do Oeste. Na parte superior consta uma inscrição hieroglífica que pode ser assim traduzida: “Uma oferenda que o rei faz para Osíris do Oeste, grande deus, senhor de Abidos (para que) ele dê oferendas e provisões, bois, aves, tecido, (vasos de) alabastro, incenso e libações (para o) ka do Osíris Per-a-Iset, justo de voz”. A estela foi posta em uma moldura de madeira, provavelmente para facilitar a sua fixação na parede. Encontra-se em bom estado de conservação, embora apresente partes perdidas.

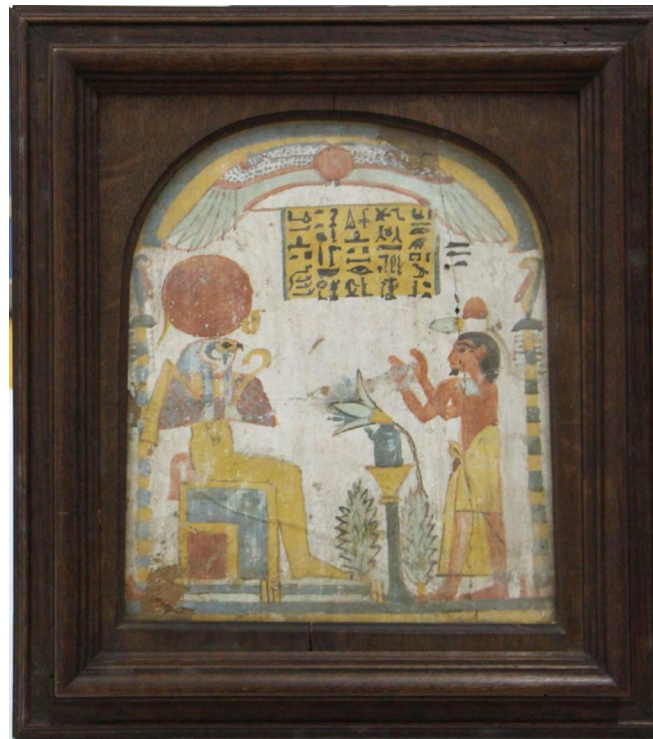


Fig. 16 Estela de Per-a-Iset. Créditos: imagem cortesia do Museu Mariano Procópio.

Face de ataúde de um homem - Terceiro Período Intermediário (XXI Dinastia)

A face foi confeccionada em madeira estucada com olhos pintados e rosto coberto de verniz. Sobre a peruca há uma faixa com decoração floral. Ao centro há um espaço que possuía uma flor de lótus aberta. A perfuração

sob o queixo indica que havia a presença de uma barba osiriana. Na parte posterior há três perfurações que serviam para fixar, por meio de cavilhas, a face no restante da peça. O estado de conservação é médio, com craquelados e perda de policromia.

Ushabtis

A coleção possui nove estatuetas de servidores funerários, denominados *ushabtis*, todos do Período Tardio (712–332 AEC) confeccionados em faiança de coloração variada. Duas estatuetas possuem barba osiriana, peruca tripartite, portam ferramentas agrícolas e contém base e pilar dorsal, já outras sete são de confecção grosseira, sem muitos detalhes e encontram-se amarradas a colares de contas tubulares. A maior estatueta da coleção é a única peça que possui sobre o corpo o Encantamento 6 do *Livro dos Mortos*, destinado a fazer a estatueta trabalhar para o morto no outro mundo. Encontram-se em excelente estado de conservação.

Amuletos

A maior parte da coleção é composta por amuletos, totalizando trinta e cinco exemplares. Destes, grande parte é do Período Tardio. Nesta série destaca-se um amuleto do coração (*ib*) em ouro, cuja maestria na confecção demonstra a habilidade do ourives. Estes amuletos podem também ser divididos por tipos. Temos 6 imagens divinas (Taweret, Bes, Maihes, Kebeh-senuief e Duamutef), todas em faiança; 3 escaravinhos alados em faiança; 2 travesseiros (*ures*) de hematita; 2 penas (*shuty*) estilizadas, sendo uma em faiança e a outra em hematita. Há 1 contrapeso de colar (*menat*) em feldspato; 1 amuleto no formato de tábua de escrever em feldspato; 1 amuleto no formato de placa com um cetro de papiro (*wadj*), em feldspato; 2 esquadros (*seba*) em hematita; 2 pilares de Osíris (*djed*), um em faiança e o outro em hematita; 3 amuletos de selo em feldspato, cornalina e lápis-lazúli; 2 cetros de papiro (*wadj*) confeccionados em esteatita e faiança; 2 olhos de Hórus (*udjat*) em obsidiana; 1 nó de Ísis (*tyt*) em jaspe; 1 amuleto no formato de prumo em hematita; 1 coroa do Baixo Egito (*desheret*) em faiança. Os últimos 3 amuletos, em forma de coração (*ib*), são do Reino Novo (1550–1070

AEC), sendo dois em hematita e um em jaspe. Em sua maioria, o conjunto apresenta bom estado de conservação.

Estatueta votiva

A coleção possui uma única peça votiva: uma estatueta do deus Hor-pa-Khered (Harpócrates) feita em bronze com desgastes e perda da parte lateral direita. Pertence, provavelmente, à Época Ptolomaica.

Artefatos do cotidiano

Constam na coleção alguns artefatos que podem estar relacionados ao cotidiano. O primeiro é um brinco em forma de anel, com uma abertura para colocação no lóbulo, feito em hematita, datado do Reino Novo. Há, também, um pequeno escaravelho cuja base possui a representação de duas figuras: o hieróglifo *ankh* e uma esfinge. Esta peça encontra-se inserida em um anel de prata. Por fim, um conjunto de sete colares formados por diversas fileiras de contas tubulares de faiança azul-escuro e turquesa, alguns intercalados com discos com diversas cores. Em cada colar há uma figura *ushabti* de pequeno tamanho. É certo que tanto o anel do escaravelho quanto os colares com *ushabtis* são rearranjos oitocentistas. Assim, há a junção de materiais modernos, o anel de prata e os fios industriais, com antiguidades. A presença de objetos que passaram por alguma modificação é comum em outras coleções, tanto com o objetivo de se tornarem passíveis ao uso pessoal, como é o caso do anel, quanto pela valorização de determinados artefatos que seriam comercializados, agregando um maior valor, visto a junção dos *ushabtis* com os colares.

Falsificações

Como reflexo do seu tempo, em que a presença de falsificações passou a ser recorrente nas coleções oitocentistas, há na coleção duas estatuetas do gênero em metal. Uma representa o jovem Antínoo em pé, coroado com o toucado (*nemes*) e com um saiote (*shendyt*), enquanto a outra trata-se

de uma figura feminina, inspirada nas estátuas das rainhas da Época Ptolomaica.

A coleção egípcia do Museu Egípcio e Rosacruz

Moacir Elias Santos

A criação do Museu Egípcio e Rosacruz, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, se deve à iniciativa de um historiador e artista plástico, chamado Eduardo D'Ávila Vilela, por meio da doação de uma coleção formada por algumas centenas de réplicas no início da década de 1990. Mas essa história é mais antiga, pois se iniciou em 1959, quando Eduardo e seu irmão, Jarbas Vilela, assistiram no cinema o filme *Os Dez Mandamentos*, e encantaram-se pelo Egito (Santos 2010). Ao longo de várias décadas os irmãos se dedicaram ao estudo do Egito antigo e, no caso de Eduardo, também na produção de réplicas de peças arqueológicas que constituíram a primeira exposição itinerante deste tipo no Brasil.

Depois de percorrerem diversos estados, os irmãos tiveram um reconhecimento oficial por meio do embaixador egípcio, que em 1973 propôs uma exposição sobre o Egito em Porto Alegre (Santos 2010). Nessa ocasião eles receberam um convite para estudar no Cairo, mas devido à transferência do embaixador para outro país, isto não se concretizou. Os irmãos acabaram criando um museu em 1979, na cidade de Aparecida do Norte, que funcionou até 1982, quando o espaço, anteriormente emprestado pela igreja, foi solicitado. Após este episódio, os irmãos separaram as suas atividades. Eduardo ficou com a coleção de objetos que havia produzido. Mas, sem espaço para guardá-los, decidiu doá-los para a Loja Rosacruz de São Paulo. Nesse local as peças permaneceram expostas, mas o seu estado de conservação já passava por alguns problemas. As fotos da coleção, guardadas em um depósito, permitem constatar os itens do acervo e como o material estava se degradando.

Ao perceber que as peças poderiam ser perdidas, Eduardo entrou em contato com o Grande Mestre da *Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis*, Charles Vega Parucker, por meio de uma carta. Nessa ele expressava seu desejo que

fosse criado um museu para a coleção em Curitiba, visto que a AMORC possuía a arquitetura com estilo egípcio. Desta forma, ele afirmou que o museu seria de grande valia, pois um novo atrativo cultural seria criado configurando o papel da Ordem no processo educativo-cultural na região. Pouco tempo depois, Charles Parucker decidiu concretizar a ideia de Eduardo e criar o museu (Santos 2010, 144).

Para tanto, fez um pedido para a Loja São Paulo para que as peças fossem enviadas para Curitiba. Assim, em 17 de outubro de 1990, durante a XIII Convenção Nacional Rosacruz, Parucker e Vilela inauguravam o Museu Egípcio e Rosacruz.

O Museu Egípcio e Rosacruz e a chegada de Tothmea

A sede do museu foi inicialmente na antiga residência da Grande Mestre Maria Aparecida Moura, que deixou a propriedade para a Ordem. A casa foi adaptada e passou a contar com uma fachada de estilo egípcio. No local também funcionava a Biblioteca que, mais tarde, ganhou um edifício próprio (Santos, Moreira e Tedardi 2004, 130–31).

O museu, sob direção da historiadora Maria Aparecida Marcondes, organizou as primeiras exposições temáticas sobre o Egito. Durante a realização da terceira mostra, “O Egito Faraônico, uma Eterna Presença no Presente”, no 21 de abril de 1993, uma inundação do rio Bacacheri ocasionou o fechamento do museu. O acervo foi atingido e muitas peças foram destruídas ou danificadas. Após esse incidente Maria Aparecida entrou em contato com Eduardo Vilela informando sobre o que ocorreu no museu e solicitando-lhe ajuda para indicar quem poderia elaborar novas peças (Santos 2010). A partir de então outros artistas foram contratados para a confecção de réplicas.

Entre 1993 e 1994, com a organização da quarta exposição temática “Egito: Alvorecer da Civilização”, o museu foi novamente estruturado. Um artista, chamado Luis César Viera Branco, contribuiu com novas peças e também no planejamento e execução de pinturas em duas novas salas do museu que formariam uma tumba hipotética. Esse momento da reestrutu-

ração do museu também foi marcado por uma doação importante. Devido à inundação, parte das réplicas dos ataúdes e das múmias foram perdidas ou danificadas e não puderam ser substituídas. Ocorreu então que o Grande Mestre Charles Parucker entrou em contato com o Rosicrucian Egyptian Museum, de San Jose, na Califórnia (EUA), e solicitou a doação de uma das múmias da instituição. Nessa época o museu contava com oito exemplares. Por também pertencer à Ordem Rosacruz, a direção concordou e todos os procedimentos burocráticos foram realizados para oficializar a doação e a transferência de uma das múmias para o Brasil.

A escolhida foi uma múmia apelidada de Tothmea, que nessa época encontrava-se guardada na reserva técnica do museu. Tothmea chegou ao Museu Egípcio e Rosacruz, em abril de 1995. A múmia foi exposta na instituição logo após a sua transferência, tendo sido colocada na segunda sala da tumba hipotética. As informações referentes à múmia, contudo, eram escassas. Somente o registro com informações sobre a origem e dados provenientes de alguns documentos históricos eram conhecidos. Assim, esta carência de dados levou-nos, dois anos depois, à constituição de um projeto de pesquisa, denominado “Projeto Tothmea” (Santos 2010, 152).

Inicialmente o projeto previa o levantamento de fontes escritas e iconográficas, tais como livros, jornais, cartas, documentos e fotografias (fig. 17), além da história oral por meio de entrevistas, para que fosse possível uma reconstituição de toda a trajetória da múmia, desde sua saída do Egito até a chegada ao Brasil.

O projeto também intencionava uma análise da própria múmia, com o objetivo de descrever aspectos externos, como o seu atual estado de conservação, e internos, por meio de técnicas não invasivas como os raios-X e a tomografia axial computadorizada. Tais estudos foram realizados entre 1997 e 1999. Tothmea foi a primeira múmia a ser submetida a um exame de tomografia computadorizada no país. Esse revelou o estado de conservação do corpo e permitiu uma avaliação sobre a confirmação do sexo feminino, a estatura e a provável idade da morte (Santos 2010, 153). O estudo também possibilitou uma avaliação completa de como Tothmea foi mumificada, permitindo a visualização de detalhes como a ausência do

coração e a inserção de faixas por onde os órgãos foram removidos e, mais recentemente, nos anos de 2013 e 2019, a realização de duas aproximações faciais forenses. Outras etapas do projeto ainda não foram levadas a cabo, pois este se encontra em andamento, a exemplo da datação por carbono-14 (C14). A múmia é atualmente atribuída ao final do Terceiro Período Intermediário ou Período Tardio, entre os séculos VI e V AEC.



Fig. 17 Tothmea instantes antes de ser desenfaixada na vila de Round Lake, no Estado de Nova Iorque, em 1888. É a única imagem da múmia que apresenta o envoltório completo. Fotografia do acervo do Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso. Créditos: imagem cortesia do Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso.

O Museu e sua contínua expansão

Em 1996 o Museu Egípcio contava apenas com duas salas expositivas e as duas salas que formavam a tumba hipotética da Tothmea, mas o interesse crescente do público levou os responsáveis a pensarem em uma am-

pliação. Nesta época o artista Eduardo Vilela, depois de muitos anos afastado da temática egípcia, recebeu um convite do historiador Maurício Schneider para a produção de uma exposição que seria montada durante um encontro de Egiptologia, organizado por ele na Universidade Federal do Paraná. Este contou com a presença dos egiptólogos Dr. Alain Zivie, do CNRS, e do Dr. Ciro Flamarion Cardoso, da UFF (Santos 2010). Este encontro foi importante, pois foi por meio dele que Eduardo retomou a confecção de réplicas e assim iniciou uma nova exposição itinerante, intitulada “Egito: 5000 anos de Civilização”. Esta percorreu muitas cidades nos estados de São Paulo e Paraná, sendo inclusive noticiada na revista KMT (Schneider 1998).

A ampliação do museu levada a cabo em 1998, a partir da adição de uma terceira sala expositiva, impulsionou a aquisição de novas réplicas de peças arqueológicas e estas acabaram sendo adquiridas dois anos depois, em meados do ano 2000, quando Eduardo Vilela decidiu vender parte do acervo que havia construído nos últimos anos, visto que já não mais se encontrava fazendo exposições itinerantes com tanta frequência. Tais peças passaram a integrar a mostra “Egito, Cultura e Misticismo: Legado Milenar Imensurável”, que foi inaugurada em setembro de 2000.

Em 2008, a ascensão de Hélio de Moraes e Marques ao cargo de Grande Mestre da AMORC representou um novo momento no crescimento do Museu Egípcio e Rosacruz. Nos anos seguintes ele foi responsável pelo planejamento da expansão da parte cultural da Ordem. Assim, no ano de 2012, foi iniciada uma nova construção, um edifício de quatro andares, no mesmo local onde havia a sede inicial do museu. A construção levou dois anos e o espaço foi inaugurado em 22 de outubro de 2014 pelo Imperator Christian Bernard e pelo Grande Mestre Hélio Marques, durante a XX Convenção Nacional Rosacruz. O museu passou a ocupar o andar térreo, com o segundo andar dedicado ao Museu Rosacruz e ao Espaço de Arte, enquanto a biblioteca foi instalada no terceiro andar. No andar do museu, Tothmea ganhou uma segunda tumba construída em duas salas, tal como na sua antiga versão. Contudo, a decoração das salas, planejada pelo autor do presente e pintadas por Eduardo Vilela, seguiu o modelo das capelas tebanas da XVIII Dinastia. O objetivo nesta nova versão hipotética foi de contextua-

lizar a múmia, como se ela tivesse sido inumada em uma tumba existente de uma outra época, pois no período em que Tothmea viveu muitas tumbas abandonadas eram reutilizadas, com as inumações feitas nas capelas.

O Museu a Céu Aberto (Complexo Luxor) e o Museu Tutankhamon

As últimas expansões realizadas pela Ordem Rosacruz formaram dois novos espaços que são considerados como integrantes do Museu Egípcio e Rosacruz. O primeiro é o denominado “Complexo Luxor” que se situa no lado oposto ao Museu Egípcio, ao lado do grande templo. Inicialmente, neste espaço, somente havia o Memorial Rosacruz edificado em 14 de fevereiro de 1987, que seguiu a mesma forma de uma construção existente no Parque Rosacruz de San Jose: o Akhenaten Shrine. Houve, então, uma mudança radical nesse espaço com a construção de uma avenida de esfinges, a edificação de um obelisco com 12 metros de altura, a reforma do memorial e a instalação da estátua de Augusto.

Eduardo Vilela foi, nesta ocasião, novamente convocado para trabalhar nas obras, mas devido ao tamanho do obelisco, as 26 esfinges foram destinadas a um outro escultor. O autor do presente capítulo e Vilela decidiram que reproduzir um obelisco existente garantiria a qualidade do trabalho e ampliaria seu potencial educativo. Desta forma, optou-se por copiar o obelisco de Thutmose III, que se encontra em Istambul. Eduardo Vilela esculpiu todas as inscrições em grandes placas de gesso que, posteriormente, foram utilizadas por uma empresa contratada que transferiu as mesmas para a rocha. Assim o obelisco construído com concreto recebeu um revestimento em rocha contendo as inscrições. No topo foi instalado um revestimento em metal dourado, tal como o que foi feito no obelisco da Praça da Concórdia, em Paris. Trata-se do único obelisco do gênero no Brasil.

O memorial passou por uma reforma, ganhando uma nova decoração no teto a partir da inserção dos cartuchos com os nomes dos faraós e uma nova pintura. Já a instalação da estátua de Augusto, que foi transferida do Parque Rosacruz de San Jose para Curitiba, ganhou destaque como peça central de um memorial dedicado ao imperador, cercado por colunas palmifor-

mes. A estátua possuiu um significado especial para a Ordem, pois foi um presente que o Imperator Emérito da AMORC, Ralph Maxwell Lewis (1904–1987), deu ao seu pai, Dr. Harvey Spencer Lewis (1883–1939), em 1937.

A última ampliação do Museu ocorreu de maneira inusitada, pois contou com o auxílio de um visitante egípcio. Durante a realização de uma palestra no Auditório H. Spencer Lewis no dia 20 de dezembro de 2018, o egiptólogo Zahi Hawass recebeu um convite do Grande Mestre para integrar o projeto de um novo museu dedicado ao faraó Tutankhamon (fig. 18).



Fig. 18 A réplica da câmara funerária da tumba de Tutankhamon no segundo andar do novo museu. Créditos: Moacir Elias Santos.

O edifício, construído no espaço da antiga Biblioteca Alexandria, segue o modelo do Museu Egípcio, situado do outro lado da rua. Já as peças

que compõem a coleção foram, em sua maioria, produzidas pelo Serviço de Antiguidades do Egito a partir de uma seleção previa feita pelos responsáveis pelo Museu, os historiadores Vívian Noitel Valim Tedardi e Ewer-son Thiago da Silva Dubiela, e mais tarde complementada pelo próprio Hawass. Em 7 de setembro de 2019 o museu foi inaugurado. Por se tratar de uma única instituição, houve uma alteração do nome e o museu passou a se chamar Museu Egípcio e Rosacruz – Tutankhamon. Por fim, cabe uma última contribuição do Grande Mestre Hélio Marques: o pedido de novas peças originais vindas do Rosicrucian Egyptian Museum que já se encontram no museu e, em breve, serão divulgadas.

BIBLIOGRAFIA

- Banco Safra, ed. 2006. *O Museu Mariano Procópio*. São Paulo: Banco Safra.
- Belmonte, Simone, Jorge Lopes, e Antonio Brancaglion Jr. 2014. “Tecnologias tridimensionais aplicadas em pesquisas arqueológicas de múmias egípcias”. In *SEMNA – Estudos de Egiptologia I*, editado por Antonio Brancaglion Jr., Thais Rocha da Silva, Rennan de Souza Lemos e Raizza Teixeira dos Santos, 47–64. Rio de Janeiro: Kline.
- Bielesch, Simone. 2010. “Em busca de auxílio para o renascimento: estátuas funerárias de Osiris e Ptah-Sokar-Osiris.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bittar, Victor. 2013. “A Non-invasive Bioarchaeological Research Approach on Sha-Amun-Em-Su: A Mummy Inside a Sealed Coffin.” *PalArch’s Journal of Archaeology of Egypt/Egyptology* 10: 13–14.
- Brancaglion Jr., Antonio. 2002. “From Egypt to Brazil: An Egyptian collection in Rio de Janeiro.” In *Egyptian Museum Collections around the World*, Vol. 1, editado por Mamdouh Eldamaty e May, 155–62. Cairo: Supreme Council of Antiquities.
- Brancaglion Jr, Antonio. 2004. “Coleções egípcias no país.” In *Egiptomania: O Egito no Brasil*, editado por Margaret Bakos, 31–41. São Paulo: Paris Editorial
- Brancaglion Jr, Antonio. 2005. “Revelando o Passado: Estudos da Coleção Egípcia do Museu Nacional.” In *Memória e festa*, editado por Fábio Lessa e Regina Bustamante, 75–80. Rio de Janeiro: Mauad Editora.
- Brancaglion Jr., Antonio. 2009. “O estudo científico das múmias egípcias”. In *Tecnologias 3D: paleontologia, arqueologia, fetologia*, editado por Heron Werner Jr. e Jorge Lopes, 49–76. Rio de Janeiro: Revinter.
- Brancaglion Jr., Antonio. 2013. “Um Egito ainda desconhecido: coleções e colecionismo no Brasil.” *Tempo Brasileiro* 193: 39–55.
- Chaves, André Onofre Limírio. 2019. “Do Kemet para o novo mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil imperial (1822-1889).” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Childe, Alberto. 1916. “A dama Takushit do Museu Nacional do Rio de Janeiro (n. 178, armário n. 121 - Sala Champollion): algumas considerações sobre a estatuária egípcia.” *Archivos do Museu Nacional* 18: 40–53.
- Childe, Alberto. 1919. *Guia das collecções de Archeologia classica, Museu Nacional do Rio de Janeiro (IVa Secção)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Dorman, Peter F. 1987. *L’Égypte et le Proche-Orient*. Paris: Gründ.

- Facuri, Cintia P. 2014. “Ofereça aos deuses: os bronzes votivos e a devoção pessoal no Egito antigo.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Freitas, Victor Guida de. 2024. “Estudo pós-incêndio dos indivíduos mumificados da coleção egípcia do Museu Nacional.” Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Gallo, P. 1991. “I Babuini di Thot il Toro: da Busiri al Campidoglio.” *Revue D’Égyptologie* 42: 256–60.
- Gama, Cintia Alfieri. 2008. “Os servidores funerários da coleção egípcia do Museu Nacional: catálogo e interpretação”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Gombert-Meurice, Florence. 2021. “La statue de Karomâmâ, une iconographie en question.” In *Cultes et clergés à Thèbes des Libyens aux Saïtes*, editado por Florence Gombert-Meurice e Frédéric Payraudeau, 19–46. Paris: Éditions Khéops.
- Hayes, W. C. 1990. *The Scepter of Egypt*. New York: The Metropolitan Museum of Art.
- Kitchen, Kenneth. 1990. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum, Rio de Janeiro*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Kitchen, Kenneth. 1991. “Non-Egyptians recorded on Middle-Kingdom stelae in Rio de Janeiro.” In *Middle Kingdom Studies*, editado por Stephen Quirke, 87–90. New Malden, Surrey: SIA Publishing.
- Kitchen, Kenneth. 1996. *The Third Intermediate Period in Egypt (1100–650 BC)*. Warminster: Aris & Phillips.
- Leclant, J., et al. 1991. “Torino alla Scoperta della Civiltà del Nilo.” *Archéo* 79: 82.
- Lemos, Rennan. 2014. “Introdução: panorama da Egiptologia no Brasil (1827-2014 e além)”. In *O Egito antigo: novas contribuições brasileiras*, editado por Rennan Lemos, 20–37. Rio de Janeiro: Rio Multifoco.
- Lemos, Rennan, Kate Fulcher, Ikhlas Abdllatief, Ludmila Werström, e Emma Hocker. 2023. “Reshaping Egyptian Funerary Ritual in Colonized Nubia? Organic Characterization of Unguents from Mortuary Contexts of the New Kingdom (c. 1550?1070 BCE).” *Archaeological and Anthropological Sciences* 15: 1–14.
- Lennhoff, A., L. Velho, B. Alevato, L. Novaes, e J. Lopes. 2020. “The V-Horus Project.” In *18th Eurographics Workshop on Graphics and Cultural Heritage, GCH 2020, Virtual Event, Spain, November 18-19*, editado por M. Spagnuolo e J. Melero, 89–92. [s.l.]: Eurographics Association.
- Lopes, Jorge, Antonio Brancaglion Jr., Sérgio Alex Kugland Azevedo, e Heron Werner Jr., eds. 2013. *Tecnologias 3D. Desvendando o passado, modelando o futuro*. Warsaw: Lexicon.
- Lopes, Jorge, Sérgio Alex Kugland Azevedo, Heron Werner Jr., e Antonio Brancaglion Jr., eds. 2019. *Seen/unseen: 3D visualization*. Rio de Janeiro: Rio Books.
- Lucas, A. 1989. *Ancient Egyptian Materials and Industries*. London: Histories & Mysteries of Man.
- Morkot, Robert G. 2016. “The Late-Libyan and Kushite God’s Wives. Historical and Art-historical Questions.” In *Prayer and Power”. Proceedings of the Conference on the God’s Wives of Amun in Egypte during the First Millennium BC*, editado por Meike Becker, Anke Ilona Blöbaum e Angelika Lohwasser, 106–19. Münster: Ugarit-Verlag.
- Nicholson, P. 1993. *Egyptian Faience and Glass*. London: Shire Publications.
- Onstine, Suzanne. 2005. *The Role of the Chantress (Smyt) in Ancient Egypt*. Bicester: Archaeopress.
- Rangel, Alberto. 1984. *Cartas de Pedro I à Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Reis, Ricardo França A. dos. 2014. “Isolamento e identificação de fungos em amostras retiradas de múmias do Museu Nacional: riscos à saúde.” Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Fiocruz).
- Rodrigues-Carvalho, Claudia, ed. *500 dias de resgate: memória, coragem e imagem*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Santos, Moacir Elias. 2010. “O Egito em museus paranaenses: possibilidades para o ensino e a pesquisa”. In *Diálogos com o mundo faraônico*, editado por Margaret Marchiori Bakos, Júlia Silveira Matos e Gregory da Silva Balthazar, 141–55. Rio Grande: FURG.

- Santos, Moacir Elias. 2010. “Recriando e Divulgando o Egito Antigo no Brasil”. *O Lince*, fevereiro, 20.
- Santos, Moacir Elias, Thiago José Moreira, e Vivian Noitel Valim Tedardi. 2004. “A Ordem Rosacruz e a Arquitetura Egípcia.” In *Egiptomania: O Egito no Brasil*, editado por Margaret Marchiori Bakos, 117–31. São Paulo: Paris Editorial.
- Säve-Söderbergh, Torgny, e Lana Troy. 1991. *New Kingdom Pharaonic Sites: The Finds and the Sites*. Partille: Paul Åström.
- Schneider, Maurício Elvis. 1998. “Traveling replicas exhibition in Brazil.” *KMT – A modern Journal of Ancient Egypt*, Fall number 3.
- Souza, Nilson José de. 1999. *Contribuição à história da coleção egípcia do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Publicação do autor.
- Souza, Sheila Maria Ferraz Mendonça de. 2009. “Múmias egípcias milenares – viagens não invasivas”. In *Tecnologias 3D: paleontologia, arqueologia, fetologia*, editado por Heron Werner Jr. e Jorge Lopes, 77–104. Rio de Janeiro: Revinter.
- Teeter, Emily, e Janet H. Johnson, eds. 2009. *The Life of Meresamun: A Temple Singer in Ancient Egypt*. Chicago: The Oriental Institute Museum Publications.
- Werner Jr., Heron, e Jorge Lopes. 2009. *Tecnologias 3D: paleontologia, arqueologia, fetologia*. Rio de Janeiro: Revinter.

O RESGATE DA COLEÇÃO EGÍPCIA DO MUSEU NACIONAL

PEDRO VON SEEHAUSEN*, TAMIRES MACHADO**, MARINA BUFFA CÉSAR***,
ANA LUIZA CASTRO DO AMARAL**** E CLAUDIA RODRIGUES DE CARVALHO*****

Na manhã de 3 de setembro de 2018 alguns dos maiores jornais do Brasil e do mundo noticiaram o incêndio de grandes proporções que atingiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a instituição científica mais antiga do Brasil, localizada no Palácio da Quinta da Boa Vista. Muitos destes jornais anunciavam em um tom fúnebre (Greshko 2018) a destruição das coleções expostas e armazenadas no Palácio, incluindo a coleção egípcia do Museu Nacional. Na ocasião, as matérias dividiram-se em culpar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (instituição a qual o Museu Nacional faz parte) pelo incêndio (Nóbrega 2018), expor declarações polêmicas de celebridades e autoridades (Fellet 2018), apresentar as coleções do museu, e especular que o fogo teria causado a sua destruição integral (Atruan e Wernek 2018).

No entanto, para grande parte da comunidade do Museu Nacional, existia a esperança de que parte das coleções teriam sobrevivido ao fogo. Com a abertura de suas portas entre as 9 e 10 horas da manhã desse dia, quando grande parte do público que se reunia em frente ao cenário da tragédia percebeu que o meteorito Bendegó estava praticamente intacto, a

* Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2105-7877>. E-mail: pedrovonseehausen@mn.ufrj.br.

** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

E-mail: tamiresmach@gmail.com.

*** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

**** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3650-4476>.

***** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9491-0659>. E-mail: claudia@mn.ufrj.br.



ideia de que parte das coleções teriam sobrevivido a este cenário de pesadelo, tornou-se mais popular.

Ao contrário das palavras proferidas pelo candidato a presidente na época Jair Messias Bolsonaro “Já pegou fogo, quer que faça o quê?” (Calgara 2018), um grupo de funcionários, pesquisadores e estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro se reuniram em uma força tarefa para realizar uma escavação de resgate destas coleções. Este grupo conseguiu resgatar parte significativa das coleções do Museu Nacional, incluindo peças icônicas como o crânio de Luzia (Betim 2018). No caso da coleção egípcia, foram mais de 300 peças resgatadas, com diversos destaques da coleção entre este número (Lopes 2019). Este capítulo visa apresentar e fornecer um vislumbre do que foi o trabalho de resgate da coleção egípcia do Museu Nacional que resgatou diversas peças da coleção egípcia, permitindo que esse triste fato seja apenas um capítulo em suas biografias e não o seu epílogo.

O incêndio

No domingo, dia 2 de setembro de 2018, dois seguranças de uma empresa terceirizada que presta serviços para UFRJ perceberam pela primeira vez o fogo vindo do auditório. Após constatarem que o fogo não poderia ser controlado por meio de extintores de incêndio, acionaram o corpo de bombeiros por volta das 19:30 horas. Os bombeiros chegaram rapidamente ao local, mas devido à falta de água nos hidrantes em frente ao palácio, o trabalho de contenção das chamas não pode ser iniciado imediatamente. Para contornar esta situação, foi necessário captar água de um lago próximo e transportar por meio de caminhões pipas até o palácio (Giraldi 2018).

Por consequência destes contratemplos, somados a presença de materiais orgânicos e produtos químicos nas dependências do palácio, o fogo se espalhou rapidamente e às 21 horas já se encontrava fora de controle (Grellet 2018). Inicialmente o fogo estava sendo combatido por um contingente inicial de bombeiros de quatro quartéis. Com a expansão do fogo, este contingente foi aumentado para bombeiros de 12 quartéis. Às 21:15 horas, uma equipe especializada dos bombeiros entrou no prédio para ten-

tar bloquear as áreas não atingidas pelo incêndio e avaliar a extensão dos estragos (Grellet 2018). Ao longo das seis horas necessárias para a sua contenção, cerca de 80 bombeiros, dois caminhões pipa e dois caminhões com escada trabalharam na contenção do incêndio.

Durante o incêndio, alguns itens do acervo museológico e alguns equipamentos foram retirados do palácio. Todos estes itens estavam localizados em uma região específica no primeiro andar. Devido a questões de segurança e o avanço das chamas, outras regiões do palácio não puderam ser acessadas durante este momento. Isto inclui os três locais do palácio onde estava armazenada e exposta a coleção egípcia.¹ Por consequência deste fato, na manhã do dia 3 de setembro de 2018 não era possível dimensionar o impacto do fogo na coleção.

A cobertura jornalística do incêndio gerou uma quantidade considerável de imagens e vídeos sobre o ocorrido. Esta hiperdocumentação permitiu um olhar diferenciado da tragédia, onde por meio destas fotos e vídeos, é possível identificar os diferentes estágios do incêndio em distintas partes do palácio. Segundo Romani e Yanagihara, incêndios realizados em compartimentos fechados geralmente possuem 5 estágios: i) início de ignição, ii) desenvolvimento ou ignição, iii) *flashover*, iv) incêndio generalizado ou pós-*flashover* e v) a fase de resfriamento (Romani e Yanagihara 1995).

O início de ignição é a fase inicial de um incêndio, normalmente envolve a ignição de um pequeno elemento combustível. Nesta fase, o volume do fogo é pequeno e ainda é extingüível por extintores. As temperaturas podem variar entre 20°C a 70°C. A duração desta fase costuma ser curta, chegando de 1 a 3 minutos (Álvares 2009, 22).

A fase seguinte, chamada de ignição ou desenvolvimento é marcada por um crescimento da temperatura relativamente lento, onde os efeitos do incêndio ainda são localizados. O fogo se alastra sobre as superfícies combustíveis em avanço contínuo, por radiação e convecção, formando

¹ No dia 2 de setembro de 2018, a coleção egípcia estava dividida em três partes do Museu Nacional; a sala da coleção egípcia, a reserva técnica da arqueologia e a sala do laboratório de Egiptologia, onde estava o material em estudo.

uma camada de gases quentes que vão se acumulando junto ao teto (Scheer e Baranoski 2007). Nesta etapa, também é gerada uma grande quantidade de fumaça, que pode prejudicar significativamente a visibilidade. A decomposição de materiais nesta fase é intensa e a temperatura cresce significativamente, variando entre 70°C e 250°C/300°C (Scheer e Baranoski 2007).

Caso não ocorra nenhum tipo de contenção do incêndio, a progressão da temperatura desta fase conduz a etapa seguinte: o *flashover*. Esta fase marca a transição de um incêndio localizado para um incêndio generalizado, onde ocorre uma propagação abrupta do fogo. Normalmente, o *flashover* é atingido entre 3 a 20 minutos do início da ignição (Scheer e Baranoski 2007, 2). É nesta fase que normalmente ocorre a explosão dos vidros e das janelas, contribuindo para o aumento da ventilação e o aumento do incêndio.

Após o *flashover*, ocorre o incêndio generalizado. Nesta fase a temperatura cresce rapidamente até que grande parte do material combustível seja consumida. Este tempo varia de acordo com a composição do combustível, mas pode variar entre 60 a 90 minutos. A velocidade de queima é condicionada pela ventilação do ambiente. Nesta fase, a temperatura é sempre maior do que 300°C, e não possui limites estabelecidos (Scheer e Baranoski 2007, 3).

Após a queima de 60 a 80% do combustível, o incêndio entra em fase de resfriamento. Esta fase ocorre quando a maior parte do combustível já foi consumida e a intensidade do fogo diminui consideravelmente. Nesta fase, a queima geral se processa em pequenas chamas que podem durar várias horas até a extinção do incêndio (Álvares 2009, 22).

Este modelo de incêndio apresentado acima corresponde a um incêndio realizado em um cenário homogêneo e controlado, o que não foi o caso do Museu Nacional. No Museu encontramos um cenário diverso, onde cada sala tinha diferentes materiais, que poderiam servir ou não como combustível. Neste sentido, devemos considerar que o incêndio teve experiências divergentes dentro do espaço do Museu Nacional, e diferentes áreas passaram pelos processos do incêndio em períodos e intensidades distintas.

Através de uma análise das imagens geradas pela cobertura jornalística (Bernardes 2018), é possível perceber que às 22 horas quase todas as áreas do palácio tinham experienciado o *flashover*, o que indicaria uma

temperatura de queima maior do que 300°C. O desabamento de parte da estrutura, percebido praticamente no mesmo horário, também poderia indicar o derretimento das vigas de sustentação em ferro, que tem uma temperatura de fusão 1.538°C em algumas áreas do palácio.

Na manhã do dia 3 de setembro de 2018, o que fora o maior museu de história natural da América Latina era uma ruína. A estrutura apresentava riscos de desabamento e o local era a possível cena de um crime (Athayde 2018). Não se tinha notícias sobre as condições do acervo que estava dentro do palácio. No entanto, diferentes vozes de dentro e de fora da instituição argumentavam que se alguma parte do acervo tivesse sobrevivido ao fogo, seria necessário um trabalho de resgate meticuloso para que nenhum item fosse jogado fora indevidamente ou retirado de dentro dos escombros de um modo que o danificasse. Também seriam necessários o escoramento e estabilização das paredes do Palácio da Quinta da Boa Vista, a instalação de uma cobertura para impedir um eventual desabamento e a realização de uma perícia da Polícia Federal para identificar as causas do incêndio.

Formação do Núcleo de Resgate de Acervos e elaboração da metodologia

Em 9 de setembro de 2018 ocorreu a primeira reunião para discutir e elaborar um protocolo de resgate para os acervos que poderiam ter sobrevivido ao incêndio. Sob a coordenação de Claudia Carvalho, e vice coordenação de Luciana Carvalho, foi criado o “Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional”, que organizaria e executaria estas ações. Inicialmente, o Núcleo de Resgate foi formado por uma equipe de onze servidores, de diferentes departamentos e setores do Museu Nacional. Conforme o trabalho foi se desenvolvendo, este núcleo sofreu modificações. O desdobramento desse esforço inicial ficou conhecido como a Equipe de Resgate de Acervos do Museu Nacional, que chegou a contar com quarenta participantes e outros colaboradores esporádicos, mantendo o caráter multidisciplinar da equipe.

Na primeira etapa de trabalho, a metodologia de resgate de acervos foi adaptada a outras necessidades vigentes no cenário, como o trabalho de escoramento e estabilização da estrutura do Palácio e a realização de uma

perícia da Polícia Federal. Neste sentido, as ações da equipe de resgate nesta etapa foram influenciadas por estas outras necessidades vigentes.

Nas primeiras reuniões, foram estabelecidos alguns parâmetros metodológicos gerais para o andamento de todo o trabalho de resgate. Foi definido que seriam coletados tanto objetos do acervo, quanto objetos pessoais e equipamentos científicos. Logo após a retirada do material do palácio ele passaria primeiro por uma triagem. Neste momento, o material ganharia um número de identificação e seria realizado o registro fotográfico, juntamente com o preenchimento de uma ficha com as informações sobre o contexto arqueológico do item. Caso o acervo necessitasse de alguma estabilização, esta seria realizada por uma equipe de conservadores, e caso não necessitasse, o material prosseguiria para o armazenamento (Carvalho et al. 2022).

Neste primeiro momento, toda a comunidade do Museu Nacional também foi chamada pelo Núcleo de Resgate para informar o conteúdo de suas salas. Com base nestas informações, foi elaborado um mapa a partir do qual seria pensado um plano de resgate adaptado especificamente para cada sala e coleção. Além do núcleo, o Resgate de Acervos contou com extenso apoio da comunidade do Museu Nacional durante a execução do trabalho. A escavação no pavimento onde outrora ficava a coleção egípcia contou com uma equipe diversa, formada por funcionários e discentes de diferentes setores do Museu Nacional e da UFRJ.

A escavação na sala onde estava exposta a coleção egípcia

A sala onde estava localizada a coleção egípcia era uma das maiores do Museu Nacional, possuindo um total de 165,89 m². Nesta sala estavam expostos aproximadamente 227 itens da coleção. Quando a sala em que estava exposta a coleção egípcia desabou, ela misturou o seu acervo com o conteúdo de cinco outras salas. No primeiro andar estava a exposição da paleobotânica, a qual ocupava toda a extensão do primeiro pavimento, tendo a mesma dimensão da sala onde estava a coleção egípcia no segundo andar. No terceiro andar, o espaço era dividido entre a reserva técnica da museologia, ocupando quase todo o espaço do pavimento, a sala do setor

de patrimônio, o setor de financeiro e compras, e o setor de segurança no trabalho.

Nas semanas que antecederam o incêndio, a exposição da paleobotânica estava sendo desmontada, e a maior parte do seu acervo já havia sido retirado da sala. Na data do sinistro, a sala possuía, em termos de acervo, apenas o tronco fossilizado da Antártida e uma série de fragmentos de troncos fossilizados oriundos dos municípios de Santa Maria e São Pedro do Sul — Rio Grande do Sul. No terceiro andar, a sala da reserva técnica da museologia era a maior em termos de extensão e complexidade. A sala possuía um conteúdo diverso que variava entre objetos pessoais, equipamentos científicos e acervos museológicos.

O desabamento dos três andares trouxe uma quantidade de entulho, ferragens e detritos considerável para a sala. No início da escavação, alguns pontos desta estavam cobertos por quase 2 metros de ferragens em relação ao piso original do pavimento. Quatro das vigas de ferro de sustentação da sala derreteram, caindo sobre a sala (UE09, UE10, UE11, UE12) (fig. 1).



Fig. 1 Vista da sala após o incêndio. Créditos: imagem cortesia do Museu Nacional.

O desabamento do teto também trouxe mais um fator na equação ao deixar a área da sala exposta ao tempo, encharcando o sedimento nos dias

de chuva. Este fator aumentou a urgência da escavação, pois alguns suportes materiais que tinham a possibilidade de ter sobrevivido ao fogo, como as estatuetas em bronze, poderiam ter processos de corrosão irreversíveis, caso expostos em períodos prolongados a este cenário.

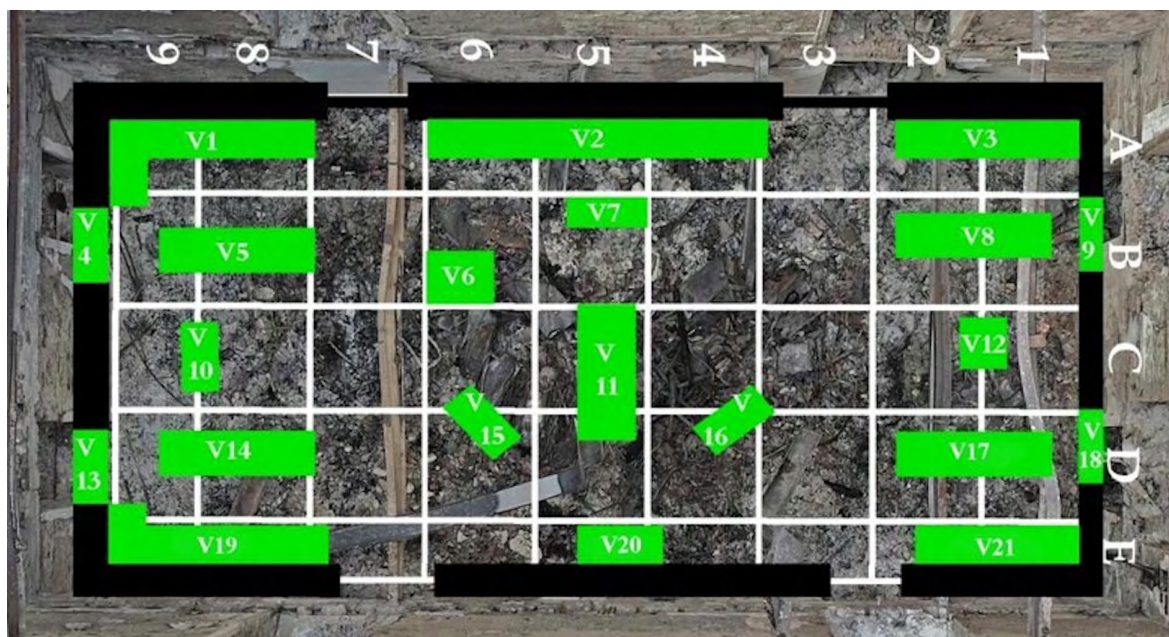


Fig. 2 Croqui com as vitrines sobreposto pelo mapeamento realizado por drone. Créditos: imagem cortesia do Museu Nacional.

O primeiro passo foi realizar um levantamento extenso do conteúdo de cada vitrine na sala de exposições. Para tal tarefa, foram utilizados inventários, fotos da sala e informações produzidas em estudos antigos, como por exemplo, a tomografia das múmias realizadas a partir de 2005. Nos primeiros dias após o incêndio foi realizado um mapeamento da sala por drone (Dji Spark). Este mapeamento foi então sobreposto pelos croquis supracitados. A partir desta sobreposição, foi criado um mapa das áreas de interesse na sala, onde existiria a possibilidade de sobrevivência de peças da coleção (fig. 2).

As etapas de resgate na sala onde estava a coleção egípcia podem ser divididas em: i) coleta de superfície, ii) escavação arqueológica e iii) peneiramento (von Seehausen et al. 2024). Cada uma destas etapas foi adaptada às especificidades do pavimento e do material que estava sendo resgatado.

Como parte do terceiro andar do pavimento era composto pela reserva técnica da museologia, e esta possuía uma grande quantidade de armários de metal, o desabamento transformou estes em uma considerável quantidade de ferragens retorcidas (UE01) que foi misturada ao material arqueológico e paleontológico que também estava no pavimento.

Após uma coleta de superfície minuciosa, estas ferragens foram removidas por guindaste. Durante esta coleta de superfície, foi possível identificar um padrão de dispersão dos materiais na sala. Devido a um desabamento bruto, foi observado que as peças não se movimentaram mais que 1 metro de onde estariam suas vitrines originais.

Com base nestas informações obtidas durante o planejamento e a coleta de superfície, foi possível pensar uma metodologia de escavação e peneiramento que melhor se adaptasse ao material que estava sendo resgatado e ao contexto pós-incêndio. A fim de georreferenciar a sala, foi adotada uma divisão da sala em quadrículas de 2 x 2m. O tamanho destas foi definido com base no padrão de dispersão de material. Sobrepondo esta divisão aos mapas produzidos anteriormente com as informações de inventário e da coleta de superfície, foi possível estabelecer uma metodologia de escavação e peneiramento adaptada para cada quadrícula, a fim de dar conta das especificidades do material que estava sendo resgatado.

Esta intercambialidade de metodologias de escavação e peneiramento permitiu que a ação fosse meticulosa nas áreas com materiais pequenos, como amuletos ou contas de cordão, e que prosseguisse com certa velocidade nas demais áreas, uma vez que a velocidade era essencial para impedir a intensificação da degradação nas peças enterradas no sedimento molhado. Para conter a ação da chuva nas áreas onde estavam as peças em bronze, foram improvisadas tendas e coberturas durante a coleta de superfície e escavação.

Também optamos por realizar o acompanhamento estratigráfico da sala, com o registro de perfis e unidades estratigráficas, a fim de utilizar este registro como uma forma de interpretar os processos de desabamento da sala, assim como utilizar este registro enquanto ferramenta durante o processo de resgate.

Nos cantos da sala foi possível identificar melhor os perfis, estes estavam mais bem definidos e a intrusão de um material pertencente a uma camada em outra não ocorria com muita frequência. Em alguns pontos da sala foi até possível encontrar fragmentos do piso em madeira do segundo andar. No interior da sala os perfis são mais caóticos, e nem sempre foi possível diferenciar as camadas. Muitas vezes encontramos um emaranhado homogêneo de entulhos indicando um desabamento muito rápido e bruto.

Alguns resultados preliminares da escavação

A etapa de coleta de superfície foi finalizada em 25 de abril de 2019, e a etapa de escavação foi finalizada no dia 6 de março de 2020. Durante este período, cerca de 300 peças foram identificadas no trabalho de campo. Já os trabalhos de documentação do acervo sofreram um longo hiato, sendo interrompidos em 19 de março de 2020, em função da pandemia de COVID-19, e retomados em 18 de fevereiro de 2022, com o retorno das atividades presenciais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, está em curso um trabalho de identificação das peças, diagnóstico de conservação e mapeamento dos danos para a produção de um inventário, detalhando as coleções sobreviventes.

Durante a escavação, foi observado que a composição das peças influenciou diretamente as suas chances de sobrevivência. Suportes em madeira e cartonagem, como os caixões, máscaras funerárias, *shabtis* em madeira e estatuetas não resistiram ao incêndio. Nas quadrículas C6, D6, D5, D4, E5, E4 foram encontrados pedaços de carvão no formato de caixões fragmentados. Estes foram coletados e acreditamos que uma identificação poderá ser feita em trabalhos antracológicos futuros. As múmias humanas e animais perderam os seus tecidos moles e bandagens, mas foi possível recuperar o seu material ósseo na maioria dos casos.

Já as peças feitas em faiança, cerâmica e terracota, como os amuletos, *shabtis* e demais estatuetas registraram algumas alterações pelo fogo, mas sobreviveram ao incêndio e ao desabamento (fig. 3). Dentre as principais alterações observadas durante o trabalho de campo foram alterações cro-

máticas, fissuras, sujidades e aderência de materiais. O desabamento também causou fragmentação e esmagamento de algumas destas peças feitas nestes materiais.



Fig. 3 *Shabtis* com alteração cromática e aderência de materiais após o incêndio *in situ*. Créditos: imagem cortesia do Museu Nacional.

As peças em bronze, em especial as estatuetas votivas, foram resgatadas, com exceção da estatueta de bronze do Somtut (inv. 52 CR 196/2). No caso desta é possível que ela tenha sido derretida por conta de seu tamanho e grau de corrosão anterior que possuía antes do incêndio (Facuri 2014), ou que tenha se fundido durante o incêndio, uma vez que as temperaturas na sala chegaram a mais de 1000 °C em alguns pontos. Dentre as estatuetas votivas em bronze, podemos apontar o resgate de algumas peças de destaque da coleção, como a estatueta do sacerdote de Amon: Menkheperre (inv. 81 CR 76), que sobreviveu com pouquíssimos danos aparentes. O grau de corrosão das peças em bronze também é variado. Algumas das estatuetas apresentaram derretimento, fragmentação e outros tipos de dano (Amaral et al. 2021).

Os objetos em rocha calcária, arenito e alabastro também sobreviveram ao fogo, porém apresentando diferentes graus de alteração material. Durante a fase de coleta de superfície e escavação, foi possível recuperar e identificar diferentes vasos canopos, estelas e estátuas nestes materiais. Algumas destas estão em estados bons e medianos de conservação e outras apresentam graus diferenciados de fragmentação. Alguns exemplares em calcário iniciaram um processo de decomposição da rocha.

Além destas, uma quantidade significativa de fragmentos não identificados foi recuperada. Provavelmente a identificação destes fragmentos, associada a futuros trabalhos de restauração, aumentará o número de peças da coleção egípcia do Museu Nacional. Podemos exemplificar este tipo de situação com uma tampa de vaso canopo representando o deus Imnsety (inv. 144 CR 145), a qual fragmentou-se em mais de 9 pedaços com o desabamento e após um trabalho de montagem manual e consolidação, foi possível remontar a peça em cerca de 90%. De maneira geral, este contexto estende-se para os outros vasos canopos e tampas da coleção.

As estelas em calcário da coleção estão em uma situação relativamente similar, onde o desabamento e queda do segundo andar acabou causando a fragmentação de muitas destas. Foi necessário uma subdivisão da malha da sala nas quadrículas de 1x1m na área referente a vitrine das estelas, com o intuito de gerar uma compreensão maior dos processos de desabamento, para ajudar na identificação destas. Durante a escavação desta área, além de um grupo de estelas com poucos danos, foi coletada uma considerável quantidade de fragmentos, os quais a identificação exigirá um trabalho mais aprofundado.

Junto com as peças já conhecidas da coleção, foi possível recuperar os amuletos que estavam dentro do caixão da sacerdotisa Sha-Amun-em-Su (inv 532), que só eram conhecidos por meio de uma tomografia feita em 2005 (Santos et al. 2013). Com base nas informações geradas pela tomografia, foi possível adotar uma metodologia de escavação e peneiramento mais meticulosa até que todos os amuletos identificados nas imagens geradas pela tomografia fossem recuperados.



Fig. 4 Amuleto em formato de escaravelho da sacerdotisa cantora de Amon Sha-Amun-em-Su. Créditos: imagem cortesia do Museu Nacional.

Com o resgate destas peças foi possível identificar que o amuleto de escaravelho (fig. 4), que ficava localizado na altura do coração da Sha-Amun-em-Su, foi feito em feldspato verde e não possuía nenhuma inscrição. Seus detalhes foram bem esculpidos. Seis dos outros oito amuletos (fig. 5) revelados na tomografia feita em 2005 já tinham sido identificados a partir das imagens na época: dois Pilar-*djed*, dois nós de Ísis e dois amuletos *Wadj*. Com o resgate e higienização destas peças, foi possível perceber que os outros dois amuletos possuem divindades representadas. Uma delas é o deus Thoth com um corpo humano e a cabeça de uma íbis usando uma coroa de Atef. O outro é uma figura humana com a cabeça de um falcão, e sem coroa. Estes amuletos também foram feitos com o mesmo material do escaravelho.

Também foi observado durante a escavação que a posição dos itens na sala influenciou diretamente a sua chance de sobrevivência. De maneira geral, as peças localizadas nas vitrines mais próximas dos cantos da sala tinham mais probabilidade de sobrevivência do que as peças localizadas no meio da sala, onde a ausência de um perfil estratigráfico bem definido indicava um desabamento mais abrupto. Nos cantos da sala, as peças nor-

malmente estavam associadas aos níveis estratigráficos de seus “andares de origem”, salvo algumas exceções, em que ocorreram intrusões. No meio da sala a maioria das peças sofreu danos maiores por conta do desabamento, com a exceção do material associado a múmia da sacerdotisa Sha-Amun-em-Su que foi encontrado abaixo de uma das vigas de sustentação que derreteu e caiu na sala (UE10). Acreditamos que neste caso específico, a viga ajudou a preservar as peças em questão do desabamento.



Fig. 5 Amuletos da sacerdotisa cantora de Amon: Sha-Amun-em-Su. Créditos: imagem cortesia do Museu Nacional.

Conclusões

Após o trágico evento de 2 de setembro de 2018 e uma exaustiva escavação de resgate, o Museu Nacional ainda conta com mais de 300 peças de sua coleção egípcia. Ainda durante o trabalho de campo, foi possível observar que parte destas peças está em estados variados de conservação, mas muitas peças possuem possibilidade de restauração. Ainda será necessário muito trabalho para identificar todos os fragmentos das peças remanescentes e mapear os danos sofridos pelo incêndio, mas este trabalho será essencial para a elaboração dos projetos futuros de restauro.

De uma maneira agrídoce, a tragédia acabou evocando a necessidade de distintas e novas abordagens no estudo do acervo da coleção egípcia do Museu Nacional. Nesse sentido, o sinistro abre toda uma nova gama de estudos, sendo importante entender os processos de transformação material causados pelo incêndio e pelo desabamento. Alguns destes trabalhos já foram concluídos, como é o caso das teses de doutorado de Pedro von Seehausen, defendida em 2022 e Victor Guida em 2024, e a dissertação de mestrado de Deborah Ribeiro, defendida também em 2024. Em sua tese, “Ressurgindo das cinzas como Benu: Resgate e possibilidades de reconstrução da Coleção Egípcia”, von Seehausen, além de detalhar os processos de escavação e resgate da coleção egípcia, fornece uma possibilidade de restauro da coleção utilizando as tecnologias 3D, fazendo uso do vasto acervo de arquivos 3D da coleção produzidos ao longo dos anos. Guida, por sua vez, produziu uma análise osteobiográfica dos remanescentes humanos resgatados da coleção, a fim de entender tanto como o incêndio afetou cada indivíduo, assim como trazer à tona questões biográficas sobre o estilo de vida desses indivíduos em sua tese “Estudo pós incêndio dos remanescentes humanos da exposição do Museu Nacional”. Já em sua dissertação de mestrado, “Os vasos cosméticos resgatados da Coleção Egípcia do Museu Nacional”, Ribeiro realizou uma série de análises arqueométricas sobre os vasos cosméticos resgatados da coleção, com o intuito de entender tanto os danos causados pelo incêndio, quanto analisar os traços de pigmentos e outros elementos presentes neles. Em termos de trabalhos em andamento, podemos citar as teses de doutorado de Marina Buffa César, “Uma biografia das coisas: determinação das mudanças morfológicas de objetos da Coleção Egípcia do Museu Nacional após incêndio de 2018 e interpretação de sua *chaîne opératoire* entre passado e presente”, e Luísa Faria, “Retorno à Osíris — considerações éticas sobre a curadoria, guarda e exposição dos remanescentes das múmias egípcias do Museu Nacional, recuperados após o sinistro de 2018”.

Estes estudos provam que mesmo após o incêndio a coleção egípcia do Museu Nacional é de extrema relevância, não somente para o contexto da América Latina, onde ela continua sendo a maior em termos de número, como em um contexto global, uma vez que muitas respostas podem ser

retiradas da análise de seus objetos. Além das questões científicas, muitas dessas peças possuem grande potencial expositivo, e estarão presentes na exposição de reinauguração do Museu Nacional em 2026.

O incêndio acarretou à Egiptologia dentro da instituição a necessidade de renascimento e de reconstrução, e o trabalho de Resgate de Acervos trouxe a possibilidade de este também estar pautado na materialidade. Graças ao trabalho da equipe, o Museu Nacional continua possuindo sua coleção egípcia. A continuidade das pesquisas, a formação de novos profissionais e o desenvolvimento de novos trabalhos seguem agora como os novos desafios e caminhos de continuidade e resiliência.

BIBLIOGRAFIA

- Álvares, Patricia Maria Fialho. 2009. “Fotogrametria digital e risco de incêndio em sítios históricos: Possibilidades de aplicação.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto.
- Amaral, Ana Luiza do, Angela Rabello, Cleide Martins, Neuvinha Ghetti, e Tamires Machado. 2021. “A conservação das estatuetas em bronze da coleção egípcia do Museu Nacional”. In *SEMNA - Estudos de Egiptologia VII*, editado por Antonio Brancaglion Jr., Gisela Chapot e Deborah Soares Ribeiro, 29–48. Rio de Janeiro: Kline.
- Athayde, Miguel. 2018. “Polícia Federal vai investigar se o incêndio no Museu Nacional foi criminoso.” *Jornal da Globo*. Rio de Janeiro. <https://globoplay.globo.com/v/6994093/> (acessado em 6/12/2024).
- Atruan, Paula, e Antonio Wernek. 2018. “Incêndio destruiu 90% do acervo, e toda a coleção egípcia virou cinzas”. *oglobo.com* (blog), 3 de setembro de 2018. <https://oglobo.globo.com/rio/incendio-destruiu-90-do-acervo-toda-colecao-egipcia-virou-cinzas-23035433> (acessado em 6/12/2024).
- Bernardes, Bruno. 2018. “Incêndio atinge o Museu Nacional no Rio de Janeiro”. *Fantástico*, Rio de Janeiro. <https://globoplay.globo.com/v/6991208/> (acessado em 6/12/2024).
- Betim, Felipe. 2018. “Como Luzia, a mulher mais antiga do Brasil, nasceu das cinzas”. *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539971293_821373.html (acessado em 6/12/2024).
- Borges, Waleksa. 2019. “Os heróis da resistência”, *O Dia*, 1 de setembro de 2019. <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/09/5677627-os-herois-da-resistencia.html> (acessado em 6/12/2024).
- Brancaglion, Antonio. 2002. “From Egypt to Brazil - an Egyptian Collection in Rio de Janeiro.” In *Egyptian Museum Collections around the World. Studies for the Centennial of the Egyptian Museum*, editado por Mamdouh Eldamaty e Mai Trad, 155–62. Cairo: American University in Cairo.
- Calgara, Fernanda. 2018. “‘Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre incêndio no Museu Nacional”. *G1*, 4 de setembro de 2018. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/04/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml> (acessado em 6/12/2024).
- Carvalho, Claudia Rodrigues Ferreira, ed. 2021. *500 dias de Resgate: Memória, coragem e imagem. 500 days of Rescue - Memory, courage and image*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Carvalho, Claudia Rodrigues Ferreira, Luciana Carvalho, Ana Luiza do Amaral, Silvia Barreiros Reis, e Victor Bittar, eds. 2022. *Depois das cinzas: Conservação preventiva das coleções recuperadas pelo Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

- Conexão UFRJ. 2019. “Museu Nacional Vive – Arqueologia do Resgate”, 28 de fevereiro de 2019. <https://conexao.ufrj.br/2019/02/museu-nacional-vive-arqueologia-do-resgate/> (acessado em 6/12/2024).
- Facuri, Cintia Prates. 2014. “Oferendas aos deuses: os bronzes votivos e a devoção pessoal no Egito antigo.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Fellet, João. 2018. “Quem não protege nossa arte deve devolvê-la, diz arqueólogo egípcio sobre incêndio no Museu Nacional”. *G1*, 4 de setembro de 2018. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/quem-nao-protege-nossa-arte-deve-devolve-la-diz-arqueologo-egipcio-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml> (acessado em 6/12/2024).
- Giraldi, Renata. 2018. “Incêndio atinge Museu Nacional do Rio de Janeiro.” *Agência Brasil*, 2 de setembro de 2018. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-09/incendio-atinge-museu-nacional-no-rio-de-janeiro> (acessado em 6/12/2024).
- Grellet, Fabio. 2018. “Prédio do Museu Nacional não corre risco de desabar, segundo os Bombeiros... - V”. *Uol Notícias*, 3 de setembro de 2018. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/09/02/predio-do-museu-nacional-nao-corre-risco-de-desabar-segundo-os-bombeiros.htm?cpVersion=newsstand> (acessado em 6/12/2024).
- Greshko, Michael. 2018. “Incêndio em museu destrói parte fundamental da história do Brasil”. *National Geographic Brasil*, 3 de setembro de 2018. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/museu-nacional-do-rio-de-janeiro/2018/09/incendio-em-museu-destroi-parte-fundamental-da-historia-do-brasil> (acessado em 6/12/2024).
- Kitchen, Kenneth, e Maria da Conceição Beltrão. 1990. *Catálogo da coleção do Egito Antigo existente no Museu Nacional, Rio de Janeiro*. Warminster: Aris & Phillips Ltd.
- Kopytoff, Igor. 2001. “The cultural biography of things.” *Consumption: Critical Concepts in the Social Sciences* 3: 9–33.
- Lisboa, Vinicius. 2019. “Museu Nacional Resgate mais de 200 itens de sua coleção egípcia”. *Agência Brasil de Notícia* (blog). 7 de maio de 2019. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/museu-nacional-resgata-200-pecas-de-sua-colecao-egipcia> (acessado em 6/12/2024).
- Lopes, Letícia. 2019. “Conheçam as mãos que estão salvando o Museu Nacional”. *O Globo* (blog). 1o de setembro de 2019. <https://oglobo.globo.com/rio/conheca-as-maos-que-estao-salvando-museu-nacional-resgatando-acervo-das-cinzas-23919909#:~:text=Heraldo%20Galv%C3%A3o%20e%20Maxuel%20Caetano,t%C3%A9cnica%20no%20resgate%20do%20acervo> (acessado em 6/12/2024).
- Nóbrega, Malison. 2018. “A tragédia do Museu Nacional é a síntese de muitos erros.” *Veja*, 4 de setembro de 2018. <https://veja.abril.com.br/coluna/mailson-da-nobrega/a-tragedia-do-museu-nacional-e-a-sintese-de-muitos-erros/> (acessado em 6/12/2024).
- Romani, R., e Jurandir Itzo Yanagihara. 1995. “Modelagem e simulação de incêndio em ambientes confinados”. In *Encontro Nacional de Modelos de Simulação de Ambientes*, 41–55. Artigo Técnico. <https://repositorio.usp.br/item/000898595> (acessado em 6/12/2024).
- Santos, Jorge, Antônio Brancaglioni Jr, Sérgio Alex Azevedo, e Heron Werner. 2013. *Tecnologias 3D: desvendando o passado, modelando o futuro*. Rio de Janeiro: Editora Lexikon.
- Scheer, Sérgio, e Emerson Luiz Baranoski. 2007. “A utilização de simuladores de incêndio como ferramenta auxiliar para o desenvolvimento de projetos de arquitetura e de prevenção de incêndio.” Comunicação apresentada no *VII Workshop Brasileiro de Gestão do Processo de Projeto na Construção de Edifícios-VII WBGPPE*, Curitiba.
- von Seehausen, Pedro Luiz. 2022. “Ressurgindo das cinzas como Benu: Resgate e possibilidades de reconstrução da Coleção Egípcia.” Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- von Seehausen, Pedro Luiz, Tamires Machado, Marina Buffa César, Ana Luiza Castro Amaral, Murilo Quintans Ribeiro Bastos, e Claudia Rodrigues-Carvalho. 2024. “Preliminary Report on the Salvage Excavation in the Egyptian Section at the National Museum of Rio de Janeiro.” *Journal of Egyptian Archaeology* 110: 163–176.

CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES EGIPTOLÓGICAS EM PORTUGAL



FORMAÇÕES EGÍPTOLÓGICAS EM PORTUGAL: PERCURSOS, OFERTA E TENDÊNCIAS

GUILHERME BORGES PIRES*, INÊS TORRES**

A Egíptologia não se constitui como área de estudo homogênea ou historicamente linear. Pelo contrário, desde o seu alvor até ao tempo presente, este campo do conhecimento tem-se urdido em meandros muito diversos, evidenciando variações significativas, quer sincrónica quer diacronicamente. A heterogeneidade de perspectivas e práticas egíptológicas que emergiram em diferentes latitudes favorece uma conceptualização plural: em lugar de nos referirmos à *Egíptologia*, talvez seja preferível reportamo-nos a *Egíptologias*, visando uma aproximação às realidades complexas e diversas observáveis em âmbito egíptológico à escala global.¹ Com efeito, sem prejuízo da vocação global do campo, detectam-se diferentes abordagens a nível local/regional/nacional, enraizadas em particularidades locais e que perpassam dimensões históricas, geopolíticas e económicas que, por conseguinte, afectam o acesso e produção epistemológicos e, por extensão, o consumo e produção de conhecimento (Langer 2017, xiii–xxx). Paralelamente, ainda que a academia não detenha o monopólio do conhecimento científico, é seguro afirmar que o processo de estabelecimento e

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3923-5638>. E-mail: guilhermepires@fcsb.unl.pt.

** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8201-3627>. E-mail: inestorres@fcsb.unl.pt.

¹ Para além de adoptada pelos/as editores/as do presente volume, a opção pela pluralização conceptual é também proposta por Christian Langer (Langer 2017, xiii).



desenvolvimento de uma práxis egiptológica num determinado território depende inerentemente das formações e possibilidades de estudo que aí se oferecem, nomeadamente, a nível universitário.

O presente capítulo visa traçar um sucinto panorama das formações egiptológicas em Portugal,² procurando sondar os seus principais agentes e características, alicerçando a análise em três eixos fundamentais, que assim configuram uma estrutura tripartida. Num primeiro momento, preocupar-nos-emos em apresentar um breve percurso diacrónico da transmissão de conhecimento egiptológico em solo português, desde as suas primeiras manifestações até realidades mais recentes. O segundo momento do trabalho consiste num detalhamento sumário da oferta formativa actualmente existente em contexto universitário português subjacente a tópicos egiptológicos. Por fim, procuraremos fornecer alguns dados quantitativos relativos à produção de conhecimento egiptológico em instituições de Ensino Superior em Portugal, nomeadamente, no que diz respeito a dissertações de mestrado e teses de doutoramento,³ averiguando-se as principais tendências e problemáticas sugeridas por aquelas.

Em suma, pretendemos com a presente contribuição⁴ oferecer uma análise necessariamente concisa e preliminar do passado e presente das formações egiptológicas no quadro académico-universitário português, destacando aspectos de uma realidade particular e local que, não obstante, faz parte e contribui para a complexa moldura egiptológica global.

² A este título, importa esclarecer que não será considerada a actividade docente protagonizada por indivíduos portugueses em instituições universitárias estrangeiras, que careceria de um estudo de outra natureza.

³ Adoptando a terminologia em uso no sistema universitário português aquando da redacção do presente capítulo.

⁴ Importa, contudo, reconhecer que não somos os primeiros a trabalhar esta temática, devendo destacar-se, de forma particular, o artigo de Isabel Gomes de Almeida (2020) – que traça um breve panorama dos estudos próximo-orientais em Portugal, mencionando também o/a Egipto(logia) – e sobretudo o de José das Candeias Sales (2023), que mapeia a oferta formativa de teor egiptológico actualmente existente nos *curricula* de três universidades portuguesas (Universidade de Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade Aberta), a que oportunamente regressaremos.

Percursos: breve panorama histórico das formações egiptológicas em Portugal

Em 1861 era inaugurado em Lisboa, no Convento de Nossa Senhora de Jesus (actual Academia das Ciências de Lisboa) o “Curso Superior de Letras” (ver Couvaneiro 2012), na sequência do estabelecimento do curso de Humanidades na Real Academia Portuguesa de Ciências (Almeida 2020, 224), a primeira instituição portuguesa explicitamente vocacionada para uma educação superior nas áreas da História, Filosofia e Literatura. Dois anos após o seu alvor e mediante um concurso público, Jaime Moniz (1837–1917), um político e intelectual português, torna-se professor da disciplina “História Universal Filosófica”, permanecendo no cargo até ao ano de 1895 (Couvaneiro 2012, 32). O ano académico de 1865–1866 marca o primeiro registo oficial de um intuito de leccionação de conteúdos egiptológicos em contexto (proto-)académico no panorama português, quando Jaime Moniz decide incluir, a par de princípios basilares sobre ciência, um estado da arte e noções básicas alusivas ao antigo Egipto, alegando circunscrever-se somente a esse contexto civilizacional devido à impossibilidade de abordar outras realidades histórico-geográficas num único ano lectivo (Moniz 1865, 11; Couvaneiro 2012, 32, n. 60). Embora a motivação para se limitar a uma única cronologia na sua disciplina, assente em razões de ordem de economia do tempo de instrução, seja explícita, as razões que estiveram na génese da escolha daquela realidade cronológica e geográfica da História Antiga em detrimento de outras permanecem obscuras.⁵ Dois anos depois, em 1868, António Enes (1848–1901) apresentaria uma dissertação intitulada “A Philosophia Religiosa do Egipto” à mesma instituição (Neto 2002, 232), naquele que é, ao que tudo indica, o primeiro trabalho académico português primariamente dedicado ao antigo Egipto, um dado profundamente significativo caso se tome em linha de conta o estado embrionário da institucionalização do ensino sobre o antigo Egipto no contexto português.

⁵ Não obstante, é plausível que Moniz tenha leccionado sobre outras civilizações noutros anos académicos (Couvaneiro 2012, 32).

Não obstante, esta primeira tentativa de ensino sobre o antigo Egito em solo português respaldou em crítica e resistência, visíveis, nomeadamente, no quadro das denominadas “Conferências do Casino”, designação por que ficaram conhecidas um conjunto de comunicações públicas levadas a cabo no casino de Lisboa na primavera de 1871. Promovidas pelo escritor Antero de Quental (1842–1891) — membro do grupo do “Cenáculo”, que congregava escritores e intelectuais em torno de um posicionamento crítico face ao atavismo português, apontando o dedo a uma generalizada falta de vontade para acolher e associar-se a debates travados em instâncias internacionais/europeias — as “Conferências” visavam espoletar mudanças na sociedade e políticas portuguesas de então por intermédio da discussão de questões filosófico-científicas (vd. Reis 1990). Numa sessão dedicada à educação, organizada a 19 de Junho, o escritor e pedagogo Francisco Adolfo Coelho (1817–1919) tomou a palavra para expressar o seu desagrado face a um “certo professor” — plausivelmente, Jaime Moniz — que ensinava sobre antigo Egito no “Curso Superior de Letras” sem ter alguma vez visitado o Egito ou sequer aprendido a escrita hieroglífica:

Um professor abriu alli [i.e., no “Curso Superior de Letras”] um anno um curso sobre o Egypto antigo; este facto é simples na apparencia, mas significa muito pelas circumstancias do professor. Este nunca tinha ido ao Egypto, nem tinha estudado o hieroglypho; estava portanto na incapacidade absoluta de exercer a minima critica sobre os materiais que tinha que consultar, critica tanto mais necessaria quanto o estudo das cousas egypcias, que apesar dos seus progressos, encerra ainda muitas obscuridades e contradicções sobre pontos capitaes; o resultado é que o professor repetia simplesmente o que lia, dando de seu apenas a forma, sem confiança nenhuma de ter entre duas opiniões contradictorias escolhido a mais provável. (Coelho 1872, 44)

Para Adolfo Coelho, o estudo do antigo Egipto formava parte dos domínios necessários ao progresso do país. Todavia, caso Portugal almejasse ombrear com as demais nações europeias, era necessário que o seu sistema de ensino se desvinculasse da sua matriz religioso-cristã tradicional, investindo, entre outros aspectos, num professorado secular e bem formado, dominando os temas e realidades sobre os quais leccionariam. Tal necessidade de treino e formação adequados surge agudizada em função do estado de conhecimento sobre o antigo Egipto à época, caracterizado por “muitas obscuridades e contradicções”. O estudo do antigo Egipto é aqui conceptualizado no quadro de um contexto mais lato, entrecruzado com o sistema educativo português na sequência do estabelecimento do regime liberal, em que a urgência do conhecimento e da crítica face ao mesmo surgem como postulados inegociáveis.⁶

O findar do sistema monárquico em Portugal e a subsequente implementação do regime republicano saldaram-se em mudanças significativas no panorama universitário português. Com efeito, entre outros aspectos relevantes para uma visão da história educacional e académica portuguesa, uma das primeiras acções levadas a cabo pelas autoridades da recém-implementada *Primeira República*⁷ consistiu no estabelecimento das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra (Almeida 2020, 224–25), a par da fundação da Universidade do Porto, cuja faculdade análoga viria a constituir-se no final da década. Foi precisamente na instituição universitária nortenha, mais concretamente, no seu Museu de História Natural, que uma colecção de artefactos egípcios se viria a instalar, na sequência de um acidente diplomático ocorrido no contexto da I Guerra Mundial, em 1916.⁸

⁶ Para uma introdução ao liberalismo em Portugal e suas múltiplas implicações e ramificações ver Torgal e Roque 1998.

⁷ Uma síntese deste período pode ser aferida em Rollo e Rosas 2011 (ver contribuição de Maria Cândida Proença no referido volume colectivo, dedicada especificamente às questões da educação, incluindo considerações respeitantes ao desenvolvimento do Ensino Superior no período em causa).

⁸ Sobre o denominado “incidente do Cheruskia” ver, entre outros: Araújo 1993, 62; Araújo 2000; Yücel 2016. A este propósito, deve mencionar-se o projecto conduzido em 2023 por investigadores/as afiliados/as ao Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que investigou e inventariou dois conjuntos de fontes materiais fundamentais que chegariam a Portugal: o “Lote

Devido à posição neutral no conflito bélico inicialmente assumida pelo governo português, um navio de carga alemã denominado SS Cheruskia aportou a Lisboa, no seu regresso de Baçorá (situada no actual Iraque). Na embarcação seguiam diversos caixotes contendo artefactos da Ásia Ocidental, nomeadamente Babilónios e Assírios, decorrentes dos trabalhos arqueológicos liderados pelo arqueólogo alemão Walter Andrae. Sob pressão britânica, Portugal reteve 72 navios alemães em 1916, gesto que foi recebido como uma declaração de guerra pelas autoridades alemãs, envolvidas no conflito contra o Reino Unido. Os artefactos acabariam por ser temporariamente deslocados para um armazém alfandegário na capital portuguesa e, no decorrer da guerra, as potências beligerantes corresponder-se-iam a respeito do assunto.⁹ A documentação epistolar evidencia um desejo, por parte das autoridades britânicas, de que os objectos fossem transferidos primeiramente para Londres, devendo depois ser transportados até à recém-ocupada Mesopotâmia. Em 1921, e dada a persistência do impasse diplomático, Augusto Nobre, então Ministro da Instrução Pública e professor na Universidade do Porto, decreta a transferência do “espólio do Cheruskia” para o Porto. A colecção dá entrada no Museu de Arqueologia Histórica no ano seguinte e, em 1926, dez anos após o dealbar do incidente diplomático e num contexto pós-guerra, as autoridades alemãs e portuguesas chegam a acordo: Portugal acedia a devolver os itens apreendidos à Alemanha, em troca desta enviar uma colecção de artefactos representativos de diversas partes do globo, doados pelo Museu de Berlim, onde se incluía cerca de uma centena de objectos egípcios, que actualmente integram o acervo do Museu de História Natural e Ciência da Universidade do Porto.¹⁰ A mobilização de antiguidades como arma de negociação política revela-se altamente informativa não apenas no que à diplomacia europeia diz res-

VIII” de Bab el-Gasus (cujos objectos entrariam na Sociedade de Geografia de Lisboa — cf. capítulo assinado por Rogério Sousa neste volume) e a carga do navio Cheruskia (UIDB/04311/2020).

⁹ A documentação diplomática encontra-se actualmente no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Proc. 221/16; Mç 777, NAVIOS).

¹⁰ A respeito desta colecção veja-se: Araújo 2011; Cunha e Sousa 2006 (ver igualmente a contribuição de Luís Manuel de Araújo no presente volume).

peito, mas também à avaliação subjectiva que poderes militares e coloniais ocidentais protagonizam a respeito de diferentes contextos histórico-geográficos da Antiguidade, evidenciando leituras e percepções distintas das diversas culturas antigas. Todavia, no concernente à dimensão pedagógica que aqui nos ocupa, e apesar do documentado envolvimento governamental no processo, as evidências de que a integração de artefactos egípcios num aparelho institucional museológico universitário tenham tido qualquer impacto na grade curricular ou nas práticas de investigação e transmissão de conhecimento da respectiva universidade são praticamente inexistentes. A par de uma panóplia de outras explicações possíveis — onde se inclui um crónico parco investimento em matéria egípcia/egiptológica por parte das instituições de Ensino Superior portuguesas — o momento em que a colecção integrou o acervo portuense pode igualmente ter sido desfavorável ao estabelecimento de um ensino egiptológico.

Com efeito, o ano da resolução do incidente diplomático luso-germânico — 1926 — corresponde ao término da Primeira República, interrompida por um golpe de Estado militar de cunho nacionalista com o qual se iniciaria a mais longa ditadura da Europa ocidental, que se estendeu por um período de 48 anos, inicialmente denominada de “Ditadura Nacional” e posteriormente designada por “Estado Novo”, após a implementação da Constituição de 1933, de inspiração totalitária de extrema-direita.¹¹ O projecto ideológico do “Estado Novo” visava a criação de uma “identidade Portuguesa” pluricontinental e colonial, com repercussões em múltiplos aspectos e dinâmicas sociopolíticas e culturais, e que se traduziu, *inter alia*, num investimento e exploração das colónias portuguesas e num desprezo generalizado em torno de tudo o que não fosse tido como “suficientemente português”. Não correspondendo a territórios colonizados pelos portugueses, a Ásia Ocidental e o Nordeste Africano ficaram amplamente ausentes das preocupações geopolíticas internacionais do regime (Martins 2006, 99), apesar desta vasta região ter permanecido uma variável na polí-

¹¹ Para uma visão geral deste período ver Rosas 1994.

tica externa do seu líder — António de Oliveira Salazar (1889–1970) — bem como um *locus* de opinião pública no pós-II Guerra Mundial. Num discurso proferido a 25 de Novembro de 1947, Salazar parece perspectivar o Egipto e a Abissínia (actual Etiópia) como excepções num continente dominado por seis poderes coloniais europeus.¹² Paralelamente, o ditador prestou uma contínua atenção aos desenvolvimentos políticos na costa meridional mediterrânica, advertindo para o perigo do nacionalismo “árabe” no Norte de África como factor desestabilizador do que qualificava como a “África Negra” no Sul, concretamente, aquando da denominada “Crise do Canal do Suez”.¹³ Embora as visões e opinião pessoais de Salazar a respeito do antigo Egipto permaneçam desconhecidas, o facto é que o governo autoritário não investiu em formação e investigação egiptológicas, o que foi devidamente sublinhado por agentes do campo das ciências histórico-arqueológicas em Portugal. Numa carta datada de 1968, Fernando de Almeida (1903–1979), terceiro director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), referir-se-ia à colecção do museu que dirigia¹⁴ do seguinte modo: “Trata-se de um conjunto bastante heterogéneo, das mais diversas proveniências, cuja classificação e estudo aguardam o esforço de um especialista em Egiptologia, domínio que, entre nós, ainda não foi suficientemente cultivado” (apud Araújo 1993, 20). A escassez investigativa com respeito aos artefactos que integram o MNA é apresentada como intrinsecamente interligada à carência de indivíduos capacitados para o fazer em solo português, sugerindo um diagnóstico crítico no respeitante ao desenvolvimento dos estudos egiptológicos no país, onde se inscreve igualmente a (não) aposta no ensino e capacitação de profissionais da área.

A ditadura do *Estado Novo* terminaria a 25 de Abril de 1974, quando a Revolução dos Cravos abriu caminho ao fim da Guerra Colonial (1961–

¹² O discurso pode ser consultado na sua totalidade em Salazar 1951.

¹³ Sobre o posicionamento geopolítico de Portugal neste conflito internacional veja-se Martins 2006.

¹⁴ A respeito da colecção de artefactos egípcios patente no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa — a mais expressiva do país — ver Araújo 1993, bem como o capítulo que o mesmo autor assina no presente volume.

1974), bem como ao desmantelamento do aparelho político-repressivo do regime autoritário, com vista ao estabelecimento e consolidação da democracia,¹⁵ impactando igualmente o sistema universitário português e, consequentemente, os estudos de História Antiga/Egiptologia no país. De facto, três anos após o episódio revolucionário, em 1977, inaugurar-se-ia a primeira cátedra de Antiguidade Oriental na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), fundada dois anos antes, e que disponibilizaria uma unidade curricular relativa às culturas, civilizações e sociedades pré-clássicas (Almeida 2020, 227). Dois anos mais tarde, abria portas o primeiro “Instituto Oriental” português na mesma instituição, a primeira unidade de investigação nacional especificamente dedicada ao campo dos “estudos orientais”, com uma ênfase particular nos estudos árabes e islâmicos, mas integrando também na sua esfera de acção as culturas da Ásia Oriental. Do vasto conjunto de actividades e iniciativas levadas a cabo pela instituição, destaca-se a criação de uma biblioteca especializada, a organização de conferências, a publicação de uma série de monografias, não olvidando a promoção de cursos de línguas afro-asiáticas, incluindo hebraico, árabe, egípcio hieroglífico e acádio. Após um processo de fusão com o Instituto de História Antiga e Judaica (fundado em 1989), o Instituto Oriental viria a integrar-se no CHAM – Centro de Humanidades no ano lectivo de 2013/2014. Em 1986, por seu turno, fundar-se-ia um segundo “Instituto Oriental”, desta feita na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), entretanto extinto, mas que empreendeu iniciativas relevantes para a promoção dos estudos antigos/egiptológicos aí desenvolvidos. Actualmente, os/as investigadores/as na área da História Antiga/Egiptologia daquela instituição universitária encontram-se fundamentalmente afiliados/as ao seu Centro de História (CH-ULisboa). Para além destes dois centros de ensino e investigação, exerce-se presentemente Egiptologia em Portugal em duas outras instituições lisboetas: o Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta — a primeira institui-

¹⁵ Para uma introdução ao 25 de Abril de 1974 e aos múltiplos aspectos que dele decorrem veja-se Reis, Rezola e Santos 2016-2018.

ção universitária de ensino à distância em Portugal, fundada em 1988 — e o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa (UCP), embora nesta última não se proceda a qualquer formação de âmbito egiptológico, pelo que a sua intervenção egiptológica se faz sobretudo por via da integração de investigadores/as da área nos quadros da unidade de investigação (Sales 2023).

António Augusto Tavares (1926–2016) na primeira instituição e José Nunes Carreira na segunda foram absolutamente fundamentais para o estabelecimento dos estudos pré-clássicos/egiptológicos no Portugal pós-revolucionário. Apesar da sua formação académica no quadro dos Estudos Bíblicos e da História das Religiões e de não contarem com um treino específico no âmbito da Egiptologia (M. Lopes 2023, 95), procuraram integrar o/a Egíptologia no escopo mais vasto dos estudos pré-clássicos do país, contribuindo, com a sua produção académica, para a definição de uma tendência de estudos comparativos em História Antiga e, em certa medida, para desafiar a perspectiva do Egíptio antigo como uma “civilização isolada” — um *topos* frequente na historiografia do edifício egiptológico — influenciando diversos/as investigadores/as futuros/as. Da sua produção bibliográfica destaca-se ainda a publicação de guias de estudo (Carreira 1992; Tavares 1995), evidenciando um esforço de criação de material de feição pedagógica, destinado fundamentalmente a um público em estado formativo, concorrendo para colmatar a lacuna — ainda hodiernamente verificável — que se prende com a escassa publicação de bibliografia específica em língua portuguesa. Paralelamente, encetaram colaborações académicas internacionais com profissionais da área — particularmente de centros franceses (Almeida 2020, 227) — o que se traduziu não apenas na organização de conferências e cursos de formação, como também na coorientação das primeiras teses doutorais *de facto* egiptológicas defendidas em instituições universitárias portuguesas, nomeadamente, as de Maria Helena Trindade Lopes (1994) — orientada por António Augusto Tavares em parceria com Pascal Vernus — e Luís Manuel de Araújo (1998), supervisionada por Josep Padró.

Deste modo, o milénio parecia encerrar-se com a promessa de reversão do diagnóstico francamente negativo apresentado por Maria Helena

Trindade Lopes no cair do pano da década de 1980, no referente aos estudos pré-clássicos em Portugal — “Durante muito tempo, as Civilizações Pré-Clássicas foram princípio de carreira, obrigatório, de muita gente [...]. Era o castigo dado a quem começava. E desse castigo, obviamente, só poderiam ficar más recordações” (M. Lopes 1989, 148). A utilização de tempos pretéritos no excerto citado dá conta de uma realidade académico-formativa em mudança. Com efeito, pela primeira vez, Portugal contava com docentes especializados, significando que o antigo Egito poderia agora ser ensinado por profissionais capacitados e vocacionados para tal, em lugar de professores/as e investigadores/as especializados/as noutras épocas históricas que se viam obrigados/as a leccionar disciplinas de História Antiga Pré-Clássica como uma imposição própria da fase inicial das suas carreiras. A crescente aposta em conteúdo egíptológico nas grelhas curriculares das licenciaturas em História em faculdades lisboetas, juntamente com a criação do primeiro e até agora único programa de mestrado especificamente centrado na Egíptologia em solo português, inaugurado na NOVA FCSH em 1998 (Caramelo e Lopes 2003, 153; M. Lopes 2023, 96–97), concorreram fortemente para um paulatino, ainda que sempre tímido, aumento no número de trabalhos académicos defendidos em universidades portuguesas e para o início da formação constitutiva daquilo que timoratamente se poderia qualificar de “Egíptologia(s) portuguesa(s)”. Não obstante, e apesar de todos os avanços expostos, a aposta em formação de cariz egíptológica é não apenas (ainda) relativamente diminuta, como fundamentalmente circunscrita à capital do país, como se detalhará na secção seguinte do presente capítulo.

Oferta: conteúdo(s) egíptológico(s) nas grelhas universitárias portuguesas¹⁶

A inexistência de um curso de 1º ciclo (licenciatura) especificamente voltado para a Egíptologia em Portugal faz com que qualquer sondagem do conteúdo egíptológico nos currículos oferecidos pelas universidades portuguesas tenha de passar por um cotejo dos planos de estudos propostos no âmbito de licenciaturas afins à exploração de tais tópicos, nomeadamente, História e, em menor medida, Arqueologia e História de Arte.

Como tal, a metodologia empregue na aferição de conteúdo egíptológico nas universidades portuguesas para efeitos da investigação e redacção do presente contributo caracterizou-se, num primeiro momento, pela consulta dos planos de estudos das licenciaturas de História, Arqueologia e História de Arte vigentes em Portugal. De acordo com o índice de cursos de 1º ciclo disponibilizado no sítio da Direcção-Geral do Ensino Superior,¹⁷ existem em Portugal sete licenciaturas em História, seis das quais em universidades públicas — Universidade de Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto, Universidade do Minho e Universidade dos Açores — correspondendo a sétima à oferecida pela Universidade Autónoma de Lisboa, uma instituição privada.¹⁸ Deve ainda mencionar-se a licenciatura que integra a oferta formativa da Universidade de Évora, que junta as áreas disciplinares da História e da Arqueologia numa mesma licenciatura. Este último campo de estudos é igualmente alvo de licenciaturas específicas nas universidades públicas acima mencionadas, à excepção da instituição açoriana, sendo ainda possível estudar Arqueolo-

¹⁶ Esclareça-se que a “oferta” de cariz egíptológico aqui considerada se limita às grades curriculares dos 1º (licenciatura), 2º (mestrado) e 3º (doutoramento) ciclos em contexto universitário português. Consequentemente, não nos pronunciaremos a respeito de outros contextos e actividades lectivos, como cursos livres ministrados nos âmbitos da “Formação ao Longo da Vida” e/ou das denominadas “Escolas de Verão”, deixando a ponderação da presença/ausência da transmissão de conhecimento sobre o antigo Egipto nessas instâncias para um momento futuro.

¹⁷ <https://www.dges.gov.pt/guias/indcurso.asp> (acesso em 23/7/2024).

¹⁸ Existe ainda uma outra licenciatura em História, sediada no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, mas que, por se centrar exclusivamente nos períodos moderno e contemporâneo não assume relevância para a análise em causa.

gia na Universidade do Algarve, onde figura numa licenciatura designada como “Património Cultural e Arqueologia”. O estudo da História de Arte, por seu turno, realiza-se em quatro universidades estatais em Lisboa (quer na FLUL, quer na NOVA FCSH), Porto e Coimbra.

A constatação mais imediata que resulta de um exercício exploratório pelos planos de estudos oferecidos nas instituições académicas portuguesas supracitadas é a de que, contrariamente ao que poderá suceder noutros contextos, a leccionação de temas egíptológicos em Portugal ocorre fundamentalmente nos cursos de História e não de Arqueologia ou História de Arte (o que pode, eventualmente, repercutir-se no teor e escopo dos trabalhos académicos de mestrado e doutoramento aí produzidos). Por outro lado, traçando um panorama da oferta formativa dos últimos decénios, verificam-se assimetrias consideráveis no tratamento de tópicos egíptológicos nas licenciaturas de História disponibilizadas pelas universidades portuguesas, passando por unidades curriculares específicas até outras em que o antigo Egipto é abordado marginalmente, no caldo mais vasto da Antiguidade Pré-Clássica ou até mesmo da Antiguidade como um todo. Pelas circunstâncias previamente detalhadas, e que decorrem da própria história académico-universitária portuguesa, é em Lisboa que se observa a oferta formativa mais significativa no que à Egiptologia diz respeito.

Com efeito, era na licenciatura em História oferecida pela NOVA FCSH que se encontrava a única unidade curricular inteiramente dedicada ao Egipto antigo de toda a oferta formativa nacional, intitulada “História do Egipto Antigo”. Circunstância que plausivelmente não será alheia ao facto de ter sido nessa mesma instituição que se defendeu a primeira tese doutoral em Egiptologia em território português, a cadeira oferecia aos/às estudantes que a frequentavam uma visão geral sobre diversos aspectos daquela cronologia e geografia, compreendendo, entre outras, as dimensões política, cultural, religiosa e social.¹⁹ Recentemente, contudo, no contexto da reforma curricular da licenciatura em História da referida instituição

¹⁹ <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9181/course/711051102#subject> (acesso em 23/7/2024).

implementada no ano lectivo de 2025–2026, as unidades curriculares exclusivamente centradas no Egito Antigo e Mesopotâmia foram extintas, dando origem a uma nova designada “Egito e Mesopotâmia na Antiguidade: espaços conectados”,²⁰ dividida em dois blocos subjacentes a cada contexto civilizacional, a disciplina é agora leccionada a duas vozes.²¹ A supra-mencionada reestruturação traduziu-se também num impacto ao nível das disciplinas optativas oferecidas à comunidade estudantil. Com efeito, se antes a lista incluía unidades como “Introdução ao Egípcio Hieroglífico” (permitindo uma primeira tomada de contacto com a língua egípcia), bem como “História Cultural e das Mentalidades da Antiguidade” cujo desenho programático variava em função de quem assumisse a leccionação no respectivo ano lectivo (nos últimos anos da sua vigência, cobriu um temário fundamentalmente mesopotâmico,²² mas já se havia centrado, em anos anteriores, em conteúdo relacionado com o antigo Egito), a nova grelha formativa contempla as opções “História das religiões na Antiguidade”, “História do pensamento na Antiguidade” e “Objectos, textos e imagens: expressões na Antiguidade”. À semelhança do verificável para a unidade curricular obrigatória, também as novas disciplinas complementares privilegiam uma visão abrangente dos contextos antigos em lugar de um tratamento centrado num único âmbito cronológico-territorial.²³

Tal opção programática já há muito havia sido implementada na FLUL, onde, em lugar da definição de uma unidade curricular exclusivamente dedicada ao Egito antigo, se observava a sua integração em duas disciplinas alusivas à Antiguidade Pré-Clássica, a saber, “História da Antiguidade Pré-

²⁰ A nova estrutura curricular da licenciatura em História da NOVA FCSH pode ser consultada em https://www.fcsn.unl.pt/static/documentos/Plano_Estudos/Licenciaturas/Estruturas/Estrutura_HIS_25_26.pdf (acesso em 8/1/2026).

²¹ No momento da redacção, Isabel Gomes de Almeida (responsável pela leccionação dos conteúdos relativos à Mesopotâmia) e Ronaldo Gurgel Pereira (encarregue do módulo centrado no antigo Egito).

²² <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsn/program/9181/course/711051116#subject> (acesso em 23/7/2024).

²³ O autor e autora gostariam de agradecer a Isabel Gomes de Almeida as explicações alusivas ao novo plano de estudos em História da NOVA FCSH.

-Clássica” — de cunho mais sociopolítico²⁴ — e “História das Culturas da Antiguidade Pré-Clássica”, mais voltada para aspectos culturais, incluindo considerações de âmbito mítico-religioso.²⁵ Alvo de recente reconfiguração, as duas unidades curriculares têm agora, no âmbito da licenciatura em História, outras designações, a saber, “História do Próximo Oriente Antigo” e “História das Culturas do Mediterrâneo Antigo”, esta última com duas turmas, uma mais vocacionada para contextos clássicos e outra para pré-clássicos; não obstante, a nomenclatura anterior continua a ser utilizada na licenciatura em Arqueologia daquela faculdade.²⁶ Da grelha do curso deve ainda destacar-se a optativa “História Militar da Antiguidade”,²⁷ que inclui no seu programa diversos contextos civilizacionais antigos, incluindo o egípcio.²⁸

Na Universidade Aberta a abordagem do antigo Egipto faz-se igualmente na sua oferta obrigatória e opcional; a primeira diz respeito à unidade curricular de “História das Civilizações Pré-Clássicas”, onde se visa a aquisição de conhecimentos relativos ao antigo Egipto, Mesopotâmica e Siro-Palestina;²⁹ a segunda refere-se à disciplina optativa do *minor* “Artes e Património” (Sales 2023, 238), designada “Arte Egípcia”, cujo programa inclui uma panorâmica sobre as diversas expressões artísticas daquela civilização — desde a pintura e escultura, até à joalharia e mobiliário, passando

²⁴ https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia_da_antiguidade_pre-classica_tp2-s1-mfr.pdf (acesso em 23/7/2024).

²⁵ https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia_das_culturas_da_antiguidade_pre-classica-tp2-s2-mfr.pdf (acesso em 23/7/2024).

²⁶ O autor e autora gostariam de agradecer a Maria de Fátima Rosa os esclarecimentos prestados relativamente à oferta formativa da FLUL aquando da redacção do presente capítulo.

²⁷ <https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia-militar-da-antiguidade-tp1-s2-jv.pdf> (acesso em 23/7/2024).

²⁸ Constavam ainda da oferta da FLUL duas outras unidades curriculares optativas alusivas ao antigo Egipto, a saber, “Introdução à Egíptologia” e “Introdução à Escrita Hieroglífica”, ambas cursadas por Inês Torres, co-autora do presente artigo. Sales (2023, 245) refere que a segunda foi descontinuada por decisão dos órgãos internos daquela instituição e Maria de Fátima Rosa esclarece que a primeira continua a ser oferecida (comunicação privada).

²⁹ <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/historia-das-civilizacoes-pre-classicas/> (acesso em 23/7/2024).

outrossim pela arquitectura.³⁰ No outro *minor* da licenciatura — “Cultura e Religião” — verificam-se outras duas unidades curriculares que abordam contextos antigos egípcios num quadro mais lato, a saber, “Cultura e Mitologias na Antiguidade”³¹ e “Religiões Helenísticas”.³²

As grelhas das três licenciaturas acima apresentadas evidenciam um investimento deliberado e concertado na transmissão de conhecimento egíptológico, correspondendo igualmente às três instituições portuguesas cujos corpos docentes incluem professores/as especializados/as nesta área de estudos. Todavia, o antigo Egipto surge igualmente elencado nos conteúdos programáticos de outras licenciaturas em História oferecidas pelas demais universidades, ainda que em cadeiras tuteladas por docentes especializados/as noutros domínios do saber. Mantendo-nos em Lisboa, a unidade curricular “Civilizações Antigas” da Universidade Autónoma inclui no texto de apresentação da disciplina uma menção ao antigo Egipto como um dos quatro blocos da unidade curricular, a par do Crescente Fértil, da Mesopotâmia e do Levante.³³ Pode ainda inferir-se a cobertura de temas relacionados ao antigo Egipto nas unidades curriculares obrigatórias de “Civilizações Antigas” da Universidade do Porto³⁴ e Universidade do Minho,³⁵ bem como nas opcionais de “Origem das Sociedades Complexas”³⁶ e “História das Religiões”³⁷ da Universidade de Coimbra. Deve ainda sublinhar-se a unidade curricular “Sociedades e Culturas Pré-Clássicas”, que integra o plano de estudos da licenciatura conjunto em História e Arqueologia da Universidade de Évora.³⁸

³⁰ <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/arte-egipcia/> (acesso em 23/7/2024).

³¹ <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/cultura-e-mitologias-na-antiguidade/> (acesso em 23/7/2024).

³² <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/religioes-helenisticas/> (acesso em 23/7/2024).

³³ <https://autonoma.pt/cursos/historia/> (acesso em 23/7/2024).

³⁴ https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=518345 (acesso em 23/7/2024).

³⁵ <https://www.ics.uminho.pt/pt/Ensino/Licenciaturas/Historia> (acesso em 23/7/2024).

³⁶ https://apps.uc.pt/courses/PT/programme/5381/2024-2025?id_branch=23103#branch-23103 (acesso em 23/7/2024).

³⁷ <https://apps.uc.pt/courses/PT/unit/80441/23103/2024-2025?type=ram&id=5381> (acesso em 23/7/2024).

³⁸ <https://www.uevora.pt/estudar/cursos/licenciaturas?cod=8251&v=plano-estudos&uc=HIS14616L> (acesso em 23/7/2024).

Caso desloquemos o nosso olhar para as licenciaturas em Arqueologia, verificaremos, como anteriormente mencionado, que a oferta é menos expressiva, facto compreensível, desde logo, pelo menor número de cursos do 1º ciclo desta disciplina disponível no panorama universitário nacional. Ainda assim, para além da supracitada unidade curricular da licenciatura conjunta da Universidade de Évora, deve destacar-se igualmente a disciplina “Civilizações do Próximo Oriente Antigo”, oferecida na licenciatura de Arqueologia da Universidade do Porto,³⁹ bem como a de “História da Antiguidade Pré-Clássica” da grelha da FLUL, obrigatória no percurso da licenciatura em Arqueologia daquela instituição. A sobreposição da oferta formativa entre as licenciaturas de História e Arqueologia observa-se igualmente nas Universidades de Coimbra e Minho, nomeadamente, na disponibilização das unidades curriculares “Origem das Sociedades Complexas” e “Civilizações Antigas”, respectivamente. Já a grelha das disciplinas obrigatórias da licenciatura de Arqueologia da NOVA FCSH contempla apenas o Médio Oriente Antigo,⁴⁰ ainda que se deva mencionar que o programa passou recentemente a oferecer uma unidade opcional intitulada “Arqueologia Egípcia”.⁴¹

Ainda no âmbito das licenciaturas, também os cursos de História de Arte não são totalmente omissos no referente ao estudo do antigo Egipto. Apesar do seu nome, a unidade curricular de “História da Arte da Antiguidade Clássica” da NOVA FCSH, apresenta no ponto 1.3 do seu programa uma menção ao Egipto no quadro das “artes das primeiras civilizações”.⁴² Simultaneamente, o programa da unidade curricular “História da Arte e Civilizações do Mundo Antigo” da Universidade do Porto define como um

³⁹ https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=517986 (acesso em 23/7/2024).

⁴⁰ <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9006/course/711051168> (acesso em 23/7/2024).

⁴¹ A estrutura curricular da licenciatura em Arqueologia da NOVA FCSH (ano lectivo 2025–2026) pode ser consultada em https://www.fcsh.unl.pt/static/documentos/Plano_Estudos/Licenciaturas/Estruturas/Estrutura_Arq_25_26.pdf (acesso em 8/1/2026).

⁴² <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9182/course/01102086#subject> (acesso em 23/7/2024).

dos seus objectivos “Conhecer aspectos essenciais da arte egípcia”,⁴³ e a mesma assume uma maior centralidade no temário da disciplina “Arte Pré-Clássica” da licenciatura em História de Arte da FLUL,⁴⁴ onde, em espelho com o observado nas cadeiras da licenciatura em História da mesma instituição, a arte egípcia é tratada com maior profundidade, em conjunto com o “objecto artístico” mesopotâmico.

Dada a maior especialização do corpo docente das universidades lisboetas, não é surpreendente que seja aí que se ofereçam formações mais avançadas no domínio egiptológico, nomeadamente, no concernente a programas de 2º (mestrado) e 3º (doutoramento) ciclos. Paralelamente, e conforme supradito, é fundamentalmente através dos cursos de História que é possível avançar nos estudos egiptológicos em Portugal.⁴⁵

No tocante aos cursos de 2º ciclo, merece um especial destaque a área de especialização em Egiptologia do Mestrado em História da NOVA FCSH, o único programa especificamente vocacionado para a prossecução de uma formação egiptológica em solo nacional, criado em 1998. Infelizmente, a falta de investimento e atractividade da área em Portugal — decorrentes, desde logo, da falta de oportunidades profissionais e precariedade do

⁴³ https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=518406 (acesso em 23/7/2024).

⁴⁴ <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/licenciaturas/unidades-curriculares#arte-pré-clássica> (acesso em 23/7/2024).

⁴⁵ Tal não é necessariamente observável noutras geografias, particularmente as concernentes às frequentemente tidas como “centrais” da prática egiptológica. Com efeito, embora o exercício comparativo das tendências formativas no campo da Egiptologia em diferentes territórios fique fora do escopo do presente capítulo — não obstante a pertinência de tal tópico, certamente merecedor de um estudo à parte — importa tomar em linha de conta que a frequência de um curso de História nem sempre constitui a porta de entrada para a Egiptologia. Pelo contrário, existem locais em que tal acesso se tende a fazer por meio da Arqueologia, da História da Arte ou até mesmo da Antropologia, não sendo igualmente incomum a observação de programas formativos “estritamente egiptológicos” ou até outros que incidem sobre mais do que uma das áreas supramencionadas simultaneamente, leccionando-se aí conteúdo egiptológico. Para uma visão de conjunto relativa à história da(s) Egiptologia(s) em diversos países e regiões, incluindo elementos de historicização da leccionação da mesma nesses territórios, pode ver-se, nomeadamente: Carruthers 2015; Thompson 2015-2018; Langer 2017; Navrátilová et al. 2019; Bednarski, Dodson e Ikram 2021; Navrátilová et al. 2023.

sector — teve como consequência que, nos anos mais recentes, a mesma não tenha reunido o número de alunos/as suficiente para justificar a sua abertura. Desta forma, elenca-se aqui o conjunto de unidades curriculares cursadas por um dos autores do presente capítulo — Guilherme Borges Pires, mestre pela NOVA FCSH em 2015. À época, a oferta formativa era composta pelas disciplinas de “Metodologias de Investigação em História Antiga”, “Reis e Deuses”⁴⁶ (história política e religiosa), “A língua e as artes” (estudo da língua egípcia em articulação com a sua ocorrência em fontes materiais), “Problemáticas da Literatura Egípcia”, “Problemáticas da Arte Egípcia” e ainda “Origem e Formação das Religiões na Ásia Antiga”, permitindo assim uma contextualização do antigo Egipto num quadro geográfico-cultural mais vasto e evitando o ensimesmamento amiúde associado à área egiptológica. Cobrindo as dimensões política, religiosa, literária, linguística e artística, a área de especialização em Egiptologia do mestrado em História da NOVA FCSH permitia aos/às mestrandos/as uma tomada de contacto com diversos aspectos da civilização egípcia, com vista à realização de uma dissertação sobre um tema à escolha, sob orientação de um/a egiptólogo/a. A reforma curricular levada a cabo naquela instituição universitária anteriormente referida teve como consequência, ademais dos aspectos previamente mencionados, a extinção da área de especialização em Egiptologia que, fundindo-se com a de Civilizações do Médio Oriente e da Ásia Antiga, deu origem a uma área de especialização em História Antiga, a partir do ano lectivo de 2025-2026. Acompanhando a tendência de oferta de unidades curriculares e programáticas menos centradas num único âmbito civilizacional observável ao nível da licenciatura, a recém-criada área de especialização contempla as disciplinas “Conexões euro-afro-asiáticas”, “Economia e Sociedade na Antiguidade”, “Receção da Antiguidade e usos do Passado”, “Religião e Pensamento na Antiguidade” e “Representações

⁴⁶ Malgrado a não abertura da área de especialização em Egiptologia, esta unidade curricular foi ministrada no ano lectivo 2023-2024, no âmbito dos mestrados em História e Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, ficando a leccionação a cargo de Inês Torres.

e discursos na Antiguidade”.⁴⁷ O carácter abrangente das suas designações permite uma ampla diversificação dos conteúdos e temas a abordar, dependendo do/a docente a cargo das mesmas.

Apesar de ter sido a única no panorama nacional com um programa egiptologicamente centrado no país, é erróneo asseverar que o estudo egiptológico no âmbito do mestrado em Portugal tem ocorrido exclusivamente na NOVA FCSH, posto que também a FLUL oferece condições para o prosseguimento de formação e investigação egiptológicas, nomeadamente, através do “Seminário de Egiptologia” do mestrado em História.⁴⁸ Da oferta daquela instituição, devem ainda destacar-se as optativas “Estudos de Arte Egípcia”, que figura no leque formativo do mestrado em História de Arte,⁴⁹ “História Comparada das Religiões Pré-Clássicas” oferecida no mestrado de História e Cultura das Religiões⁵⁰ e “Armas e Sociedades: Mundo Pré-Clássico”, disponibilizada no mestrado de História Militar, coorganizado pelas universidades de Lisboa, Coimbra e Madeira em parceria com o Instituto Universitário Militar, a Academia Militar, a Academia da Força Aérea e a Escola Naval.⁵¹ Destarte, a oferta formativa da FLUL permite uma aproximação ao antigo Egipto por uma maior diversidade de abordagens e perspectivas.

De forma similar, é também na NOVA FCSH e na FLUL que se vislumbra uma maior viabilidade de realizar uma tese doutoral de temática egiptológica em Portugal, novamente no quadro dos cursos de 3º ciclo de História oferecidos por aquelas instituições. Da oferta formativa da primeira consta o “Seminário de Especialidade em História Antiga” cujo programa é decidido em função dos interesses específicos dos/as estudantes, podendo

⁴⁷ Veja-se o disposto em <https://guia.unl.pt/pt/2025/fcsh/program/23282#structure> (acesso 9/01/2026).

⁴⁸ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história> (acesso em 23/7/2024).

⁴⁹ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-da-arte-e-património> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁰ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-e-cultura-das-religiões> (acesso em 23/7/2024).

⁵¹ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-militar-flul-fluc-umd-ium-acad-militar-acad-da-força-aérea-escola-naval> (acesso em 23/7/2024).

focar-se em diversos contextos do euro-afro-asiático.⁵² Do leque formativo da segunda inclui-se o “Seminário de Egiptologia”,⁵³ que permite aos/as doutorandos/as daquela instituição um acompanhamento na definição das suas teses. No âmbito doutoral deve ainda fazer-se uma referência ao “Seminário Temático — Ideologia Real no antigo Egipto”, oferecido no quadro do doutoramento em História da Universidade Aberta.⁵⁴

Do acima exposto se depreende um forte pendor centralista da formação egiptológica em território português, que se limita quase exclusivamente à capital, sem prejuízo do antigo Egipto emergir igualmente nos conteúdos programáticos de cursos oferecidos noutros pontos do país, sobretudo a nível do 1º ciclo de estudos. Consequentemente, a realização de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento de cariz egiptológico tem lugar fundamentalmente em Lisboa. Porém, nem mesmo nas instituições que contam com uma oferta e um corpo docente especializados na área, a produção de tais trabalhos académicos se tem feito de forma regular e crescente, como se constatará no terceiro e derradeiro momento deste capítulo.

Tendências: principais eixos dos trabalhos académicos egiptológicos portugueses

A informação abaixo apresentada resulta de uma pesquisa nos repositórios em acesso aberto das três instituições universitárias lisboetas acima identificadas como palco principal da transmissão e produção de conhecimento egiptológico em Portugal, ou seja, a Universidade de Lisboa,⁵⁵ a Universida-

⁵² <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/8347/course/73205102#subject> (acesso em 23/7/2024). No ano lectivo de 2015–2016 ofereceu-se igualmente um seminário de Hierático, aberto a mestrandos/as e doutorandos/as, facilitando uma introdução a um outro sistema de escrita egípcio para além do hieroglífico, algo que, tanto quanto é do conhecimento da autora e autor deste capítulo, não se voltou a repetir.

⁵³ <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/doutoramentos#história> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁴ <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/seminario-tematico-ideologia-real-no-antigo-egipto/> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁵ <https://repositorio.ul.pt> (acesso em 23/7/2024).

de NOVA de Lisboa⁵⁶ e a Universidade Aberta.⁵⁷ Desta forma, introduziram-se os termos “Egi(p)to antigo” e “Egiptologia” (em português e em inglês) nos motores de busca dos referidos repositórios, definindo-se os parâmetros da busca por forma a que a mesma apresentasse resultados referentes a dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Prevendo-se, contudo, a eventual existência de trabalhos apresentados a outras instituições que não as supra-mencionadas e por forma a obter uma visão geral tão completa quanto possível, repetiu-se igual processo no sítio dos *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal* (RCAPP),⁵⁸ obtendo-se assim dados de outras unidades académicas. Evidentemente, tal metodologia permite somente a aferição de dados disponíveis nos instrumentos digitais mencionados, excluindo trabalhos que, por um ou outro motivo, não tenham aí sido registados, lacuna que se procurou colmatar mediante a consulta dos catálogos das bibliotecas das três universidades supracitadas, posto que esses acervos incluem igualmente versões físicas de trabalhos de mestrado e doutoramento defendidos nas respectivas instituições. Salvaguarda-se, contudo, a possível ocorrência de produções mais recentes que ainda não tenham sido registadas quer nos repositórios de acesso aberto, quer nos respectivos catálogos biblio-universitários. Desta forma, não sendo uma moldura definitiva e totalizante da produção académica egíptológica e afim em contexto português, trata-se da avaliação quantitativa mais exaustiva possível dessa realidade académico-epistemológica à data da redacção deste capítulo, em Julho de 2024.

No referente às dissertações de mestrado, a pesquisa contabilizou um total de 40 resultados, correspondendo a trabalhos apresentados entre 1993 e 2022, sendo a instância mais antiga de uma dissertação de mestrado de temática egíptológica em Portugal da autoria de José das Candeias Sales⁵⁹ — apresentada à NOVA FCSH — e a mais recente visível no registo

⁵⁶ <https://run.unl.pt> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁷ <https://repositorioaberto.uab.pt> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁸ <https://www.rcaap.pt> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁹ Tratando-se de um estudo comparativo das ideologias reais egípcia e acácia — inscrevendo-se assim na tradição de aproximações comparativas à Antiguidade Pré-Clássica a que anteriormente fizemos menção — a dissertação viria a ser publicada na Editorial Estampa (Sales 1997).

digital assinada por Mariana Machado (2022) e defendida na FLUL. Estas duas faculdades apresentam um número equivalente de dissertações de mestrado defendidas (fig. 1).

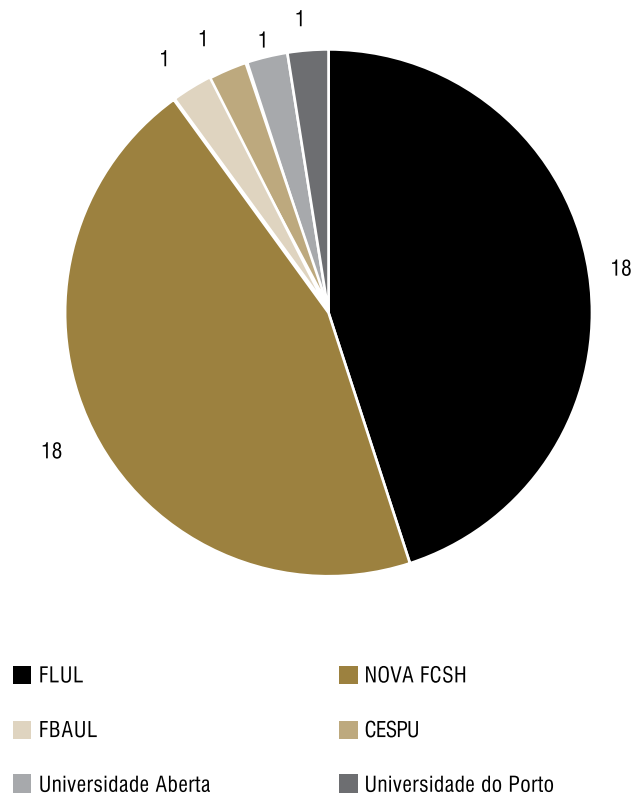


Fig. 1 Distribuição de dissertações de mestrado por instituição (gráfico elaborado pelos autores).

Sendo a NOVA FCSH e a FLUL as instituições onde historicamente eclodiu e se consolidou a prática egíptológica em solo português, é lógico que seja também aí que se apresente o maior volume de dissertações de mestrado do campo de estudos. Todavia, importa notar a ocorrência de trabalhos académicos que, ainda que centrados em temáticas articuladas com o Egipto antigo, não foram apresentados em cursos de História e/ou Arqueologia, tendo sido defendidas noutras instituições. É o caso de uma dissertação, desenvolvida na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, subjacente a uma reinterpretação artística do julgamento osíriaco (B. Lopes 2021), de um trabalho de mestrado do campo da Matemática relativa aos números racionais no antigo Egipto, defendida na Faculdade

de Ciências da Universidade do Porto (Huanaco 2015) ou ainda de um estudo forense apresentado na Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário (Costa 2013). Tais exemplos constituem prova da vitalidade do antigo Egipto como *topus* mobilizado em trabalhos académicos “extra-egiptológicos”, ao mesmo tempo que o facto de não terem contado com egiptólogos/as como coorientadores/as atesta uma eventual dificuldade dialógica entre agentes de diversas áreas do saber académico ou até entraves institucionais.

Apesar do primeiro trabalho de mestrado ter sido defendido em 1993 e de 1998 corresponder à data de criação de um programa desse ciclo especificamente voltado para a Egiptologia, o facto é que, de lá para cá, vários têm sido os anos sem registo de uma dissertação de mestrado egiptológica apresentada a uma instituição portuguesa, tendência que se tem, contudo invertido, em anos mais recentes (fig. 2).

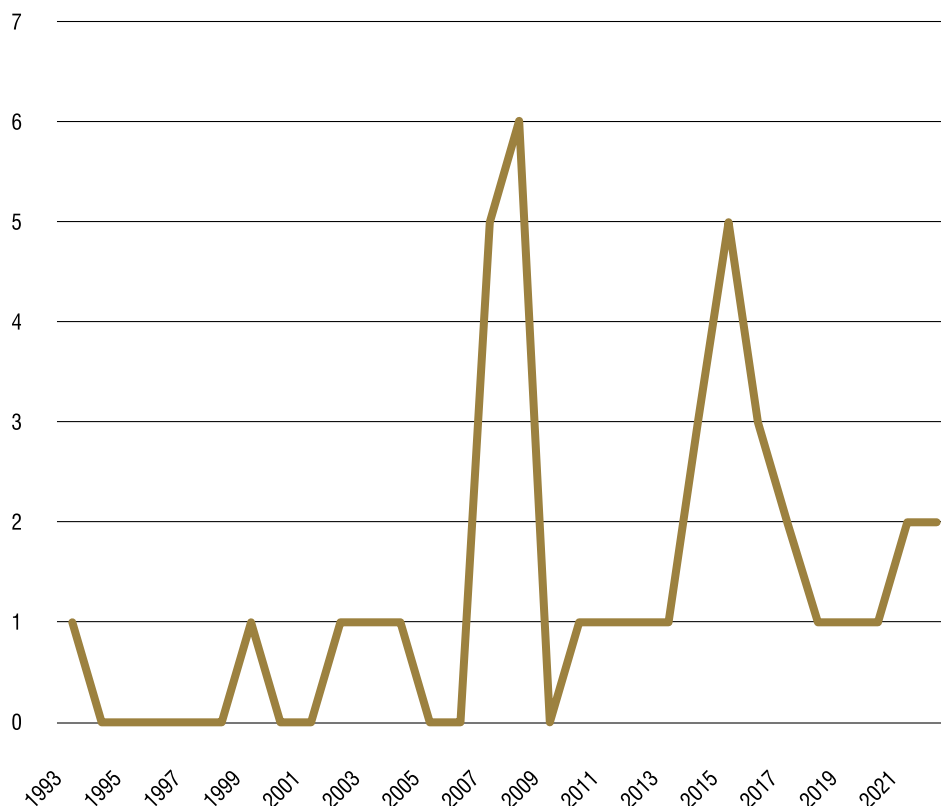


Fig. 2 Frequência de dissertações de mestrado por ano (gráfico elaborado pelos autores).

Malgrado o (ainda) reduzido número de dissertações, devem assinalar-se dois “picos” de produção, um na segunda metade da década de 2000 e outro em meados do decénio seguinte. Além disso, a despeito de uma baixa significativa no último lustro, importa assinalar que se têm, ainda assim, registado trabalhos deste cariz. Simultaneamente, a escassez numérica dificulta a aferição de verdadeiras tendências, haja vista a variedade de temáticas e problemáticas que perpassam os trabalhos de 2º ciclo apresentados em Portugal (fig. 3).

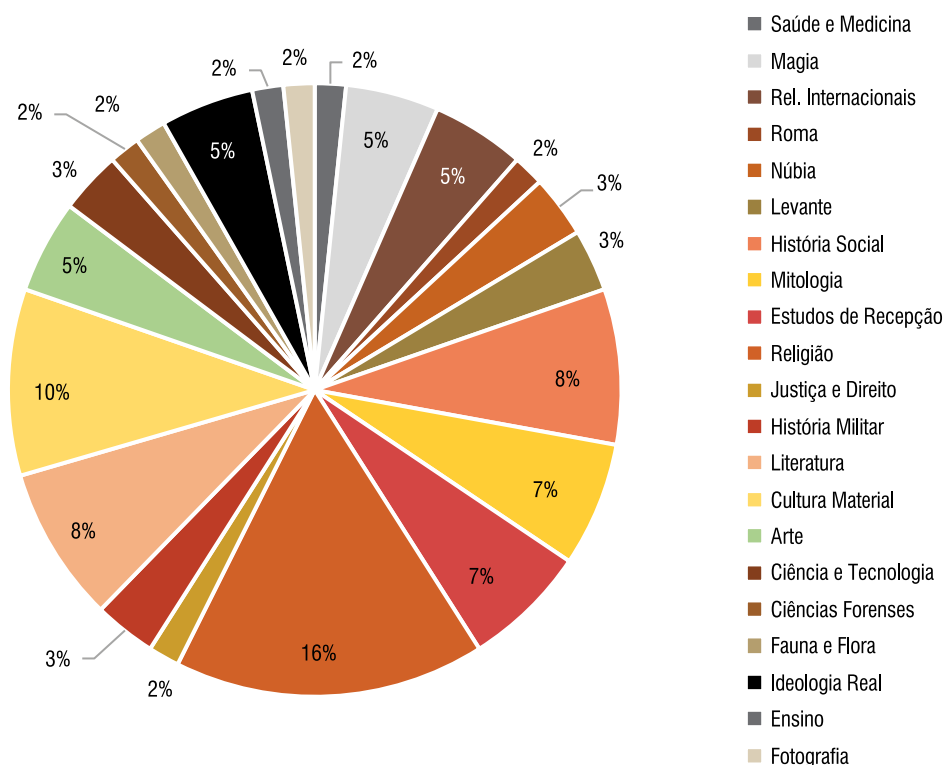


Fig. 3 Divisão temática e respectiva frequência percentual das dissertações de mestrado (gráfico elaborado pelos autores).

Reiterando que o diminuto número de dissertações desaconselha extrapolações ou leituras excessivamente latas, é curioso observar ser a religião — precisamente o tema sobre o qual incidiu o primeiro trabalho académico egiptológico *avant la lettre* de que se tem conhecimento em Portugal, como previamente referido — o domínio temático-analítico que mais predominantemente se constata neste *corpus*, ainda que a profusão temática a que anteriormente fizemos menção impeça de a considerar como verdadeiramente

maioritária. Por outro lado, a menor expressão de trabalhos centrados em aspectos de cultura material em favor do predomínio de temas que incidem sobre aspectos políticos, religiosos, literários, militares ou até sociais pode ser explicada, ainda que apenas parcialmente, pelo facto da aproximação aos estudos egiptológicos se fazer fundamentalmente por via da História em lugar da Arqueologia ou História de Arte, como anteriormente observado.⁶⁰

Simultaneamente, o reduzido grau de especialização das Egiptologias portuguesas pode igualmente ser intuído a partir da constatação do elevado número de dissertações de mestrado que lidam com um determinado tema-problema na longa duração, não se detendo num recorte cronológico específico⁶¹ (fig. 4).

Apesar da circunstância acima detalhada, interessa notar que, considerando os trabalhos centrados num período concreto da história egípcia antiga, o registo apresenta um domínio das dissertações alusivas a realidades do Império Novo, seguido do Império Médio que, ainda assim, é alvo de menos de metade dos trabalhos do anterior. As explicações para esta realidade serão necessariamente complexas e plurais. Não obstante, a popularidade das cronologias mencionadas — e consequente maior tratamento das mesmas em contexto académico-pedagógico — certamente contribuirá para que seja este o cenário verificado.

⁶⁰ A este título, deve ainda referir-se que o reduzido número de missões arqueológicas portuguesas no Egipto não só não promove uma tradição epistemológico-investigativa centrada na cultura material, como também dificulta o acesso a fontes materiais inéditas, fazendo assim com que a investigação egiptológica realizada em solo português seja menos conduzida pelo estrito tratamento de dados — como sucede noutras geografias com um investimento mais avultado em trabalho arqueológico — e mais afecta a dimensões interpretativas a partir de dados previamente publicados. Todavia, importa referir que o mencionado parco investimento em trabalho de campo em arqueossítios egípcios não significa uma total ausência de projectos, equipas e/ou indivíduos portugueses/as nesse âmbito. Refira-se, concretamente, o projecto levado a cabo em Mênfis, no designado “Palácio de Apriés”, entre 2000 e 2010 (ver capítulo de Maria Helena Trindade Lopes neste volume), bem como o mais recente *Projecto de Documentação da Mastaba de Akhmerutnisut* (MAD-P na sigla inglesa), uma cooperação luso-brasileira.

⁶¹ Os casos “não aplicáveis” (N/A) na figura 4 abaixo referem-se a trabalhos que, pela sua natureza e objectivos intrínsecos, não se reportam a recortes cronológicos concretos da história antigo-egípcia, como sejam os realizados no quadro dos Estudos da Recepção ou os que consistem num estudo de colecções específicas.

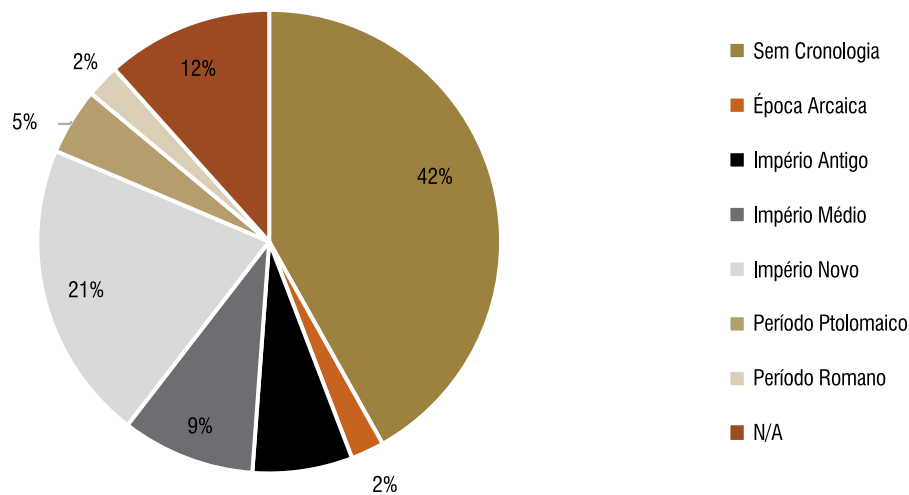


Fig. 4 Frequência de cronologias do antigo Egito no escopo das dissertações de mestrado consideradas (gráfico elaborado pelos autores).

Fruto de um nascimento e consolidação tardios das Egiptologias portuguesas, das exigências acrescidas de um ciclo formativo mais avançado e da pouca capacidade de atractividade e retenção da área de estudos em contexto nacional — a que não é alheio o crónico subfinanciamento da investigação científica em Portugal, particularmente no campo das Humanidades (fenómeno não exclusivo do caso português) — o número de teses de doutoramento de temática egiptológica realizadas em instituições universitárias nacionais em pouco ultrapassa uma dezena (13). Como anteriormente se disse, a primeira foi defendida por Maria Helena Trindade Lopes na NOVA FCSH, em 1994; já o trabalho doutoral mais recente de que os repositórios dão conta, por seu turno, foi apresentado por André Silva à FLUL em 2019. A par das teses desenvolvidas nessas duas instituições, com maior incidência na segunda, verificam-se ainda uma tese realizada na Universidade Aberta e outra na Universidade do Porto (fig. 5).

Em decorrência do número residual de trabalhos doutorais, qualquer tentativa de delineamento de uma evolução cronológica afigura-se pouco informativa, com vários anos sem qualquer registo de uma tese de doutoramento egiptológica submetida a universidades portuguesas e um número máximo de duas por ano (fig. 6).

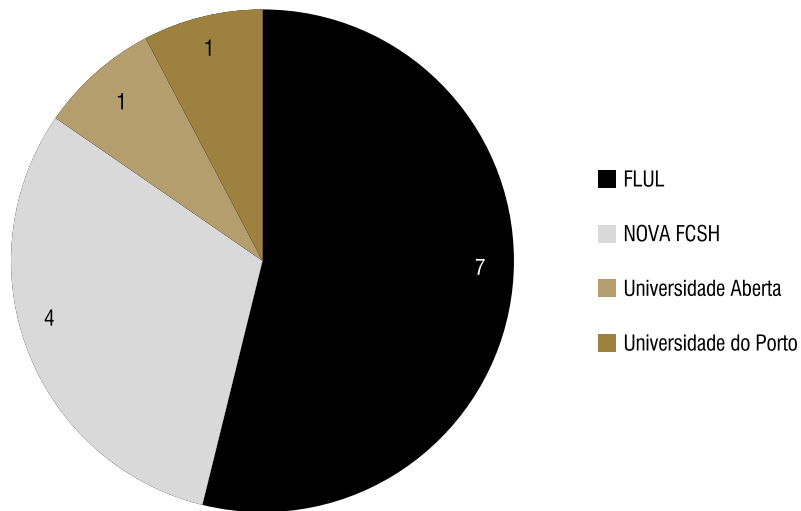


Fig. 5 Distribuição de teses de doutoramento por instituição (gráfico elaborado pelos autores).

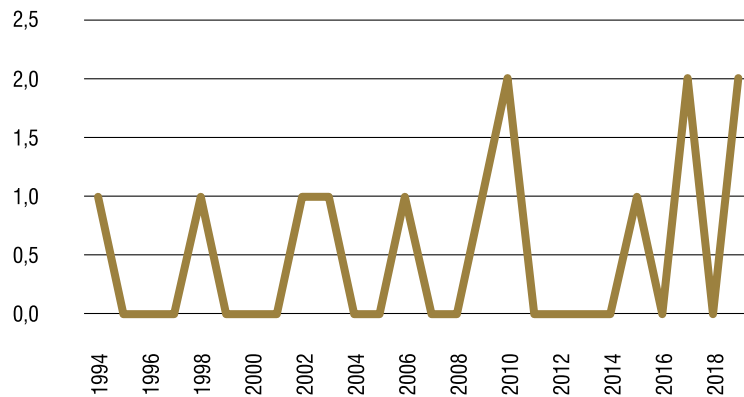


Fig. 6 Frequência de teses de doutoramento por ano (gráfico elaborado pelos autores).

A repartição temática, a despeito das poucas ocorrências, segue o mesmo padrão anteriormente observado para as dissertações de mestrado, com o domínio religioso a figurar como o foco do maior número de teses defendidas em Portugal (fig. 7).

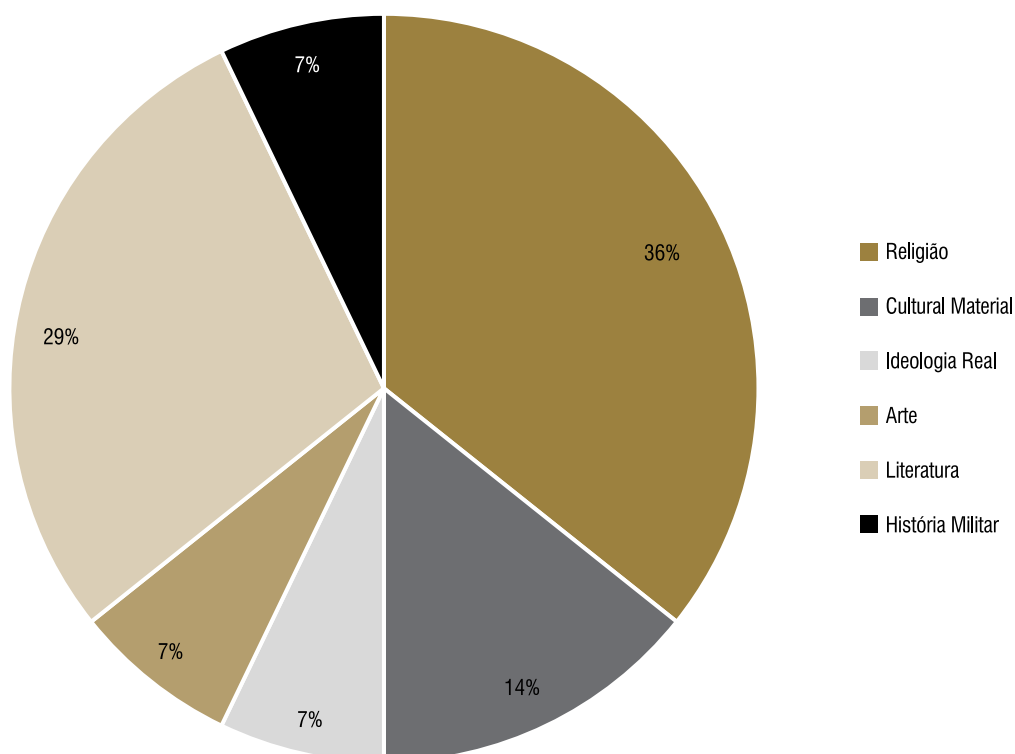


Fig. 7 Divisão temática e respectiva frequência percentual das teses de doutoramento (gráfico elaborado pelos autores).

Naturalmente, o menor número de teses doutorais tem como consequência a verificação de um número mais reduzido de temas/áreas estudados/as a nível doutoral nas instituições portuguesas, quando comparado com o cenário verificado no âmbito dos trabalhos de mestrado. Todavia, importa reiterar o peso expressivo da religião e da literatura como eixos analítico-investigativos dominantes, sugerindo (parcialmente) uma formação dos/as autores/as desses contributos mais “histórica” que “arqueológica”.

Também no que diz respeito à cronologia investigada se observa uma distribuição percentual semelhante à identificada para os mestrados (fig. 8).

À semelhança do comprovado na análise quantitativa das dissertações de mestrado, também nas teses de doutoramento se detecta um predomínio de trabalhos focados no Império Novo, a par de abordagens na longa duração, sem recorte cronológico específico, o que pode sugerir um reduzido grau de especialização das Egiptologias portuguesas. Interessa ainda destacar a presença de investigações subordinadas ao Terceiro Período In-

termédio, algo não verificável, até ao momento, no registo digital e arquivístico das dissertações de mestrado.

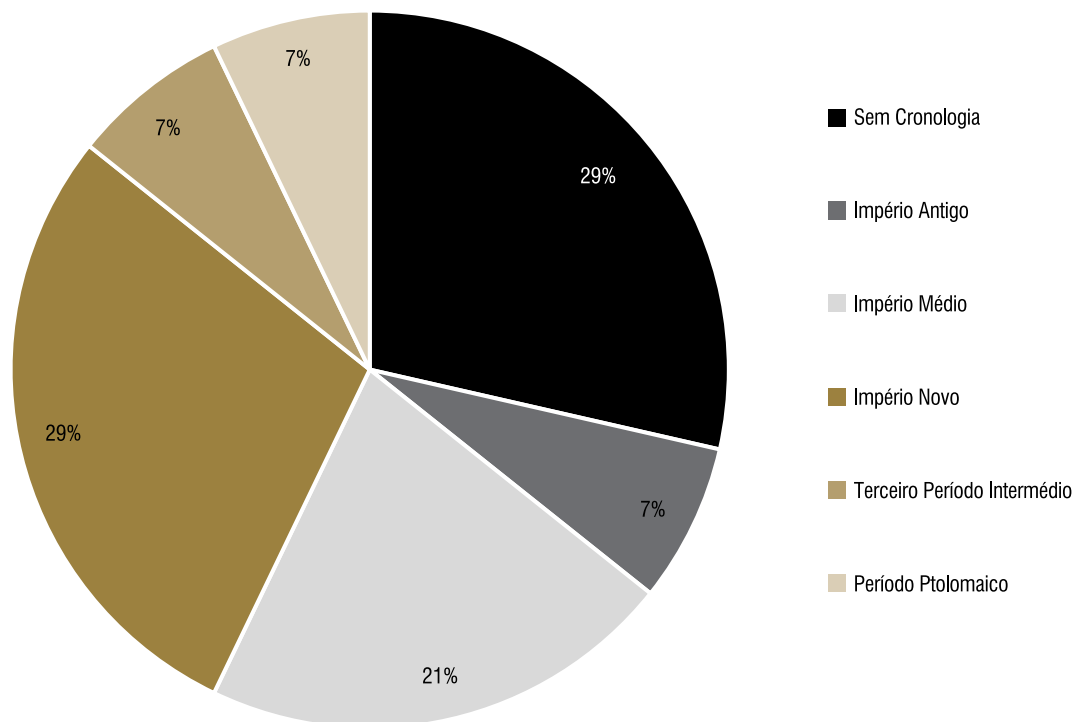


Fig. 8 Frequência de cronologias do antigo Egipto no escopo das teses de doutoramento consideradas (gráfico elaborado pelos autores).

Comentários finais

No término desta breve reflexão subjacente às formações egiptológicas em Portugal importa, à cabeça, ter presente que nos referimos a um campo de estudos que ainda se encontra na sua infância no panorama nacional. Apesar do empreendimento de esforços desde o século XIX, os primeiros trabalhos *de facto* académicos na área surgiram somente na última década da centúria seguinte, no final da qual se estabeleceriam igualmente programas e seminários de especialidade. Consequentemente, a oferta e o corpo docente que a lecciona são reduzidos, o que é simultaneamente causa e efeito de um subfinanciamento crónico da investigação científica em Portugal (particularmente visível no domínio das Ciências Sociais e Humanas) que reforça a precariedade do sector e simultaneamente obsta a uma

maior atractividade da área junto de eventuais estudantes e investigadores/as em início de carreira. O número diminuto de mestrados e doutoramentos concluídos em instituições universitárias portuguesas — que tampouco evidencia um crescimento lento, mas constante, observando-se antes uma instabilidade numérica na defesa de novos trabalhos — disso dá conta.

Por outro lado, a tardança em formar profissionais da/na área significou igualmente que as formações egitológicas ficaram longamente sob a alçada de intelectuais actantes fundamentalmente noutros campos da História Antiga, com particular destaque para os Estudos Bíblicos. Não negligenciando o seu prestimoso contributo, esta particularidade da realidade portuguesa condicionou não apenas os temas trabalhados, como também incentivou a que os primeiros trabalhos doutorais de cariz “estritamente egitológico” fossem realizados sob (co-)supervisão de professores de centros de produção de conhecimento internacionais. Simultaneamente, o número limitado de profissionais da área conduz à inviabilidade de uma licenciatura em Egptologia (ou sequer concernente ao Nordeste Africano e Ásia Ocidental antigos), fazendo com que a especialização dos agentes da área no país seja empurrada para os ciclos de formação posteriores, nomeadamente, a nível do mestrado e do doutoramento e, mesmo assim, com uma oferta lectiva reduzida e esmagadoramente concentrada na capital portuguesa, evidenciando assim o problema do centralismo que perpassa múltiplas dimensões da realidade do país.

Malgrado o parco número de trabalhos académico-egitológicos apresentados em contexto universitário português — que pouco ultrapassa as cinco dezenas — é ainda assim possível detectar dois picos de produção, concretamente, na segunda metade da década de 2000 e em meados da seguinte. Paralelamente, o predomínio de temas de conteúdo mais “histórico-religioso” do que “arqueológico-material” atestam o percurso académico dos/as autores/as desses trabalhos, a grande maioria dos/as quais se licenciou em História e não em Arqueologia ou História da Arte. Deve ainda sublinhar-se a existência de contributos desenvolvidos no âmbito dos Estudos de Recepção — incluindo fora das formações/centros “egitológicos/as” — que podem representar uma importante oportunidade para

o futuro das Egíptologias nacionais, tendo muito recentemente integrado os *curricula* oferecidos pelas instituições portuguesas.

Não obstante as sérias limitações que advêm deste quadro geral, importa igualmente não apenas reconhecer todos os esforços empreendidos no sentido de consolidar os estudos egíptológicos em Portugal, bem como apontar caminhos e potencialidades da realidade das formações egíptológicas no país. Com efeito, a reduzida formação específica observada pode ser capitalizada para uma maior vocação para a interdisciplinaridade, algo fundamental num momento em que cada vez mais vozes se erguem na crítica ao acantonamento e ensimesmamento da prática egíptológica.⁶² Nesta senda, um conhecimento mais alargado de vários períodos históricos decorrente da frequência de licenciaturas em História, Arqueologia e História de Arte e não circunscrito à Antiguidade favorece o estabelecimento e consolidação dos Estudos de Recepção, nos quais colegas portugueses/as poderão intervir munidos/as das ferramentas teórico-analíticas adquiridas no decurso das suas formações, contribuindo de forma decisiva para um filão em crescente expansão no cenário internacional. A este título, deve ainda mencionar-se que a inserção de Portugal no espaço lusófono e ibero-americano pode ser aproveitada também no que ao âmbito formativo diz respeito, nomeadamente, com recurso às tecnologias de informação e comunicação, que suavizam constrangimentos físico-espaciais e promovem sinergias e congregação de esforços, com notório potencial de fortalecimento de práticas egíptológicas comumente tidas como “periféricas”.

Em suma, se os percursos por que têm trilhado as formações egíptológicas em Portugal se pautam por desafios observáveis na longa duração, a persistência da sua oferta — se continuamente estimulada e reforçada — e o empenho dos seus agentes pode vir a significar o estabelecimen-

⁶² A este respeito, veja-se, nomeadamente, Moreno García 2015. Pode ainda mencionar-se a fundação de revistas cujo escopo e objectivos visam o incremento de abordagens interdisciplinares no contexto da(s) prática(s) egíptológica(s), de que a publicação *Interdisciplinary Egyptology* constitui um exemplo significativo. Para uma reflexão subjacente aos desafios das aproximações interdisciplinares e respectivas implicações em contexto académico-egíptológico ver Gracia Zamacona 2021.

to de uma prática sólida e frutífera que não precisa necessariamente de mimetizar o histórica e disciplinarmente definido como “canónico”, mas que pode propor outras formas de produzir e transmitir conhecimento egíptológico, a partir das suas particularidades intrínsecas. Aprender, estudar e investigar sobre o antigo Egipto será tão mais efectivo quanto mais ancoradas tais acções estiveram nas realidades locais que, ainda que em permanente diálogo com dinâmicas globais, se devidamente apoiadas, podem abrir a porta a novas formas de agir e proceder, incluindo no espaço académico-universitário português.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Isabel Gomes de. 2020. “Ancient Near Eastern Studies and Portuguese Academia: A Love Affair Under Construction.” In *Perspectives on the History of Ancient Near Eastern Studies*, editado por Agnès Garcia-Ventura e Lorenzo Verderame, 222–36. Pennsylvania: Eisenbrauns.
- Araújo, Luís Manuel de. 1993. *Antiguidades Egípcias*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura e Instituto Português de Museus.
- Araújo, Luís Manuel de. 1998. “Estatuetas funerárias egípcias da XXI dinastia: 1070-945 a.C.” Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Araújo, Luís Manuel de. 2000. “Egiptologia em Portugal.” *CADMO* 10: 57–94.
- Araújo, Luís Manuel de. 2011. *A Colecção Egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.
- “Área de Especialização em História Antiga” – Universidade NOVA de Lisboa, <https://guia.unl.pt/pt/2025/fcsh/program/23282#structure> (acessado em 9/01/2026).
- “Arqueologia e História do Médio Oriente Antigo” – Universidade NOVA de Lisboa, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9006/course/711051168> (acessado em 3/06/2024).
- “Arte Egípcia” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/arte-egipcia/> (acessado em 3/06/2024).
- “Arte Pré-Clássica” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/licenciaturas/unidades-curriculares#arte-pré-clássica> (acessado em 3/06/2024).
- Bednarski, Andrew, Aidan Dodson, e Salima Ikram, eds. 2021. *A History of World Egyptology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Caramelo, Francisco, e Maria Helena Trindade Lopes. 2003. “Portuguese Egyptology: New Projects, Museum Studies, and Publications.” In *Egyptology at Dawn of the Twenty-first Century. Proceedings of the Eighth International Congress of Egyptologists, 3: Language, Conservation, Museology*, editado por Zahi Hawass, 153–56. Cairo: American University in Cairo Press.
- Carreira, José Nunes. 1992. *Introdução à História e Cultura Pré-Clássica – Guia de Estudo*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Carruthers, William. 2015. *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. London: Routledge.

- “Civilizações Antigas” – Universidade do Minho, <https://www.ics.uminho.pt/pt/Ensino/Licenciaturas/Historia> (acessado em 3/06/2024).
- “Civilizações Antigas” – Universidade do Porto, https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=518345 (acessado em 3/06/2024).
- Coelho, Adolfo. 1872. *A Questão do Ensino*. Porto: s.n.
- Costa, Rui Alves da. 2013. “Estudo antropto-radiológico forense de uma múmia egípcia.” Dissertação de mestrado, Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário.
- Couvaneiro, João Luís S. F. 2012. “O Curso Superior de Letras (1861-1911). Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal.” Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- “Cultura e Mitologias na Antiguidade” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/cultura-e-mitologias-na-antiguidade/> (acessado em 3/06/2024).
- Cunha, Maria José, e Rogério Sousa. 2006. “A Coleção de Antiguidades Egípcias do Museu de História Natural da Universidade do Porto.” *Revista da Faculdade de Letras* 3 (7): 235–41.
- “Doutoramentos – História” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/doutoramentos#história> (acessado em 3/06/2024).
- Gracia Zamacona, Carlos. 2021. “(In)ter)discipline: the case of Egyptology.” *Aula orientalis* 39 (1): 73–79.
- “História” – Universidade Autónoma de Lisboa, <https://autonoma.pt/cursos/historia/> (acessado em 3/06/2024).
- “História Cultural e das Mentalidades da Antiguidade” – NOVA FCSH, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9181/course/711051116#subject> (acessado em 3/06/2024).
- “História da Antiguidade Pré-Clássica” – FLUL, https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia_da_antiguidade_pre-classica_tp2-s1-mfr.pdf (acessado em 3/06/2024).
- “História da Arte da Antiguidade Clássica” – NOVA FCSH, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9182/course/01102086#subject> (acessado em 3/06/2024).
- “História da Arte e Civilizações do Mundo Antigo” – Universidade do Porto, https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=518406 (acessado em 3/06/2024).
- “História das Civilizações Pré-Clássicas” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/historia-das-civilizacoes-pre-classicas/> (acessado em 3/06/2024).
- “História das Culturas da Antiguidade Pré-Clássica” – FLUL, https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia_das_culturas_da_antiguidade_pre-classica-tp2-s2-mfr.pdf (acessado em 3/06/2024).
- “História das Religiões” – Universidade de Coimbra, História das Religiões, <https://apps.uc.pt/courses/PT/unit/80441/23103/2024-2025?type=ram&id=5381> (acessado em 3/06/2024).
- “História do Egito Antigo” – NOVA FCSH, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9181/course/711051102#subject> (acessado em 3/06/2024).
- “História Militar da Antiguidade” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia-militar-da-antiguidade-tp1-s2-jv.pdf> (acessado em 3/06/2024).
- Huanaco, Israel. 2015. “Números racionales en el Antiguo Egipto.” Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- “Índice por Curso e Instituição” - Direção-Geral do Ensino Superior, <https://www.dges.gov.pt/guias/indcurso.asp> (acessado em 3/06/2024).
- Langer, Christian. 2017. *Global Egyptology*. London: Golden House Publications.
- Lopes, Beatriz. 2021. “Reinterpretação de mitos: as divindades do tribunal de Osíris.” Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 1989. “Hora Zero – A realidade portuguesa no domínio da Antiguidade Pré-Clássica.” *Penélope* 2: 143–49.

- Lopes, Maria Helena Trindade. 1994. “Os Nomes Próprios no Império Novo.” Tese de Doutorado, Universidade NOVA de Lisboa.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2023. “The History of Egyptology in Portugal.” In *Ancient Egypt 2021. Perspectives of Research*, editado por Susanna Moser et al., 95–103. Harrassowitz.
- Machado, Mariana. 2022. “Os túmulos reais da Época Arcaica e as representações do rei-Hórus: das origens à Época Arcaica.” Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Martins, F. 2006. “‘É evidentemente muito embaraçoso tomar posição.’ Portugal e a Crise do Suez de 1956.” *Relações Internacionais* 12: 99–118.
- “Mestrados – História de Arte e Património” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-da-arte-e-património> (acessado em 3/06/2024).
- “Mestrados – História e Cultura das Religiões” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-e-cultura-das-religiões> (acessado em 3/06/2024).
- “Mestrados – História Militar” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-militar-flul-fluc-umd-ium-acad-militar-acad-da-força-aérea-escola-naval> (acessado em 3/06/2024).
- “Mestrados – História” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história> (acessado em 3/06/2024).
- Moniz, Jaime. 1865. “Quinta Cadeira. História Universal Filosófica.” In *Programa das cadeiras do Curso Superior de Letras para o ano lectivo 1865-1866*. Lisboa: [s.n.].
- Moreno García, Juan Carlos. 2015. “The cursed discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the twenty-first century.” In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, editado por William Carruthers, 50–63. London; New York: Routledge.
- Navrátilová, Hana et al., eds. 2019. *Towards a History of Egyptology: Proceedings of the Egyptological Section of the 8th ESHS Conference in London, 2018*. Münster: Zaphon.
- Navrátilová, Hana et al., eds. 2023. *Addressing Diversity. Inclusive Histories of Egyptology*. Münster: Zaphon.
- Neto, Maria João B. 2002. “O poder das formas: o Antigo Egipto revivido na Arte Portuguesa Contemporânea.” *CADMO* 12: 224–41.
- “Origens das Sociedades Complexas” – Universidade de Coimbra, <https://apps.uc.pt/courses/PT/unit/80424/22541/2024-2025?type=ram&id=5382> (acessado em 3/06/2024).
- “Plano de Estudos – Licenciatura em História” – Universidade NOVA de Lisboa, https://www.fcsh.unl.pt/static/documentos/Plano_Estudos/Licenciaturas/Estruturas/Estrutura_HIS_25_26.pdf (acessado em 8/01/2026).
- “Plano de Estudos – Licenciatura em Arqueologia” – Universidade NOVA de Lisboa, https://www.fcsh.unl.pt/static/documentos/Plano_Estudos/Licenciaturas/Estruturas/Estrutura_Arq_25_26.pdf (acessado em 8/01/2026).
- Reis, Carlos. 1990. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Reis, António, Maria Inácia Rezola, e Paula Borges Santos, eds. 2016–2018. *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, 8 vols. Porto: Figueirinhas.
- “Religiões Helenísticas” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/religioes-helenisticas/> (acessado em 3/06/2024).
- Repositório Aberto - Universidade Aberta, <https://repositorioaberto.uab.pt> (acessado a 3/06/2024).
- Repositório da Universidade de Lisboa, <https://repositorio.ul.pt> (acessado a 3/06/2024).
- Repositório da Universidade NOVA de Lisboa, <https://run.unl.pt> (consultado a 3/06/2024).
- Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), <https://www.rcaap.pt> (acessado a 4/06/2024).
- Rollo, Maria Fernanda, e Fernando Rosas, eds. 2011. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, Fernando. 1994. *História de Portugal, vol. 7 - O Estado Novo: 1926-1974*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Salazar, António de Oliveira. 1951. *Discursos e Notas Políticas. Volume IV*. Editora Coimbra.
- Sales, José das Candeias. 1997. *A ideologia real académica e egípcia: representações do poder político pré-clássico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Sales, José das Candeias. 2023. “O ensino universitário do Egipto antigo em Portugal.” *Revista História Hoje* 12 (24): 235–52.
- “Seminário de Especialidade em História Antiga” – NOVA FCSH, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/8347/course/73205102#subject> (acessado a 3/06/2024).
- “Seminário Temático – Ideologia Real no antigo Egipto” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/seminario-tematico-ideologia-real-no-antigo-egipto/> (acessado a 3/06/2024).
- Silva, André de Campos. 2019. “The Roles of God in the Ancient Egyptian Instruction Texts of the Middle and New Kingdoms.” Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- “Sociedades e Culturas Pré-Clássicas” – Universidade de Évora, <https://www.uevora.pt/estudar/cursos/licenciaturas?cod=8251&v=plano-estudos&uc=HIS14616L> (acessado a 3/06/2024).
- Tavares, António Augusto. 1995. *As Civilizações Pré-Clássicas. Guia de Estudo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Thompson, Jason. 2015-2018. *Wonderful Things: A History of Egyptology, 3 vols*. Cairo: American University in Cairo Press.
- Torgal, Luís Reis, e João Lourenço Roque. 1998. *História de Portugal, vol. 5 – O liberalismo*. Lisboa: Estampa.
- Yücel, İdris. 2016. “Between science and empire: the diplomatic struggle over Mesopotamian antiquities in Lisbon (1914–1926).” *Mediterranean Historical Review* 31 (2): 165–80.

O PALÁCIO DE APRIÉS, MÊNFIŠ/ KÔM TUMÂN: REFLEXÕES SOBRE A PRIMEIRA MISSÃO PORTUGUESA NO EGITO (2000–2010)

MARIA HELENA TRINDADE LOPES*

“O impossível reside nas mãos inertes daqueles que não tentam”
Epicuro

A primeira concessão arqueológica atribuída pelo Conselho Supremo de Antiguidades (SCA) egípcio a uma missão portuguesa ocorreu no ano de 2000, ou seja, cerca de um século depois dos primeiros investigadores europeus terem principiado as intervenções arqueológicas naquele território. Mas este acontecimento ou façanha não foi fruto de um acaso. Bem pelo contrário, ele sucedeu na sequência de uma série de actividades encetadas nos anos 90, no Departamento de História da FCSH, que visavam incrementar os estudos de Egiptologia em Portugal, e que foram levadas a cabo pela primeira doutorada portuguesa neste domínio, Maria Helena Trindade Lopes.

Nessa década, foi criado o primeiro — e até ao momento o único — mestrado de Egiptologia oferecido por uma Universidade portuguesa,

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2043-926X>. E-mail: mhtrl@fcsb.unl.pt.



onde se conferiam saberes especializados nos vários domínios da história do Egípto antigo e da língua — nessa altura unicamente o Egípcio Hieroglífico — e parecia evidente, à autora deste texto, que estes conhecimentos deviam ser complementados por uma experiência de campo, um trabalho de campo no território egípcio, que garantisse, aos estudantes portugueses, uma formação mais prática e de contacto directo com os materiais e os sítios arqueológicos. Esta parecia a evolução natural de um processo de desenvolvimento e consolidação dos estudos de Egiptologia, que se pretendia sólido, exigente e à escala europeia. E foi assim que tudo começou. Foi a partir da capacidade de sonho, mas sobretudo da determinação de uma pessoa que não acredita em impossíveis ou em qualquer outro tipo de irrealizáveis, e que é tanto mais motivada quanto mais difíceis se apresentam os projectos, que nasceu o primeiro projecto arqueológico português, no Egípto. Por outro lado, ter uma missão portuguesa no território egípcio constituía também um passo fundamental para a afirmação da presença lusa no mundo científico, arqueológico e académico da Egiptologia. Era, ainda, e sempre, uma maneira de alargar contactos e de criar redes que viessem a permitir, num futuro próximo, colaborações internacionais de relevo como se veio, mais tarde, a comprovar.

A primeira dificuldade para a concretização deste projecto prendia-se, naturalmente, com a obtenção da autorização de escavação junto das autoridades egípcias, mais concretamente da Direcção do Conselho Supremo de Antiguidades Egípcias (SCA), na altura localizado em Abbasia, no Cairo. Só mais tarde, já no decorrer deste projecto é que o SCA mudou as suas instalações para Zamalek, um dos bairros mais carismáticos e cosmopolitas da capital. Ora acontece que Portugal, contrariamente a todos os outros países europeus, não tinha qualquer tradição arqueológica no território egípcio e a concessão de um sítio era, como eu sabia, um processo difícil, e por vezes muito demorado, de conquistar.

Costuma-se dizer que a sorte protege os audazes. Isso aconteceu, claramente, no caso português. Na altura, era Secretário-Geral do SCA, um ilustre académico egípcio, o Prof. Gaballa Ali Gaballa, que conseguiu, com grande sensibilidade e generosidade, perceber os anseios e as intenções,

mas também as dificuldades de uma colega, vinda de um país pequeno — mas com uma história grandiosa, como ele próprio, na altura, afirmou — que pretendia iniciar um caminho num cenário tão disputado e tão exigente como o da arqueologia egípcia.

A primeira tarefa prendeu-se, naturalmente, com a escolha de um sítio que estivesse livre, ou seja, que não tivesse sido solicitado por nenhuma outra equipa. Na altura, os sítios que me interessavam, por diferentes razões,¹ limitavam-se estrategicamente a Sakara, a necrópole menfita, ou à própria capital, Mênfis. Para Sakara era praticamente impossível obter uma concessão dado o número de equipas que lá se encontravam, em continuidade, a trabalhar. Mas em Mênfis havia uma possibilidade. A equipa inglesa liderada por David Jeffreys, sem dúvida o arqueólogo que melhor conhece o sítio menfita, estava ali há algum tempo, no âmbito do projecto “Survey of Memphis” (Giddy, Jeffreys e Malek 1990, fig. 2), mas existia um espaço na área da grande planície menfita, que estava livre e merecia ser estudado — o “Palácio de Apriés” (fig. 1).



Fig.1 O Palácio de Apriés. Créditos: Maria Helena Trindade Lopes.

O sítio, que englobava o palácio e o campo de mercenários envolvente, era suficientemente extenso para garantir um projecto de longa

¹ Razões geográficas, por exemplo. Pretendia-se um sítio que não ficasse muito longe do Cairo, pois a equipa portuguesa não contava com qualquer apoio institucional no Egito e a Embaixada portuguesa funcionou, desde o primeiro momento, como a nossa retaguarda de assistência, sem ser essa a sua obrigação.

duração, o que era fundamental para a equipa portuguesa. A instalação naquele território, e pela primeira vez, não seria certamente uma tarefa fácil, pelo que parecia indispensável acautelar que o sítio escolhido garantisse várias temporadas de trabalho. Quando falo em temporadas de trabalho falo em estadias que variam entre um a três meses, no máximo, por ano. Nenhuma equipa trabalha em permanência no Egito. Isto pode parecer óbvio para qualquer pessoa que trabalhe em arqueologia, no Egito ou fora dele, mas não é evidente para quem nunca pôs os pés numa escavação arqueológica e que, por pura ignorância e inveja, vem depois fazer afirmações perversas sobre a duração das temporadas da missão portuguesa em Kôm Tumân. Adiante que dos fracos não reza a história. Mas a somar à extensão do sítio, havia ainda outra vantagem que apontava para a sua escolha quase evidente. Este fora deixado ao abandono desde praticamente a sua descoberta, no início do século XX, sendo por essa razão conhecido de forma insuficiente e até imperfeita. Finalmente, o faraó que o mandara construir também não era uma figura razoavelmente estudada e comentada pela produção egiptológica. Tudo isto foram argumentos fundamentais para a eleição definitiva do sítio como o palco privilegiado do dossier apresentado, em 1999, ao SCA e aprovado por unanimidade dos seus membros nos finais de Dezembro desse mesmo ano.

Ultrapassada esta primeira dificuldade — conseguir obter uma concessão arqueológica no território egípcio — vinha o segundo maior obstáculo. Portugal acabara de ganhar uma concessão arqueológica no Egito, mas a Directora do projecto seleccionado não contava com qualquer tipo de apoio económico para o concretizar. Não tentara obtê-lo previamente, pois sabia que ninguém iria subsidiar algo que ainda não existia. Mas agora havia que correr contra o tempo e foi, exactamente o que se realizou. Contactaram-se todas as instituições públicas e privadas, de relevo, com prática de mecenato cultural, em Portugal. Escreveram-se centenas de cartas, cumpriram-se dezenas de reuniões e instituições como a FCT — ainda com Mariano Gago na Presidência — a Fundação Calouste Gulbenkian — com Rui Vilar na Presidência — o IPE — com José Torres Campos na Direcção —

a par de algumas empresas privadas,² transformaram o sonho “dito impossível” de uma jovem professora portuguesa numa realidade conquistada. Atenção que, sobretudo neste domínio, nem tudo foram rosas. Em 2008, por exemplo, vi-me obrigada a contrair um empréstimo bancário — que naturalmente paguei do meu bolso — para cumprir as temporadas desse ano. Felizmente, em 2009, já com João Santieiro na Presidência, voltei a obter apoio da FCT e, deste modo, conseguimos concluir o projecto iniciado no princípio dessa década.

A terceira grande dificuldade a ultrapassar, e sentida de uma forma mais intensa no início dos trabalhos, relacionou-se com o facto de Portugal não ter qualquer tipo de apoio institucional no terreno. Praticamente todas as equipas que escavam no Egito têm um Instituto, maior ou menor, que funciona como uma espécie de retaguarda de apoio aos seus arqueólogos e outros investigadores. Estes institutos têm, muitas vezes, para além de dormitórios e bibliotecas no edifício localizado no Cairo, pequenas casas espalhadas pelo território egípcio, que acolhem, num segundo momento, os arqueólogos que trabalham no terreno.

No caso português, não só não havia um Instituto no Cairo que nos pudesse acolher nos primeiros dias, como acontecia com todas as outras equipas — já que os primeiros dias de trabalho são exactamente cumpridos no Cairo, a fim de entregar no SCA toda a documentação necessária à autorização de abertura do sítio — como não existia nenhuma casa em Mênfis ou até em Sakara que estivesse previamente preparada para nos acolher. Também aqui, a experiência foi... começar do zero e improvisar. Chegar ao Egito, ficar num hotel, baratinho, cumprir a burocracia habitual no SCA e, simultaneamente, enquanto esperávamos pela assinatura das autorizações, correr entre Sakara e Mênfis, vendo casas para alugar, onde a equipa pudesse fixar-se a partir da próxima temporada. A primeira seria cumprida com a instalação num pequeno hotel em Sakara. Mas também aqui fomos protegidos pela sorte e logo no segundo dia de pesquisa

² Como a Eastécnica e a Cimpor, por exemplo.

encontrámos uma casa maravilhosa. Eram dois apartamentos num edifício familiar no deserto de Sakara. Havia só um problema. As casas encontravam-se completamente vazias e nós tínhamos um intervalo muito reduzido para prepará-las para a temporada seguinte. O tempo jogava contra nós, mas nós vencemos o tempo. Em dois dias comprámos no Cairo tudo o que era necessário para tornar habitável uma casa, desde mobiliário, roupas de cama e de banho, panelas, tachos, copos, pratos, talheres, etc ... e deixámos tudo preparado para o nosso regresso na próxima temporada.



Fig. 2 O terraço da nossa casa (ao fundo, à esquerda, no topo da colina, vislumbra-se a casa do famoso arqueólogo francês, Jean-Philippe Lauer). Créditos: Maria Helena Trindade Lopes.

A “casa da colina”, foi este o nome que lhe demos, passou a ser a nossa residência oficial em Sakara durante todo o tempo do projecto (fig. 2). Tinha um terraço com a vista mais deslumbrante do mundo, mas tudo o resto era tão precário e espartano, que deixava os embaixadores portugueses que nos visitavam impressionados e preocupados face às austeras condições em que vivíamos. No entanto, sobrevivemos. Eu, pessoalmente, vivi naquela casa situações muito tensas e difíceis, mas também alguns dos momentos mais felizes e especiais da minha vida. Foi ali, de resto, que se desenvolveu o projecto “Palácio de Apriés” (ver Lopes 2020; Lopes 2018;

Lopes 2017; Lopes 2013; Lopes 2012; Lopes e Fonseca 2012; Lopes e Fonseca 2011; Lopes 2010).

O “Palácio de Apriés” (Mênfis, Kôm Tumân) compreendia uma vasta área, com cerca de 220 000 m², abrangendo o “Palácio de Apriés” e o seu campo de mercenários, situado na zona norte de Mênfis, em Kôm Tumân (Lopes 2020, 333; Jeffreys 1995, fig. 9). O sítio, hoje localizado a Norte de Mît Rahina e a Sul do moderno cemitério de Sheikh Said em Kôm Aziz, fora descoberto e escavado pelo arqueólogo inglês W. M. F. Petrie (Petrie 1909b, 1–5; Petrie 1910, 40–44),³ durante os anos de 1909–1910. Esta magnífica estrutura, cujas dimensões podem ser sugeridas pelos segmentos de colunas de calcário e pelos capitéis que se encontram no topo, foi construída em adobe e pedra (Lopes 2010, 33) (fig. 3). As paredes, que segundo Petrie teriam cerca de 4m de espessura (Petrie 1909b, 1), eram de adobe e reforçadas, na parte inferior, com pedra. O chão, os umbrais das portas e os degraus eram, também, em pedra.



Fig. 3 Capitéis e tambores no topo do Palácio (foto da missão portuguesa).

³ No entanto, a primeira intervenção neste monumento, na zona Oeste da plataforma, foi levada a cabo por M. Daninos Pacha que, durante os anos de 1901–1902, ali descobriu um conjunto de bronzes que se encontram, actualmente, em exibição no Museu Egípcio do Cairo: Pacha 1904, 142–43. Ver ainda Daressy 1902.



Fig. 4 Plano do palácio de Apriés, apresentado por Petrie (Petrie 1909b, pl. 50). Publicação original no domínio público.

O acesso ao Palácio fazia-se pela zona Sul, através de uma rampa monumental, com cerca de 87m de largura (fig. 4). A entrada principal dava directamente sobre uma ponte, que atravessava um fosso, com cerca de 3m de largura, ladeado por duas bermas (Lopes 2010, 37). Transposta a ponte, a circulação interna no Palácio era feita através de dois corredores. Segundo Petrie, à esquerda do “novo corredor”, encontrava-se a residência dos guardas e a cozinha e à direita várias divisões (Petrie 1909b, 2). Seguindo pelo “velho corredor”, também ele flanqueado por várias dependências, entrava-se directamente na Grande Sala Real. A parte Norte do Palácio correspondia à “Mandara” de Petrie — a sala do trono — construída segundo uma estrutura celular de adobes, de plano oval e, provavelmente, com cúpulas (Kemp 1977b, 103). À esquerda e à direita da “Mandara” erguiam-se outros compartimentos, que completavam a estrutura do edifício.

Toda esta vasta zona, compreendendo Palácio e Campo, era fortificada, apresentando as paredes, do muro de vedação, 10m de espessura na base. Petrie, nas suas escavações, detectou ainda um grande portão no

canto Nordeste desta fortificação (Petrie 1909a, 12, pl. XXX). Entretanto, após a descoberta e as intervenções do arqueólogo inglês, o sítio foi completamente deixado ao abandono até 1978, data em que Barry Kemp realizou, durante dois dias, sondagens no palácio (Kemp 1976; Kemp 1997a; Kemp 1977b), de modo a confirmar o carácter artificial da colina⁴ sobre a qual este assentava e em 1989, a EES (Egypt Exploration Society) efectuou, também, 18 furos de sondagem a Oeste, Sudoeste e Noroeste de Kom Tuman, no âmbito do programa “Survey of Memphis”, dirigido nos primeiros cinco anos por H. S. Smith e, posteriormente, por David Jeffreys e Lisa Giddy (Giddy 1994). Finalmente, em 2000, a equipa portuguesa iniciou o seu trabalho arqueológico em Kôm Tumân.

Este palácio, erigido sobre uma colina artificial,⁵ com cerca de 13,66m de altura, fora mandado construir pelo faraó Apriés (Lopes 2010, 27–31), quarto faraó da XXVI Dinastia (Época Baixa – Período Saíta), que governou o Egito entre 589 e 570 AEC. O seu reinado, apesar de ter sido relativamente curto e ter sido interrompido por “um golpe de estado” (ver Spalinger 1979) levado a cabo pelo seu sucessor Amasis, marcou uma época de profunda transformação na relação dos egípcios com o espaço envolvente. Mas quais foram as razões desta alteração?

Nesta fase da história, dada a difícil conjuntura internacional, os reis saítas sentiram uma clara incapacidade de continuar a manter um “domínio da terra”, ou seja, um controlo efectivo, militar, das antigas zonas de influência na Siro-Palestina, como acontecera no passado, e assim o Mediterrâneo⁶ surgiu, naturalmente, como a rota preferencial de acção destes faraós, privilegiando, deste modo, as relações comerciais e diplomáticas do mundo egípcio com os estados gregos (ver Agut-Labordère 2012). Mas esta viragem para o Mediterrâneo — e depois do Mediterrâneo

⁴ O palácio foi edificado sobre uma colina artificial, semelhante a uma plataforma que, segundo Kemp, teria sido construída numa só fase: Kemp 1977b, 103.

⁵ Esta colina, semelhante a uma plataforma, está alicerçada numa rede de espessas paredes de adobe, cujos espaços entre si foram enchidos com detritos, cerâmica partida, bocados de pedra, etc., de forma a criar uma base firme e sólida para as construções no topo.

⁶ Até por causa do controlo dos fluxos comerciais. Ver Moreno-García 2015.

Levantino para o Mediterrâneo Ocidental — pressupõe, naturalmente, também, uma nova “ferramenta militar”, uma frota (ver Agut-Labordère 2013, 990), cujos custos de construção foram muito elevados para as finanças da coroa. Ora isto acontece ainda durante os reinados anteriores a Amasis, ou seja, de Necao II a Apriés. É óbvio que se vai acentuar com Amasis, que conquista Chipre (Agut-Labordère 2013, 986), transformando o Egito, pela primeira vez na história, num poder naval no Mediterrâneo.

Assim, o reinado de Apriés, e contrariando aquilo que durante muito tempo se escreveu, acompanhou, no fundo, as políticas dos reinados anteriores iniciadas com Necao II. O faraó Apriés, à semelhança dos faraós que o antecederam, intensificou as relações do Egito com o Egeu, conduzindo assim a uma cada vez maior incorporação de homens — mercenários — e de bens de consumo no exército egípcio e até na administração. Paralelamente, transferiu também a residência oficial para Mênfis, onde construiu o seu palácio, apesar de Saís, no Delta Ocidental, se manter como a capital (Lopes 2020, 334). Foi aqui, nesta vasta área, onde se erguia o palácio e o “campo militar” anexo, estendendo-se para Nordeste, Este e Sudeste, que se desenvolveu o trabalho realizado pela equipa portuguesa, entre 2000 e 2010, obedecendo a propósitos precisos que visavam, num segundo momento, fornecer uma compreensão global deste sítio.

Inicialmente, efetuou-se uma prospeção atenta de toda a área e realizaram-se vários furos de sondagem⁷ de modo a conhecer as características do solo e a profundidade a que se encontrava a água e efetuou-se uma prospeção geológica do sítio com recurso ao método de georadar (GPR) que nos forneceu indicações mais precisas sobre as diferentes áreas a delimitar. Seguidamente, começou-se o estudo relativo à estabilidade do solo, as técnicas de fundação e construção do palácio bem como dos materiais utilizados, tendo sido registados, fotografados e classificados todos os materiais em pedra *in situ* (Lopes 2020, 335).

⁷ Estamos gratos ao Dr. David Jeffreys e à Egypt Exploration Society pela cedência do seu equipamento e pela disponibilização generosa dos seus registos geofísicos.

No tocante ao estudo dos materiais e técnicas de construção, levado a cabo pelo Prof. Luís Teixeira Pinto,⁸ verificou-se a metodologia usada para a construção do palácio e analisaram-se os tijolos de adobe utilizados nesta magnífica construção, tendo-se comprovado a sua excepcional solidez e o seu excelente desempenho (resistência mecânica acima de 1 MPa em compressão).⁹ Efectuou-se ainda o estudo do assentamento destes tijolos que seguia, maioritariamente, uma sequência horizontal.

O registo dos materiais em pedra foi realizado de forma exaustiva, em fichas tipo, com a informação: local, data, coordenadas UTM, descrição e fotos. A maioria dos elementos identificados, em calcário¹⁰, correspondem a materiais de revestimento e pavimentação do palácio, mas também se reconheceram ombreiras de porta, um lintel e várias colunas e capitéis (sete dos capitéis e tambores de coluna identificados no sítio encontram-se no topo do palácio). Foi ainda registada a porta calcária localizada ao sul do palácio. Paralelamente, realizaram-se escavações em três áreas distintas que correspondem a três zonas diferenciadas de ocupação — uma área relacionada com a estrutura do Palácio, a Norte; uma área de habitat onde se fixaram as tropas mercenárias de Apriés, a Este; e uma área de armazéns, de apoio ao palácio e ao acampamento, a Sul (Lopes 2020, 335–36).

Naturalmente, fez-se o levantamento topográfico de toda a zona, que nos permitiu ir registando com rigor as áreas intervencionadas (aqui a área correspondente à temporada de 2008, a azul, a Este) (fig. 5). Concomitantemente, durante estes anos e no decurso das temporadas, fomos seleccionando e listando os materiais, que ulteriormente foram estudados. A mesma metodologia foi usada para o registo de estruturas e objectos (Lopes 2020, 336) (fig. 6).

⁸ Professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

⁹ Medida alcançada com o penetrómetro estático.

¹⁰ E um bloco de granito róseo de Assuão.

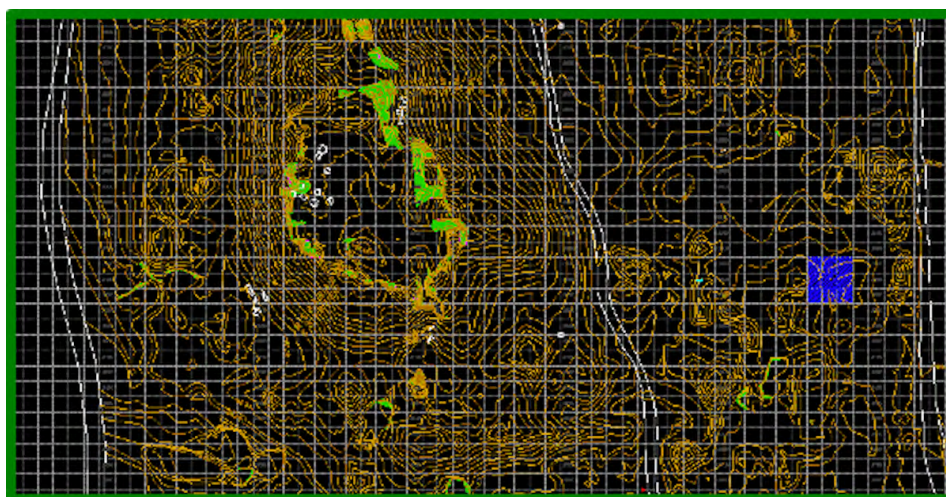


Fig. 5 Mapa Topográfico do sítio (imagem da missão portuguesa).

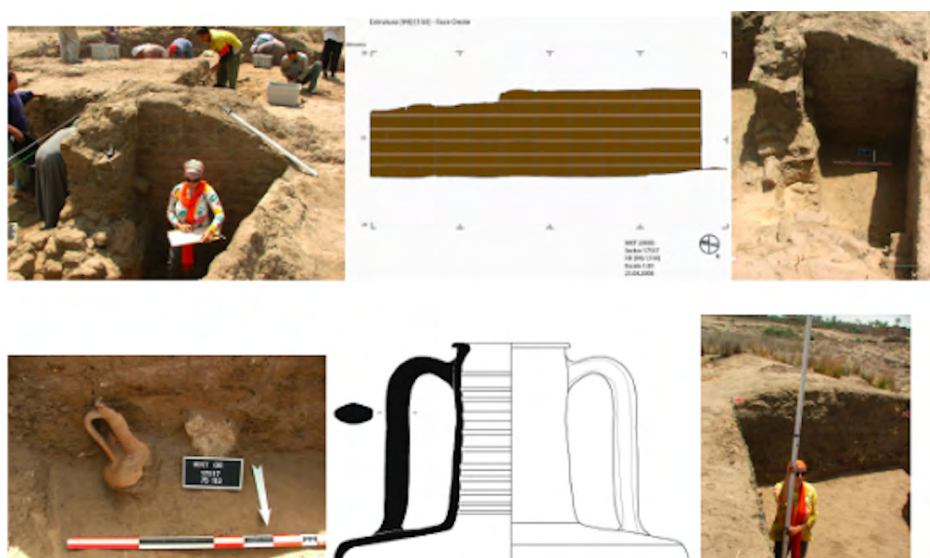


Fig. 6 Processo de registo de estruturas e de objectos (2008) (imagem da missão portuguesa).

Entretanto, dada a proximidade da aldeia de Ezbet Gabry, e a actividade constante dos *sebakhim*, que regularmente vêm roubar adobe para usarem como fertilizante na agricultura, uma das nossas maiores preocupações — por precaução — foi não só fotografar, mas desenhar o que restava do Muro de Vedação Norte do palácio, missão que foi cumprida na temporada de 2002 (Lopes 2020, 336).

Em paralelo, nos anos de 2001 a 2009, todo o material das diferentes temporadas foi estudado e a sua análise foi metodologicamente dividida

em cinco etapas principais: limpeza e lavagem dos materiais; marcação de todos os objectos com o código do sítio (MKT¹¹/ano), seguido do número do sector onde foi encontrado, a respectiva unidade estratigráfica, o número individual de peça e a data; catalogação de todas as peças numa base de dados que nos permite o estudo estatístico dos achados por tipologias, pasta de cerâmica ou unidade estratigráfica; desenho e tintagem dos objectos considerados mais importantes para o estudo das diferentes tipologias e fotografia de todos os objectos encontrados (Lopes 2020, 336) (fig. 7).



Fig. 7 Catalogação, desenhos e fotografias de material (2004) (imagem da missão portuguesa).

Da grande quantidade e variedade de materiais encontrados, podemos identificar materiais desde o Império Antigo até ao Período Romano, embora a grande maioria dos objectos date do Império Novo e da Época Baixa (Lopes 2020, 336). Não podemos esquecer que nos encontramos em Mênfis, a cidade que durante mais tempo foi capital, ao longo da história do Egito faraónico. Assim, ao fim de dez anos de trabalho arqueológico neste sítio, que conclusões foram retiradas, que tenham vindo a contribuir para um conhecimento mais apurado do reinado de Apriés e das razões que levaram à construção deste palácio residencial?

¹¹ MKT é o acrónimo de Mênfis, Kom Tuman.

A escavação na zona Este, a zona de habitat dos mercenários do faraó, e o material encontrado, comprovam as relações intensas da dinastia saíta, e de Apriés, com o Egeu e confirmam ainda a presença de estrangeiros (Leclère 2008, 71) — sobretudo gregos e cários, como Heródoto já afirmara anteriormente — no acampamento militar anexo ao palácio. Estas populações apesar de terem, naturalmente, adoptado hábitos da cultura local, mantiveram igualmente traços da sua cultura própria, nomeadamente no tocante às tradições relacionadas com a preparação e o consumo do vinho. Durante a escavação pudemos identificar várias cerâmicas áticas de diferentes tipologias: um *krater*, recipiente onde se fazia a mistura do vinho com água, um *kylix* e vários *kantharos*, ou recipientes para beber o vinho. Foi ainda encontrada uma cerâmica de figuras-vermelhas com a representação de uma mulher com um longo vestido e um *Oinochoe* representado na mão direita. Este grupo cerâmico permite-nos concluir que estamos perante um conjunto relacionado com o ritual do *symposium* o que é particularmente interessante tendo em conta que este tipo de cerâmica é extremamente raro no Egito, na opinião de Villing e Schlottzhauer (2006, 7), devido a uma falta de interesse dos egípcios em relação aos rituais das populações estrangeiras. No entanto, Apriés, contrariamente a outros reis deste período, manifesta, claramente, um gosto pela cerâmica e cultura gregas, que se verifica, por exemplo, na famosa “Ânfora de Apriés”, uma *neck-amphora* com decoração de figuras-negras e várias cartelas do faraó Apriés, que teria sido encomendada e realizada no Norte da Jónia, e posteriormente enviada para a região de Tebas na XXVI dinastia. Esta ânfora representa em si a união que teve lugar durante o reinado do Faraó Apriés, entre esses dois mundos e culturas, sendo Kôm Tumân um ponto de referência fundamental para a compreensão dessa relação e convivência (Lopes 2020, 337).¹²

A deslocação do eixo do poder faraónico, de Saís para Mênfis, a antiga capital, evidencia, de forma exemplar, a visão política e estratégica do faraó Apriés. Foi, de resto, a compreensão do contexto específico do seu

¹² Relativamente à “Ânfora de Apriés”, ver Bailey 2006, 155.

tempo — e do seu reinado — que o levaram a mandar construir este grandioso palácio, elevado sobre uma colina artificial, de modo a permitir-lhe uma vista admirável sobre o rio, a Este, e o deserto de Sakara, com a sua necrópole, a Oeste.

Mas porque o fez?

Esta transferência, para o Médio Egito, foi motivada por duas razões diferentes, mas complementares. Em primeiro lugar, porque o porto militar da frota Saíta foi presumivelmente o *prw nfr* de Mênfis (Agut-Labordère 2013, 991; Jeffreys 2006; Leclère 2008, 43, 71; Snape 2014, 338) e a intensa actividade da frota egípcia, devido à alteração das rotas comerciais e diplomáticas, da terra para o mar, justificava, deste modo, uma presença mais contínua nesta cidade. Em segundo lugar, governar em Mênfis fortalecia o desejo de ligação com o passado que os reis saítas procuraram criar através da designação hoje já revista de “renascimento saíta”. Mênfis era a capital de prestígio do passado. Assim, o reinado de Apriés, contrariamente ao que se julgou e escreveu durante muito tempo, não foi uma etapa insignificante no contexto da época saíta. Bem, pelo contrário. Apriés seguiu as linhas políticas orientadoras da XXVI Dinastia e procurou ainda intensificar essa estratégia, ao governar, a partir de Mênfis, a emblemática antiga capital do Egito, num palácio fortificado, que ele legou aos egípcios como memória do seu reinado.

O trabalho arqueológico desenvolvido pela equipa portuguesa, ao longo de dez anos (2000–2010), em Kôm Tuman, permitiu ampliar e consolidar o conhecimento sobre este palácio, o faraó que o construiu e a sua conjuntura, garantindo, deste modo, a preservação da memória do sítio, através do registo criterioso de todos os vestígios existentes e cumprindo, ainda, a ambição e o desejo de Apriés, o construtor do último palácio menfita, cujas ruínas sobreviveram à passagem do tempo (Lopes 2020, 338).

Apresentada a metodologia usada durante o desenrolar deste projecto e explicados os principais resultados obtidos, importa ainda referir as diferentes colaborações que se cruzaram durante os dez anos da missão portuguesa. Em primeiro lugar, a colaboração institucional, a nível nacional, de vários investigadores de diferentes universidades portuguesas. A equipa que sus-

tentou, no terreno, o “Projecto Apriés” foi maioritariamente constituída por docentes e investigadores — historiadores e arqueólogos — da NOVA FCSH. Mas não só. Contámos também com arqueólogos formados na Universidade de Coimbra, com investigadores (da área da engenharia) da UTAD, com arqueólogos da Universidade de Lisboa e com topógrafos de reconhecido mérito a nível nacional e internacional. Em termos internacionais, dispusemos ainda e sempre da assessoria científica do Prof. Pascal Vernus, actualmente Professor Emérito da École Pratique des Hautes Études (Paris IV) e, no terreno, fomos contando com o apoio de vários colegas e instituições tais como a Egypt Exploration Society (EES) e o Institut Français d’Archéologie Orientale (IFAO). Naturalmente, se eu tivesse que escolher um nome, de entre os vários que contribuíram de diferentes formas para o êxito deste projecto, seria sem dúvida o de David Jeffreys. As suas obras e artigos (Jeffreys 2008a; Jeffreys 2008b; Jeffreys 2000; Jeffreys et al. 1998; Jeffreys et al. 1997a; Jeffreys 1997b; Jeffreys 1996; Jeffreys et al. 1995a; Jeffreys 1995b; Jeffreys e Giddy 1992; Jeffreys e Giddy 1991; Jeffreys e Giddy 1989) foram sempre a “luz” inspiradora e conhecedora que guiou as nossas opções metodológicas e sustentou as nossas práticas e procedimentos no trabalho de campo. A ele devo praticamente tudo o que aprendi sobre Mênfis.

Entretanto, se me perguntarem hoje, qual o impacto que o primeiro projecto português no Egito teve a nível nacional, eu infelizmente terei de responder que foi um impacto muito reduzido. Houve algum interesse nos meios de comunicação social — televisões, jornais e até rádios — nos dois primeiros anos, mais pela novidade do que pela matéria em si, mas rapidamente o projecto caiu no esquecimento e fora do mundo académico praticamente ninguém sabia que existia uma missão portuguesa a escavar no Egito.

No mundo académico, fora da minha Faculdade, a visibilidade dada a este projecto foi também muito reduzida salvo honrosas excepções como os colegas Vítor Oliveira Jorge e Susana Lopes da Universidade do Porto e Conceição Lopes, da Universidade de Coimbra. Estes foram os únicos, em todo o território nacional, e tendo em conta as diversas universidades portuguesas, que me convidaram para ir às suas respectivas Faculdades, a fim

de falar aos seus alunos e colegas sobre o Projecto Apriés. Mas, infelizmente, eu já conhecia bem o meio académico português e as suas respectivas misérias, por isso não estava sequer à espera de uma atitude diferente. Portugal caracteriza-se por reproduzir, à escala do país, o investimento e o interesse na investigação. A regra é trabalhar “em coisinhas”, não fazer ondas nem pretender visibilidade a uma escala mais alargada. Quem se atreve a fazer algo “em grande” e de dimensão internacional paga o preço de não ser mencionado. A inveja é, ao contrário do que muitos pensam, algo muito presente na Academia portuguesa. Afortunadamente, eu não me aventurei a ser a primeira egiptóloga portuguesa — mulher — e a concorrer a uma concessão arqueológica no Egito para receber honrarias ou benesses. Fizera-o com o espírito de missão que coloco em tudo em que me envolvo. Fizera-o porque me parecera, na altura, e continua a parecer, uma vergonha que Portugal fosse o único país da Europa a não ter uma concessão no palco por excelência da arqueologia mundial. Fizera-o porque era a minha forma de me rebelar contra a mediocridade que, em alguns domínios, continua a reinar no mundo científico português.

Após 2010, data da conclusão do projecto, tivemos a primavera árabe, iniciada em 2011, e as suas consequências no poder e na sociedade egípcia, limitaram durante algum tempo a participação das equipas — maioritariamente estrangeiras — no território egípcio. A nível mundial, a situação de pandemia, a partir de 2020, veio alterar alguns projectos que a autora deste artigo tinha em mente.

O investimento científico, mas também pessoal e até económico, que eu fizera para obter uma concessão arqueológica no Egito visava, sobretudo, estimular outras pessoas e universidades a seguir o exemplo e a lutar por novas missões portuguesas no vasto território egípcio. Infelizmente nada disso aconteceu. Mas a importância da Egiptologia — não só da Egiptologia, mas da Assiriologia, etc. — como conhecimento para a história da humanidade e, sobretudo, da história da dita civilização ocidental é hoje cada vez mais evidente. Já ninguém ousa, presentemente, reportar o início da História aos Gregos, nem afirmar a herança grega e romana e a tradição judaico-cristã como as únicas e exclusivas matrizes fundadoras desta Euro-

pa em que nos movemos (ver Lopes, Almeida e Rosa 2020; Lopes e Almeida 2017; Lopes 2014; Lopes 2013). Tudo começou em África e na Ásia e negar esta evidência no século XXI, mais do que uma atitude racista ou política, constitui, sobretudo, a prova de um profundo desconhecimento pelo passado humano e pela importância e legado que as primeiras civilizações legaram aos vindouros.

A constatação desta realidade, mesmo no interior da Academia, conduziu-me, nos últimos anos a sonhar, de novo, com o empreendimento de um novo concurso a uma concessão arqueológica no Egito. Para o efeito, criei uma parceria com colegas polacos, juntos constituímos um dossier, criámos uma equipa e entregámos oficialmente o pedido no Supreme Council of Antiquities (SCA), no Cairo. Mas, infelizmente, como tantas vezes acontece nestas circunstâncias, fomos traídos pelo contexto e a hipótese abortou. Apesar desta contrariedade, eu não desisti e envolvi-me numa nova associação, desta feita com colegas espanhóis e egípcios, e aguardamos a resposta e a aprovação do SCA, que é sempre lenta, como todos sabemos, sobretudo no contexto actual em que vivemos, de pandemias e de guerras.

Compete, no entanto, a todos, a todas as universidades e não só à minha, aos mais velhos, mas também aos mais novos, o combate pela alteração da realidade que acabo de relatar. É fácil organizar umas conferências em Portugal, com colegas portugueses, ou publicar uns artigos em revistas portuguesas, mas não é essa mediania nem essa escassez, que vai contribuir para o desenvolvimento da Egiptologia portuguesa e sobretudo para a sua afirmação fora da academia portuguesa. Isso só não chega. A dimensão internacional do nosso trabalho é a única prova do nosso reconhecimento e da autenticação da importância do projecto que desenhámos para a nossa vida científica.

BIBLIOGRAFIA

- Agut-Labordère, Damien. 2012. "Approche cartographique des relations des pharaons saïtes (664-526) et indépendants (404-342) avec les cités grecques." In *Mobilités grecques: mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*, editado por Laurent Capdetrey e Julien Zurbach, 219–34. Pessac: Édition Ausonius.
- Agut-Labordère, Damien. 2013. "The Saite Period: the Emergence of a Mediterranean Power." In *Ancient Egyptian Administration*, editado por Juan Carlos Moreno Garcia, 965–1027. Brill.
- Bailey, Donald. 2006. "The Apries Amphora- Anther Cartouche." In *Naukratis: Greek Diversity in Egypt - Studies on East Greek Pottery and Exchange in the Eastern Mediterranean*, editado por Alexandra Villing e Udo Schlotzhauer, 155–57. The British Museum.
- Daressy, Georges. 1902. "Une trouvaille de Bronzes à Mit rahineh." *Annales du Service des Antiquités de l'Égypte* 3: 139–150.
- Giddy, Lisa. 1994. "Le Survey de Memphis: État des Recherches Archéologiques et Épigraphiques." *Bulletin de la Société Française d'Égyptologie* 129: 7–20.
- Giddy, Lisa, David Jeffreys, e Jaromir Malek. 1990. "Memphis, 1989." *Journal of Egyptian Archaeology* 76: 1–15.
- Jeffreys, David, et al. 1995a. "Fieldwork, 1994-1995: Memphis, 1994." *Journal of Egyptian Archaeology* 81: 1-6.
- Jeffreys, David. 1995b. *The Survey of Memphis I*. London: Egypt Exploration Society.
- Jeffreys, David. 1996. "House, Palace and Islands at Memphis." In *Haus und Palast im alten Ägypten*, editado por Manfred Bietak, 287–94. Wien: Verlage der Österreichischen Akademie der Wissenschaften.
- Jeffreys, David, et al. 1997a. "Fieldwork 1996-1997: Memphis, 1996." *Journal of Egyptian Archaeology* 83: 1–6.
- Jeffreys, David. 1997b. "Looking for Early Dynastic Memphis." *Egyptian Archaeology* 10: 8–9.
- Jeffreys, David, et al. 1998. "Fieldwork 1997-1998: Memphis 1997." *Journal of Egyptian Archaeology* 84: 4–8.
- Jeffreys, David. 2000. "Investigating Ancient Memphis: Pharaonic Egypt's Northern Capital." *Archaeology International Issue* 3: 24–27.
- Jeffreys, David. 2006. "Perunefer: at Memphis or Avaris." *Egyptian Archaeology* 28: 36–37.
- Jeffreys, David. 2008a. "Archaeological Implications of the Moving of the Nile." *Egyptian Archaeology* 32: 6–7.
- Jeffreys, David. 2008b. "The Survey of Memphis, Capital of Ancient Egypt: Recent Developments." *Archaeology International* 11: 41–44.
- Jeffreys, David, e Lisa Giddy. 1989. "Memphis, 1988." *Journal of Egyptian Archaeology* 75: 1–12.
- Jeffreys, David, e Lisa Giddy. 1991a. "Looking for Memphis" *Egyptian Archaeology* 1: 5–8.
- Jeffreys, David, e Lisa Giddy. 1991b. "Towards Archaic Memphis." *Egyptian Archaeology* 2: 6–7.
- Kemp, Barry. 1976. "A Note on Stratigraphy at Memphis." *Journal of the American Research Center in Egypt* 13: 25–29.
- Kemp, Barry. 1977b. "The Palace of Apries at Memphis." *MDAIK* 33: 101–108.
- Kemp, Barry. 1977a. "A Further Note on the Palace of Apries at Memphis." *Göttingen Miszellen* 29: 61.
- Leclère, François. 2008. *Les Villes de Basse Égypte au Ier millénaire av. J.-C.* Cairo: IFAO.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2006. "Projecto Arqueológico 'Palácio de Apriés', Mênfis." *Estudos Orientais* IX: 117–271.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2010. *Mênfis (Kôm Tumân): o 'rosto' de Apriés*. Lisboa: Tinta da China.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2012. "The Portuguese Archaeological Mission: The Apries Palace Project in Kôm Tumân (Memphis)." *Hathor - Studies of Egyptology* 1: 137–51.

- Lopes, Maria Helena Trindade. 2013a. "The Apries Palace Project." *Egyptian Archaeology* 42: 36–38.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2013b. "La Méditerranée antique. Une histoire d'inventions, de conflits et d'échanges." In *MÉDITERRANÉE. Une histoire à partager*, editado por Mostafa Hassani-Idrissi, 71–120. Montrouge: Ed. Bayard.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2014. "The Mediterranean and the Voices Transported by Time." In *The Mediterranean Sea: Its History and Present Challenges*, editado por Stefano Goffredo, Hannah Baader, e Zvy Dubinsky, 553–57. Dordrecht: Springer.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2017. "Projecto Apriés (Mênfis/Kom Tuman): contributos para uma compreensão da alteração nas rotas tradicionais do Imperialismo Egípcio." In *V Congresso Ibérico de Egiptologia, Cuenca, 9-12 Marzo 2015*, editado por Laura Burgos Bernal, António Perez Largacha, e Imaculada Vivas Sainz, 1071–78. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2018. "O Palácio de Apriés, Mênfis/Kôm Tumân: resultado de 10 anos de pesquisa." In *Língua e Linguagem no Mundo Antigo*, editado por Anderson Z. Vargas, Katia M. Pozzer, e Luís Carlos dos P. Martins, 67–77. Porto Alegre: Editora Fi.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2020. "O palácio de Apriés, Mênfis/Kôm Tumân – relato de um projecto pioneiro português, no Egito." In *El Próximo Oriente antiguo y el Egipto faraónico en España y Portugal. Viajeros, pioneros, coleccionistas, instituciones y recepción*, editado por Lucía Brage Martínez e Juan-Luis Montero Fenollós, 333–341. Barcelona: Ediciones de la Universitat de Barcelona.
- Lopes, Maria Helena Trindade, e Isabel Almeida. 2017. "The Mediterranean – the Asian and African Roots of the Cradle of Civilization." In *The Mediterranean Identities: Environment, Society, Culture*, edited by Bornha Furst-Bjeliš, 3–25. London: Intech.
- Lopes, Maria Helena Trindade, Isabel Almeida, e Maria de Fátima Rosa, eds. 2020. *Antiquity and Its Reception - Modern Expressions of the Past*. London: Intech.
- Lopes, Maria Helena Trindade, e Sofia Fonseca. 2011. "The Apries Palace, Memphis/ Kôm Tuman: The First Portuguese Mission in Egypt." *Journal of the American Research Center in Egypt* 47: 247–58.
- Lopes, Maria Helena Trindade, e Sofia Fonseca. 2012. "O Palácio de Apriés, Mênfis/Kôm Tumân." In *Novos Trabalhos de Egiptologia Ibérica, IV Congresso Ibérico de Egiptologia*, editado por Luís Manuel Araújo e José das Candeias Sales, 579–89. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Lopes, Maria Helena Trindade, e Teresa Rita Pereira. 2015. "The Palace of Apries (Memphis/Kôm Tumân): Brief Report of the Fifth Campaign (April 2008)." In *Proceedings of the Tenth International Congress of Egyptologists, University of the Aegean, Rhodes, 22-29 May 2008*, editado por Panagiotis Kousoulis e Nikolaos Lazaridis, 319–26. Leuven: Peeters.
- Moreno-García, Juan Carlos. 2015. "L'évolution des statuts de la main-d'œuvre rurale en Égypte de la fin du Nouvel Empire à l'époque saïte, (ca. 1150-525 av. J.-C.)." In *La main d'oeuvre agricole en Méditerranée archaïque: Statut Et Dynamiques Economiques*, editado por Julien Zurbach, 15–48. Pessac: Éditions Ausonius.
- Pacha, Mariette. 1904. "Note sur les fouilles de Métrahyneh." *Annales du Service des Antiquités de l'Égypte* 5: 142–43.
- Petrie, William Matthew Flinders. 1909a. *Memphis I*. London: Bernard Quaritch.
- Petrie, William Matthew Flinders. 1909b. *The Palace of Apries. Memphis II*. London: Bernard Quaritch.
- Petrie, William Matthew Flinders. 1910. *Meydum and Memphis III*. London: School of Archaeology in Egypt.
- Snape, Steven. 2014. *The Complete Cities of Ancient Egypt*. London: Thames & Hudson.
- Spalinger, Anthony John. 1979. "The Civil War Between Amasis and Apries and the Babylonian Attack Against Egypt." In *Acts of the First International Congress of Egyptology - Cairo, October 2–10, 1976*, editado por Walter F. Reineke, 593–604. Berlin: Akademie-Verlag.
- Villing, Alexandra, e Udo Schlotzhauer. 2006. "Naukratis and the Eastern Mediterranean: Past, Present and Future." In *Naukratis: Greek Diversity in Egypt - Studies on East Greek Pottery and Exchange in the Eastern Mediterranean*, editado por Alexandra Villing e Udo Schlotzhauer, 1–10. London: The British Museum Press.

ACERVOS EGÍPTOLÓGICOS EM PORTUGAL

LUÍS MANUEL DE ARAÚJO*

Em Portugal existem cerca de mil objetos oriundos do antigo Egito, estando a maioria exposta ao público em museus de instituições públicas e privadas (fig. 1). E embora não se possam comparar, em qualidade e em quantidade, com grandes acervos estrangeiros de antiguidades egípcias, o nosso país tem interessantes coleções de objetos evocativos do país do Nilo, com relevo para as que se encontram em Lisboa, sendo a maior a que pertence ao Museu Nacional de Arqueologia, com mais de 500 objetos. Seguem-se o Museu da Farmácia (que também tem um polo no Porto), Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, Museu Calouste Gulbenkian e Museu Nacional de Arte Antiga. Na cidade do Porto, além do referido polo do Museu da Farmácia, existem pequenos acervos no Museu Nacional de Soares dos Reis e, sobretudo, no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. Em Abrantes, no Museu Ibérico de Arqueologia e Arte, encontra-se um pequeno núcleo, bem como em Canelas (Vila Nova de Gaia, na Casa Municipal de Cultura, que é o Solar Condes de Resende), aos quais se poderão juntar os pequenos acervos do Palácio-Museu de Vila Viçosa, Museu do Caramulo, Museu Condes de Castro Guimarães, em Cascais, entre outros.

Além das instituições públicas e privadas que se mencionaram, e que proporcionam o acesso a visitantes interessados, o nosso país conta ainda com pequenas coleções particulares que os respetivos proprietários con-

* Universidade de Lisboa, Portugal.
E-mail: luisaraujo@letras.ulisboa.pt.



servam em suas casas, por vezes em redomas apropriadas, numa cuidadosa museografia de cariz pessoal.

A maior parte dos acervos de antiguidades egípcias existentes em Portugal encontra-se estudada e publicada, graças a um projeto que foi iniciado nos anos 90 do século passado pelo Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e que hoje continua, até porque ciclicamente vão aparecendo novas coleções particulares. Por outro lado, é certo que alguns colecionadores, com os seus núcleos já estudados, uma vez por outra vão adquirindo novos objetos para enriquecimento dos seus pequenos acervos, os quais, naturalmente, não se encontram expostos ao público, mantendo-se guardados em casa dos seus proprietários.

	Localização	Número de Objectos
Museu Nacional de Arqueologia	Lisboa	584 (309 expostos)
Museu da Farmácia	Lisboa Porto	108 (outros em aquisição)
Museu de História Natural da Universidade do Porto	Porto	103
Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa	Lisboa	97
Museu Calouste Gulbenkian	Lisboa	54 (40 expostos)
Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes	Abrantes	30
Museu Nacional de Arte Antiga	Lisboa	12
Solar Condes de Resende	Canelas	20
Museu Nacional de Soares dos Reis	Porto	8
Museu do Caramulo	Caramulo	8
Palácio-Museu de Vila Viçosa	Vila Viçosa	8
Museu Condes de Castro Guimarães	Cascais	6
Casa-Museu Medeiros de Almeida	Lisboa	3
Biblioteca Nacional de Portugal	Lisboa	2
Museu Arqueológico do Carmo	Lisboa	2
Museu Hipólito Cabaço	Alenquer	2
Museu Nogueira da Silva	Braga	2
Museu de Santa Joana Princesa	Aveiro	1
Museu da Universidade de Coimbra	Coimbra	1
Museu Municipal de Aljustrel	Aljustrel	1
Museu Municipal de Almada	Almada	1
Coleção Miguel Barbosa	Lisboa	49
Coleção Sam Levy	Lisboa	34

	Localização	Número de Objectos
Coleção Rui Assis Ferreira	Lisboa	26
Coleção Fernando Freitas Simões	Lisboa	20
Coleção Luís Teixeira da Mota	Guimarães	6
Coleção Barahona Possolo	Lisboa	3
Coleção Amaral Cabral	Vila Viçosa	2
Coleção Sá Nogueira	Lisboa	2
Coleção Luís Manuel de Araújo	Praia das Maças	2
Coleção João Bilhim	Lisboa	1
Coleção Manuel Rocha	Lisboa	1
Coleção Pedro Gonçalves Rodrigues	Lisboa	1
Coleção Mário Barroca	Porto	1
Coleção João Xavier	Lisboa	1

Fig. 1 Resumo das coleções egípcias em Portugal, com quantidades de objetos (tabela do autor).

Museu Nacional de Arqueologia¹

O maior acervo é sem dúvida o do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, frente à bela Praça do Império em Belém, que possui um total de 584 objetos egípcios, estando 309 em exibição na sala de antiguidades egípcias. Esta sala, que reabriu ao público em 1993, para comemorar os cem anos do Museu (fundado em 1893 por José Leite de Vasconcelos), está agora numa fase de reestruturação, melhorando o seu aspeto e oferecendo uma informação mais completa aos milhares de visitantes que todos os anos a apreciam, entre os quais muitos estrangeiros, e por isso as legendas das peças e os painéis de informação temática terão uma versão em inglês na nova sala que se prevê. A renovação do espaço insere-se no mais amplo projeto de reestruturação do Museu Nacional de Arqueologia, que irá reabrir em 2024, após dispendiosas obras orçadas em mais de vinte milhões de euros.

Graças à concretização exitosa do *Lisbon Mummy Project* (e do apoio da Siemens) o espaço dedicado à mumificação continuará a mostrar um filme

¹ Sobre esta colecção veja-se: Albuquerque 2012; Araújo 1987; Araújo 1989; Araújo 1991a; Araújo 1990–1992; Araújo 1993a; Araújo 1993b; Araújo 1994; Araújo 2004; Araújo 2015a; Figueiredo 2005; Guedes 1993–1994; Prates et al. 2011; Prates et al. 2015.

em contínua projeção, para recordar as várias ações efetuadas com a análise não destrutiva por raios-x (RX digital e TAC multicorte de 64 cortes), das múmias animais e humanas do acervo com o concurso do IMI (Imagens Médicas Integradas), que formou uma eficaz equipa multidisciplinar de radiologia abrangendo técnicos e médicos radiologistas, coordenada pelo Dr. Carlos Prates.

A coleção exposta está dividida em catorze unidades, seguindo um critério temático-cronológico que se inicia na Pré-história e vai terminar com as peças do Egito copta. A par da remodelação da sala de antiguidades egípcias, prevê-se uma segunda edição do catálogo, que está esgotado desde há muitos anos. A redação do texto vai melhorar algumas anomalias e irá beneficiar de vários contributos que resultam de estudos mais aprofundados levados a cabo por Álvaro Figueiredo (sarcófago de Irtieru), o barco nilótico (Telo Canhão), inscrições das estelas (Dirk van der Plas) e, como acima foi salientado, das conclusões do *Lisbon Mummy Project*. Quanto aos objetos mais significativos, podem ser destacados o olho mágico do deus Hórus (*udjat*), escolhido para ser a imagem de marca da coleção à entrada da sala, um busto faraónico de basalto, dois sarcófagos antropomórficos pintados, uma múmia enfaixada com inscrições hieroglíficas, uma máscara funerária dourada, um barco votivo, uma estatueta de Ptah-Sokar-Osiris, e, por conjuntos, a lítica funerária (com inscrições que têm servido, com grande proveito didático, em aulas práticas da cadeira de Escrita Hieroglífica), as estatuetas funerárias (*chauabtis* e *uchebtis*), os amuletos e os escaraveiros, sendo ainda de mencionar as estatuetas de bronze, com relevo para as representações do deus Osiris e da deusa Ísis com o seu filho Hórus, e ainda estatuetas de Harpócrates.

É assaz diversificada a origem das peças do acervo: o núcleo mais antigo, com cerca de 70 objetos, foi obtido no Egito por Leite de Vasconcelos, fundador do Museu, após a sua visita ao Egito em 1909, a que se juntam cerca de 200 confiscados pelo governo republicano a partir de 1910, trazidos pela rainha D. Amélia da sua viagem ao Egito em 1903 e que se encontravam em antigos palácios reais. A coleção aumentou com as ofertas de diversos colecionadores como a família dos duques de Palmela, Bustorff

Silva, Barros e Sá e Firmino Falcão, existindo cerca de 80 objetos de origem desconhecida.

Museu da Farmácia (Lisboa e Porto)²

O Museu da Farmácia, situado em Lisboa, que é tutelado pela Associação Nacional das Farmácias, e que tem um polo instalado no Porto, possui 108 objetos (estão outros ainda em fase de aquisição), os quais se caracterizam, no seu conjunto, por uma notória e congruente homogeneidade, dado que foram selecionados tendo em conta a temática genérica do Museu, que reúne e expõe exemplos utilitários relacionados com a saúde em geral, e com a farmácia e a medicina em particular. O circuito museológico, bem concebido e montado para abranger toda a cronologia da história da humanidade, desde o antigo Egito às viagens no espaço que ainda decorrem, intenta mostrar objetos de diferentes culturas e civilizações, um propósito iniciado em 1996 com o alargamento da área expositiva do Museu.

Pode dizer-se que a presença de peças evocativas da civilização faraônica enriquece a mostra e tem uma função pedagógica de relevo no início do circuito expositivo. Impressiona logo à entrada a presença do magnífico sarcófago de madeira pintada da dama Irtierut, bem acompanhado por vasos de vísceras e por uma instrutiva variedade de peças feitas de diversos materiais: amuletos, escaravelhos, recipientes, estatuetas, pesos, entre outras, que vão da Pré-história à Época Greco-romana, merecendo destaque a estatueta funerária feita para Hui, que foi preparador de unguentos (um antepassado dos farmacêuticos).

Todos os objetos pertencentes ao acervo do Museu da Farmácia foram adquiridos em leilões de antiguidades egípcias no estrangeiro, mediante a consulta de apropriados catálogos, beneficiando das generosas verbas que a Associação Nacional das Farmácias dispensou.

² Sobre esta coleção veja-se: Araújo 2005a; Araújo 2005b; Araújo 2007a; Basso e Araújo 2008.

Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto³

Quando em 2011 foi decidido comemorar, com a necessária dignidade, o centenário da Universidade do Porto, elegeu-se a abertura de uma sala de antiguidades egípcias do Museu de História Natural, instalado no edifício novecentista da Reitoria da Universidade do Porto, como um dos momentos altos da efeméride. Os cerca de cem objetos do acervo, doados pela Alemanha em 1925 (de 134 objetos que constam na lista original do Museu de Berlim restam agora apenas 103), ficaram expostos de acordo com um compreensivo critério expositivo de ordem temático-cronológico, inspirado no acervo egípcio do Museu Nacional de Arqueologia. Esta opção teve em conta o facto de estarem representadas na coleção universitária portuense praticamente todas as grandes épocas da história do antigo Egito, começando logo pela longa fase pré-histórica, aqui bem ilustrada por vasos de terracota, colares e paletas para cosmética, objetos do Império Antigo e do Império Novo, Terceiro Período Intermediário e Época Baixa, com bons exemplos de estatuetas funerárias, amuletos, vasos de vísceras, bronzes figurativos, e, da Época Greco-romana, um sarcófago, duas múmias humanas, uma máscara funerária de cartonagem dourada e outra de estuque pintado e lucernas, entre outros objetos. A variedade de peças expostas acaba por fazer do acervo portuense um importante núcleo didático posto à disposição do público, com especial relevo para os alunos do ensino básico e secundário, que têm acorrido ao museu universitário em número significativo.

O catálogo do acervo conta com detalhe as peripécias da chegada das peças, vindas da Alemanha, na sequência da devolução a este país dos objetos de origem babilónica e assíria que o governo português tinha confiscado em 1916 num barco alemão refugiado no rio Tejo quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Depois de terem pertencido à Faculdade de Letras do Porto, foram transferidos para a Faculdade de Ciências em 1940,

³ Sobre esta coleção veja-se: Araújo 2011; Araújo 2012; Cunha e Sousa 2006; Sousa 2007; Sousa 2008a; Sousa 2008b; Vários 2008; Zaragota 2010.

estando hoje sob a tutela da Universidade do Porto no seu Museu de História Natural e da Ciência, na sala de um espaço do edifício que agora passa por uma fase de remodelação.

Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa⁴

O Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa guarda 97 objetos egípcios, parte dos quais (o conjunto de estatuetas funerárias conhecidas por *chauabtis*) já se encontra estudado e publicado, com a vantagem de assim poder ser apreciado porque a área egiptológica não está acessível. Está agora a ser estudado o conjunto de cinco sarcófagos e coberturas internas de múmia, visando a sua publicação. No final do estudo de todo o acervo ele deveria ser exposto ao público de uma forma condigna e museologicamente recomendável, até porque tal opção iria valorizar não só o recheio do Museu mas certamente chamar mais visitantes para além do significativo número que é atraído pelos artefactos africanos. Já nos anos noventa do século passado a direção da Sociedade de Geografia procurava um espaço ideal para expor as suas antiguidades egípcias, ou seja, as oitenta e oito estatuetas funerárias, mais os cinco sarcófagos antropomórficos (um dos quais externo, com grandes dimensões), e as três tampas internas de sarcófago, e ainda um fragmento escultórico datado do Império Antigo e que não faz parte do lote oferecido à instituição lisboeta em 1893 pelo governo egípcio, não existindo no livro de registos qualquer informação sobre a origem desta peça. O núcleo de estatuetas funerárias e o conjunto de sarcófagos foram descobertos, com milhares de outros objetos, em 1891, num túmulo coletivo datado da XXI Dinastia (c. 1070–945 AEC), tendo o governo egípcio dividido o espólio em vários lotes que foram oferecidos a diversos países europeus. A Portugal coube o 8.º lote, destinado à Sociedade de Geografia de Lisboa.

Durante a fase de estudo das estatuetas funerárias foi proposto à direção do Museu que se tomassem medidas para expor condignamente a

⁴ Sobre esta coleção veja-se: Araújo 2003; Carreira 1988; Schmick 1910; Sousa 2010a; Sousa 2010b.

coleção egípcia num novo local, a fim de, entre outros fatores, proteger os sarcófagos de novas infiltrações de água e de humidade como as que se verificaram por ocasião das grandes chuvadas do Inverno de 1990, muito danosas para o Museu e para as peças egípcias guardadas junto das janelas do lado poente. De então para cá, e com o agravamento geral das condições económicas, a desejada solução foi sendo sucessivamente adiada, mas espera-se que o projeto de uma nova sala se concretize.

Museu Calouste Gulbenkian⁵

Os objetos egípcios de maior valia que se encontram no nosso país são os do Museu Calouste Gulbenkian, em Lisboa, que tem em exposição quarenta peças na sua galeria de arte egípcia, mantendo-se catorze nas reservas. O novo catálogo do acervo, numa segunda edição revista e atualizada, inclui as peças que se encontram nas reservas, e todas elas têm a respetiva imagem (por vezes mais de uma, em diferentes posições). As peças foram adquiridas a partir de 1907 até 1942, e cobrem praticamente todas as épocas históricas do antigo Egito, desde o Império Antigo (taça de alabastro e baixo-relevo funerário), Império Médio (estátua funerária e uma cabeça de obsidiana de Senwosret III), Império Novo (bem representado com estatuetas de madeira, estatueta funerária de bronze, uma estela, colher de marfim, cabeças de faraós, a estela de Iri), Terceiro Período Intermediário (estatuetas diversas, com relevo para a do deus Osíris e placas de marfim), Época Baixa (estatuetas e máscara funerária de prata dourada) e Época Greco-romana (barca solar e estatuetas diversas).

Como se vê, só não está presente o período de Amarna e a Época Arcaica, de resto a alta qualidade das peças expostas mostra o gosto pessoal refinado do colecionador, que foi um grande apaixonado pelo Egito, onde esteve em excursão em 1934, e onde se deixou fotografar sentado na base de uma estátua do falcão do deus Hórus no templo de Edfu, e que serviria

⁵ Sobre esta coleção veja-se: Araújo 2007b; Araújo 2015b; Assam 1991; Sales 2015; Sales 2016; Smith e Edwards 1937.

de inspiração para esculpir a estátua memorial de Calouste Gulbenkian nos jardins da Fundação, uma expressiva obra do escultor Leopoldo de Almeida.

Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes⁶

O Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes tinha meia centena de objetos que estavam classificados como sendo egípcios, mas depois de um estudo lá realizado, a convite da autarquia concluiu-se que o número deveria ser reduzido para trinta. Entre as mais belas peças do acervo egípcio, oferecido à autarquia pelo senhor João Estrada, estavam algumas estatuetas de bronze de qualidade que chamaram a atenção no início da investigação, com harmoniosas proporções que sugeriam as produções da XVIII Dinastia (Império Novo) e uma cimitarra de bronze, conhecida como *kheprech*. Mas a inicial sensação de regozijo por ver a qualidade geral dos objetos mostrados ao investigador e a boa impressão colhida numa primeira apreciação das estatuetas vieram depois a desvanecer-se numa observação mais atenta — tratava-se afinal de imitações cuidadosamente elaboradas. De resto, o colecionador não tinha um único documento que atestasse a origem e a veracidade desses objetos que, segundo ele, tinham sido adquiridos em leilões de antiguidades no estrangeiro e no nosso país. Quem produziu a cimitarra e as estatuetas de bronze “egípcias”, além de um gato de bronze (de fabrico recentíssimo, como se viu raspando a pátina da figura), não se conteve na ânsia de “aprimorar” o produto que pretendia vender ao incauto comprador, certamente por elevados preços, dada a categoria do apurado trabalho técnico de metalurgia e até o cuidadoso respeito por uma tradicional iconografia que se deteta nos objetos, o que mostra que os “artífices” se documentaram bem observando objetos verdadeiros para depois os imitar. Trata-se, em suma, de reproduções por vezes habilidosas de originais que poderão ser apreciados em museus que

⁶ Sobre esta coleção veja-se: Almeida e Araújo 2009; Araújo 2009.

expõem peças semelhantes ou que podem ser vistas em vários catálogos de arte egípcia. Uma das fontes de inspiração para a cópia terá sido o espólio de Tutankhamon, que inclui diversas estatuetas de metal ou de madeira com idêntica configuração. Assim se explica que os textos hieroglíficos gravados em algumas das peças falsas da coleção Estrada, cedidas ao Museu de Abrantes, invoquem o nome do famoso rei egípcio da XVIII Dinastia que pode ser lido nas suas estatuetas funerárias, e que os grandes museus da Europa, como o Museu do Louvre, o Museu de Turim ou o Museu Britânico não possuem, mas que foram parar a Abrantes.

Museu Nacional de Arte Antiga⁷

O Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, tem vários fragmentos de tecidos de origem egípcia, datados do período copto-bizantino (alguns dos quais estiveram expostos na exposição sobre “Arte Copta e do Oriente Cristão” que esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia em 2015). Os tecidos coptas foram oferecidos ao Museu pelo colecionador Ernesto Vilhena, que os adquiriu em Portugal e no estrangeiro. A maior parte dos motivos que ornaram os fragmentos são feitos de lã e linho de várias cores, sendo o fio de cor passado com agulha pela urdidura composta por uma tela de linho. O antigo Egito está ainda presente com uma estátua de pedra figurando um leão deitado, datada da Época Baixa, que foi oferecida ao museu por Calouste Gulbenkian.

Solar Condes de Resende⁸

O Solar Condes de Resende, em Canelas, pertencente ao município de Gaia, e que é a sede da Confraria Queirosiana, tem em exibição vinte objetos egípcios, com o condão de ali se poder evocar o Egito, mas também Eça de Queirós, que lá foi em 1869, merecendo destaque uma estatueta funerária.

⁷ Sobre esta coleção veja-se: Araújo e Pereira 2002; Araújo 2003b; Araújo 2015c.

⁸ Sobre esta coleção veja-se: Almeida e Araújo 2009; Araújo 1995a.

ria de madeira datada do Império Novo. Este acervo não foi adquirido pelo notável escritor, mas sim pelo autodidata e colecionador Marciano Azuaga, que em 1904 decidiu doar grande parte das suas heterogêneas coleções de arte, arqueologia e antropologia à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Museu Nacional de Soares dos Reis⁹

Embora o Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, tenha outra vocação, estão lá oito peças oriundas do antigo Egito em situação de depósito, visto que pertencem à Câmara Municipal do Porto, sendo de salientar uma bela estatueta funerária de faiança esverdeada e um escaravelho do coração com base inscrita. A edilidade portuense adquiriu esse núcleo à família Allen, em meados do século XIX.

Museu do Caramulo¹⁰

A pequena coleção egípcia que está exposta no Museu do Caramulo é o resultado de várias ofertas de colecionadores amigos do Museu (com alguns objetos do período copta), sendo a peça mais vistosa uma estatueta de bronze com a deusa Ísis amamentando o seu filho Hórus.

Palácio-museu de Vila Viçosa¹¹

Entre os vários acervos artísticos e arqueológicos existentes no Palácio-museu de Vila Viçosa, sob a tutela da Casa de Bragança, encontra-se uma pequena coleção de oito objetos egípcios que tinham pertencido ao rei D. Luís, onde se evidenciam dois vasos de vísceras de pedra com inscrições hieroglíficas.

⁹ Sobre esta coleção veja-se: Araújo 1995b; Araújo 1995c.

¹⁰ Sobre esta coleção veja-se: Araújo 2001; Araújo 2003c.

¹¹ Sobre esta coleção veja-se Lopes e Araújo 1992; Lopes e Araújo 1993; Nolen 2004.

Museu Condes de Castro Guimarães¹²

Existem seis modestos objetos egípcios no Museu Condes de Castro Guimarães, em Cascais (que é propriedade do município), merecendo destaque um escaravelho de faiança verde com uma inscrição hieroglífica na base onde se pode ler, dentro de uma cartela, o nome de Menkheperre (prenome do famoso faraó Thutmose III). O pequeno acervo foi adquirido pelo conde de Castro Guimarães ao anterior proprietário do palacete, Jorge O'Neill.

Outros pequenos acervos¹³

Na Casa-museu Medeiros e Almeida, em Lisboa, existem três estatuetas funerárias de faiança, e outras coleções lisboetas possuem apenas dois objetos, como a Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa (estatuetas funerárias) e o Museu Arqueológico do Carmo, instalado nas ruínas restauradas do convento, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que expõe um sarcófago e a respetiva múmia (que se encontra em estado lamentável).

Fora da capital, o Museu Hipólito Cabaço, em Alenquer, conserva dois escaravelhos, e o Museu Nogueira da Silva, que pertence à Universidade do Minho, em Braga, possui duas estatuetas funerárias (não expostas), que o egiptólogo brasileiro Ronaldo Gurgel, docente da NOVA FCSH, procurou estudar, referindo as “três peças” que se encontram neste Museu, se bem que aqui se registem apenas duas porque sobre uma delas ainda pairam algumas dúvidas. Embora o investigador afirme num blogue que não existia “qualquer tipo de referência escrita a seu respeito”, o catálogo da coleção egípcia editado pelo Museu Calouste Gulbenkian incluía esta coleção na lista publicada.

Acrescentemos ainda os pequenos acervos egípcios apenas com um objeto: o Museu de Santa Joana Princesa, em Aveiro (estatuetas funerárias)

¹² Sobre esta coleção veja-se: Araújo 2005c; Araújo 2008a.

¹³ A respeito destes veja-se: Almagro-Gorbea e Torres Ortiz 2009; Almeida e Araújo 2009; Araújo 1997-1998; Araújo 2002a; Araújo 2005d; Araújo 2007c; Araújo 2008b; Silva e Araújo 2013.

de um capataz), o Museu Municipal de Aljustrel (escaravelho), o Museu da Universidade de Coimbra (escaravelho) e o Museu Municipal de Almada (escaravelho).

Coleções particulares¹⁴

Quanto às coleções particulares do nosso país, assim designadas para as diferenciar dos acervos privados mostrados ao público, a maior é a de Miguel Barbosa, de Lisboa, com 49 objetos (um acervo muito variado), seguindo-se, também na capital, a coleção Sam Levy (34 objetos, e destaque para um escaravelho do coração inscrito), a coleção Rui Assis Ferreira (26 objetos, com relevo para as estatuetas funerárias), a coleção Fernando Freitas Simões (20 objetos com boas estatuetas funerárias) e a coleção Luís Teixeira da Mota, de Guimarães (6 objetos, com destaque para um vaso de vísceras). A coleção Barahona Possolo, de Lisboa, tem três objetos (um fragmento de baixo-relevo, um escaravelho e um babuíno), a coleção Amaral Cabral, integrada no Palácio-museu de Vila Viçosa, exibe duas estatuetas funerárias. Também têm dois objetos a coleção Sá Nogueira, de Lisboa (um boi Ápis e um leão) e a coleção Luís Manuel de Araújo, Praia das Maçãs (com um escaravelho e uma estatueta funerária). Por fim registre-se um núcleo de acervos lisboetas que só possuem um objeto, como são as coleções de João Bilhim (uma estatueta funerária com inscrição), de Manuel Rocha (estatueta funerária), de João Xavier (estatueta do deus Bés), e de Pedro Gonçalves Rodrigues (estatueta funerária); no Porto existe a coleção Mário Barroca, com um escaravelho.

Alguns destes colecionadores particulares terão sido vítimas de hábeis meliantes, e também as imitações egípcias não foram esquecidas, estando presentes em vários acervos do nosso país — e por isso, dentro de uma relativa experiência obtida na apreciação de coleções propostas para estudo e publicação, a primeira tarefa é logo separar imediatamente os

¹⁴ A respeito das quais veja-se: Araújo 1991b; Araújo 1994-1995; Araújo 1998-1999; Araújo 1999a; Araújo 1999b; Araújo 2000a; Araújo 2002b; Araújo 2005d; Araújo 2008c; Araújo 2010; Araújo 2013.

objetos falsos ou duvidosos, por vezes para grande desgosto dos próprios colecionadores.¹⁵

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Maria José de. 2012. “A colecção de antiguidades egípcias do Museu Nacional de Arqueologia: actividades pedagógico-didácticas do Sector Educativo.” In *Novos Trabalhos de Egiptologia Ibérica*, I, editado por Luís Manuel de Araújo e José das Candeias Sales, 73–86. Lisboa: Instituto Oriental e Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Almagro-Gorbea, Martine, e Mariano Torres Ortiz. 2009. “Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión.” *Estudios Arqueológicos de Oeiras* 17: 521–54.
- Almeida, Júlia Pereira de, Luís Manuel de Araújo. 2009. “Escaravelhos em colecções egípcias de Portugal.” *Cadmo* 19: 97–130.
- Araújo, Luís Manuel de. 1987. “A Colecção de Antiguidades Egípcias do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.” *O Arqueólogo Português* IV (5): 175–91.
- Araújo, Luís Manuel de. 1988. “O Antigo Egipto no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.” *O Estudo da História* II (5–6): 99–104.
- Araújo, Luís Manuel de. 1989. “Chauabtis do Museu Nacional de Arqueologia.” *Revista da Faculdade de Letras* V (12): 59–72.
- Araújo, Luís Manuel de. 1990–1992. “Cinco cones funerários egípcios no Museu Nacional de Arqueologia.” *O Arqueólogo Português* IV (8–10): 341–55.
- Araújo, Luís Manuel de. 1990. “O falcão egípcio.” In *Falcoaria Real, Exposição temporária realizada no Museu Nacional dos Coches, 17 de novembro de 1989 a 17 de janeiro de 1990*, 55–57. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- Araújo, Luís Manuel de. 1991a. “Epigrafia da Colecção de Antiguidades Egípcias do Museu Nacional de Arqueologia.” In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas, Investigação e defesa do património, 1990*, 381–93. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Araújo, Luís Manuel de. 1991b. “Dois chauabtis numa colecção privada portuguesa.” *Hathor: Estudos de Egiptologia* 3: 15–23.
- Araújo, Luís Manuel de. 1991c. “Colecções egípcias em Portugal.” *Cadmo* 1: 237–39.
- Araújo, Luís Manuel de. 1993a. *Antiguidades Egípcias I*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Araújo, Luís Manuel de. 1993b. “Cones funerários da colecção de antiguidades egípcias do Museu Nacional de Arqueologia.” *Cadmo* 3: 49–60.

¹⁵ Para além das referências bibliográficas específicas de cada coleção, pode ainda ver-se, a respeito de colecções egípcias em Portugal: Araújo 1988; Araújo 1990; Araújo 1991c; Araújo 1993c; Araújo 1995d; Araújo 1995e; Araújo 1995f; Araújo 1999c; Araújo 2000b; Araújo 2000c; Araújo 2000d; Araújo 2000e; Araújo 2006a; Araújo 2006b; Deus e Correia 2005; Gamer-Wallert e Paixão 1983; Sousa 2005.

- Araújo, Luís Manuel de. 1993c. "Abertura da exposição de antiguidades egípcias do Museu Nacional de Arqueologia." *Cadmo* 3: 177–79.
- Araújo, Luís Manuel de. 1994–1995. "O núcleo egípcio da colecção Rui Assis Ferreira." *Cadmo* 4–5: 75–94.
- Araújo, Luís Manuel de. 1994. "Paletas egípcias do Museu Nacional de Arqueologia." *O Arqueólogo Português* 11–12: 391–402.
- Araújo, Luís Manuel de. 1995a. *O núcleo egípcio da colecção Marciano Azuaga*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Sector de Acção Cultural.
- Araújo, Luís Manuel de. 1995b. "A colecção egípcia do Museu Nacional de Soares dos Reis." *Museu* IV (3): 7–20.
- Araújo, Luís Manuel de. 1995c. "La collection égyptienne du Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto." In *Proceedings of the Seventh International Congress of Egyptologists*, editado por C. J. Eyre, 59–65. Leuven: Peeters.
- Araújo, Luís Manuel de. 1995d. "Colecção Barros e Sá. Núcleo Egípcio." In *Um Gosto Privado, Um Olhar Público. Doações*, 154–76. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Araújo, Luís Manuel de. 1995e. "Colecção Bustorff Silva. Núcleo Egípcio." In *Um Gosto Privado, Um Olhar Público. Doações*, 58–62. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Araújo, Luís Manuel de. 1995f. *Estudos sobre erotismo no antigo Egipto*. Lisboa: Edições Colibri.
- Araújo, Luís Manuel de. 1997–1998. "O núcleo egípcio da colecção de antiguidades da Biblioteca Nacional." *Leituras* 2: 161–67.
- Araújo, Luís Manuel de. 1998–1999. "O núcleo egípcio da colecção Miguel Barbosa." *Cadmo* 8–9: 69–106.
- Araújo, Luís Manuel de. 1999a. "O núcleo egípcio da colecção Fernando Freitas Simões." *Clio* 4: 7–25.
- Araújo, Luís Manuel de. 1999b. "O núcleo egípcio da colecção Luís Teixeira da Mota." In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida, In Memoriam, I*, editado por Mário Jorge Barroca, 117–24. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Araújo, Luís Manuel de. 1999c. "O estudo e a instalação da colecção de antiguidades egípcias do Museu Nacional de Arqueologia." *O Arqueólogo Português* 17: 527–38.
- Araújo, Luís Manuel de. 2000a. "Um escaravelho do coração numa colecção privada portuguesa." *Museu* IV (9): 7–27.
- Araújo, Luís Manuel de. 2000b. "Egiptologia em Portugal." *Cadmo* 10: 57–94.
- Araújo, Luís Manuel de. 2000c. "Museologia egiptológica em Portugal no século XX." *Boletim da Associação Portuguesa de Museologia* 1–2: 88–95.
- Araújo, Luís Manuel de. 2000d. "Objectos egípcios em colecções privadas portuguesas." *Clube do Coleccionador* 3: 2–5.
- Araújo, Luís Manuel de. 2000e. "Serpente solarizada. Udjat: Olho de Horus." In *Facies Deitatis. As Faces de Deus, catálogo da exposição no Mosteiro de San Martiño Pinario (15 de setembro a 30 de novembro de 2000)*, 255–57. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, Arcebispo de Santiago de Compostela.
- Araújo, Luís Manuel de. 2001. "A colecção egípcia do Museu do Caramulo." *Cadmo* 11: 55–63.
- Araújo, Luís Manuel de, e Teresa Pacheco Pereira. 2002. *Fragmentos de Tecidos Coptas*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Araújo, Luís Manuel de. 2002a. "Sarcófago e múmia egípcias." In *Museu Arqueológico do Carmo. Roteiro da Exposição Permanente*, editado por José Morais Arnaud e Carla Varela Fernandes, 138–41. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Araújo, Luís Manuel de. 2002b. "O núcleo egípcio da colecção Sam Levy." *Artis* 1: 31–56.
- Araújo, Luís Manuel de. 2003a. *Estatuetas funerárias egípcias da XXI Dinastia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- Araújo, Luís Manuel de. 2003b. "Tecidos coptas numa exposição do Museu Nacional de Arte Antiga." *Cadmo* 13: 79–96.
- Araújo, Luís Manuel de. 2003c. "Egiptologia." In *Colecção da Fundação Abel de Lacerda*, editado por Madalena Lacerda Gouveia, 20–23. Caramulo: Fundação Abel de Lacerda.
- Araújo, Luís Manuel de. 2004. "Seis novos objectos da colecção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia." *Cadmo* 14: 53–60.
- Araújo, Luís Manuel de. 2005a. "A colecção egípcia do Museu da Farmácia." In *Actas del Segundo Congreso Ibérico de Egiptología*, editado por Josep Cervelló Autuori, Montserrat Diaz de Cerio Juan e David Rull Ribó, 27–32. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Araújo, Luís Manuel de. 2005b. "O sarcófago egípcio do Museu da Farmácia." *Cadmo* 15: 23–32.
- Araújo, Luís Manuel de. 2005c. "A colecção egípcia do Museu Condes de Castro Guimarães." *Arquivo de Cascais* 13: 11–22.
- Araújo, Luís Manuel de. 2005d. "Novos objectos egípcios em colecções privadas de Portugal." *Cadmo* 15: 203–207.
- Araújo, Luís Manuel de. 2005d. "O sarcófago e a múmia egípcia." In *Construindo a Memória. As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, editado por José Morais Arnaud e Carla Varela Fernandes, 534–45. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Araújo, Luís Manuel de. 2006a. "Estelas funerárias egípcias em Portugal." *O Arqueólogo Português – Suplemento, 3: Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*: 35–45.
- Araújo, Luís Manuel de. 2006b. "Vasos de vísceras em colecções egípcias de Portugal." *Cadmo* 16: 123–35.
- Araújo, Luís Manuel de. 2007a. "Estatueta funerária de Hui, preparador de unguentos de Amon." In *Rumos e Escrita da História, Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida*, editado por Maria de Fátima Reis, 473–80. Lisboa: Edições Colibri.
- Araújo, Luís Manuel de. 2007b. "Duas estatuetas do 'Império Antigo' na colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian." *Artis* 6: 47–60.
- Araújo, Luís Manuel de. 2007c. "O embalsamamento egípcio: homenagem a Rómulo de Carvalho no Museu Arqueológico de Odrinhas." *Cadmo* 17: 269–74.
- Araújo, Luís Manuel de. 2008a. "O núcleo egípcio." In *Roteiro do Museu Condes de Castro Guimarães*, 144–51. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Araújo, Luís Manuel de. 2008b. "Uma statueta funerária egípcia no Museu de Aveiro." *Cadmo* 18: 219–22.
- Araújo, Luís Manuel de. 2008c. "Novos objectos do núcleo egípcio da colecção Rui Assis Ferreira." *Cadmo* 18: 107–20.
- Araújo, Luís Manuel de. 2009. "Antigo Egipto." In *Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes*, 66–73. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.
- Araújo, Luís Manuel de. 2010. "Três pequenas colecções egípcias particulares." *Cadmo* 20: 141–48.
- Araújo, Luís Manuel de. 2011. *A Colecção Egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.
- Araújo, Luís Manuel de. 2012. "The Egyptian Collection of Museu de História Natural da Universidade do Porto." *Res Antiquitatis, Journal of Ancient History* 3: 247–62.
- Araújo, Luís Manuel de. 2013. "Novas colecções egípcias particulares em Lisboa." *Cadmo* 23: 198–200.
- Araújo, Luís Manuel de. 2015a. "Estudo das múmias egípcias do Museu Nacional de Arqueologia: The Lisbon Mummy Project." In *Ex Aegyptus lux et sapientia. Homenatge al Professor Josep Padró Parcerisa*, editado por Núria Castellano et al., 81–90. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Araújo, Luís Manuel de. 2015b. *Arte Egípcia*, 2.^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Araújo, Luís Manuel de. 2015c. *Arte Copta e do Oriente Cristão*. Lisboa: Imprensa da Universidade Católica Portuguesa.

- Assam, Maria Helena. 1991. *Arte Egípcia*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian.
- Basso, Paula, e Luís Manuel de Araújo. 2008. *A Farmácia no Mundo Pré-Clássico e nas Culturas Tradicionais*. Lisboa: Associação Nacional de Farmácias.
- Carreira, José Nunes, Luís Manuel de Araújo. 1988. "Chauabtis da Sociedade de Geografia de Lisboa." *Revista da Faculdade de Letras V* (10): 13–23.
- Cunha, Maria José, e Rogério Ferreira de Sousa. 2006. "A colecção de antiguidades egípcias do Museu de História Natural da Universidade do Porto." *Revista da Faculdade de Letras. História III* (7): 235–41.
- Deus, Manuela de, e José Correia. 2005. "Corte Margarida. Mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo." In *El Periodo Orientalizante*, editado por Sebastián Celestino Pérez e Javier Jiménez Ávila, 615–18. Mérida: Instituto de Arqueología.
- Figueiredo, Álvaro. 2005. "The Cartonnage Mummy-case of Irtieru (Egyptian Collection, Museu Nacional de Arqueologia): A Reassessment." *O Arqueólogo Português IV* (23): 437–50.
- Gamer-wallert, Ingrid, e António Cavaleiro Paixão. 1983. "A inscrição do escaravelho de Psamético I, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires. Elementos para a sua interpretação." *O Arqueólogo Português IV* (1): 267–72.
- Guedes, Natália Correia. "A múmia ptolemaica do Museu Nacional de Arqueologia. Memória do Museu de História Natural do Marquês de Angeja." *O Arqueólogo Português* 11-12: 367–70.
- Lopes, Maria Helena Trindade, Luís Manuel de Araújo. 1992. "A colecção egípcia do rei D. Luís." *Hathor: Estudos de Egptologia* 4: 17–28.
- Lopes, Maria Helena Trindade, Luís Manuel de Araújo. 1993. "La collection égyptienne du roi D. Luís." In *Atti. VI Congresso Internazionale di Egittologia, I*, editado por Gian Maria Zaccane e Tomaso Ricardi di Netro, 671–73. Torino: Società Italiana per il Gas p.A.
- Nolen, Jeannete Smit. 2004. "O núcleo egípcio." In *Roteiro. Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa*, 36–37. Caxias: Fundação da Casa de Bragança.
- Prates, Carlos, Sandra Sousa, Carlos Oliveira, e Salima Ikram. 2011. "Prostate Metastatic Bone Cancer in an Egyptian Ptolemaic Mummy, A Proposed Radiological Diagnosis." *International Journal of Paleopathology* 1 (2): 1–6.
- Prates, Carlos, Carlos Oliveira, Sandra Sousa, e Salima Ikram. 2015. "A Kidney's Ingenious Path to Trimillennar Preservation: Renal Tuberculosis in an Egyptian Mummy?" *International Journal of Paleopathology* 11: 7–11.
- Sales, José das Candeias. 2015. "Serpentes na colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian." *Cadmo* 24: 9–30.
- Sales, José das Candeias. 2016. "Coroas, toucados e ceptros na colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian (Lisboa)." *Nehmaat V* (11): 67–88.
- Schmick, Valdmarr. 1910. "Les cercueils égyptiens de la Société de Géographie de Lisbonne." *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa* 8 (20): 55–60.
- Silva, Andreia Cunha da, e Luís Manuel de Araújo. 2013. "Três estatuetas funerárias egípcias na Fundação Medeiros e Almeida." *Cadmo* 23: 57–63.
- Smith, Sidney, e I. E. S. Edwards. 1937. *Ancient Egyptian Sculpture Lent by C. S. Gulbenkian, Esq.* London: British Museum.
- Sousa, Rogério. 2005. "Os amuletos do coração no antigo Egipto: tipologia e caracterização." *Cadmo* 15: 105–30.
- Sousa, Rogério. 2007. "A colecção egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto: a estatueta de Ptah-Sokar-Osiris." *Revista da Faculdade de Letras. História III* (8): 385–92.
- Sousa, Rogério. 2008a. "A colecção egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto: 'Os mistérios do Além no antigo Egipto.'" *Cadmo* 18: 231–44.
- Sousa, Rogério. 2008b. "Os mistérios do Além no antigo Egipto: questões sobre a exploração museológica de um quadro conceptual." *Revista da Faculdade de Letras. História III* (9): 195–216.
- Sousa, Rogério. 2010a. "The Coffin of an Anonymous Woman from Bab el-Gasus (A.4) in Sociedade de Geografia de Lisboa." *Journal of the American Research Center in Egypt* 46: 185–200.

- Sousa, Rogério. 2010b. "O regresso à origem. O tema da viagem na iconografia funerária egípcia da XXI dinastia." *CEM, Cultura, Espaço & Memória* 1: 157–75.
- Vários. 2008. *Os mistérios do Além no antigo Egito. Coleção egípcia do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto*. Vila Nova de Gaia: Casa-museu Teixeira Lopes.
- Zaragota, Nuno. 2010. "A colecção esquecida." *National Geographic* 108: 2–7.

O LOTE VIII DE BAB EL-GASSUS NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A INVESTIGAÇÃO

ROGÉRIO DE SOUSA*

O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa possui um rico e variado espólio constituído maioritariamente por colecções de objectos africanos e asiáticos. Entre elas conta-se uma interessante colecção egípcia constituída por quase uma centena de objectos com uma proveniência comum: o Túmulo dos Sacerdotes de Ámon, escavado em Tebas nos finais da XXI Dinastia (c. 1079–945 AEC). Actualmente, o túmulo é mais bem conhecido pela sua designação árabe, Bab el-Gassus, ou seja, o “Portal dos Sacerdotes”. O túmulo foi descoberto por Eugène Grébaut, o então Diretor Geral do Service des Antiquités de l’Égypte em 1891, nas imediações do primeiro pátio do templo funerário da rainha Hatchepsut, em Deir el-Bahari. A descoberta revelar-se-ia uma das mais significativas da arqueologia egípcia, já que se tratava do mais vasto túmulo achado intacto no Egipto, contendo o equipamento funerário de 153 indivíduos. Entre 5 e 11 de Fevereiro de 1891, Grébaut, então assistido por Georges Daressy, Urbain Bouriant e Ahmed Kamal, retirou do túmulo um riquíssimo espólio constituído por cerca

* Universidade de Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8253-1707>. E-mail: solar.benu@gmail.com.



de 254 ataúdes, uma centena de papiros, 110 urnas contendo *ushebtis*, entre muitos outros pequenos artefactos (Daressy 1907, 19).

Este enorme espólio foi então transportado de vapor para o recentemente inaugurado Museu de Guiza, criando desde logo um grande problema logístico já que o antigo palácio khedival, sumariamente adaptado para servir de museu, não tinha capacidade para exhibir e armazenar convenientemente um achado desta magnitude, justamente quando, apenas dez anos antes, uma outra grande descoberta feita em Deir el-Bahari havia proporcionado quase uma centena de enterramentos, uma grande parte dos quais constituídos pelas múmias reais do Império Novo.

Talvez por essa razão, em 1892, por ocasião da coroação do novo khediva, Abbas II Hilmy, as autoridades egípcias decidiram oferecer uma parte substancial do espólio de Bab el-Gassus a 17 nações com representação diplomática no Egipto. Desde a abertura do Canal do Suez em 1869, o Egipto havia-se tornado num território chave para os interesses geoestratégicos das grandes potências mundiais, pelo que a oferta destas antiguidades tinha como intuito reafirmar a importância política do khediva. Considerados de menor qualidade ou supérfluos, os objectos seleccionados para serem doados foram então divididos em grupos ou lotes, cada um deles contendo em média os materiais relativos a quatro enterramentos, acrescido de uma selecção mais ou menos uniforme de estatuetas funerárias e, mais raramente, de urnas para conter *ushebtis*.

Os dezassete lotes de antiguidades foram então atribuídos, aparentemente por sorteio, às nações envolvidas nesta operação diplomática. Foi assim que, em 1893, Portugal recebeu o Lote VIII de antiguidades que incluía 88 *ushebtis* em faiança, cinco ataúdes antropomórficos amarelos e três coberturas de múmia. As múmias associadas a estes enterramentos permaneceram no Museu de Guiza e a sua localização é actualmente incerta.¹

¹ Georges Daressy não incluiu informação alguma sobre estas múmias no seu relatório (Daressy 1907, 3–38).

A recepção do Lote VIII em Portugal

Embora no momento em que as antiguidades do Lote VIII de Bab el-Gassus chegaram a Portugal o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia já existisse, as autoridades portuguesas de então decidiram atribuí-las à Sociedade de Geografia de Lisboa, que havia sido fundada em 1875, sob o impulso de personalidades influentes, entre as quais se destaca Luciano Cordeiro. Investigação recente desenvolvida no âmbito do projecto exploratório *Antiguidades do Próximo Oriente em Portugal: Política e diplomacia na recepção do Lote VIII de Bab el-Gassus* financiado pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa permitiu a localização da documentação referente à doação destas antiguidades.

Em 1893, o presidente da Sociedade era então o Almirante António Pereira do Nascimento Sampaio, mas foi Luciano Cordeiro, que ocuparia a posição de Secretário-Geral da Sociedade por 25 anos (1875–1900), quem dirigiu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros um pedido formal para receber o referido espólio. A documentação recolhida, essencialmente constituída pelos rascunhos manuscritos do Secretário-Geral, é lacunar e nelas se depreende a existência de contactos informais desenvolvidos nos bastidores da cena política entre a Sociedade e o Ministério.

O facto é que a colecção chegaria à Sociedade no final de 1893. A chegada a Lisboa destas antiguidades não suscitou notas de imprensa, nem tão pouco se conhecem registos fotográficos que documentem a sua apresentação ao público no museu da instituição. Em 1897 a Sociedade instalar-se-ia definitivamente na Rua das Portas de Santo Antão. A colecção egípcia acabaria por ser instalada no piso superior da galeria principal do museu, a chamada *Sala de Portugal*, junto das grandes vidraças viradas para a rua, uma área que hoje é usada como reserva e, portanto, não está aberta ao público.

Em 1902, o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* integra um interessante estudo da autoria do pioneiro do estudo dos ataúdes egípcios, o dinamarquês Valdemar Schmidt, que visitou a Sociedade nesse mesmo ano (Schmidt 1902). Doravante, durante mais de um século, esta colecção de ataúdes iria permanecer estranhamente ignorada. Ao longo de todo

esse hiato de tempo não há qualquer referência a estas antiguidades nas atas da Sociedade. Foi somente na década de 90 do século XX que Luís Manuel de Araújo, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, iria desenvolver o estudo das estatuetas funerárias do Lote VIII, um estudo que se integrava na sua investigação de doutoramento concluída em 1998 e publicada em 2003 pela Fundação Calouste Gulbenkian (Araújo 2003).

O estudo dos ataúdes e coberturas de múmia seria desenvolvido pelo signatário destas linhas a partir de 2009, no contexto da sua pesquisa de pós-doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e publicada em 2017 na série Monumenta Aegyptiaca pela Fondation Égyptologique Reine Élisabeth e pela editora Brepols (Sousa 2017a).

O estudo dos ataúdes: metodologias, quadro conceptual e projecto de investigação

A elaboração do catálogo da pequena colecção de ataúdes conservado na Sociedade de Geografia de Lisboa exigiu, desde logo, uma reflexão preliminar sobre questões metodológicas de fundo que se iriam revelar fundamentais para alicerçar o subsequente estudo destes objectos.

A primeira dificuldade, e não de somenos importância, prende-se com a própria terminologia utilizada. A adaptação da terminologia egiptológica para a língua portuguesa é uma tarefa difícil e permanentemente em aberto. No caso concreto, os termos “coffin” e “sarcophagus” usados em inglês, ou os termos “cercueil” e “sarcophage” usados em francês, são frequentemente amalgamados na literatura egiptológica publicada em Portugal no termo “sarcófago”, que muitas vezes se aplica indistintamente quer aos contentores funerários feitos em pedra, quer aos construídos noutros materiais como madeira ou metal (Araújo 1993; Lopes 2003). Este uso indiferenciado do termo levanta sérias questões metodológicas já que pressupõe, erradamente, um uso indistinto destes objectos. Na verdade, o termo “sarcófago” (literalmente: “comedor de carne”) é originário da arqueologia clássica onde se aplica, correctamente, aos contentores funerários feitos em pedra. As urnas funerárias em madeira, frequentemente de formato

rectangular, são vulgarmente designadas pelos termos “caixão”, “urna” ou mesmo “esquife”. Os dois tipos de objectos frequentemente complementam-se no mesmo enterramento, já que as suas funções são distintas: o sarcófago é um objecto monumental, em estreita relação com um contexto arquitectónico preciso, ao passo que o caixão é um objecto leve, por conseguinte móvel, utilizado como interface ritual ao longo das cerimónias fúnebres. Esta distinção também se observava no antigo Egipto, onde os objectos eram evocados com termos distintos (*neb ankh*, literalmente “Senhor da Vida”, é uma expressão frequentemente usada para designar o sarcófago, e *qersu*, é um termo vulgarmente aplicado ao caixão rectangular) (ver Sousa 2018, 15–16). Os trabalhos egiptológicos publicados no Brasil respeitam esta distinção referindo-se frequentemente a estes objectos com os termos “sarcófago” e “caixão” (Gama-Rolland 2017, 64–79). A Egiptologia espanhola consagra esta mesma distinção usando os termos “sarcófago” e “ataúde”. Neste contexto, o uso indistinto do termo “sarcófago” apenas encontra eco na literatura egiptológica italiana.

Atendendo a estes dados, sendo feitas em madeira, as urnas antropomórficas da Sociedade de Geografia de Lisboa não podem ser consideradas “sarcófagos”. O termo “caixão”, por outro lado, evoca com demasiada ênfase os objectos rectangulares ainda hoje em uso e, na nossa opinião, deve ser reservado aos objectos egípcios com este mesmo formato. De origem árabe, o termo “ataúde” pareceu-nos adequado para evocar os contentores funerários antropomórficos, já que introduz um certo distanciamento cultural e tem a vantagem de evocar explicitamente uma arca de madeira.

Uma vez definida esta questão, as preocupações relacionadas com a terminologia continuaram a adensar-se. A elaboração de um catálogo pressupõe e requer o estudo descritivo dos objectos. Embora pareça simples, a descrição científica de um objecto é, na verdade, um processo complexo que requer, desde logo, uma definição clara do quadro conceptual usado para identificar e descrever os objectos em estudo (Sousa 2017b). Quer isto dizer que a descrição técnica do objecto faz-se sempre por associação a um quadro conceptual que, se permanecer implícito, pode introduzir um viés significativo no modo de compreender o objecto.

Em 2009, quando começámos a explorar a bibliografia específica sobre os ataúdes antropomórficos da XXI Dinastia, conhecidos como “ataúdes amarelos”, deparámo-nos com a falta de um quadro conceptual específico sobre estes objectos. Frequentemente, a descrição destes objectos tem sido feita através de uma associação implícita a conceitos como “estátua”, ou mesmo “estela”. A associação implícita a estes conceitos pressupõe o uso de um elenco terminológico e metodologias de descrição importadas directamente a partir da associação aos mesmos. Assim, não é raro encontrar catálogos que se focam quase unicamente nas inscrições, o que na prática corresponde a processar a informação contida nos ataúdes como se de simples estelas se tratassem, ignorando maciçamente toda a restante informação (ver, como exemplo, Berley e Hodjash 1998, 5–8). Mais frequentemente, o ataúde antropomórfico é descrito analogamente a uma estátua o que pressupõe uma clara desvalorização da abundante — e importante — iconografia representada tanto nas paredes exteriores como interiores do objecto (Daressy 1909).²

Estas observações mostram o quão importante é interrogarmo-nos sobre questões conceptuais basilares para fundamentar de forma intencional as metodologias utilizadas subsequentemente. Estas interrogações que, em última análise, conferem cientificidade ao trabalho descritivo, conduzem-nos inevitavelmente a enfrentar a questão fundamental formulada por Rune Nyord: “what kind of thing is a coffin?” (Nyord 2014).³

Para formular um quadro conceptual capaz de enquadrar esta questão no âmbito dos ataúdes amarelos da XXI Dinastia, recorreremos ao conceito de arquitectonização, proposto por René van Walsem a propósito dos chamados “stola coffins” da XXII Dinastia (Walsem 1993), o qual pressupõe uma identificação entre o ataúde e um edifício simbólico. Dadas as afinidades profundas entre estes dois tipos de urnas, pareceu-nos evidente a pertinência de adaptar este conceito ao *corpus* de ataúdes amarelos.

² Mesmo quando a descrição iconográfica é feita, a documentação visual permanece muito insuficiente. Ver Buhl 1959.

³ “Que tipo de coisa é um ataúde?” (tradução do autor).

No nosso catálogo foi, portanto, adoptado um método descritivo elaborado a partir da identificação entre o ataúde e um “edifício”. Esta identificação é estabelecida sobretudo a partir da decoração pictórica. Frequentemente considerada como um elemento secundário, a decoração dos ataúdes amarelos tinha sido até aí descrita como uma justaposição mais ou menos aleatória de elementos iconográficos (Niwinski 1988). Insatisfeitos com esta abordagem, começámos por olhar para a complexa iconografia dos ataúdes amarelos de um modo integrativo e holístico, delimitando composições pictóricas autónomas, ou seja, secções claramente organizadas como um quadro pictórico bem delimitado, regido por princípios de composição específicos. Esta estratégia foi decisiva não só para alicerçar a descrição formal dos objectos, como para apreender o significado simbólico destas composições, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Estas composições têm, portanto, o propósito de criar diferentes “lugares” simbólicos que se articulam ao longo das paredes do ataúde. Num certo sentido, os ataúdes amarelos apresentam uma topografia simbólica. É esta topografia que, finalmente, nos permitiu desenvolver uma terminologia específica para a descrição da decoração dos objectos (ver Sousa 2017c).⁴

O enfoque dado à iconografia exigiu da nossa parte uma grande atenção relativa à documentação visual. Normalmente apresentada como um mero apontamento visual, frequentemente apresentando apenas detalhes isolados e sem qualquer relação com o seu contexto pictórico original (Niwinski 1999; Niwinski 2004), a documentação visual dos ataúdes amarelos deve ser apresentada de forma tão sistemática e consistente com o quadro conceptual de base como a sua descrição textual. Dada a implícita formulação “arquitectónica” destes objectos, considerámos fundamental apresentar a documentação visual dos ataúdes amarelos de acordo com os

⁴ Muitas vezes a terminologia adoptada é empírica e socorre-se de uma associação implícita a partes do corpo que, não estando representadas no ataúde, se supõe presentes devido à associação entre o ataúde antropomórfico e uma estátua. Isso leva a alusões imprecisas a regiões do corpo para evocar composições que em nada se relacionam com aquelas. A tensão entre a aparente forma humana e o quadro arquitectónico a que se associa é uma das características essenciais dos ataúdes amarelos (Walsem 1997, 358–59).

procedimentos habitualmente em voga nas publicações de carácter epigráfico. A documentação fotográfica é a este respeito fundamental. A apresentação das fotografias deve ser feita, tanto quanto possível, de forma sistemática, seguindo um protocolo definido e comum a todos os objectos.⁵ Este cuidado é essencial para promover estudos comparativos. Concomitante com o uso da fotografia, adoptámos o uso do desenho epigráfico para documentar as composições dos ataúdes (Sousa 2017c), sobretudo quando a documentação fotográfica se revela insatisfatória, quer devido ao estado de preservação dos objectos, quer devido à própria distribuição dos elementos iconográficos pelas superfícies angulosas do ataúde.

Desse modo, ao combinar a documentação textual e visual, facilitamos a apreensão das composições como unidades iconográficas autónomas que se articulam entre si de acordo com uma “topografia” simbólica. Este método tem importantes repercussões heurísticas na investigação subsequente, já que a decoração deixa de ser vista como uma justaposição aleatória de elementos desconexos, para ser reconhecida como o elemento estruturante da sua descrição (Sousa 2017c).

Os ataúdes e coberturas de múmia

O Lote VIII integrava o equipamento funerário pertencente a quatro mulheres distintas. À medida que retirava os enterramentos do túmulo, Daressy atribuíu uma numeração a cada um deles. A estes quatro enterramentos corresponde a numeração A.4, A.27, A.110 e A.136. Esta numeração é muito útil, pois graças a ela temos a possibilidade de identificar a sua localização original no túmulo. O ataúde A.4 foi encontrado logo à entrada do túmulo, sendo possivelmente um dos últimos a aí ter sido colocado. O enterramento A.27 era constituído por um ataúde e uma cobertura de múmia e foi encontrado na galeria longitudinal. Este enterramento tem a particularidade de ter sido usado como “material de enchimento” para

⁵ Um bom exemplo sobre a utilização de um protocolo de documentação bem definido pode ser encontrado em Egner e Haslauer 1994.

bloquear o acesso de potenciais intrusos. Com os enterramentos A.28, A.23 e A. 21 formava a quarta barreira deste tipo criada pelos sacerdotes de Ámon para dificultar o acesso às zonas mais interiores do túmulo.

O enterramento A.110 era constituído também por um ataúde e uma cobertura de múmia. Foi encontrado na galeria transversal, num sector bastante privilegiado do túmulo. Já o enterramento A.136, o mais rico da colecção, era constituído por um ataúde exterior, outro interior e ainda uma cobertura de múmia. Foi encontrado na câmara principal de Bab el-Gassus, o local onde se concentravam os enterramentos mais importantes.

A.4 – Ataúde de uma mulher anónima (fig. 1)

Embora tivesse sido preparado para ser usado por uma mulher, nenhuma informação adicional sobre o seu efectivo utilizador foi obtida por Daressy, que não deixou qualquer registo sobre o desenfaixamento da múmia (Daressy 1907, 3–38).

A decoração do ataúde apresenta características tipicamente tardias, sugerindo uma datação situada no final da XXI Dinastia, pelo que é o objecto mais recente do Lote VIII. O estilo de representação é esquemático, apresentando uma baixa qualidade técnica. Apesar disso, o impacto visual do ataúde é surpreendentemente bom, sobretudo no tampo, onde o esforço dos artesãos se concentrou. Apesar do baixo nível de qualidade, o tampo apresenta características que normalmente se encontram associadas a objectos mais luxuosos, como é o caso das faixas divinas e do amuleto cordiforme,⁶ ou ainda das colunas de texto inscritas com hieróglifos amarelos, que procuram imitar inscrições douradas.

O cuidado prestado à decoração do tampo contrasta com a decoração da arca, que é de qualidade bastante inferior. Os textos são dispostos aleatoriamente e de forma repetitiva ao longo das paredes da arca. A fraca qualidade das inscrições indicia que o público-alvo destes objectos era tão

⁶ O amuleto do coração é um atributo tardio normalmente associado a objectos de boa qualidade. Sobre o significado religioso e social do amuleto do coração ver Sousa 2011a: 46–47. Ver também Sousa 2007: 59–70.

iletrado como os artesãos que os produziram. Os vestígios que se conservam da decoração interior da arca sugerem que, ao contrário do que é a regra, esta área foi trabalhada de modo bastante medíocre, reduzindo-se apenas a um esboço muito grosseiro.

Neste ataúde, todo o esforço dos artesãos se concentrou no tampo, que é o objecto mais importante nos rituais funerários. Mais do que a busca pela eficácia mágica, a execução deste ataúde parece ter-se concentrado nos aspectos susceptíveis de causar “boa impressão”.⁷ Todos estes dados sugerem que o ataúde tenha sido feito numa oficina independente com o intuito de ser comercializado através de venda livre e não através das oficinas sob a tutela directa do Templo de Ámon.

O ataúde levanta, portanto, interessantes questões sociológicas relacionadas com a produção e a atribuição de valor dos objectos funerários durante a XXI Dinastia, os quais parecem ser específicos da comunidade tebana deste período.

A.27 – Conjunto funerário de uma mulher anónima (fig. 1)

Os objectos pertencentes a este enterramento apresentam uma decoração consistente com uma datação tardia, situada no início do terceiro quartel da XXI Dinastia. O trabalho de carpintaria e de pintura é visivelmente de qualidade muito inferior, mas tal não impede que um interessante e original trabalho de concepção iconográfica tivesse sido implementado neste ataúde, onde predomina a temática solar, tanto no exterior como no interior. Este indicador é importante para mostrar que, nesta época, o valor atribuído aos objectos não dependia apenas da sua qualidade técnica e estendia-se também à originalidade da sua decoração.

O carácter anónimo do ataúde parece ter sido intencional, já que o defunto nunca é representado de forma humana. As únicas ocorrências do defunto assumem a configuração de uma *ave-ba*, ou de uma divindade mumiforme, o que corresponde a representações bastante vagas e impessoais do defunto.

⁷ A relevância social do tampo parece ter justificado que os esforços da reciclagem se focassem frequentemente sobre o tampo, deixando a arca virtualmente inalterada (ver o ataúde exterior do enterramento A.136).



Fig. 1 Ataúdes anónimos: A.4 (esquerda) e A.27 (direita). Créditos: Carlos Ladeira (imagem cortesia da Sociedade de Geografia de Lisboa).

Apesar dos invulgares motivos solares integrados no programa iconográfico, a decoração do ataúde é bastante estandardizada e monótona, tanto no tampo como na arca, sendo claramente inspirado na decoração templária.⁸ Esta inspiração denota o intento de reforçar a sacralidade do objecto e é uma característica da “arquitectonização” dos ataúdes amarelos, a qual se torna cada vez mais intensa à medida que a XXI Dinastia chega ao fim. O interior da arca, dominado pela figuração da deusa da necrópole, é a melhor deste conjunto.

A cobertura de múmia apresenta características muito irregulares e é pouco provável que tenha sido criada em conjunto com o ataúde, denotando uma datação anterior. Ao contrário do ataúde, que apresenta uma decoração tipicamente tardia, a cobertura de múmia apresenta elementos vincadamente arcaizantes, sendo notório o intento de aparentar maior antiguidade do que a que efectivamente detinha. O carácter anónimo destes

⁸ Ver ataúde A.52 (Musée d’Art et d’Histoire de Genève, inv. n° 7363) em Küffer e Siegman 2007, 78.

objectos revela que não foram confeccionados por encomenda, sendo bastante provável a sua produção sob ordem do Templo de Ámon. O ataúde e a cobertura de múmia parecem assim ter sido associados de modo aleatório para serem usados neste enterramento.

Como foi usado para bloquear a passagem, é certo que este terá sido um dos últimos enterramentos a ser colocado no túmulo.

A.110 – O conjunto funerário de Djedmutiuesankh (fig. 2)

O enterramento incluía uma urna de *ushebtis*, actualmente conservada em Estocolmo (NME 806) (Aston 2009, 184; Sousa 2017, 222). Alguns *ushebtis* inscritos com o nome de Djedmut foram identificados no Museu Egípcio do Cairo (CG 48074-48086, 48107-48118) (Newberry 1930, 289, 293) e no Museu Egípcio de Berlim (11942-11943) (Aston 2009, 184; Roeder 1924, 320), mas a sua associação a este enterramento em específico permanece incerta.

O ataúde é de boa qualidade, tanto técnica como artística, apresentando uma decoração característica de meados da XXI Dinastia. O tampo apresenta um *layout* clássico, de grande densidade pictórica e rigor de composição onde os elementos osíriacos se afiguram predominantes, anunciando uma tendência que se vai tornar predominante no final da XXI Dinastia. A arca apresenta um programa decorativo único onde se destaca a evocação de uma Enéade funerária. O interior da arca, apesar de muito deteriorado, foi decorado com a bela representação da deusa da necrópole.

O conjunto funerário apresenta vestígios claros de reutilização. O nome da primeira proprietária do ataúde foi apagado em algumas inscrições e substituído pelo de Djedmutiuesankh, mas em algumas inscrições o nome de Chedsutauetpet permanece intacto. O equipamento funerário faz ainda alusão aos títulos “Senhora da Casa” e “Tocadora de Mut, a grande dama de Acheru”.

Apesar de não termos qualquer informação adicional sobre qualquer uma destas mulheres, o equipamento funerário sugere que Chedsutauetpet, a proprietária original destes objectos, viveu em meados da XXI Dinastia. Os seus títulos (“Senhora da Casa” e “Tocadora de Mut, a grande dama de Acheru”) e a qualidade do equipamento funerário sugere que Chedsutauetpet era

um membro relativamente diferenciado da elite tebana. A reutilização do seu ataúde por Djedmutiuesankh indica que, uma ou duas décadas depois do enterramento de Chedsutauepet, o ataúde foi removido e reciclado. Nessa operação poucas alterações foram feitas à decoração do ataúde: o nome da primeira proprietária foi apagado em algumas inscrições e substituído pelo de Djedmutiuesankh, mas em algumas inscrições o nome de Chedsutauepet permanece intacto. É possível que nessa altura, o ataúde de Chedsutauepet fosse já visto como um objecto antigo e valioso, atendendo à singularidade e sofisticação do seu programa iconográfico. A reutilização de artefactos funerários pode, muitas vezes, ter-se justificado pelo valor percebido dos objectos, assim como pelo prestígio associado aos seus proprietários originais, o que pode ter contribuído para que o nome de Chedsutauepet não tivesse sido completamente eliminado.

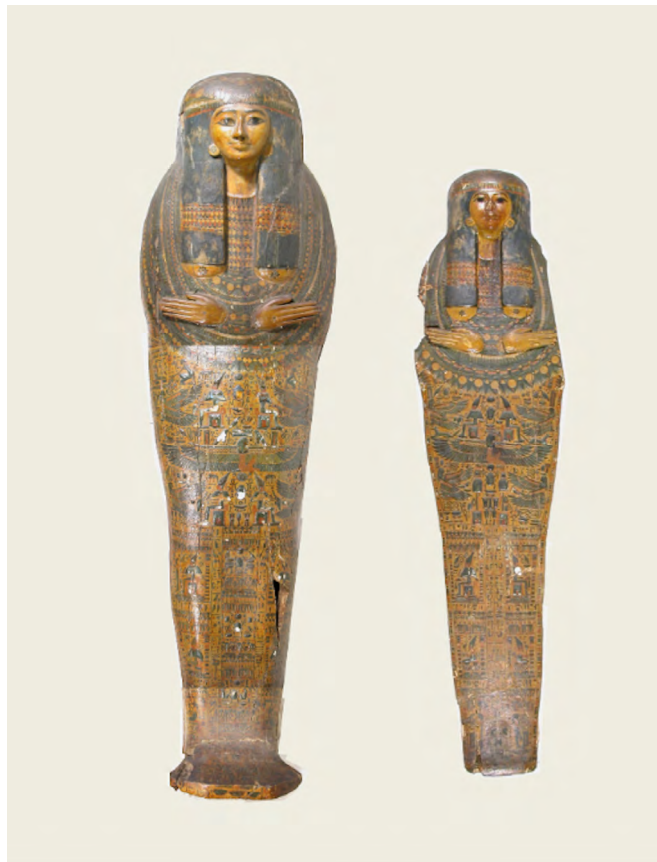


Fig. 2 Ataúde e cobertura de múmia de Djedmutiuesankh (A.110). Créditos: Carlos Ladeira (imagem cortesia da Sociedade de Geografia de Lisboa).

A.136 – O conjunto funerário de Henut-tauí (fig. 3)

O conjunto foi depositado no local mais nobre do túmulo, a câmara principal, onde se concentravam os enterramentos mais importantes, pelo que a sua utilizadora final, que Daressy refere ser Henut-tauí, deve ter sido uma mulher próxima da família do sumo pontífice Pinedjem II.

O ataúde exterior apresenta abundantes vestígios de reutilização. Inicialmente preparado para ser usado por um homem, a cabeça e mãos representadas do tampo foram adaptadas para figurarem uma mulher. Também o programa iconográfico do tampo foi inteiramente refeito para figurar uma mulher. A julgar pelas características do *layout*, esta remodelação do objecto teve lugar no terceiro quartel da XXI Dinastia.

A arca é visivelmente um trabalho mais antigo, datado do início da XXI Dinastia. Além do mais, representa o defunto como um homem. O interior da arca apresenta uma magnífica composição evocativa do Capítulo 151 do “Livro dos Mortos”, o que é uma ocorrência bastante rara.

O exame das discrepâncias observadas na decoração do ataúde exterior sugere que este foi originalmente produzido no início da XXI Dinastia para ser usado por um homem e que, pouco depois de meados da XXI Dinastia, foi reciclado para ser usado por uma mulher. O mais interessante é que o tampo foi remodelado, mas a arca foi usada exactamente como estava, mantendo a representação masculina do defunto. Esta reciclagem incompleta de ataúdes não é uma ocorrência rara, sobretudo em mulheres, que parecem ter apreciado a reutilização de ataúdes com atributos masculinos,⁹ os quais parecem ter sido mantidos para acrescentar prestígio ao objecto (Sousa 2022, 356–75).

O ataúde interior apresenta um avançado estado de deterioração, sobretudo ao nível da decoração que foi aplicada sobre uma superfície de lama seca. O manuseamento a que o objecto foi sujeito, sobretudo ao longo das deslocações que o conduziram até Lisboa, provocou a perda maciça da maior parte do revestimento pictórico, mas os elementos que restaram

⁹ Ver, por exemplo, o ataúde da dama Unet no Museu do Louvre (AF 9593), o qual foi decorado com os punhos tipicamente masculinos, em vez das mãos abertas.

sugerem que este foi esmerado e de grande qualidade. Este contraste sugere que a lama, um material aparentemente pobre, pode ter sido utilizada pelo seu valor simbólico, de forma a propiciar a regeneração do defunto. Ao contrário do tampo, a decoração da arca é mais descuidada e informal, apresentando, em repertório e estilo, características tipicamente encontradas em meados da XXI Dinastia, ao passo que o tampo apresenta características mais tardias. Atendendo a estas discrepâncias é possível que o tampo também tenha sido redecorado numa fase mais tardia. A cobertura de múmia apresenta uma decoração típica de meados da XXI Dinastia.



Fig. 3 Ataúde e cobertura de múmia de Henut-taui (A. 136). Créditos: Carlos Ladeira (imagem cortesia da Sociedade de Geografia de Lisboa).

Estes dados mostram uma grande heterogeneidade de materiais no seio de um mesmo enterramento, o que indica que este conjunto funerário foi constituído reunindo aleatoriamente objectos de proveniência diversa. Esta combinação eclética de objectos de proveniência diversa é ilustrativa das novas dinâmicas económicas que rodeavam os bens funerários durante a XXI Dinastia. O resultado final é um conjunto de objectos muito heterogéneo que combina de modo eclético características de decoração arcaizantes com elementos bastante tardios. Este resultado pode ter sido procurado intencionalmente, já que no final da XXI Dinastia as composições mais antigas parecem ter sido bastante apreciadas.

Comentário final

O estudo do Lote VIII conservado na Sociedade de Geografia de Lisboa foi o ponto de partida para a constituição, em 2013, do *Gate of the Priests Project*, primeiro sediado no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra e, a partir de 2018, no Centro de História da Universidade de Lisboa. Este estudo forneceu a base conceptual e metodológica para iniciar o estudo sistemático do espólio de Bab el-Gassus. Com base neste quadro conceptual e metodológico testado no Lote VIII, temos vindo a estudar, documentar e publicar outros lotes de antiguidades doados a países europeus, como o Lote V, conservado no Museu Egípcio de Florença, e o Lote XVI, conservado no Museu Nacional de Copenhaga (Sousa e Hansen 2022). Estes estudos têm sido publicados na *Gate of the Priests Series*, da Editora Brill, coordenada pelo autor destas linhas e por Alessia Amenta.

Adicionalmente, o mesmo quadro metodológico foi fundamental para alavancar uma profunda reavaliação da própria tipologia dos ataúdes amarelos (Sousa 2018a). O volume dedicado ao estudo sistemático e tipológico do tampo foi já publicado na Imprensa da Universidade de Coimbra (Sousa 2018b) e o estudo equivalente da decoração da arca está actualmente em curso.

As questões metodológicas levantadas pela descrição dos ataúdes do Lote VIII assumem uma importância especial sobretudo quando se tem em

conta a realização subsequente de estudos comparativos entre objectos do mesmo *corpus* documental, uma vez que os ataúdes amarelos constituem o mais vasto *corpus* de ataúdes antropomórficos registado até ao momento. A vastidão deste espólio, fica patente no próprio achado de Bab el-Gassus, o qual, por si só, revelou quase 250 ataúdes. Examinar a totalidade deste *corpus* é naturalmente uma tarefa impossível, sobretudo atendendo à complexidade formal dos objectos em questão. Apesar disso, quando desenvolvida com um quadro conceptual adequado, mesmo a análise de uma pequena colecção como é a do Lote VIII pode ter importantes repercussões no estudo da totalidade de um *corpus* com esta magnitude.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, Luís Manuel de. 1993. *Antiguidades Egípcias*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Araújo, Luís Manuel de. 2003. *Estatuetas funerárias da XXI dinastia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Aston, David. 2009. *Burial assemblages of Dynasty 21-25: Chronology, typology, developments*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften.
- Berlev, Oleg, e Svetlana Hodjash. 1998. *Catalogue of the Monuments of Ancient Egypt: From the Museums of the Russian Federation, Ukraine, Bielorrusia, Caucasus, Middle Asia and the Baltic States*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- Buhl, Marie-Louise. 1959. *The Late Egyptian anthropoid stone sarcophagi*. Copenhagen: Nationalmuseet.
- Egner, Roswitha, e Elfried Haslauer. 1994. *Särge der Dritten Zwischenzeit*. Mainz: Mainz von Zabern.
- Daressy, Georges. 1900. "Les sépultures des prêtres d'Ammon à Deir el-Bahari." *Annales du Service des Antiquités de l'Égypte* 1: 141–48.
- Daressy, Georges. 1907. "Les cercueils des prêtres d'Ammon (Deuxième Trouvaille de Deir el-Bahari)." *Annales du Service des Antiquités de l'Égypte* 8: 3–38.
- Daressy, Georges. 1909. *Catalogue général des antiquités égyptiennes du Musée du Caire: Cercueils des Cachettes Royales (Nos 61001–61044)*. Cairo: Institut Français d'Archaeologie Orientale.
- Cintia Gama-Rolland. 2017. "A religião funerária egípcia antiga : dos textos aos destinos *post mortem* solar e osíriaco." In *Deuses, mitos e ritos do Egito antigo: novas perspectivas*, editado por Margaret Bakos e Aparecida de Oliveira, 64–79. Berlin: Novas Edições Académicas.
- Küffer, Alexandra e Marc Renfer. 1996. *Das Sargensemble einer Noblen aus Theben*. Bern: Bernisches Historisches Museum.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2003. *O Egito faraónico: Guia de estudo*. Lisboa: Associação Portuguesa de Egiptologia.
- Newberry, Percy. 1930. *Catalogue général des antiquités égyptiennes du Musée du Caire N° 46530-48273: Funerary statuettes and model sarcophagi*. Fasc. I. Cairo: Institut Français d'Archaeologie Orientale.

- Niwinski, Andrzej. 1988. *21st Dynasty Coffins from Thebes: Chronological and Typological Studies*. Darmstadt: Von Zabern.
- Niwinski, Andrzej. 1999. *Catalogue général des antiquités égyptiennes du Musée du Caire: The Second Find of Deir el-Bahari (Coffins)*. Cairo: Institut Français d'Archaeologie Orientale.
- Niwinski, Andrzej. 2004. *Sarcofagi della XXI Dinastia (CGT 10101-10122)*. Torino: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, soprintendenza al Museo delle Antichità Egizie.
- Nyord, Rune. 2014. "Permeable Containers: Body and Cosmos in Middle Kingdom Coffins." In *Body, Cosmos and Eternity: New Research Trends in the Iconography and Symbolism of Ancient Egyptian Coffins*, editado por Rogério Sousa, 91–110. Bicester: Archaeopress.
- Roeder, Günther. 1924. *Aegyptische Inschriften aus den Königlichen Museen zu Berlin*. Leipzig: Königliche Museen zu Berlin.
- Schimdt, Valdemar. 1902. "Les cercueils égyptiens de la Société de Géographie de Lisbonne." *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa* 8: 3–8.
- Sousa, Rogério. 2007. "The Meaning of the Heart Amulet in Egyptian Art." *Journal of the American Research Center in Egypt* 43: 59–70.
- Sousa, Rogério. 2011. *The Heart of Wisdom: Studies on the Heart Amulet in Ancient Egypt*. Oxford: British Archaeological Reports.
- Sousa, Rogério. 2017a. *Burial Assemblages from Bab el-Gasus in the Geographical Society of Lisbon*. Turnhout: Brepols Publishers.
- Sousa, Rogério. 2017b. "Building Catalogues: The Concept of 'Architectonisation' and the Description of Coffins of the 21st Dynasty." In *Proceedings of the First Vatican Coffin Conference (Vatican Museums, 19–22 June 2013)*, editado por Alessia Amenta and Hélène Guichard, 515–20. Città del Vaticano: Edizioni Musei Vaticani.
- Sousa, Rogério. 2017c. "Olhar a memória: O desenho como metodologia científica no estudo dos ataúdes egípcios." In *Filosofia Antiga: Reflexões da Vida Cósmica e da Vida Social*, editado por Dennys Xavier, Carlos Luciano Coutinho, Manuel Curado, 247–65. Brasília: Tanto Mar Editores.
- Sousa, Rogério. 2018a. "The Genealogy of Images: Innovation and Complexity in Coffin Decoration during Dynasty 21." In *Ancient Egyptian Coffins: Craft, Traditions and Functionality*, editado por John Taylor e Marie Vandenbeush, 17–32. Leuven: Peeters.
- Sousa, Rogério. 2018b. *Gleaming Coffins: Iconography and Symbolism in Theban Coffin Decoration (21st Dynasty)*. Coimbra: Coimbra University Press.
- Sousa, Rogério. 2022. "(Trans)gendered Coffins: Redefining Women's Identity in Theocratic State of Amun (Thebes, 21st Dynasty: 1069-945 BCE)." In *Winckelmann and his Passionate Followers: Queer Archaeology, Egyptology and the History of Arts (1750-2018)*, editado por Christian Loeben e Wolfgang Cortjaens, 356–75. Rahden: Verlag Marie Leidorf GmbH.
- Sousa, Rogério e Anne Hansen. 2022. *The Tomb of the Priests of Amun: Burial Assemblages of the National Museum of Denmark*. Berlin: Leiden: Brill.
- Walsem, René van. 1993. "The Study of 21st Dynasty Coffins from Thebes." *Bibliotheca Orientalis* 50: 9–92.
- Walsem, René van. 1997. *The Coffin of Djedmonthuiufankh in the National Museum of Antiquities at Leiden, Vol. I: Technical and Iconographic/Iconological Aspects*. Leiden: The Netherlands Institute for the Near East.

TUTANKHAMON EM PORTUGAL. RELATOS NA IMPRENSA PORTUGUESA (1922–1939): O IMPACTO DA DESCOBERTA DO TÚMULO DE TUTANKHAMON EM PORTUGAL

JOSÉ DAS CANDEIAS SALES*, SUSANA MOTA**

A 4 de Novembro de 1922, Howard Carter (1874–1939), financiado por George Edward Stanhope Molyneux Herbert (1866–1923), quinto Lord de Carnarvon, descobriu no Vale dos Reis (Tebas, Egipto), após vários anos de pesquisas, com os selos intactos, o túmulo (KV62) do faraó Tutankhamon (1333–1323 AEC). Esta “maravilhosa descoberta no Vale”,¹ que, depois, levaria mais 10 anos de trabalhos de escavação e de descoberta de milhares de artefactos (exactamente 5438), foi noticiada pela imprensa de

* Universidade Aberta, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1087-1478>. E-mail: jose.Sales@uab.pt.

** Universidade Aberta, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4819-6239>. E-mail: susana-mota@hotmail.com.

¹ A expressão é retirada do telegrama que Howard Carter enviou a Lord Carnarvon dando-lhe conta da descoberta: “At last we have made a wonderful discovery in the valley, a magnificent tomb with seals intact, recovered and waiting for your arrival. Congratulations” (Reeves 1990, 160; Hawass 2006, 107).



todo o mundo, de forma inusitada e sem precedentes, tornando o nome do praticamente incógnito faraó do Império Novo e dos principais intervenientes na descoberta sobejamente conhecidos de milhões de leitores. Também em Portugal, os periódicos noticiaram amplamente os trabalhos no Egipto a partir de então. De facto, a imprensa portuguesa percebeu o imenso “filão” noticioso que os trabalhos no túmulo representavam, com todo o fascínio e exotismo que os rodeavam, e o enorme impacto que teriam sobre os leitores.

Com o objectivo de identificar e caracterizar a forma como este assunto foi tratado pela imprensa portuguesa da época, demos início, em Janeiro de 2016, ao projecto de investigação, na área da recepção do antigo Egipto, intitulado “Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922–1939)”. Definimos como balizas cronológicas os anos de 1922 e de 1939. A primeira data decorre, obviamente, do momento específico da descoberta e início da escavação do túmulo e da consequente disseminação da informação. A segunda data assinala, simultaneamente, o ano da morte de Howard Carter e da descoberta de outros túmulos intactos em Tânis (Delta Oriental do Nilo, Egipto), pelo arqueólogo francês Pierre Montet (1855–1966).²

Enquadramento histórico: os anos 20 e 30 do século XX em Portugal

Os anos 20 e 30 do século XX correspondem, em Portugal, a um período de enorme agitação política, militar, ideológica e religiosa, com intensas lutas fratricidas, constantes golpes e contragolpes militares, conspirações e atentados terroristas, perseguições religiosas, com inevitáveis repercussões na instabilidade partidária, parlamentar, presidencial e governativa que se viveu, e de profunda crise financeira que se sucedeu ao derrube da Monarquia pelo golpe militar de 5 de Outubro de 1910. Politicamente, sucedem-se períodos que ficaram conhecidos na história contemporânea do país como a Primeira República portuguesa (1910–1926), a Ditadura Militar ou Ditadura Nacional (1926–1933), após o golpe militar de 28 de Maio

² Pierre Montet descobriu vários túmulos intactos das XXI e XXII Dinastias (III Período Intermediário): Montet 1998.

de 1926, e o início do Estado Novo, depois da aprovação da Constituição de 1933³ (Wheeler 1978, 856–62; Marques 1980).

Com a revolução de 5 de Outubro de 1910, depois da França e da Suíça, Portugal tornou-se no terceiro país europeu a optar pela via republicana, embora envolto em vários problemas, designadamente do ponto de vista económico-financeiro. A participação portuguesa na I Guerra Mundial agravaria ainda mais a situação e o pós-guerra ficaria marcado também por grandes problemas internos, como a escassez de bens, que levou à fome, a inflação, o intenso descontentamento popular e o agravamento exponencial da instabilidade política.

No âmbito do novo ideário republicano, do ponto de vista educacional e cultural, a luta contra as elevadas taxas de analfabetismo constituiu uma absoluta prioridade. No final do século XIX, essas taxas rondavam os 80% e durante os primeiros anos do século XX não houve nenhum combate eficaz contra a situação, capaz de a melhorar significativamente (Matos 2014, 179–260; Marques 1980).

Apesar da sua crónica instabilidade, a Primeira República usou todos os meios ao seu dispor para a propagação da sua ideologia e transmissão literária, cultural e científica. Entre esses meios usados pelo novo regime figuravam os jornais, numa vertiginosa profusão de títulos, de todos os tipos, um pouco por todo o lado. A doutrinação subjacente ao jornalismo republicano fez com que houvesse periódicos de todas as filiações ou tendências, muitos ligados directamente aos partidos políticos ou que, pelo menos, se apresentavam como defensores/divulgadores de algum tipo de ideologia (Sardica 2014, 347).

Embora a dimensão política e ideológica da imprensa fosse prevalente, ainda assim havia lugar para títulos exclusivamente dedicados a assuntos literários, culturais e científicos e mesmo para o tratamento desses assuntos em jornais generalistas (Nunes 2014, 441). A enorme vitalidade

³ Como exemplo da enorme instabilidade política vivida em Portugal durante a Primeira República registem-se os 45 governos, 8 eleições gerais e 8 presidentes que existiram nos seus 16 anos de duração, tornando-a no mais instável regime parlamentar da Europa.

da imprensa em Portugal nestes anos, mesmo num quadro de uma censura actuante e punitiva, é, de facto, impressionante: “During the First Republic, the press enjoyed great vitality, despite censorship, frequent assaults to Journals’ pressrooms, and the extinction of some of the most important Royalist Journals” (Matos 2014, 185).

Não obstante o elevado número de analfabetos, a que o ideário republicano pretendia pôr cobro, “O Portugal de então era um país de jornais” (Marques 1991, 600). Todos os que sabiam ler podiam, de acordo com as suas inclinações ideológico-partidárias ou interesses culturais, aceder à informação e às notícias veiculadas pelos vários periódicos existentes. Aqueles que não sabiam ler, a maioria, podiam ouvir ler essas mesmas notícias, pois esta era uma prática comum instalada: “Em pequenas vilas e aldeias, era frequente ler-se o jornal em voz alta perante uma assistência heterogênea de povo, que ouvia e comentava” (Marques 1980, 90).

Compreensivelmente, o ambiente político, com oscilações ideológicas diametralmente opostas, da liberal proclamação de total liberdade de expressão até à radical abolição das liberdades de imprensa e instauração da censura, e a volatilidade das publicações periódicas, sobretudo devido à crónica debilidade da sua situação financeira, com as inerentes fundação-encerramento-refundação de dezenas de títulos, dificultam uma consistente visão quantitativa de conjunto (Sardica 2014), mas são suficientes para aquilatar da importância deste tipo de fonte (a imprensa escrita) para a reconstituição dos grandes acontecimentos culturais da época, como a descoberta de um túmulo supostamente intacto no Egito.⁴

As fontes e o *corpus*: etapas de uma investigação

A primeira etapa da investigação consistiu na identificação dos periódicos, jornais e revistas, publicados em Portugal Continental no período

⁴ Dizemos “supostamente” porque essa era a ideia existente na época e difundida pelos jornais de todo o mundo. A investigação arqueológica, porém, permitiu perceber posteriormente que o túmulo fora violado duas vezes na Antiguidade (Reeves 1990).

em análise, sendo que para tal recorremos à bibliografia especializada em imprensa portuguesa (Lemos 2006) e aos sites da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Hemeroteca Municipal de Lisboa, o que tornou possível identificar 79 títulos (58 jornais e 21 revistas). A extraordinária volatilidade do mercado jornalístico português atrás mencionada ficou bem patente no momento de estabelecer as cronologias das próprias publicações. Interessava-nos um período de 17 anos (1922–1939) e encontrámos jornais e revistas que se publicaram ininterruptamente durante este período, mas também publicações que só cobrem uma parte do período em estudo, seja ela a primeira parte dos anos vinte do século passado, o princípio ou o final dos anos 30.

Uma vez identificadas as publicações, iniciou-se a segunda etapa: o processo de consulta dos 79 jornais e revistas publicados entre 1922 e 1939 em Portugal Continental. Esta consulta conduziu à identificação de três situações diferentes:

- 1) 28 publicações (35% do total) onde foram identificadas notícias relacionadas com a descoberta do túmulo de Tutankhamon e os diversos acontecimentos que lhe estão associados;
- 2) 20 publicações (25% do total) sem notícias sobre o assunto;
- 3) 31 publicações (39% do total) cujas datas de publicação não coincidem com datas de eventos relacionados com a descoberta (por exemplo, 1933–1938) ou onde tais eventos nunca foram publicados (por exemplo, 1926 e 1927).

O conjunto dos 28 periódicos onde foram identificadas notícias relacionadas com a descoberta do túmulo de Tutankhamon e os diversos acontecimentos que lhe estão associados é composto por 24 jornais e quatro revistas. Todos os jornais eram diários, 16 matutinos e oito vespertinos. No caso das revistas, três eram semanais e uma mensal. Relativamente ao local de publicação, temos 22 periódicos de Lisboa, cinco do Porto e um de Coimbra. A filiação ou tendência política também deve ser considerada quando caracterizamos as publicações dessa época e assim temos uma

maioria de jornais republicanos (18), embora três deles tenham mudado a sua tendência durante a Ditadura Militar/Estado Novo. Temos ainda quatro publicações generalistas ou informativas, três monárquicas, uma pró-ditadura, uma católica e uma de natureza cultural.

No que diz respeito à localização das publicações, não se identificam diferenças nas notícias publicadas no Porto e em Lisboa; apesar de a filiação ideológica/tendência política das publicações, não são identificáveis diferenças na abordagem às notícias publicadas; em termos de tipologia, não se pode considerar que existe uma diferença significativa entre jornais e revistas, porque embora nas revistas possamos encontrar artigos mais desenvolvidos e ilustrados, existem também jornais com reportagens semelhantes; em termos de periodicidade, todos os jornais com notícias são diários, as restantes periodicidades (semanais e mensais) pertencem a revistas; no que diz respeito ao período de publicação diária (manhã/tarde) não há também diferenças a assinalar.

Nestes 28 periódicos foram identificadas 234 notícias (fig. 1).

Publicações	Número de notícias por ano de publicação											Totais
	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929 - 30	1931	1932 - 38	1939	
<i>A Capital</i>	-	9	8	1	-	-	-	-	-	-	-	18
<i>A Época</i>	-	5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	9
<i>A Imprensa Nova (Série I)</i>	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
<i>A Pátria</i>	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
<i>A Tarde</i>	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
<i>A Tribuna</i>	-	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	7
<i>A Vanguarda</i>	-	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-	11
<i>ABC: Revista Portuguesa</i>	-	7	-	2	-	-	-	-	-	-	-	9
<i>Correio da Manhã</i>	-	9	2	-	-	-	-	-	-	-	-	11
<i>Diário da Manhã</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
<i>Diário de Lisboa</i>	-	6	7	-	-	-	-	-	1	-	1	15
<i>Diário de Notícias</i>	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10
<i>Dionysos</i>	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	4
<i>Ilustração portuguesa</i>	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
<i>Jornal de Notícias</i>	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	1	6
<i>Novidades</i>	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	10
<i>O Comércio do Porto</i>	-	9	7	1	-	-	-	-	-	-	1	18

Publicações	Número de notícias por ano de publicação											Totais
	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929 - 30	1931	1932 - 38	1939	
<i>O Comércio do Porto - Edição da Tarde</i>	-	17	10	-	-	-	-	-	-	-	-	27
<i>O Dia</i>	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
<i>O Domingo Ilustrado</i>	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
<i>O Mundo</i>	-	7	6	-	-	-	-	-	-	-	-	13
<i>O Primeiro de Janeiro</i>	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
<i>O Radical</i>	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4
<i>O Rebate</i>	1	7	9	1	-	-	-	-	-	-	-	18
<i>O Século</i>	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
<i>O Século - Edição da Noite</i>	-	2	5	1	-	-	-	-	-	-	1	9
<i>República (Série I)</i>	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3
<i>República (Série II)</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAIS	1	117	94	9	1	0	1	0	1	0	10	234

Fig.1 As 28 publicações (por ordem alfabética) onde foram recolhidas as notícias sobre a descoberta do túmulo de Tutankhamon e eventos associados, com o número de notícias publicadas por ano em cada uma.

Com base nestes elementos, é possível apresentar graficamente a distribuição das notícias por ano de publicação (fig. 2), percebendo-se claramente que o ano com maior número de notícias é 1923, com 117 notícias, seguido de 1924 com 94 notícias. Nestes dois anos, deparamo-nos, portanto, com 211 das 234 notícias recolhidas, ou seja, com 90% do total apurado. Esta esmagadora preponderância é plenamente justificada pelo facto de estes dois anos serem aqueles com maior número de factos ocorridos em torno da descoberta: 1923 é o ano da abertura oficial do túmulo e da morte de Lord Carnarvon (aspectos amplamente noticiados na imprensa internacional e na imprensa portuguesa); em 1924 continuam os trabalhos no túmulo e destacam-se os problemas ocorridos entre Howard Carter e o governo egípcio em torno da continuação/interrupção dos trabalhos de escavação. O ano de 1939, o que encerra a nossa cronologia, aparece em terceiro lugar, ainda que apenas com 10 notícias, três delas dedicadas à morte de Howard Carter (a 2 de Março de 1939) e sete às novas descobertas que então ocorreram em Tânis, também em túmulos intactos, sob a supervisão do arqueólogo e egiptólogo francês Pierre Montet.

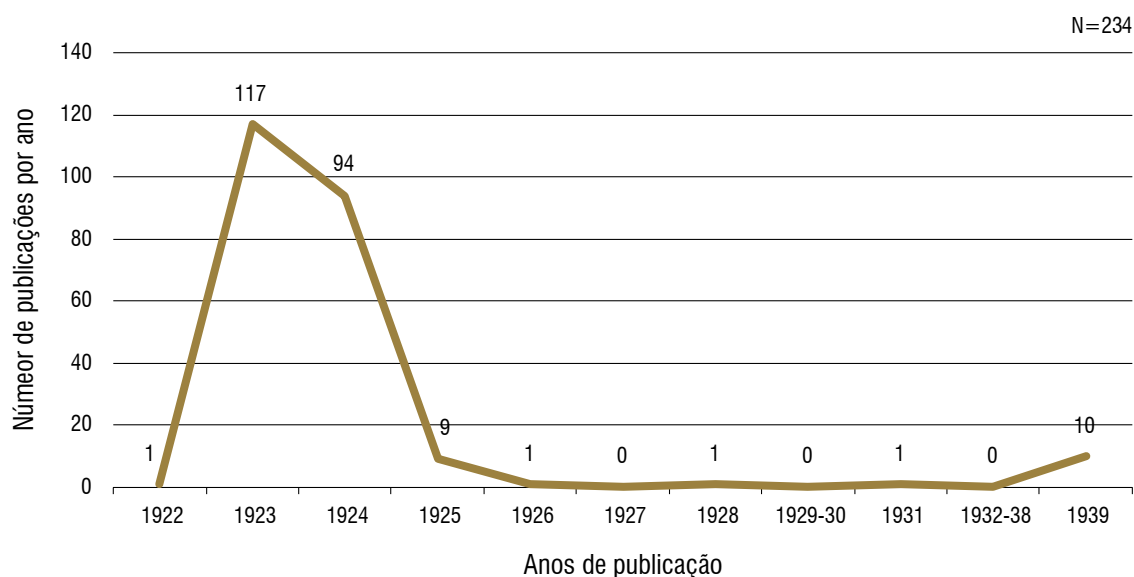


Fig. 2 Número de notícias por ano (gráfico preparado pelos autores).

Merecem igualmente destaque os anos de 1922 e 1925, neste caso pela ausência ou escassez de notícias. Em relação a 1922, em que temos apenas uma notícia, trata-se do ano da descoberta do túmulo. No entanto, só a 3 de Dezembro, cerca de um mês depois, surge em Portugal a primeira notícia (*O Século* – 03.12.1922). O facto de a descoberta e de os primeiros trabalhos terem decorrido já na parte final do ano de 1922 pode explicar esta ausência, não tanto por desinteresse da imprensa portuguesa, mas talvez simplesmente por escassez de informação substantiva sobre a intervenção arqueológica em curso.

O ano de 1925 foi o ano em que se encontrou a que é ainda hoje a peça mais icónica do túmulo de Tutankhamon: a máscara funerária do faraó (JE 60672). Embora tenhamos recolhido oito notícias neste ano, nenhuma dela se reporta à descoberta arqueológica mais importante ocorrida nesse ano, o que faz com que não haja também na imprensa portuguesa nenhuma imagem da dita máscara funerária. A partir de 1925, as páginas dos periódicos publicados em Portugal deixam de dedicar a sua atenção ao túmulo de Tutankhamon, desaparecendo o assunto praticamente da imprensa portuguesa.

É fácil conceber que as 234 notícias publicadas sobre a descoberta e escavação do túmulo de Tutankhamon não tinham todas as mesmas características, nem apresentam exatamente a mesma abordagem jornalística. Compilando e observando de perto as características de todos estes dados, estabelecemos, com designações nossas, oito grandes tipologias de notícias (fig. 3).

Tipo de notícia	Nº de notícias	%
Notícia a partir de “agência noticiosa”	143	61
Texto original não assinado	38	16
Texto ou imagem copiada de/baseada em publicações estrangeiras	23	10
Notícia copiada de outros jornais portugueses	12	5
Artigo de cariz ‘científico’	8	3
Artigo de opinião	4	2
Texto ou imagem original assinada	4	2
Artigo de curiosidades	2	1

Fig. 3 Tipologia das notícias.

As diferentes tipologias de notícias que compõem o nosso *corpus* permitem-nos perceber que estamos a lidar com um conjunto de textos (e imagens) de diferentes naturezas e com diferentes origens. No entanto, salienta-se que a maioria das notícias não é original ou pelo menos escrita inteiramente na sua forma original por jornalistas ou repórteres de publicações nacionais. Ou seja, muito atenção foi dada pelas revistas e jornais portugueses à descoberta do túmulo de Tutankhamon, no entanto o que foi publicado é essencialmente o resultado de notícias enviadas do estrangeiro através de agências noticiosas ou cópias/adaptações de textos/imagens de jornais estrangeiros, mais concretamente jornais franceses.⁵ Este recurso ‘ao que veio de fora’ não pode ser atribuído a um desinteresse

⁵ Foram identificados como fontes dos periódicos portugueses os jornais franceses *Excelsior*, *Le Matin*, *Le Petit Parisien* e *Le Figaro*.

sobre o assunto. Tal hipótese é contrariada pelo espaço que as publicações lhe deram. Tudo leva a crer que aqueles que escreveram em jornais e revistas portuguesas da época, publicações cujo foco era, como foi dito, maioritariamente político e focado na política nacional, poderiam não se sentir preparados, em termos de informação e conhecimento, para abordar e aprofundar o(s) tema(s) em questão.

No entanto, foram também publicados textos originais, alguns deles assinados, que nos permitem compreender que já existia algum conhecimento sobre a história do antigo Egito entre os autores portugueses. Destacam-se o artigo escrito por Joaquim Gomes Monteiro (1893–1950) publicado no *Diário de Lisboa* (08/02/1923) intitulado “O amanhecer dos tempos. A recente descoberta do túmulo de Tutankamon, rei do Egito, mil anos antes de Cristo” e o artigo escrito por Julião Quintinha (1886–1968), jornalista, escritor e orientalista, intitulado “O Misterioso Sarcófago do Egito” (*Republica Série II* – 24/03/1939).

O corpus: os temas e questões abordadas

A cada uma das 234 notícias, independentemente das suas características intrínsecas, foi atribuído um tema, um subtema e, quando necessário, um tópico, para que, de forma simples e direta, possam ser percebidas as ideias e conteúdos essenciais do que foi publicado. Desta forma, obtivemos um total de 12 temas e 33 subtemas (figs. 4 e 5).

TEMA	Nº notícias
Abertura / Encerramento do túmulo	54
Problemas entre Howard Carter e governo egípcio	49
Morte/Trasladação de Lord Carnarvon	43
Outras questões associadas	27
Trabalhos no túmulo	24
Maldição	9
Doença de Howard Carter	7
“Pequenos ensaios”	6

TEMA	Nº notícias
Doença de Lord Carnarvon	5
Descoberta do túmulo	4
Exposição de reprodução do túmulo (Wembley)	3
Morte de Howard Carter	3

Fig. 4 Temas atribuídos às notícias.

SUBTEMAS	Nº notícias
Com maldição	33
Abertura oficial do túmulo	24
Sem maldição	23
Suspensão dos trabalhos / Cancelamento de licença de Carter	23
Riquezas / Tesouros	20
Outras descobertas	19
Abertura do sarcófago	15
Suspensão de entradas e trabalhos no túmulo / Processo contra Howard Carter	11
Sem subtema	7
Abertura do túmulo aos turistas	7
Novo acordo/Continuação das escavações com Carter	7
Questão nos tribunais	5
Encerramento do túmulo	4
Transporte e exposição	4
(Possíveis) contributos para o estudo do passado	3
Ameaça do faraó	3
História do túmulo; Teoria sobre a ocupação do túmulo — Usurpação	3
Maldição da filha do faraó	3
Manifestações contra os ingleses	3
Vítimas	3
Duelo	2
Escárnio / Ironia	2
A construção de pirâmides	1
A moda no antigo Egipto	1
A rainha Nefertiti	1
Autores	1
Estátua de Sesóstris III	1
Interesse dos jornalistas	1
Mobiliário	1
Negociações falhadas	1
O culto dos animais	1
Reabertura do túmulo	1
Sarcófagos	1

Fig. 5 Subtemas atribuídos às notícias.

É possível, no que diz respeito aos temas, subtemas e tópicos, diferentes cruzamentos e análises, por exemplo, por totais, por ano e por publicação. No entanto, aqui só vamos considerar os temas que mais captaram a atenção das publicações portuguesas, de forma a perceber quais os aspetos da descoberta que lhes pareceram potencialmente mais interessantes para o seu público.

O tema com maior número de ocorrências (54) é “Abertura / Encerramento do túmulo” com 28 notícias publicadas em 1923, 24 em 1924 e duas publicadas em 1925. Está presente em 21 das 28 publicações e é a mais discutida em seis delas. Este tema compreende seis subtemas: abertura oficial do túmulo (24), abertura do sarcófago (15), abertura do túmulo aos turistas (7), encerramento do túmulo (4), manifestações contra os ingleses (3) e reabertura do túmulo (1).

Se olharmos para os tópicos deste tema destaca-se a atenção dada às riquezas e tesouros encontrados no túmulo (17 casos) e, embora com menos frequência, a perspetiva da violação/profanação do túmulo (5) e o interesse no estudo da múmia (4).

O segundo tema mais frequente é “Problemas entre Howard Carter e governo egípcio” com 49 notícias, 48 publicadas em 1924 e uma publicada em 1925, presente em 16 das 28 publicações. Este tema compreende seis subtemas: suspensão dos trabalhos no túmulo/cancelamento da licença de Carter (23), suspensão de entradas e trabalhos no túmulo/processo contra Howard Carter (11), novo acordo/continuação de escavações com Carter (7), processo em tribunal (5), duelo (2) e negociações falhadas (1).

Estas notícias permitem-nos acompanhar em pormenor os problemas e os mal-entendidos entre Howard Carter e o governo egípcio em 1924, no início do segundo ano de trabalho após a descoberta. O arqueólogo e as instituições discordaram sobre a prossecução das obras após a morte de Lord Carnarvon e Carter foi mesmo substituído por Pierre Lacau. No entanto, o problema foi ultrapassado e foi Carter, o descobridor, que conduziria o trabalho até ao fim.⁶

⁶ Para uma análise detalhada deste tema nos periódicos portugueses veja-se Sales e Mota 2022a.

O terceiro tema mais abordado foi a “Morte/ Trasladação de Lord Carnarvon” com 43 casos (41 de 1923 e dois de 1924), presentes em 20 das 28 publicações. Este tema compreende apenas dois subtemas: com maldição (26) e sem maldição (17). Neste caso, optámos por perceber as situações em que a notícia informa sobre a morte de Lord Carnarvon, situações subsequentes referindo-se à maldição que supostamente teria sido a causa da sua morte e casos em que as notícias ignoram esta perspetiva. No que diz respeito aos tópicos identificados, o subtema “com maldição” compreende 16 situações que apontam para a cólera/vingança do faraó, nove que evocam a magia negra, seis que culpam os gases venenosos, três que temem os poderes misteriosos e uma que se refere apenas a um escaravelho. No subtema “sem maldição” há apenas dois casos, um que fala de infeção e outro refere-se a um inseto.

A recepção da descoberta do túmulo de Tutankhamon na imprensa portuguesa: núcleos essenciais

Apesar de viver um dos períodos políticos e sociais mais conturbados da sua história e embora os seus numerosos jornais e revistas fossem essencialmente dedicados à intervenção política, Portugal não escapou ao interesse que a descoberta e escavação do túmulo de Tutankhamon estimulava em todo o mundo. Os periódicos portugueses perceberam que a grande descoberta arqueológica de Carnarvon e Carter era um filão de notícias e, seja através de notícias de agências curtas ou através de textos mais longos e até ilustrados (originais ou copiados/adaptados), disponibilizaram aos seus leitores ou ouvintes um vasto e diversificado conjunto de informações sobre o que estava a acontecer no distante Vale dos Reis, moldando, assim, a percepção dos portugueses sobre a história e personagens da civilização do antigo Egipto.

Um dos aspetos que os jornais e revistas portuguesas fizeram questão de destacar foi a relevância da descoberta e o impacto da sua divulgação. O jornal *A Tribuna* (05/04/1923) publicou um artigo que é, simultaneamente, um testemunho da importância da descoberta, do seu eco em todo o mun-

do e uma prova da consciência jornalística que existia da sua exploração: “Nestes ultimos tempos a curiosidade e a atenção de todo o mundo foram despertadas pelas descobertas realizadas por Lord Carnarvon no tumulo do faraó Tout-Ankh-Amon, lendo-se com avidez tudo que a elas se referia, ainda os mais insignificantes pormenores”.

O jornal *A Vanguarda* (17/02/1923) iniciou também um artigo com uma observação em que destaca igualmente a dimensão do impacto da descoberta: “O pharaó Tut-anh-Amen, morto há mais de trez mil anos, é bem o soberano que faz actualmente mais ruido em todo o mundo”.

Ao embarcarem neste movimento mundial, os periódicos portugueses relataram as mais variadas questões sobre o que se passava no Egipto, sendo que o que foi publicado e explorado mais intensivamente é agrupável em três núcleos essenciais:⁷

- a) os conhecimentos históricos e aprendizagens que decorrem da descoberta;
- b) o valor patrimonial e artístico das descobertas;
- c) a questão da “maldição da múmia” que seria a causa da morte prematura de Lord Carnarvon.

A cobertura jornalística portuguesa que considera as escavações de Luxor ocidental como um contributo inestimável para o conhecimento acompanha os trabalhos da equipa de Carter na expectativa do que eles poderão trazer para ajudar a decifrar o passado. Este tipo de notícias gera no leitor a crença num passado ainda por descobrir em que os conhecimentos dados por adquiridos (por exemplo em relação aos antigos Hebreus, sobejamente conhecidos pela Bíblia) podem, agora, conhecer novas explicações e novas interpretações, resultantes dos documentos e artefactos que potencialmente o túmulo de Tutankhamon poderia albergar.

⁷ Para uma versão mais detalhada destes núcleos veja-se Sales e Mota 2020a.

Os tempos republicanos, caracterizados em muitas questões por um forte pendor anti-clerical, tornava esta visão do passado egípcio ou este desejo de o conhecer, altamente apelativos. O passado em descoberta no Vale dos Reis podia ajudar a dismantelar algumas problemáticas religiosas, contribuindo, assim, para esvaziar a força e o predomínio da Igreja. Questões como o monoteísmo hebraico são, neste momento, colocadas em contraponto com a sua eventual origem egípcia. Numa notícia do jornal *A Capital* (30/01/1923) são mencionados os faraós Amenhotep III, Akhenaton, Tutankhamon, Ay e Horemheb, bem com o movimento de feição monoteizante em torno do deus egípcio Aton de que Moisés, chamado de “sacerdote de Heliopolis” seria herdeiro.

Um segundo núcleo de notícias, que preza o passado egípcio *per si*, prefere enfatizar a dimensão artística dos antigos Egípcios a partir dos testemunhos e das riquezas patrimoniais encontrados no túmulo. Notícias como as publicadas no *Diário de Lisboa* (08/02/1923), *ABC – Revista Portuguesa* (15/02/1923), *A Vanguarda* (17/02/1923) ou *Ilustração Portuguesa* (10/03/1923 e 19/01/1924) encaram a actividade arqueológica como um meio imprescindível para desenterrar essas maravilhosas realizações do espírito dos antigos Egípcios. É como se os jornais transmitissem aos seus leitores a noção de que o labor dos pesquisadores ingleses era uma bênção para a Humanidade, pois permitia aceder à “beleza perdida dos faraós”. No *Diário de Lisboa* (08/02/1922) afirma-se:

O Egipto — a terra abençoada onde a Arte ensaiou os primeiros bailados da sua adolescência; [...]. É, ainda hoje, um sarcôfago esfingíaco de misterios que, dia a dia, vão sendo desvendados, graças às escavações persistentes, ali realizadas. Os nossos aliados ingleses, sempre perseverantes nas suas empresas, continuam rasgando as entranhas da terra egípcia, no único interesse de sondar as belezas ainda desconhecidas da Arte Antiga, prestando assim um alto beneficio á constituição da historia desse país, cuja origem se perde na noite dos tempos.

Valorizam-se as produções artísticas do passado egípcio, através das magníficas peças encontradas no túmulo, e com elas excita-se a atenção do público e a sua aprovação pela continuação dos trabalhos arqueológicos. Quando estes leitores se confrontam com outras notícias relatando as dificuldades e embargos colocados pelas autoridades egípcias à continuação dos trabalhos de Carter, é como se todos se devessem posicionar do lado do arqueólogo e da ciência. Nestes textos jornalísticos sente-se uma forte atracção por uma vertente explicativa abalizada, científica, que conduza à elaboração de um quadro de entendimento da antiga civilização egípcia que só a Arqueologia, como domínio cientificamente conduzido de trabalho e estudo, poderia proporcionar.

As riquezas artísticas egípcias são valorizadas mais na sua dimensão civilizacional, do que propriamente material. Muitas destas notícias são ilustradas com fotografias e desenhos (caso de *ABC – Revista Portuguesa e Ilustração Portuguesa*), o que tem a virtualidade de mostrar os artefactos da necrópole tebana e, assim, deslumbrar mais os receptivos leitores. A “observação directa” proporcionada pela imprensa portuguesa da quantidade e da beleza dos artefactos retirados do túmulo do antigo rei egípcio alimentava, quase diariamente, esta visão.

Numa perspectiva diametralmente oposta, algumas notícias olham a intervenção arqueológica como um indevido e condenável remexer nos domínios da história antiga. Esta linha é particularmente sensível sob a problemática da “vingança” ou “maldição” da múmia: segmento de exploração noticiosa que alcança uma certa expressão na imprensa portuguesa, sobretudo após 5 de Abril de 1923 (data da morte de lord Carnarvon), como, aliás, nas congéneres europeias. A história da “maldição do faraó” que supostamente estaria por detrás da morte do financiador da campanha de escavação, bem como de outros investigadores, visitantes do túmulo e turistas, está bem representada na imprensa portuguesa: *A Capital* (05/04/1923, 10/04/1923 e 11/02/1924), *A Tarde* (16/02/1924), *A Tribuna* (05/04/1923 e 04/03/1924), *Diário de Lisboa* (09/04/1923), *Diário de Notícias* (07/04/1923), *O Comércio do Porto* (19/02/1924) e *O Comércio do Porto – Ed. da tarde* (16/04/1923 e 19/02/1924).

Com títulos particularmente sensacionalistas, o passado egípcio, os seus faraós e os arqueólogos em exercício são associados nestas notícias a “mistério”, “segredo”, “ameaça”, “magia”, “morte”, “vingança”, “violadores” e “profanadores”. Esta linha de notícias desenvolve uma tensão em relação à investigação do passado e alimenta um temor supersticioso em relação a esse mesmo passado. Através destas notícias, vemos emergir um Egipto antigo em que a primitiva religiosidade está impregnada de características e virtualidades tais que lhe permitem, através dos “mistérios da magia negra”, transpor os tempos e castigar inexoravelmente aqueles que se atreveram a mexer com a sua dimensão mais profunda que é a morte/o sossego eterno de um seu soberano. Não interessa se se trata de simples trabalhadores, de arqueólogos encartados ou de grandes magnatas, a “vingança” do faraó é, neste sentido, justa, implacável e infalível.

“A vingança de Tutankhamon” impregna de tal forma o tratamento jornalístico destes textos que o encerramento do túmulo e o fim dos trabalhos de exploração são noticiados como o “último acto” da vingança faraónica, que, desde o final de 1922, se adivinhava:

Mas da alma egípcia exilava-se já uma corrente forte de odio que se ia adensando sobre a cabeça dos profanadores — odio que se ia tecendo telepaticamente, formando um desejo comum de vingança contra Carter e Carnarvon. O faraó vingar-se-há! — diziam os jornais egípcios, os proprios jornais ingleses, dizia-o toda a população do Egipto. (*A Tarde* – 16/02/1924; *O Comércio do Porto – Ed. da tarde* – 19/02/1924)

As doenças, as mortes sucessivas e o encerramento do túmulo eram tudo acontecimentos que irrefutavelmente atestavam a “vingança do faraó”, de que ninguém devia contestar ou duvidar.

Os jornais portugueses da época fizeram, portanto, eco de factos extraordinários e contribuíram de forma sensacionalista para lançar num público alargado a ideia da maldição que atingira, logo em 1923, Lord Carnarvon, o financiador da expedição arqueológica, e muitos outros intelec-

tuais, jornalistas, visitantes. Mesmo que outros argumentos e outras notícias sejam equacionados, recusando que Tutankhamon se tivesse “vingado” na posteridade, a ideia principal transmitida aos leitores por núcleo noticioso insiste na interpretação e explicação temerosa do passado egípcio.⁸

Manifestações egiptológicas e de Egiptomania em Portugal

Humberto Pinto de Lima (1902–1984), licenciado em Ciências Histórico-Geográficas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e Assistente em Ciências-Históricas, desde 1925, na mesma Faculdade, pode ser considerado como um proto-egiptólogo português. Em 1925 e 1926, publicou três artigos na revista de Coimbra *Dionysos. Revista Mensal de Philosophia, Scientia e Arta* (Lima 1925a e b; Lima 1926) que, como deixa claro no primeiro texto, acontecem no rescaldo da descoberta do túmulo de Tutankhamon:

As descobertas sensacionais de lord Carnarvon e de Carter no Vale dos Reis e os trágicos acontecimentos que se lhe seguiram, despertaram nas multidões européas um entusiasmo pela civilização egípcia, muito semelhante ao que dezenas de anos atrás tinham originado os trabalhos [...] de Champollion e de Mariette. (Lima 1925, 33)

Os textos, que transparecem claramente o conhecimento histórico do autor, revelam um grande interesse pela civilização do antigo Egito, com particular enfoque na figura de Akhenaton e no seu reinado, com especial atenção ao culto solar atoniano. Assim, neste contexto, embora surpreendente, não deixa de ser plenamente justificado encontrar nas páginas do segundo artigo, publicado em Outubro de 1925, a primeira tradução para português do *Hino a Aton*. Não o faz a partir de originais egípcios, mas sim de abalizadas obras da sua época (em francês, inglês e espanhol), de que dá

⁸ Para uma versão mais detalhada desta temática veja-se Sales e Mota 2019b.

conta em nota de rodapé, informando, com rigor, o leitor sobre o processo metodológico usado (Lima 1925, 96, nota 1).

Pinto de Lima é, portanto, merecedor de destaque pelo trabalho egíptológico realizado, em Portugal, no rescaldo da descoberta do túmulo de Tutankhamon.⁹ Contudo, não foi só a Egíptologia portuguesa que foi devedora da descoberta arqueológica, pois a Egíptomania, ainda muito incipiente em território nacional, viu surgir — direta ou indiretamente estimulados pela Tutmania — várias manifestações dignas de atenção.

Destacamos, por exemplo, o poema “A Moda” da autoria de Florbela Espanca (sob o pseudónimo Soror Saudade), publicado a 31 de Agosto de 1923 na revista *Portugal: Revista portuguesa*, editada no Brasil pela comunidade portuguesa (Castro e Cruz 2020), no qual a poetisa, numa composição muito díspar do seu registo poético habitual, destaca o papel de Tutankhamon, enquanto influência na moda: “Pharaó onnipotente, / Deus da Moda em seu paiz, / Mal ressurge e, de repente, / Ordena a Moda em Paris!”

É igualmente merecedora de destaque a decoração que o capitão Luís Augusto de Pina Guimarães concebeu e aplicou, em 1925, no Café Oriental de Guimarães, no norte de Portugal. Inspirado em obras egíptológicas (nomeadamente francesas), o capitão-artista decorou as paredes e tectos do estabelecimento comercial com cenas egípcias que incluíam, por exemplo, uma cena copiada do exterior do pilone do templo de Amon-Ré, em Luxor, em que o faraó Ramsés II enfrenta sozinho no seu carro de guerra as hostes hititas na batalha de Kadesh, c. de 1285 AEC. Infelizmente, hoje só nos restam fotografias do local e várias notícias de jornais locais (*O Commercio de Guimarães* e *O Vimaranesense*) a dar conta da sua inauguração e relevância para a cidade.¹⁰

A mais extraordinária expressão de Egíptomania/Tutmania em Portugal é, muito provavelmente, a obra literária de F. de Carvalho Henriques,

⁹ Para uma versão mais detalhada sobre o trabalho de Pinto de Lima veja-se Sales e Mota 2018a; Sales e Mota 2018b.

¹⁰ Para uma análise mais detalhada sobre o trabalho e o poema de Florbela Espanca e Pina Guimarães veja-se Sales e Mota 2022b.

como habitualmente assinava as suas obras. Trata-se de um escritor totalmente desconhecido da esmagadora maioria dos portugueses.¹¹ Há, no entanto, um romance seu, com contornos de policial e laivos de misticismo, intitulado *A Profecia ou o mistério da morte de Tut-Ank-Amon*, que lhe confere um lugar pioneiro no panorama literário nacional e internacional.

De acordo com um apontamento inserido pelo autor no final do romance, foi no Verão de 1923 (Junho-Julho) que concluiu a escrita da obra, ou seja, cerca de seis meses depois da abertura oficial do túmulo por Lord Carnarvon e Howard Carter, tendo sido publicada, porém, em Lisboa, apenas no início de 1924.

Na sua obra, Carvalho Henriques conjuga “factos da antiguidade e dos modernos tempos”, tal como é destacado no Prefácio. Em concreto, *A Profecia*, cuja trama principal se desenvolve na contemporaneidade do autor, inclui, igualmente, uma secção que se desenrola no antigo Egipto (capítulos II–IV), durante o reinado de Tutankhamon. Na realidade, toda a história interliga, com alguma habilidade, os dois tempos narrativos, da mesma forma que conjuga também um certo pendor isotérico com a capacidade do autor de procurar um rigor histórico tão preciso quanto seria possível à época.

Se toda a obra revela um apurado interesse pelo antigo Egipto, existem algumas passagens que, pelo potencial impacto nos leitores ou pelo que revelam dos conhecimentos do autor, merecem ser salientados. Um dos momentos mais apelativos acontece em pleno desenvolvimento da acção quando encontramos o protagonista a ter conhecimento da descoberta do túmulo de Tutankhamon através da leitura de uma notícia de jornal e, seguidamente, através do que autor designa de um “fenómeno extraordinário”: vê surgir diante dos seus olhos a cartela com os signos hieroglíficos do nome de nascimento ou nome próprio do faraó Tutankhamon (com representação gráfica na obra).

¹¹ Para uma análise mais detalhada sobre a obra de Fernando de Carvalho Henriques veja-se Sales e Mota 2019a; Sales e Mota 2020b.

Concomitantemente, ao longo da obra encontramos o uso de fórmulas de datação, de designações toponímicas, de elementos de indumentária, a menção aos nomes de trono e de nascimento dos faraós egípcios, antecidos por designações e completadas por epítetos, de identificações historicamente correctas de personagens históricas, mesmo com as alterações onomásticas que conheceram (caso de Amenhotep IV/Akhenaton). O Autor demonstra também conhecer várias divindades do antigo panteão egípcio e seus emblemas característicos, assim como os conceitos antropológico-filosóficos de *ka* e de *ba*.

Por tudo isto, a obra de Carvalho Henriques é não apenas um incomparável exemplo da Tutmania em Portugal como, simultaneamente, é ímpar no panorama literário nacional e internacional uma vez que é o terceiro livro, a nível mundial, a ser publicado sob a inspiração da descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon.

Conclusão

A descoberta e escavação do túmulo de Tutankhamon foi um exemplo sem precedentes da relação de interacção entre arqueologia e imprensa. Os periódicos de todo o mundo fizeram de uma descoberta arqueológica um evento de interesse global e Tutankhamon, um faraó sem grande impacto no seu tempo, tornou-se intemporal e um verdadeiro ícone da civilização do antigo Egipto.

Portugal não escapou a este movimento de globalização do conhecimento sobre a antiga civilização egípcia. Como o nosso projecto de Investigação “Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)” permitiu demonstrar e comprovar, a imprensa portuguesa acompanhou atentamente o que se passava em torno do túmulo do faraó Tutankhamon, principalmente durante os anos de 1923 e 1924, e possibilitou aos portugueses da época um contacto, tão próximo quanto possível, com o antigo Egipto e o seu mais recente representante.

Em consequência, directa ou indirecta, do trabalho dos jornais e revistas, o interesse pela distante civilização egípcia desenvolveu raízes em Por-

tugal e começou a dar frutos, não apenas através de trabalhos de natureza egiptológica, como é o caso dos artigos de Humberto Pinto de Lima, mas também com manifestações de Egiptomania/Tutmania que vão da poesia (Florbela Espanca) à decoração de interiores (Luís de Pina Guimarães), passando de forma muito marcante pela literatura (Fernando de Carvalho Henriques).

BIBLIOGRAFIA

- Castro, A.A.M., Cruz, E. 2019. “Quem há de acreditar? – um poema desconhecido de Florbela Espanca no Brasil?” *Abril -Revista do NEPA/UFF* 12 (24): 91-112.
- Hawass, Zahi. 2006. *The Golden King. The World of Tutankhamun*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- Lemos, Mário Matos e. 2006. *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora.
- Lima, Pinto Humberto. 1925a. “Descobertas modernas no Egipto. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egipto e Amenofis IV.” *Diónysos* 3 (2): 33–37.
- Lima, Pinto Humberto. 1925b. “Descobertas modernas no Egipto. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egipto e Amenofis IV.” *Diónysos* 3 (2): 95–100.
- Lima, Pinto Humberto. 1926. “Descobertas modernas no Egipto. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egipto e Amenofis IV.” *Diónysos* 3 (3): 168–72.
- Marques, A. H. de Oliveira. 1980. *A Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, A. H. de Oliveira. 1991. *Portugal da Monarquia para a República, 1900-1930*. Oeiras: Editorial Presença.
- Matos, Álvaro Costa de. 2014. “The Press in the First Portuguese Republic: Constraints and Guiding Principles (1910–1926).” In *A History of the Press in the Portuguese-speaking Countries*, editado por Jorge Pedro Sousa, 179–260. Porto: Media XXI.
- Montet, Pierre. 1998. *Lettres de Tanis. 1939-1940. La découverte des trésors royaux*. Monaco: Editions du Rocher.
- Nunes, Maria de Fátima. 2014. “Indústria. Imprensa/ Jornais e revistas.” In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo, Vol. II: F-M.*, editado por Maria Fernanda Rollo, 439–42. Lisboa: Assembleia da República.
- Reeves, Nicholas. 1990. *The Complete Tutankhamun: The King, The Tomb, The Royal Treasure*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2018a. “Tutankhamon em Portugal (1923-1926): da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da ‘maldição da múmia’ ao Hino a Aton.” *História* IV (8): 221–52.
- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2018b. “Tutankhamon em Portugal: relatos na imprensa portuguesa (1922-1939): a revista Diónysos, Humberto Pinto de Lima e Tutankhamon.” *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 18: 227–49.
- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2019a. “A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon” (1924) de Fernando de Carvalho Henriques. Ecos literários em Portugal da descoberta do túmulo de Tutankhamon.” *Cadernos De Literatura Comparada* 40: 287–320.
- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2019b. “‘The Curse of the Mummy’. Reports in the Portuguese Press on the Discovery of the Tomb of Tutankhamun.” *Cadmo* 28: 93–116.

- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2020a. "Tutankhamun in Portugal. Reports in the Portuguese Press (1922–1939)." *Aegyptiaca - Journal of the History of Reception of Ancient Egypt* 5: 565–609.
- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2020b. "Fernando Val do Rio de Carvalho Henriques (1897-1962). O primeiro romancista-egiptólogo português." In *El Próximo Oriente antiguo y el Egipto faraónico en España y Portugal*, editado por L. B. Martínez e J.-L. M. Fenollós, 407–18. Barcelona: Ediciones de la Universitat de Barcelona.
- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2022a. "As relações de Howard Carter com o governo egípcio (1924-1925): Entre manifestações de imperialismo, espírito nacionalista e interesse científico-arqueológico." *Cadmo* 31: 161–95.
- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2022b. "Tutankhamon, mas não só... A Egiptomania no Portugal dos anos 20 do Século XX." In *Actas I Jornadas sobre usos y recepción de la historia antigua 'El antiguo Egipto como fantasía moderna: a cien años del descubrimiento de la tumba de Tutankhamón'*, 1–26. Buenos Aires: Instituto de Historia Antigua Oriental "Dr. Abraham Rosenvasser".
- Sales, José das Candeias, e Susana Mota. 2023. "Recepção ou recepções do Egipto antigo? Expressões da globalização do conhecimento sobre o mundo antigo." *RIHAO. Revista del Instituto de Historia Antigua Oriental* 24: 217–30.
- Sardica, José Miguel. 2014. "Imprensa. Títulos." In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo, Vol. II: F-M.*, editado por Maria Fernanda Rollo, 344–57. Lisboa: Assembleia da República.
- Wheeler, Douglas L. 1978. "A Primeira República Portuguesa e a história." *Análise Social* XIV 56: 856–62.

APÊNDICE



RESUMOS/ABSTRACTS

CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES EGÍPTOLÓGICAS NO BRASIL

Das Duas Terras à *Terra Brasilis*: o ensino do Egito antigo dentro e fora das salas de aula

Fábio Frizzo, Victor Gurgel

Resumo

Neste capítulo, abordaremos o ensino do Egito antigo no Brasil a partir de diversas plataformas. O eixo central para a análise é o campo da Didática da História, que engloba todas as representações não acadêmicas do passado que contribuem para a formação da cultura histórica e das consciências históricas individuais. Consequentemente trataremos de comentar a presença dos temas egíptológicos nos documentos curriculares, livros didáticos, propostas para o Ensino Básico, nos trabalhos educacionais e de divulgação científica promovidos por algumas instituições e centros de pesquisa, além da aprendizagem histórica promovida pelos movimentos sociais na construção de suas identidades.

Abstract

This chapter considers the teaching of ancient Egypt in Brazil from a number of perspectives. The main approach used in this analysis is taken from the field of History Didactics, which encompasses all popular (non-academic) representations and interpretations of the past that contribute to the formation of cultural history and individual historical consciousness. Egyptological topics are therefore considered here in terms of their inclusion in curricular documents, textbooks, proposals for Primary Education, educational and scientific dissemination materials developed by several institutions and research centers, as well as in historical learning promoted by social movements in the construction of their respective identities.



Formações egiptológicas no Brasil: os caminhos, os contextos e as perspectivas futuras

Marcia Vasques, Pedro Hugo Canto Núñez

Resumo

Com o objetivo de discorrer a respeito das formações egiptológicas no Brasil, dividimos o capítulo em três eixos básicos: o colecionismo no Brasil e os primórdios da pesquisa científica, o papel das universidades no desenvolvimento de uma Egiptologia científica e, por fim, as perspectivas futuras para a área no país. Na primeira parte, abordamos as coleções egípcias no Brasil, com destaque para o acervo do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (UFRJ) e a prática colecionista da família imperial brasileira. Em um segundo momento, apresentamos um levantamento realizado com base em dados colhidos na *Plataforma Lattes*, para ter uma estimativa da produção científica nos cursos de graduação (monografias) e pós-graduação (mestrado e doutorado) nas cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul). E, por fim, discutimos como a Egiptologia brasileira pode contribuir para a Egiptologia de uma maneira geral, enfatizando a questão teórico-metodológica das pesquisas feitas no país, sobretudo nos âmbitos das teorias pós-colonial e decolonial e apresentando o Brasil como um polo no Sul-global marcado pela colonialidade e pelas possibilidades de estudos de alteridades outras, no tempo e no espaço.

Abstract

With the goal of discussing pathways to Egyptological training in Brazil, this chapter is divided into three main parts: collecting practices in Brazil and the beginnings of scientific investigation, the role of universities in the development of a scientific Egyptology, and future perspectives for the field in the country. In the first section, we consider the Egyptian collections in Brazil, focusing on the collection of the Museu Nacional (National Museum) at Quinta da Boa Vista (UFRJ) and on the collecting practices of the Brazilian imperial family. In the second section, we present our analysis of data gathered from the *Plataforma Lattes* about scientific production in undergraduate and graduate programs in five regions of the country. Lastly, we discuss how Brazilian Egyptology can contribute to the field as a whole, emphasizing the theoretical and methodological approaches used in research conducted in the country, particularly in terms of postcolonial and decolonial perspectives.

Sobre a poética dos encontros: afetos, difrações e relacionalidades na Tumba Tebana 123, Luxor, Egito

José Roberto Pellini

Resumo

Neste capítulo parto dos incômodos e questões gerados nos múltiplos encontros que tenho tido com Amenemhet e Henutiri e com este espaço que os arqueólogos chamam de TT123, para sugerir em primeiro lugar que antes de pensarmos neste espaço como um elemento fixo e pré-determinado, deveríamos pensar nele como um fenômeno potencial que se atualiza a partir de encontros e fluxos afetivos. Diferentes encontros geram diferentes realidades e neste sentido a TT123 pode ser tanto a Casa da Eternidade de Amenemhet, quanto o sítio arqueológico dos arqueólogos ou uma casa Qurnawi. Estas realidades são realidades em si e não representações associadas a diferentes processos de apropriação do lugar, e embora elas possam ser sobrepostas elas pressupõem percepções e comportamentos corporais específicos. Em segundo lugar, sugiro que este espaço é parte das estratégias material-discursivas que Amenemhet utilizou no período faraônico para afetar as pessoas e assim se fazer presente em sua forma transcendente, desde que isso lhe garantia a possibilidade de se alimentar e se comunicar com o mundo dos vivos.

Abstract

In this chapter I depart from the discomforts and questions generated in the multiple encounters I have had with Amenemhet and Henutiri and with this space that archaeologists call TT123, to suggest firstly that before thinking of TT123 as a fixed and pre-determined element, we should think of it as a potential phenomenon that is actualized through encounters and affective flows. Different encounters generate different realities and, in this sense, TT123 can be either Amenemhet's House of Eternity, the archaeologists' archaeological site, or a Qurnawi house. These realities are realities in themselves and not representations associated with different processes of appropriation, and although they can overlap, they presuppose specific perceptions and bodily behaviors. Secondly, I suggest that this space is part of the material-discursive strategies that Amenemhet used in the pharaonic period to affect people and thus make himself present in his transcendent form, since this guaranteed him the possibility of communicating with the world of the living.

Entre o alvorecer e o crepúsculo do Império do Brasil (1822-1889): a formação das coleções egípcias do Museu Nacional (UFRJ) e do Museu Mariano Procópio (Minas Gerais)

André Onofre Limírio Chaves

Resumo

O presente capítulo abordará o estudo de procedência de duas coleções egípcias das seguintes instituições museológicas: o Museu Nacional e o Museu Mariano Procópio. Dar-se-á ênfase aos trânsitos que resultaram na formação delas durante o século XIX, e como esse processo reflete dois momentos da afirmação nacional brasileira. O primeiro, na consolidação das instituições científicas concomitantemente com o processo de escrita da história brasileira. O segundo, das ações de polimento da aristocracia, usando o colecionismo como ferramenta para projeção da imagem. A coleção egípcia do Museu Nacional foi fruto de constantes doações ao longo dos séculos XIX e XX, fato que culminou na reunião de importantes testemunhos do passado faraônico. Por outro lado, por pertencer a uma instituição museológica, novos valores da epistemologia científica foram agregados a ela, em prol de dar suporte aos estudos sobre a antiguidade dos brasileiros. Em contrapartida, até recentemente, pouco se sabia sobre a origem da coleção egípcia do Museu Mariano Procópio, ficando à mercê apenas do olhar da curiosidade. Porém, a sua história está conectada com um importante momento da Egiptologia, assim como do colecionismo brasileiro.

Abstract

This chapter will address the provenance of two Egyptian collections, one from the Museu Nacional (National Museum) and the other from the Mariano Procópio Museum. Emphasis will be placed on the transitions that resulted in their formation during the 19th century, and how this process reflects two moments of Brazilian national affirmation. The first transition is the consolidation of scientific institutions alongside the process of writing Brazilian history. The second involves the use of collecting practices by the aristocracy to project a certain image. The Museu Nacional's Egyptian collection was the result of donations throughout the 19th and 20th centuries, which culminated in important testimonies of the pharaonic past. Since the collection belongs to a museum, new epistemological values were also added to it to support studies on the antiquity of Brazilians. Until recently, little

was known about the origins of the Egyptian collection at the Mariano Procópio Museum. However, its history is connected to an important moment in Egyptology, as well as Brazilian collecting.

As principais coleções egípcias no Brasil

Victoria Arroyo, André Onofre Limírio Chaves, Cintia Gama-Rolland, Rennan Lemos, Jéssica Mendes, Moacir Elias Santos, Luiza Osorio G. Silva, Pedro von Seehausen

Resumo

Este capítulo reúne pequenos artigos sobre as origens e formações das principais coleções egípcias no Brasil. As coleções discutidas estão atualmente no Museu Nacional/UFRJ, no Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, no Museu de Arte de São Paulo (MASP), no Museu Mariano Procópio e no Museu Egípcio e Rosacruz. Os resumos de cada coleção discutem algumas de suas peças principais, assim como suas potencialidades para estudos futuros.

Abstract

This chapter brings together short articles about the origins and formation of the main Egyptian collections in Brazil. The collections discussed are currently at the Museu Nacional/UFRJ (National Museum), the Museum of Archaeology and Ethnology – USP, the São Paulo Museum of Art (MASP), the Mariano Procópio Museum, and the Egyptian and Rosicrucian Museum. The summaries of each collection discuss some of its main pieces, as well as their potential for future studies.

O resgate da coleção egípcia do Museu Nacional

Pedro von Seehausen, Tamires Machado, Marina Buffa César, Ana Luiza Castro do Amaral, Claudia Rodrigues de Carvalho

Resumo

Na noite de 2 de setembro de 2018, um incêndio de grande proporção atingiu o Museu Nacional localizado no Palácio da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. O incêndio causou alguns danos consideráveis na estrutura do edifício e nas coleções armazenadas no seu interior. A fim de resgatar as coleções na área afetada, foi realizada uma escavação de

salvamento nas ruínas do Palácio. Este capítulo visa trazer um vislumbre sobre a escavação de salvamento que foi realizada na sala em qual a Coleção Egípcia estava em exibição.

Abstract

On the night of September 2, 2018, a large fire engulfed the Museu Nacional (National Museum) located in the Palácio da Quinta da Boa Vista (Quinta da Boa Vista palace), in Rio de Janeiro. The fire caused considerable damage to the structure of the building and the collections stored inside. In order to rescue the collections in the affected area, a salvage excavation was carried out in the ruins of the imperial palace. This chapter provides an overview of the salvage excavation that was carried out in the room where the Egyptian Collection had been on display.

CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES EGÍPTOLÓGICAS EM PORTUGAL

Formações Egíptológicas em Portugal: percursos, oferta e tendências

Guilherme Borges Pires, Inês Torres

Resumo

Este capítulo historiciza as formações egíptológicas em Portugal ao mesmo tempo que reflecte brevemente a respeito do seu estado actual. A análise surge estruturada em três eixos principais: num primeiro momento, apresenta-se um panorama histórico relativo à transmissão de conhecimento egíptológico no país, desde as primeiras manifestações até às realidades mais contemporâneas; em seguida, detalha-se a oferta formativa existente em instituições universitárias portuguesas no âmbito das licenciaturas, mestrados e doutoramentos em História, Arqueologia e História de Arte; por fim, a análise da produção de conhecimento egíptológico em Portugal é feita através do levantamento e sistematização de dados quantitativos de dissertações de mestrado e teses de doutoramento, identificando tendências e problemáticas do campo. O estudo sublinha a complexidade e a diversidade das formações egíptológicas, sugerindo a existência de múltiplas abordagens que reflectem diferentes contextos históricos, geopolíticos e económicos, e destaca o papel crucial das instituições universitárias no desenvolvimento da Egíptologia em Portugal, contribuindo para o panorama egíptológico global.

Abstract

This chapter contextualizes possibilities for Egyptological training in Portugal while briefly reflecting on their current state. The analysis is structured around three main axes: first, a historical overview is presented regarding the transmission of Egyptological knowledge in the country; then, the existing training possibilities in Portuguese universities are discussed in terms of bachelor's degrees, master's degrees, and doctorates in History, Archaeology, and History of Art; finally, an analysis of the production of Egyptological knowledge in Portugal is carried out through the survey of quantitative data from master's dissertations and doctoral theses, identifying trends and issues in the field. The study highlights the complexity and diversity of Egyptological training, suggesting the existence of multiple approaches that reflect different historical, geopolitical, and economic contexts. It also emphasizes the crucial role of universities in the development of Egyptology in Portugal, contributing to the global Egyptological panorama.

O Palácio de Apriés, Mênfis/Kôm Tumân: reflexões sobre a primeira missão portuguesa no Egito (2000-2010)

Maria Helena Trindade Lopes

Resumo

A primeira concessão arqueológica atribuída a uma equipa portuguesa pelo Supreme Council of Antiquities (SCA) iniciou-se no ano de 2000, na zona Norte de Mênfis, em Kôm Tumân, no sítio conhecido como “O Palácio de Apriés”, quarto faraó da XXVI Dinastia (Época Baixa – Período Saíta), que governou o Egito entre 589 e 570 AEC. Este projecto, que teve a duração de 10 anos, e confirmou algumas das hipóteses levantadas por Petrie (1909-1910) e por Kemp (1976) nas suas pesquisas, estudou de forma sistemática as três principais zonas do sítio: uma área relacionada com a estrutura do Palácio, a Norte; uma área de *habitat* onde se fixaram as tropas mercenárias de Apriés, a Este; e uma área de armazéns, de apoio ao palácio e ao acampamento, a Sul. Os resultados obtidos pela equipa portuguesa permitiram ampliar e consolidar o conhecimento sobre este palácio e o campo militar anexo, sobre o faraó que o construiu e a sua conjuntura, garantindo, deste modo, a preservação da memória do sítio, através do registo criterioso de todos os vestígios existentes e cumprindo, ainda, a ambição e o desejo de Apriés, o construtor do último palácio menfita, cujas ruínas sobreviveram à passagem do tempo.

Abstract

The first archaeological concession awarded to a Portuguese team by the Supreme Council of Antiquities (SCA) began in 2000, in the North of Memphis, in Kôm Tumân, at the site known as “The Palace of Apries”, the fourth pharaoh of the XXVI Dynasty (Saite Period), who ruled Egypt between 589 and 570 BCE. This project, which lasted 10 years and confirmed some of the hypotheses raised by Petrie (1909-1910) and Kemp (1976) in their research, systematically studied the three main areas of the site: an area related to the structure of the Palace, in the north; a habitation area where mercenary troops settled, to the east; and a storage area that supported the palace and camp, to the south. The results obtained by the Portuguese team made it possible to expand and consolidate knowledge about this palace and the attached military camp, as well as about the pharaoh who built it, thus guaranteeing the preservation of the site’s memory through careful recording of all the existing remains.

Acervos egíptológicos em Portugal

Luís Manuel de Araújo

Resumo

A pouquidão dos acervos egípcios existentes em Portugal, públicos, privados e particulares, não surpreenderá quem conhece os hábitos de colecionismo internacionais e as tradições de escavações e recolha de antiguidades no Egito que remontam ao século XIX, e das quais Portugal esteve ausente. Ainda assim, existem no nosso país cerca de 1200 objetos que evocam o antigo Egito, integrando diversas coleções, que no essencial se encontram estudadas e publicadas, na sequência de um projeto de divulgação iniciado há mais de trinta anos pelo Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Abstract

The small number of Egyptian collections in Portugal, both public and private, will not surprise those who know about international collecting habits and the traditions of excavations and collection of antiquities in Egypt that date back to the 19th century, from which Portugal was absent. Even so, there are around 1,200 objects in our country that evoke ancient Egypt, forming part of several collections. These collections have mostly been studied and published in their entirety, following a dissemination project initiated more than thirty years ago by the Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O Lote VIII de Bab el-Gassus na Sociedade de Geografia de Lisboa: potencialidades e desafios para a investigação

Rogério de Sousa

Resumo

Em 1891 foi descoberto o Túmulo dos Sacerdotes de Ámon (Bab el-Gassus), em Deir el-Bahari, possuindo 153 enterramentos. Parte deste espólio foi oferecido em 1892 a 17 nações com representação diplomática no Egipto por ocasião da coroação do novo khediva do Egipto, Habas II Hilmi. Portugal foi agraciado com o Lote VIII que chegou a Lisboa em 1893, sendo confiado pelas autoridades portuguesas à Sociedade de Geografia de Lisboa. Neste artigo apresentamos em linhas gerais os principais desafios metodológicos envolvidos no estudo desta colecção, bem como o seu impacto para a investigação da cultura material da XXI Dinastia.

Abstract

In 1891, the Tomb of the Priests of Amun (Bab el-Gassus), containing 153 burials, was discovered in Deir el-Bahari. Part of this assemblage was offered in 1892 to 17 nations with diplomatic representation in Egypt on the occasion of the coronation of Egypt's new khediva, Habas II Hilmi. Portugal was awarded Lot VIII, which arrived in Lisbon in 1893, being entrusted by the Portuguese authorities to the Sociedade de Geografia de Lisboa (Lisbon Geographical Society). In this article we present in general terms the main methodological challenges involved in the study of this collection, as well as its impact on research about the material culture of the 21st Dynasty.

Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939): O impacto da descoberta do túmulo de Tutankhamon em Portugal

José das Candeias Sales, Susana Mota

Resumo

A descoberta do túmulo de Tutankhamon foi noticiada pela imprensa de todo o mundo, tornando este faraó e os principais intervenientes nessa “maravilhosa descoberta no Vale” conhecidos de milhões de leitores. O projecto de investigação na área da recepção do antigo Egipto, *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)*,

procurando perceber qual o impacto em Portugal dessa descoberta e subsequente escavação, identificou, recolheu e analisou as notícias publicadas pela imprensa portuguesa sobre esta descoberta arqueológica que marcou de forma indelével a Egiptologia e a Egiptomania. O *corpus* reunido permitiu perceber de que forma foi transmitida aos leitores a informação sobre o que à época se passava no Egito, destacando-se o interesse pelo saber histórico, pelas riquezas artísticas e pela suposta “maldição do faraó”. Paralelamente, esta investigação, cujo cerne foram as notícias dos periódicos nacionais, permitiu identificar outras expressões de Egiptomania e Tutmania em Portugal, assim como os primeiros passos de trabalhos de natureza egiptológica. É objectivo deste texto apresentar uma súmula do projecto, começando por sistematizar as fontes e o *corpus* reunido, contemplando as temáticas principais das notícias, e concluindo com a identificação de outras manifestações egiptológicas e de Egiptomania em Portugal derivadas da descoberta do túmulo de Tutankhamon.

Abstract

The discovery of Tutankhamun’s tomb was reported by the press around the world, making this pharaoh and the main actors of this “wonderful discovery in the Valley” known to millions of readers. The research project *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)* (*Tutankhamun in Portugal. Reports in the Portuguese Press*) seeks to understand the impact of this discovery in Portugal. The project focused on identifying, collecting, and analyzing news articles about the archaeological discovery published by the Portuguese press that have left an indelible mark on Egyptology and Egyptomania. The gathered corpus allows for an understanding of how information about what was happening in Egypt was transmitted to readers, highlighting the interest in historical knowledge, artistic riches, and the supposed “curse of the pharaoh”. This investigation made it possible to identify other expressions of Egyptomania and Tutmania in Portugal, as well as the beginnings of scientific Egyptology in the country. The aim of this chapter is to present a summary of the project, including systematizing the gathered sources, covering the main themes of the news, and concluding with the identification of other Egyptological manifestations and Egyptomania in Portugal derived from the discovery of Tutankhamun’s tomb.

